

ANO I

Junho de 1941

1

REVISTA BRASILEIRA

(PUBLICADA PELA ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS)

"Esta é glória que fica, eleva, honra e consola"

(MACHADO DE ASSIS)



RIO DE JANEIRO

SUMÁRIO

- 1 — Revista Brasileira
- 2 — Romance da solteira (romance)
- 3 — Discurso ao poeta (versos)
- 4 — A derrota (conto).....
- 5 — Febre (soneto)
- 6 — Poemas
- 7 — Mistérios de Carlota Joaquina
- 8 — A vida de Rui Barbosa...
- 9 — Novo exame de um velho tema
- 10 — Lua de lágrimas (versos)
- 11 — Estudos sobre a autoria das "Cartas Chilenas
- 12 — A política d'"Os Lusíadas"
- 13 — O velho humanismo latino e o novo humanismo americano
- 14 — Prefácio do drama "Dirceu e Marília"
- 15 — O sentido brasileiro nas artes
- 16 — Variações sobre a poesia brasileira
- 17 — Posição de José de Alencar
- 18 — Olavo Bilac, estudante em S. Paulo
- 19 — Novos rumos à Pedagogia
- 20 — Gaúcho, gaudério, guasca
- 21 — Panorama literário de 1940
- 22 — Revista das Revistas.....
- 23 — Notícias: Revista Brasileira. — As quatro fases da "Revista Brasileira". — O Centenário de uma instituição de arte. — A arte flamenga no Rio. — Movimento literário. — Academia Brasileira de Letras.

JOSÉ VIEIRA.
AUGUSTO FREDERICO SCHMIDT.

MARQUES REBÉLO.
ROSALINA COELHO LISBOA.
PEDRO DANTAS.

TOBIAS MONTEIRO.
LUIZ VIANA FILHO

AUGUSTO TASSO FRAGOSO.
MURILO ARAÚJO.

AFONSO PENA JUNIOR.
MÁRIO CASASSANTA.

JOSÉ AUGUSTO CESÁRIO ALVIM.

AFONSO ARINOS DE MELO FRANCO.

CELSO KELLY.

TASSO DA SILVEIRA.
ROSÁRIO FUSCO.

ANTONIO CONSTANTINO.
EVERARDO BACKHEUSER.
AUGUSTO MEYER.
BERILO NEVES.
ODILO COSTA FILHO.

ANO I

Junho de 1941

N. 1

REVISTA BRASILEIRA

(PUBLICADA PELA ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS)

"Esta a glória que fica, eleva, honra e consola"

(MACHADO DE ASSIS)



RIO DE JANEIRO

REVISTA BRASILEIRA

Publicada pela Academia Brasileira de Letras

Séde — AVENIDA PRESIDENTE WILSON n.º 203,
Rio de Janeiro

Aparece em Março, Junho, Setembro e Dezembro

Diretor responsável — LEVI CARNEIRO, Presidente da Academia.

Comissão Diretora: RODRIGO OCTAVIO, ALOYSIO DE CASTRO,
GUSTAVO BARROSO, ALCEU AMOROSO LIMA, JOÃO
NEVES — membros efetivos da Academia.

— A Academia e os Diretores da Revista não se responsabilizam pelos conceitos emitidos nos artigos publicados.

— A Revista publica somente trabalhos inéditos de escritores brasileiros.

— A Revista é impressa na ortografia adotada pela Academia, com a devida vênha dos autores de artigos, que pessoalmente a não observam.

— Será publicado na Revista, mediante a remuneração estipulada, desde que aprovado pela Comissão Diretora, qualquer trabalho literário, remetido ao Diretor responsável, com a prova de identidade do autor.

REVISTA BRASILEIRA

Não será apenas a REVISTA BRASILEIRA mais uma revista lançada nos meios literários de nossa terra. Representa uma tradição, um elo numa corrente que já vem do século passado e que visa prosseguir pelo nosso e penetrar no século futuro. A literatura é, sem dúvida, e acima de tudo, uma expressão do espírito. E, como tal, recomeçando em cada autor e em cada obra a sua grande aventura de descobrimento e de criação. É, portanto, uma renovação contínua, um contínuo ponto de partida. Isso não impede, entretanto, que ela viva também, no espaço e no tempo, como todas as coisas humanas. Vive no espaço, isto é, num recanto do universo, num continente num país. Sofre a influência do meio em que vive, tanto quanto influe sobre o meio em que vive. É ocidental, é americana, é brasileira — como pode ser oriental, asiática, chinesa. O gênio dos povos se manifesta, por sua literatura, mais do que por qualquer das outras formas de expressão. Ela como que reúne em si todas as modalidades pelas quais se traduz, não só o espírito de um homem mas ainda o espírito de um povo, de um continente, de um hemisfério, da humanidade, segundo o seu grau de universalidade, crescente na razão direta de sua importância e de sua imortalidade. Eis porque não há povo sem literatura, mas pode haver literatura sem povo, por mais paradoxal que isso pareça e por mais que contradiga

a subordinação absoluta que certas teorias politico-sociológicas de hoje tentam operar entre Povo e Cultura. A cultura não é, por natureza, de um povo. Ela é, por natureza, do homem. E por isso mesmo quanto mais humana, quanto mais universal, mais alto o seu valor. A hierarquia dos valores literários de um povo se mede, não apenas pela integração das suas letras à sua história, mas principalmente pela sua qualidade de repercussão universal e humana.

A recíproca, porém, não é verdadeira. E se não é um povo e sim o homem o critério do valor de uma literatura, — não há povo digno de tal nome e possuindo uma independência real, que não manifeste a sua alma, isto é, a forma subsistente de sua vida nacional, senão por meio de uma literatura. A literatura é, portanto, a expressão natural da alma de um povo. E sua qualidade depende da qualidade da alma desse povo. Nesse sentido, portanto, de um nacionalismo relativo e não absoluto, é que entendemos o valor social de uma literatura no espaço.

A esse humanismo literário pretende servir a nova fase da REVISTA BRASILEIRA, que hoje se inicia sob a responsabilidade não de um escritor, nem de uma corrente literária, mas da Academia Brasileira de Letras que não é de um homem, nem de um grupo, nem de uma escola, mas de todos os brasileiros dignos, de todas as correntes intelectuais ponderosas, de todos os grupos que amem as letras e queiram servi-las com desinteresse, honestidade e valor.

A literatura, se é do espírito antes de tudo e em seguida do espírito situado num recanto do globo, num continente, num país — no caso em nosso Brasil, como continuador na América dessa civilização cristã, latina e lusitana, em seus graus de concentração sucessiva, que tão de perto nos ligam a Portugal — a literatura é também filha do tempo. É passado, presente e futuro. É o fruto de um passado e será tanto mais forte, rica e expressiva, quanto mais expressiva, rica e forte fôr a seiva que lhe tenham transmitido seus antepassados. Filha do passado, herdeira dos valores que antes dela a enriquecerem com o fruto de

seu gênio, de suas vigílias, de seu sofrimento criador, — eis o motivo porque a literatura que despreza a tradição está fadada a desaparecer depressa. Respeitar o passado é uma condição de ser respeitada no presente. Eis porque a Academia, no seu labor mais fecundo, é uma casa que procura defender e valorizar o passado das letras brasileiras. Eis porque esta Revista deseja ser expressão dêsse respeito religioso que ela vota às grandes obras de espirito dos homens de nosso passado literário.

Mas o tempo não é apenas o passado. Filha do tempo, elo de uma tradição ininterrupta, não quer dizer escrava de formas obsoletas ou presa de um saudosismo infecundo. O tempo é criador, na ordem exclusiva de suas possibilidades naturais. Viver no presente é outra condição de ser fiel ao passado e ao destino.

Eis porque esta Revista, longe de se desinteressar pela vida ativa de nossas letras, em nossos dias, procura acolher em suas páginas todos os esforços dos que, nesta hora difícil e ingrata para os trabalhos puros do espirito, colaboram nos trabalhos da cultura e particularmente das letras propriamente literárias. Estão abertas às obras de todas as escolas, pois não se subordina a cânones preestabelecidos, a não ser os do bom gosto e do bom senso, como há um século diziam os renovadores das letras portuguesas.

O Tempo, entretanto, também é o futuro. E as letras do passado e do presente caminham sempre para novos rumos e novos horizontes. Se a nova REVISTA BRASILEIRA não se contenta com ser uma revista de retaguarda, muito menos visa a ser uma revista de vanguarda. Há, no panorama das letras, lugar para tudo e para todos. Só não deveria haver lugar para os que colocam as letras a serviço de ideais menos altos e menos dignos. Se o seu fim, portanto, não pode ser o de abrir novos horizontes, nas arrancadas violentas que, ao longo de todas as histórias literárias, constituem a própria razão de ser dos cenáculos revolucionários e suas efêmeras e tantas vezes decisivas publicações — não se fecham tão pouco as nossas páginas a todos os que, olhos

postos no futuro, soltem as rédeas de sua inspiração por atalhos ainda imprecisos no âmago da floresta inviolada de amanhã.

A REVISTA BRASILEIRA, portanto, em sua nova fase, convida a colaborarem em suas páginas todos aqueles que possam trazer às nossas letras a expressão de uma vida vivida para o seu amor. Há sempre um pouco de alvorôço, quasi pueril, no movimento de qualquer partida. Se uma longa experiência da vida nos ensina que os horizontes só se abrem a novos horizontes, — a sabedoria, mas sábia que a experiência, nos murmura que é preciso sorrir do próprio sorriso dos cépticos. E crer que vale sempre a pena empreender a aventura de uma partida renovada.

ROMANCE DA SOLTEIRA

JOSÉ VIEIRA.

I

Ser moça, ter vinte anos, e viver num engenho, naquele agreste, sem ao menos outra moça, como Sinhá vivia, na verdade! Sinhá queixava-se à mãe; a mãe respondia: "Consola-te comigo, minha filha". Que assim fôra com ela e assim era com as mais, — com toda moça de engenho ou fazenda, tudo tão distante. Até noivo vir, não se sabendo quando vinha, só havia crer em Deus e esperar. Consolada um minuto. Sinhá esperava meses; esperava, esperava, e noivo não aparecia. Quando o enjôo de tal espera outra vez a consumia, ela, de novo, se queixava, como para ouvir a consolação que não consolava, mas, por momentos, suspendia o desânimo.

Rodeada de mato, engaiolada na casa-grande, restava a Sinhá olhar o canavial, ver os negros trabalhando, assistir o pôr do sol e aguardar o têrço da noite, que a família rezava no quarto do oratório, com as escravas do serviço doméstico. Dormindo sôbre êsse dia, acordava de madrugada para o Ofício de Nossa Senhora, tirado por d. Ana e acompanhado por todos da casa, cada qual orando em voz alta, na sua dormida. Se não chovia, ela tomava uma cuiazinha de leite ao pé da vaca, no curral do outeiro próximo, à moda do sertão, como aprendeu com a mãe, que viera lá de cima. Tomava o leite; dava, depois, banho no papagaio, que era uma ave sua com os pássaros do alpendre, para recomêçar as manhãs perdidas entre a mancha

azul do céu e a mancha verde das canas. Por desfastio, também por costume, envolvia-se na direção das escravas, dando alguma ordem; porém sua ação mais viva era irar-se com elas, ou defendê-las, com o natural da mãe, filha e neta de senhores cruéis, apesar de religiosos.

— Sítio, mamãe, é um degrêdo.

— Confia em Deus, minha filha. Tem paciência.

— Ora, paciência!

Sinhá desadorava, embora soubesse de nada valer seu desadorno, nas horas sòzinhas do engenho, quentes como fogo e lentas como lesmas.

*

* *

Distante seis léguas, a cidade onde Sítio armazenava sua safra tinha inveja de Sinhá: invejava a senhora-moça, a dona futura da propriedade coberta de partidos, de roças, de gado, de miunças, de cavalaria, na várzea fértil do Mamanguape; a herdeira da fazenda que d. Ana possuía no sertão, da dinheirama que se dizia ter guardada o pai; a mulher do sangue de André Rêgo, grande da comarca, aparentada com maiores de três províncias. Invejava a beleza de Sinhá, tão alva, o cabelo preto, — bonita e simpática. A filha do exportador de açúcar, com quem o pai negociava, dizia: “Mamanguape em péso é do que fala, Sinhá”. “Fala, o quê, Nana?” “Ser você a moça mais bonita desta redondeza”. “Bonita, Bonita” — pensava ela consigo —, “mas ninguém vem me buscar”. E a invejada invejava a invejosa, pobre da rica Sinhá.

*

* *

A cidade recebia pelo rio, no distante pôrto do Salema, dois vaporesinhos, que levavam a Recife, com o açúcar da várzea, algodão do brejo, couros, queijos do sertão, e de lá traziam sêdas e lãs da Inglaterra, mais o luxo, o gôsto, da

Europa, pois crescia sem receios, naquele sessenta e poucos do século — era ainda feliz da Monarquia —, orgulho da cidade que o Imperador visitara por um dia e uma noite de glória. A terra de São Pedro e São Paulo comerciava com meia província, despeitando a Capital. Sinhá invejava a cidade empório, próspera e vaidosa, com banda de música, três templos e os dois vaporesinhos, que ela e o pai foram ver, um domingo de tarde. Para ela, Mamanguape era o núcleo, não só da Paraíba — uma catemba de côco no mapa —, não só do Brasil, porém do globo terráqueo, — da sua Terra imaginada, que começava no primeiro capítulo do *Genesis* e, com escassa nomenclatura, ia morrer em Sítio verdura, anil, solidão. Simples nome selvagem — o “rio torto” dos potiguaras, soava à moça de engenho como Jerusalém e Roma, de onde vinha a religião, e como Paris, de onde vinham as modas. Nos dias que passava lá, ela sentia o valor e o prestígio da cidade famosa, em confronto com a clareira de Sítio, apenas enxameada de escravos, tendo por toda construção, além dos casebres de João-de-Barro, um aquí, outro a trezentos metros, a casa-grande, o telheiro do engenho, a casa-de-purgar, a casa-de-farinha e a senzala.

— Papai, porque nós não vamos morar na cidade?

— Você não vê que eu não posso, minha filha? — objetava André do Rêgo enternecido, conquanto seguro. — Posso eu deixar isto aqui entregue a um feitor, que, sem a minha presença, não teria mão nos negros? Vá você com sua mãe; fiquem por lá mais um pouco, para se distraírem”. Falava assim, quando d. Ana também não via como se despegar de Sítio, presa, por tradição e por hábito, ao ritmo de vida que trazia dos avós e que continuaria em Sinhá, quando casasse, como nos filhos que tivesse. Se ficavam na cidade quinze dias, pela semana-santa, pela festa dos padroeiros, uma semana no entrudo, de repente, d. Ana despachava portador para o engenho, e, uma bôca de noite, era sorte se, em vez da de casa só e triste, duas moças — ela e Nana — seguiam, conversando baixo, na frente da liteira de d. Ana já muito gorda, que André do Rêgo acom-

panhava no seu luzido cavalo de pescoço curto, rua Cruz em fora, no caminho de Sítio.

II

As migrações peninsulares trouxeram para o Nordeste do açúcar histórias do mundo antigo. Tradições, costumes, contos, personagens, misturam-se ao lendário indígena, mal conservado, senão apagado, na destruição das tribus que custava a conquista. Do invasor transmitiu-se à nova gente, mais branda, e enxertou-se na escravaria, um livro de ouro das viagens. Transfigurados pela imaginação africana, os contos de além ganharam realidade, e os negros em descanso socorriam-se dêles depois das penas do eito, aliviando-se do cativoiro. Migalhas deixadas cair, de passagem, pelo branco, como as sementes que os pássaros vão soltando no vôo, as histórias penetraram, revertidas, na casa-grande, pela boca das mães-pretas; e a inteligência apenas desperta dos senhoresinhos recebia-as enlevada. Era uma educação sentimental para os jovens corações, que se embalavam com elas entre as fainas brutais, deshumana impostura e crueldade anti-cristã.

Sinhá escutou aventuras da navegação, narrações de guerras, grandes gestos de reis e de príncipes, proezas de gigantes, milagres da Biblia, odisséias, que a tiravam de Sítio para excelsos paraísos. Ouviu da mãe, nos lazeres em que d. Ana mesma carecia de comunicar-se, com seres fantásticos que fosse, e apegava-se à ficção. A sertaneja recontava a tragédia, façanhas, excentricidades, do torrão calcinado, e rematava com os feitos sem geografia, de criaturas não batizadas, que ensinavam a sonhar. Ouviu do pai. Desfatigado das canseiras do dia, André do Rêgo humanizava-se, conversava, recordava-se da sua meninice de engenho, assistida de histórias, e narrava para a menina. Ouviu das negras, que repetiam os contos, deformados, reduzidos,

mas remoçados e cada vez mais lindos. Ouviu, sobretudo, da velha negra vinda do sertão com d. Ana, que, voz de gerações, recolhia três mundos de mito e abuso. Mãe-Chica entesourava a experiência da África infeliz, do Portugal preador de fortuna e do Brasil rapaz formando-se de retalhos de almas, na confusão de sangues penados que ela, escrava, conheceu. Tinham-na, em Sítio, por caduca, por maluca, porém por feiticeira, por adivinha, e temiam-na, porque ela, sabendo muito, vendo tudo, imiscuia-se nas vidas como a luz e como o ar. Com as cousas, com os fatos, de simples suspeitas, a vidente desenhava o futuro, e os implicados recorriam a sua ciência de probabilidades. Mãe-Chica impunha-se aconselhando, predizendo, amedrontando, no tom malcriado que a casa-grande protegia e era o falar dos velhos. “Negra, tu vais acabar mal” — profetizava; e a negrinha amorosa, não se coibisse, findava mesmo de barriga. Um escravo em desespero confessava-se a ela. “Faze isto”, ou “faze aquilo”. Obedeciam-na. Carcassa esguia — esqueleto minguado, parecendo ir chocalhar no saco da pele de ébano ressequida, onde as unhas riscavam cinza como numa lousa. A cozinha, a senzala, Sinhá, reconheciam-na no escuro. Quando os negros a viam, coração espiava, em termo de parar, e logo batia mais. Visagem não sendo, Mãe-Chica fazia medo, porque lia nos olhos de todos como os brancos nos livros. A única mulher que ante ela alteava a voz — d. Ana — dava-lhe crédito, consultava-a, informava-se nas suas lembranças e certezas. D. Ana cria nela por desconfiança das mais novas; e, circunspecta, no papel tragi-cômico de vigiar, de aconselhar e ameaçar, Mãe-Chica não mentia. O que ela dissesse — sentenciava a senhora —, escrevessem. Triste da bichinha que lhe perdesse a graça. Com ela, negra não brincava, como, com d. Ana, não pisava em ramo verde. Sinhá acatava-a, acreditando nela para o mundo dos sonhos como d. Ana para as tricas da cozinha. Manual enciclopédico vivo, com o saber do povo, melhor que o escrito, por onde a moça solteira interrogava a sorte. Não tendo que ganhar o pão, que trabalhar, na aposentadoria da velhice temida, Mãe-Chica vi-

via num círculo sobrenatural, com anjos, santos, demônios, estranhos espíritos, donzéis e princesas, da mesma sorte que cruzava com os escravos em redor da casa-grande. É o que, mais do que os outros, mostrava Sinhá, na fôrça que attribuía ao que ela afirmasse.

Quando d. Ana, de madrugada, tirava o Ofício de Nossa Senhora, as negras repetiam os versos, de olhos fitos na velha, com temor do carão, que, até durante a reza, ela trazia na língua. Rezando ou cismando, elas podiam em tudo pensar; ver, só viam Mãe-Chica. Enquanto muitas dormiam, ela se mantinha de joelhos no chão ou sentada no girau, hirta como um tóco, olhando para as telhas. De dia, não parava: varava a bagaceira, ia à casa-de-purgar, metia a cara na senzala, dava mezinhas, rezava doenças, partejava, crivava as negrinhas de indagações, ajuntava mexericos, surdia à beira do rio entre as escravas lavadeiras, ensinava o bendito aos molecotes; na cozinha, então, engrossava barrela. A certas horas do dia, era de não se saber dela. Em certos momentos, não tendo o que ordenar, d. Ana inquiria: "Onde andarã Mãe-Chica?" Mãe-Chica estava no oitão, olhando, atenta, o galo preto do chiqueiro cobrir a galinha pedrez. Porém, perguntassem: "Em que você magina, Mãe-Chica?" Ela não mentiria dizendo: "Magino na minha Sinházinha". Sinhá era o seu cuidado constante — santa viva, que ela adorava servindo. Falava na senhora-moça, falava com ela, tinha sonhos. Benquerer humilde, religioso, de crente esquecido de si na devoção. Mãe-Chica dispunha dos brancos, mandava nos negros; a Sinhá, entregava-se toda. Vendo um objeto que a ela pertencesse, parava, mirava, sentia, como se aquilo contivesse uma essência da moça e compreendesse. Quando Sinhá a chamava, jogando para a frente as pernas magras, desejava voar. "Estou aqui, Sinházinha". Obedecer à senhora, dedicar-se-lhe, era a sua antecipação do Céu, no resto de vida sem liame efetivo com os mais, afora um bisneto, que a sorte fizera irmão de leite da senhora-moça.

III

Às Ave-marias, Sinhá vinha para a janela do meio, na sala de visitas. O crepúsculo encontrava-a absorta, fita nos longes. O cabelo negro, o rosto alvo, as mãos de pintura, imobilizada na contemplação, o último raio da tarde dourava mais uma estátua que uma moça viva. Nessa hora, Sítio tornava-se, realmente, “um deserto”, — o mesmo que se o magote dos negros, de dia distinguido, às turmas, nas roças e nas canas, houvesse desaparecido do trabalho, todos de uma vez, como faziam os índios, desgostado um deles. Sob o céu pálido das primeiras estrélas, a casa-grande com a capela, o engenho, a senzala e a casa-de-farinha; o canavial e o rio adiante; o caminho interior das terras, menos largo; a mata, que êle bordava de um listrão sanguineo, tudo a apagar-se na penumbra, ante a faixa alta do poente amarelo morrendo por trás dos montes. A retina de Sinhá já pouco apreendia dêsse quadro muito visto. Mesmo o telheiro da roda d’água, unido ao da moenda e à casa-de-purgar, a senzala, com o rancho vermelho do feitor pertinho, os matos, as canas, o rio, eram, a seus olhos, visão sem noção, imagens vagas. O bisneto de Mãe-Chica desce o caminho, contra a casa-grande, um feixe de lenha à cabeça. Ela o vê vir chegando, o mesmo que um duende, apenas familiar. Ruído de vôo — o vôo, um pássaro que, baixando, enfia, rápido, na mata: isso a desperta. O mais funde-se na sombra, faz-se noite, quietude que isola e dissolve a criatura cheia de saúde e cheia de anseios, desterrada em Sítio. Era aí, entre a passagem de Elias, os últimos vôos e os últimos reflexos, que, dos lados da senzala, surgia o vulto da velha escrava, apropinquando-se, com a ceia de histórias, de enredos, de esperanças fugidias. No seu anoitecer quasi mal-assombrado, Sinhá aguardava-a. Se alguém, um viajante; se um cavaleiro e uma moça riscassem no pátio; descobrisse, sob o véu da chapelina, o rosto de Nana, certo, esqueceria a bruxa. Mas, se, uma bôca de noite, Mãe-Chica não viesse, perguntaria por ela.

Mãe-Chica chegava tropicando, retorcendo-se, na escuridade; dava, submissa, as boas-noites, em oferenda, como se dissesse: "Eu já vim, Sinhazinha". Sinhá não falava primeiro, esperava, qual se fôra um caçador que viesse abrir o bernal. Boas ou más, as novas de Mãe-Chica apaziguavam Sinhá. Negra Fulana caiu doente no roçado. Nicolau está no tronco. Zefa-canhota teve um filho. Sinhá esperava pormenores. Ocorrera mais. Não soubera, a senhora? O novato, aquele negro do Coité, o chorão: Sinhá não sabia? "Fugiu". Fugir... Fugir valia para a reclusa um extraordinário heróico. "Que novato, Mãe-Chica?" Mãe-Chica repetia, minudeava, romanceava. "Êses negros de fora, Sinhazinha!" Negro de fora! Ficar em Sítio a vida toda, só escravo de Sítio, só ela, tão presa quanto êles. Ah, pudesse, quem fugia era ela. Pensava dêste jeito, embora não soubesse para onde fugir e não fugisse, porque a filha de um André Rêgo não seria moça de fugir. Estimulada de liberdade ideal, Sinhá transportava-se, viajava em regiões que nunca vira, que não existiam, mas tentavam da esfera encantada dos contos. Ela trocava o ser dona de terras, senhora de escravos, a filha de André do Rêgo, pela condição da filha do lojista da cidade, que passava tardes na casa de Nana e tinha um namorado. Possuir as terras, os escravos, ser sangue dos Rêgo, tudo isso junto não supria as suas necessidades íntimas de moça.

Mãe-Chica fazia de modo que, de onde quer que partisse, conduzia Sinhá aos países sem nome onde se passavam as maravilhosas histórias de reis e princesas, tão próximas ao serem contadas. As negras da cozinha, mesmo d. Ana, não reconheceriam a marmota do Ofício de Nossa Senhora na espiritada ágil e hipnotizante que conduzia Sinhá aos belos países longínquos. "Hoje de madrugada, Sinhazinha... Se Sinhazinha soubesse o sonho que eu tive... hum, hum!" Trejeiteava; o branco dos olhos revivava-se-lhe. Provocando. Excitando. Benteví estira o pescoço no ninho, treme as asas. Sinhá bota a cabeça para fora da janela:

— Que foi que tu sonhaste, mentirosa?

— Sinhazinha já viu Mãe-Chica mentir?

Sonhara com casamento. Casamento, em que parte?

— Ora, em que parte, Sinhazinha! Onde haveria de ser?

Contou, descrevendo, inventando, em variações de quem assistira a boda de d. Ana, um ano de inverno, com a riqueza do senhor velho na alegria do sertão. Matava-se um boi, um porco, dois carneiros, perús; galinha, nem se falava. E as dansas! Bebidas. Saúdes, que não acabavam. Era um moço assim, assim — retrato dos que deixara lá em cima. O pai, rico como um rei. Mãe boa. Fazendão de gado. Negro como rabaçã. Arca de dinheiro. Cofre de brincos, anéis, pedras finas. Casa nova. Lugar bonito. Um dia, Sinhá lia o *Lunário*, ouve-se reboição, tropel, na estrada: pêrêrê, pêrêrê. Cavaleiro risca no páteo, pai e filho, levantando poeira. Atrás dêles, o combóio. Cargas de malas — malas de pregaria, baús de couro no pêlo, surrões upados, de cheios. Cargueiros de chapéu de couro e guri-nhém de cabo curto. Uma gente queimada do sol, olhar fixe, mão peluda, dente lustroso. O moço, num cavalo rudado (o cavalo dos contos), esporas de prata, corrente de ouro, rebenque novinho. Quem é? Quem é? Vai-se ver: pai, que vem com o filho pedir moça no agreste p'ra êle, — pedir Sinhá.

— Eu, o quê, Mãe-Chica!

— Juro, Sinhazinha.

Beija os dedos em cruz, com a cara para cima:

— Juro por aquela estrêla.

IV

O têrço que a casa-grande rezava depois da ceia era a observância passada de geração a geração, em engenho e fazenda. Rezado todas as noites, saía-se da mesa para o quarto dos santos, como de lá para o quarto de dormir. Mesmo na cidade, d. Ana tinha o seu oratório, assistido por duas velinhas, de bubúia num copo d'água acabado de encher com azeite, que Sinhá acendia às Ave-marias; e ali,

como em Sítio, todos se ajoelhavam se não iam a alguma visita ou novena de igreja. O têrço de engenho, êsse, rezava-se ainda que tivessem hóspede: cortada a palestra, ciciado o bendito de graças, o extranho dirigia-se com os da casa para a ceia da alma e com êles repetia o "O pão nosso de cada dia" e a "Santa Maria, mãe de Deus", às deixas de d. Ana ajoelhada de mãos postas na quina da banca, a passar as contas após tê-las presas, enquanto "tirava", na ponta do indicador e do polegar.

Sinhá não desgostava do têrço do engenho. Entre as obrigações voluntárias do seu dia, a reza de muitas vozes, murmurada entre as paredes corridas de registos bentos, transferia-a a um mundo não desenhado mas rico de plenitudes. Nas noites em que não rezavam sós, ela integrava-se dobradamente no murmúrio dos padre-nossos e das ave-marias. Nessas noites, olhava com maior preito os santos que a vela do castiçal iluminava — o Crucifixo, ao fundo, e Sant'Ana e Nossa Senhora da Conceição, com Santo André, no meio das imagens menores. D. Ana introduzira no têrço da várzea do Mamanguape os padre-nossos e as ave-marias de sufrágio e propiciação do antigo têrço sertanejo, ditos depois dos cinco "mistérios" e do Glória Páter: "Um padre-nosso e uma ave-maria pelas almas do Purgatório"; "pelos que estão em pecado mortal"; "pelos que andam nas ondas do mar"; "pela saúde de S.S. o Papa"; "pela saúde de S.M. o Imperador, da Imperatriz e das Princesas". Viajando no correr das rogativas, Sinhá entrevia as jovens cândidas e os príncipes cavaleiros, montando pégasos jaezados de prata, dos contos de Mãe-Chica. Os olhos no corpo do Salvador, percorria as terras e águas suscitadas pela mãe sempre com as contas nos dedos, e só voltava a si ao ter de fazer o "pelo sinal" do fim. De marcha para seu quarto, beijada a mão aos pais, é que podia atenta na monótona reza do pequeno bando humano desigual, nivelado pela religião. No quarto branco que o candieiro de azeite iluminava deixando o tecto em sombra, rezado o "Com Deus me deito, com Deus me levanto", é que media o quanto só se encontrava no vazio sem termo

de Sítio. As pernas roliças penduradas à borda da cama, tendo rezado por seus mortos, d. Ana pedia por ela, na alcova já sem luz. Sinhá sabia disso, e sentia-se mais isolada sob aquela proteção.

*

* *

Uma noite, tirava d. Ana o padre-nosso e a ave-maria da família imperial, batem palmas lá fora. André do Rêgo virou-se para trás e acenou com a cabeça para Rita. A mucama levanta-se, sai na ponta dos pés. D'aí a pouco, ouviu-se do quarto abrir a janela da saleta, e não tardou viesse a escrava postar-se defronte do oratório, com a cara afogueada. Quando André do Rêgo se voltou para a porta, ela anunciou uns cavaleiros, que esperavam no pátio. Saído o marido, d. Ana apressou o fim da reza, e Rita relatou, na sua voz de rôla cabocla:

— Um, assim a modo de *Sinhô*; o outro, mais moço que o da frente.

Mãe e filha, que, embora prevenidas, recebiam as paradas em Sítio nas primeiras horas da noite como aparições, perguntaram:

— Quem serão?

— Quem serão?

D. Ana pensou em “lá em cima”. Sinhá, interrogado o mistério, abateu-se de tremer-lhe o corpo; mas acalmou refletindo que podia ser uma passagem curta, das em que apenas via o viajante no momento de retomar caminho. Com a rememória de d. Ana dera-se como com o jogador que faz paradas seguidas na mesma carta e, um dia, acerta: os viajantes eram do sertão, conhecidos de nome — pai e filho, que, de ida para a cidade, tocavam no engenho, trazendo cartas e queijos. A sertaneja adivinhou melhor quando, acendido o candieiro e sentados os homens, Rita veio chamá-la.

D. Ana chegou à sala, distinta, como sabia ser nos momentos em que trocava o govêrno da casa, feito com ber-

ros e mochicões, pelas obsequiosas maneiras da senhora de engenho rica. Já encontrou de pé os viajantes, que a sentiram vir chegando, pelo ruído das saias rodadas. Rita esgueirava-se atrás dela, vindo escutar, e não tardou em poder narrar à senhora-moça que o mais novo era filho; que o pai tinha barba e falava compassado como o senhor; que o rapaz olhava p'r'os retratos, p'r'as lanternas, p'r'...

— Minha filha!

Sinhá aguardava o chamado aprontando-se, devorando os informes, imaginando o cavaleiro jovem e a ver-se entrar na sala para dar com... Quem seriam? Porque, chamando o pai a d. Ana e esta a ela daquele jeito... Afinal, como aconteceu com a mãe, à sua chegada, as palavras estacaram e os hóspedes ergueram-se respeitosos.

Nascida no agreste porém sangue sertanejo, Sinhá é recebida com agrados, quasi afagos, pelo homem idoso, que lisonjeou evocando — ela, ainda uma menina — a visita da família ao sertão, — visita que, de tanto se falar, fôra, lá em cima, promovida a fato histórico.

— Senhora dona — exclamou o viajante depois de apreciar a moça — bem me diziam que a sua herdeira estava uma imagem. Benza-a Deus!

Olha Sinhá:

— Como ela ficou! E não fazem dez anos.

Naquela época, Sinhá era franzina; crescendo, reforçara-se, conquanto não engordasse, não parecesse tender para o tipo rotundo da mãe. De d. Ana ganhara a alvura, o cabelo preto, e tirava do pai o ser mais alta e o ar distante, adoçado pelo sorriso moço. O rapaz pousava nas mãos dela os olhos acanhados que não se atreviam a fitá-la no rosto. As mãos de Sinhá eram das que um pintor copiaria, — mãos de santa bem feita — como já dissera o pai de Nana, reunindo ao tino dos negócios o gôsto de homem criado em Recife, na frequência das velhas igrejas. Mirava-as o rapaz admirando, se bem que repartindo a atenção com a conversa. O pai dava notícias. Antônio Jácome vinha da ribeira das Pinharas e descia ao agreste para dois fins: conhecer Mamanguape exalçado como milagre de con-

vergência da Natureza feliz com o humano interêsse e comprar enxoval para o filho, que ia casar.

— Casar? — fez d. Ana sem a decepção da filha mas com igual surpresa — Casar, com quem? — como se pudesse distinguir, moças, as meninas que, nove anos antes, lá deixara do tope da Sinhá de então. Ela tinha, porém, na mente os nomes, os parentescos, alianças, dissensões, de modo que Antônio Jácome não revelou patronímico jamais ouvido. Quando êle disse que o rapaz estava noivo de uma filha de Gonçalo Parente, a senhora de engenho moveu-se na cadeira de braços, com espanto maior que a surpresa. Como? uma Parente casar com um Jácome?! Parentes e Jácomes, que, não sendo inimigos de fogo e sangue, separavam-se desde tanto tempo, por uma rixa surda, tenaz, a ponto de cortar-se o riso a um Parente ao ouvir o nome de um Jácome e a um Jácome ouvindo o de um Parente! Percebendo, Antônio Jácome satisfez a curiosidade da sertaneja não acostumada a tais acomodações. Entre êle e o pai da noiva não se interpunha, só, a razão já antiga: os dois achavam-se em demanda, havia anos, e foi isso que precipitou o imprevisto. Como cousa mandada, os rebentos de um e do outro tronco atraíram-se, e nenhuma das famílias quis agravar o que, em si, era fero. Moço e moça, cada qual do seu lado, arranjaram padrinhos, e, em ambas as casas, as resistências que deitavam raízes, de rebento a rebento, sempre mais fundas, apesar disso, enfraqueceram.

— As mães — adita Antônio Jácome baixando as pestanas e a barba muito grossa — as mães metem-se nesses casos; nós homens: é-se pai, tem-se amor, vai, cedemos. Joaquim Parente cedeu e eu concordei.

— E como ela se chama? — pergunta d. Ana chegando-se para a terra querida. *

— Teresa, — a Teresinha Parente, como todos chamam, e é no que se fala em Pinharas. Que Teresinha vai casar com Zeca Jácome; que os Parente e os Jácome se uniram depois de tantos anos; sem saberem que o noivado de lá com o meu filho põe uns ramos de flor na ladeira, mas nenhum está se entregando. A honra, senhora dona, é como

o ouro, que, por se prestar a fazer-se anéis e brincos, não perde as qualidades do metal.

O sertão trágico de quando, ouvido um tiro no silêncio noturno, as famílias ajoelhavam, no lugar da casa onde estivessem, e rezavam por alma do que morrera, reviveu na conversa do fazendeiro com os senhores de engenho, d. Ana, ao pé da filha criada com merendas de histórias, indagando para diante. Os do sertão, começando, é de não ter mais fim. Prue neles um fervor de serões estirados, de narrativas que alteiam as vozes, de concursos de crônicas, com o drama quotidiano elevado a epopéia na paisagem de campos adustos marcados de árvores rijas — das baraúnas, das aroeiras, dos paus-ferro, dos jatobás, — à vista das serras negras especadas de chinchos, e que êles citam como pessoas mudas dos episódios. D. Ana a puxar pelo hóspede e Antônio Jácome desfiando solícito, no noitão do engenho.

(Continua)

POEMA

DISCURSO AO POETA

AUGUSTO FREDERICO SCHMIDT.

Impossível voltar aos ritmos perfeitos e sagrados
Como era do teu mais profundo desejo — oh! Poeta!
Impossível realizar a tua poesia tal como a aspiras
Hoje, na tua madureza, nesse princípio de compreensão
Que te veio tão tarde,
Depois de dispersada a tua fôrça e a tua seiva
Nos ritmos efêmeros e desgrenhados.
Impossível caminhar tranquilo ao Encontro da Vida
Depois de ter enfrentado a morte,
Depois de ter chorado sôbre as melancolias dos teus amores
e do teu desespêro de viver!

Impossível — agora que realizaste o domínio e o equilíbrio das tuas fôrças
E que, dissipadas as brumas iniciais, a Tua Poesia
Te sorri ao longe, como um remanso, uma paisagem elísia,
Impossível, Poeta, contemplar a Poesia Nua, Pura e Serena!
O teu canto não poderá subir com a graça perfeita e efêmera de um lírio
Aos céus nítidos e azues.
Tens de chorar ainda — oh! Poeta
E não mais sôbre ti mesmo.
Tens de chorar sôbre o Homem
Perseguido, torturado, reduzido à miséria e à escravidão.

Tua missão é de servir, é de aclarar as consciências,
É de renovar as próprias palavras, hoje perdidas;
Tua missão é de fazer brilhar como uma estrêla peregrina
A velha e abandonada palavra "liberdade",
Banida, há tanto, dos subtis e dos inteligentes dêste mundo.

Teu canto tem de ser — oh! Poeta
 Medíocre e corrente para que te possas comunicar com o mundo.
 Tens de dizer, como os oradores diriam, que penetramos, nós homens,
 Na era da servidão.
 Que se levantaram as fôrças cegas da tirania
 Contra o que está sendo reduzido cada vez mais,
 Contra o que está sendo cada vez mais
 Destituído dêsse direito à dignidade,
 Conquistado pelo sofrimento de gerações e gerações.

Onde está o homem, hoje, está a ameaça, e está organizado o sofrimento.
 Jamais a Injustiça dominou as coisas como nestas horas.
 As cidades estão sendo destruidas
 E nelas, ó que há de mais inocente e frágil no mundo,
 As crianças, as velhas, as igrejas, os doentes.
 Quem tem uma Palavra a dizer é obrigado a silenciar.
 O mais duro fanatismo ameaça dominar tudo, nações e povos:
 Os sonhos de domínio de tudo —
 Das consciências aos bens da terra, do que é fluido e impreciso,
 porque é a espuma do espírito,
 Ao que é apenas o sentimento das coisas,
 Tudo isso está sendo escravizado diante dos Senhores do tempo
 A serviço de uma louca ambição.

A fonte das profecias está sêca, anunciava o filósofo.
 Os profetas de Israel estão escondidos
 E as palavras que desciam dêles,
 Como as águas impetuosas dos rios,
 Essas palavras que amedrontavam os reis de outrora,
 Não nascem mais, nem mais são balbuciadas.
 O sentido exato de que é preciso não irritar mais
 Os dominadores, paralisou todas as fôrças da eloquência e da indignação.
 Vemos neste mundo a Nação que conduzia no mundo a Flama do Espírito
 Curvada e tímida, perdida nesse desejo absurdo de salvar a sua sombra —
 Depois de se ter abandonado aos ímpetos inimigos.

Como te será possível, Poeta,
 O recolhimento às sombras antigas
 E ficar com o doce Virgílio — imitando
 O seu canto claro, anunciador do fim da Idade de Ferro
 E a Aurora da Idade de Ouro?
 Como te será possível fixar o pensamento
 Nas formas delicadas e eternas,
 Se o teu tempo é revólto e triste,
 E se as aves que atravessam os teus céus de névoa

São as aves que não cantam, são as que figuram cruzeiros nos céus,
Com as suas escuras asas tristes?

Como poderás — Poeta — erguer o teu canto em louvor da vida simples
Se os simples estão sendo expulsos dos seus campos,
Se os que plantam e trabalham a terra estão sujeitos às torturas,
Se os trigais estão manchados de sangue
Se os que estavam há séculos presos à terra materna
Estão refugiados nos portos sujos, como animais espantados,
Esperando a partida impossível para terras distantes ou imaginárias.
Não há mais, Poeta, uma só mão que esteja trabalhando a terra
Com a tranquilidade religiosa que reinava sobre as culturas antigas.
As mãos que conduzem os instrumentos que revolvem as fecundas entranhas da terra,
Essas mãos rudes e puras, estão trêmulas todas.

E nem é bom e útil falar nos que estão presos porque
Deram forma, porque realizaram a encarnação
Do pensamento na palavra.
Nos que estão sofrendo porque não se deixaram ficar como os que perderam a graça
[de falar, de dizer e de clamar!]

A tua aspiração de cantar a natureza e as forças sossegadas,
A tua aspiração de deixar descer o orvalho do teu lirismo
Nas rosas nascidas na Aurora do Mundo,
Toda a alegria, toda a posse do teu próprio ritmo
Não se realizará mais.

Tua poesia que conheceu tão só as horas escuras,
A tua poesia que recebeu a adolescência,
Que sentiu o milagre da mocidade
Como um castigo e um desespêro,
A tua poesia precoce na dor
Deformada e sombria
Na hora há tanto esperada da libertação,
Tem de servir ainda, tem de ser não uma poesia pura,
Não uma obra de arte, como o teu desejo a realizava,
Mas uma voz, que deverá traduzir, neste momento,
A causa da libertação do Homem.

A tua Voz, Poeta, não pode
Voltar-se ainda — para as tuas secretas e encantadas regiões.
Ela tem de lembrar ao Homem que Ele é inviolável na sua consciência.
Ela tem de te falar, até o último instante
Até a sua derradeira resistência
Para que não sejam esquecidas as santas conquistas;
Para que não seja desterrada essa dignidade humana

Esse respeito que nos devemos uns aos outros
Bandeira por quem mergulharam na Morte tantos seres.
O caminho do Cristo está apagado
As marcas dos seus pés, que se ensanguentaram
No martírio supremo,
Desapareceram da terra.
O eco da sua voz, que os corações humanos
Vieram guardando até aqui, foi sepultado no tumulto
Dos ruídos de guerra!
E nenhuma Autoridade se levanta para defender o Homem.

Ainda não chegou o tempo — e talvez não chegue jamais —
Ainda não é para os teus dias essa idade clássica.
A hora é romântica!
Na hora clássica a que te desejas submeter
Para que a tua poesia pudesse durar,
Na idade clássica tudo caminha e amadurece regularmente.
Na idade clássica que aspiraste penetrar um instante com o teu espírito feliz,
As coisas estão contidas em si mesmas, e ninguém se debruça sobre o alheio,
Porque todo ser é o centro da sua vida,
E a própria tragédia se configura numa unidade perfeita.
A hora é romântica, Poeta!

Temos de partir em defesa das coisas perdidas
E a voz — flâmula — que terá a eloquência da justiça suprema,
Perderá o encanto simples, a pureza do que se realizou isento das efêmeras paixões
[da hora.

A hora é romântica.
Estamos partindo em defesa do Homem
Teremos de fazer circular as palavras sem uso,
Teremos de nos misturar com o mundo
E traduzir os soluços, as queixas e, um dia, o enérgico grito de guerra,
Do Prisioneiro, do Mártir, do grande perseguido dos tempos sem alma!

A DERROTA

MARQUES REBÊLO.

Sentiu nos ombros a pressão das pequenas mãos de Magnólia. Depois — e êle estava junto à janela olhando o pequeno quintal cimentado, fechado ao fundo por um muro cinzento e hostil — depois as coxas quentes, o ventre, os seios empinados de virgem, tudo êle sentiu colado às suas costas. Por um momento fechou os olhos ao doce calor, num relaxamento que tinha muito de sonho. Mas o amigo estava no quarto ao lado, poderia aparecer de repente... Afastou-se e dirigiu-se para a porta do quarto:

— Como é, Mário, você fica pronto ou não?

— Estou quasi.

Entrou no quarto, o desalinhado quarto do amigo solteirão. Êle dava o laço à gravata.

— Só falta meter a papelada no bolso.

— Está bem.

Olhou-se no espelho — por que só agora via, deprimido, humilhado, as têmeoras marcadas pelos primeiros cabelos brancos? E Magnólia entrou atrás, como se nada houvera acontecido.

— Quis arrumar o quarto, sabe? mas o Mário não admitiu. Me expulsou daqui com uns desaforos bem pesados.

Mário riu:

— Cada um com a sua ordem...

— Não. A coisa é outra: cada porco com o seu chiqueiro.

Renato não sabia onde pôr os olhos. Riu forçadamente. Magnólia dirigiu-se a êle:

— Você não está com boa cara hoje, rapaz... (tratava-o sempre por rapaz.) Que é que está sentindo?

Renato tremeu:

— Eu?! Nada. Isto é, uma pequena dôr de cabeça...

— Cafiaspirina, recomendou Mário, enfiando nos bolsos uma infinidade de papéis.

— Ou carinho, emendou Magnólia.

Renato não se conteve:

— Depende de quem...

Ela derrotou-o em toda linha:

— Para que é que o rapaz então é casado? E riu gostosamente, encarando-o com os olhos atrevidos, olhos verdes, levemente estrábicos, e aos quais as sobranceiras arqueadas emprestavam uma beleza maior.

Recolheu-se mais tarde que do costume, passava de meia-noite. (Ficara esticado no divã da pequena sala de entrada, pensando, pensando, tentando explicar a si próprio o que tinha acontecido. Mas veio um cansaço pesado demais. Tinha trabalhado tanto durante o dia, tinha pensado tanto durante o dia... Fechou o livro do qual não lera uma única página, caminhou para o quarto.) Pela janela aberta vinha um raio de lua e pousava na cama. Dulce dormia já. Ele deitou-se também, com cuidado para não acordá-la. Ela, porém, falou baixinho, meio dormindo:

— É você?

Ele sorriu — quem haveria de ser? — e respondeu:

— Sou.

Ela puxou mais um pouco para o rosto a coberta e entrou de novo num sono tranquilo. Ele fechou os olhos. Magnólia veio vindo — para que é que o rapaz então é casado? E ela vinha com os olhos verdes, e a bôca vermelha, infinitamente vermelha, com os seios empinados, com as mãos dum calor de sol de tarde, e vinha, e vinha, e vinha — o sono custou a chegar.

Era a primeira manhã fria do inverno carioca. Uma névoa baixava sôbre as ruas, a umidade entrava até os ossos.

Ainda não eram sete horas, quando saiu. Como fazia todos os dias, foi buscar o amigo. O motor custara a pegar, os pneus um tanto gastos derrapavam no asfalto molhado.

Chegou, foi entrando. O jardinzinho morria sem cuidados. Com a mão nervosa virou a maçaneta íntima, caiu na sala, onde tudo lhe era familiar: o grupo estofado de pano-couro, o tapete desfiando-se, o abajur com flores, a mancha de chuva na pintura da parede, o busto da moça olhando uma cereja. Ela estava na sala, como se esperasse por êle.

— Veio cedo, hein, rapaz... (êle sentiu medo) e ela tinha um sorriso de quem se vê vitoriosa.

O coração batia agitado:

— Cedo?

Ela parecia que frisava as palavras, tão de vagar falou:

— Nunca vem a esta hora. Acho que nem passa das sete...

Procurou ser natural:

— Então estou com o relógio adiantado. Pensei que já passasse bem das sete.

Ela levantou-se e caminhou para êle:

— Não tem importância. Seu relógio devia andar sempre assim. E encostando-se nele: Quanto mais cedo, melhor.

— E Mário? gemeu.

— Está no banho ainda.

O rosto dela uniu-se ao seu. A cabeleira sôlta, loura, dum louro que o banho de mar queimara um pouco, palpitava num perfume de árvore em flor, num calor de travesseiro macio, num frêmito de asa de pássaro.

As palavras entravam-lhe no ouvido com a pungência da traição:

— Êle está no banho... êle está no banho.

E sentiu a mordidela na orelha. Depois a bôca rasgada escorregou pelo pescoço, desceu, subiu, as bôcas se uniram. E o sangue queimava, e a carne queimava, e tudo parecia rodar, e a sala era o céu, e o chão faltava-lhe.

Afastou-se bruscamente — ouvira os passos de Mário. E Mário entrou:

— Que cara é esta, homem?

Não soube depois como conseguiu dizer aquilo:

— Estou sentindo uma vertigem. Parece que vou cair.

Mário correu para êle, amparou-o, fê-lo sentar no divã.

— Café, Magnólia. Depressa, uma chicrinha de café.

E a mão do amigo afagava-lhe a testa, e o lenço do amigo secava o suor que escorria frio como o suor da morte.

— Mas como foi? Você saiu bem de casa?

Continuou a mentir:

— Saí. Foi de repente. Não sei explicar. Parecia que eu ia cair.

— Que diabo!

— É.

Magnólia trouxe o café. Cada gole como lhe custava a passar na garganta. E Mário insistia:

— Bebe, Renato. É para levantar as fôrças. Talvez seja uma vertigem de fraqueza. Você tomou café em casa?

Renato fez com a cabeça que sim. E Magnólia explicava: Entrou, parecia que estava tão bem, estávamos conversando, depois êle começou a passar a mão na testa, parecia que ia cair, eu ia segurá-lo...

E êle não podia fitar Magnólia. Engoliu o último gole, como se engolissem veneno. Magnólia tomou-lhe a xícara com um sorriso que só êle viu.

E Mário levantou-se:

— Está melhor?

— Estou.

A voz do amigo era muito clara, muito decidida:

— Mas não vai trabalhar, não. Fica aqui até ficar bom de todo. Depois toma um taxi e vai para casa. Eu levo o teu carro, depois, de tarde. Vou nele para o escritório. Se sentir qualquer coisa — ouviu Magnólia? — manda chamar o doutor Pereira ali na farmácia. Não está bem assim?

Êle disse apenas:

— Está bem.

E pensou que iria ficar sózinho com Magnólia. E sentiu-se imensamente infeliz.

FEBRE

ROSALINA COELHO LISBOA.

Ah! dôr de só querer o Inatingível,
O Melhor, o mais Alto, o mais Perfeito!
Doença de coração insatisfeito...
Angústia de exigir o Inexequível!

Ah! conquistar, no incomparável feito,
Alturas e horizontes do Impossível!
Sangrar idéias ante o Intraduzível!
Volúpia de profeta à cruz afeito!

Alma de deus entre homens desterrada,
Revolta de titã, caminho inverso...
— Ó ponto de partida sem chegada.

E decifrar em tudo o aviso adverso:
— Fecha os olhos às luzes pela estrada!
Mentem as próprias vozes do teu verso!...

1941.

POEMAS

PEDRO DANTAS.

POEMA TROPICAL

Nas horas longas das tardes mornas
Silêncio
Fumaças mansas sobem de manso
Vozes se abafam nas casas frescas
Fôlhas abanam com lentidão.
Árvores verdes de um verde absurdo
bebem o sol.
E que vontade de longas sêdes
de sombras densas e roupas claras
e banhos frios nos corpos nus.
A vida pesã nos nossos ombros.
Do peito sobem rudes cantigas
cheias de fundas melancolias
e desesperos do coração.
No mundo todo de maravilhas
a própria intensidade da vida convida insidiosamente ao desânimo.

1928.

PERSPECTIVA DE CASA ANTIGA

Velha casa de sol, verde de eternas tintas
que mistérios de outrora absorvem os teus cantos?
O reflexo da vida que te envolve
acende essas janelas multicores,
sobe pelas paredes
que andam de mãos no chão
e desencanta as lágrimas
mortas, do coração.

Velha casa de sol que outros sóis iluminam,
doce da mansidão que não existe mais
fresca da sombra agora invisível e enorme
de esquecido viver que hoje é ternura e paz,
velha casa: outro vento afirma essa estrutura
que te dá teu aspecto agigantado e louco
— resto de uma perturbadora música abafada.

Que tens hoje que ver com o delírio das rosas?
Porque te olham assim espantados os bichos?
Não és tu? Que mais querem?
— Ah! querem outra vez as mil noites sonoras
o perdido rumor, tão familiar, dos vícios.

Vês? Onde andarão agora os pássaros e as frutas?
Onde a fragrância, o som e o sono, as puras côres?
Tudo já te deixou e nunca mais escutas
vozes gastas de amor no entontecer das flores.

Quem te tirou de ti? Quem te arrastou na sombra?
Como te surpreendeu o panorama estranho?
Nunca mais queimarão as árvores de antanho...
Nunca mais te verei, clara e dourada que eras:
olho-te mas perdeste o alto poder das mágoas;
lembras, mas já não tens a lucidez do sonho;
rolas, e não verás a síncope das águas.

1929.

CANTO DE ABAFADO

Quando menos esperava
de repente percebi que estava abafado
e no meu peito o coração parou

(Não parou de verdade:
ao contrário, nunca fôra tão ágil
correu os signos do Zodíaco
subverteu — amplamente! — a ordem natural das coisas
foi de estrêla em estrêla
para além dos limites do mundo
lá onde não há planos nem equivalências nem perturbações)

ELEGIA DOS PASSAROS VOANDO

Oh! nunca poderei aceitar a miserável máxima utilitária.
 Quando o primeiro pássaro — o de ébano — cortou a trajetória dos meus olhares
 no seu lento bater de asas perdidas,
 que houve então, que houve então, olhos tristes?
 Que ares carregados, que tufões terríveis
 te arrastaram, pássaro? E para onde vais?
 Para deter-te, trêmulo, estendo a mão inhábil...
 Meu pensamento segue-te onde quer que vás.

Não, nunca poderei aceitar a miserável máxima utilitária.

Depois foi o pássaro de fogo
 sereno tatarar das asas ígneas
 indiferente à luz, pois era luz.
 Pousou momentos sôbre a minha mão
 para depois alçar o vôo altíssimo:
 teu destino é o dos pássaros — e voas.
 Meu é o destino humano — e estendo a mão.

Não obstante, pássaros, pássaro de ébano apenas egresso da tempestade,
 pássaro de fogo que voas, tão elegante, sôbre patins;
 não obstante, nunca mais poderei aceitar a miserável máxima utilitária
 e vos quero voando lá no azul profundo
 pequeninos pontos que se vão sumindo
 lá onde estes olhos não alcançam mais
 e vos quero voando lá onde não chega
 o apêlo aflito do meu coração.

PARAFRASE DE CENDRARS

Quando amares, vai-te embora
 toma o trem, toma o avião,
 o auto, o vapor, dá o fora
 pira, rasga o coração.
 Suspira, chora, aborrece-te
 assobia, dança, embriaga-te

e se a morte um dia afaga-te
verás, teu amor esquece-te.
Um ano, um dia, uma hora...
Quando amares, vai-te embora
sossega êsse coração.

Quando amares, vai-te embora
por êsse mundo de Deus.
Vai sem destino, que agora
não saibam os passos teus
onde conduzir-te. A esmo
sem hora e sem rumo à toa
companheiro de ti mesmo
verás que a vida ainda é boa
Vai, anda, parte, dá o fora
quando amares vai-te embora
domina o teu coração.

Quando amares, vai-te embora
por êsse mundo sem fim!
Faz como eu farei agora,
pobre de mim, vou-me embora,
não volto mais, ai de mim!

MISTÉRIOS DE CARLOTA JOAQUINA

TOBIAS MONTEIRO.

O desejo de voltar à Europa, alimentado sempre por Carlota Joaquina, que nunca o escondeu e até revelara a diplomatas, como fez ao marquês de Casaflores e ao austriaco Barão Neven, manifestou-se mais vivamente, desde a volta de seu irmão, Fernando VII, ao trono de Espanha, quando concebeu o projeto de casá-lo, e também o Infante D. Carlos, com duas de suas filhas. Sem dúvida o clima do Rio era-lhe desfavorável e causava-lhe males, motivo principal de sua aversão ao Brasil; mas os interesses do Império espanhol da América e a situação política de sua pátria de origem davam-lhe ânimo para suportá-lo.

Apenas realizado aquele importante acontecimento, ao enviar parabens ao irmão, a 30 de janeiro de 1814, dirigiu-lhe, ao mesmo tempo, a súplica de arrancá-la do Brasil, onde já não podia viver “nem física nem moralmente”; todavia, encomendava-lhe que, além de um navio para conduzi-la, a ela “e as meninas”, mandasse em missão pessoa de respeito, a quem não pudessem dizer não: “quem tu mandes seja honrado e de caráter forte e só faça o que eu lhe diga e venha diretamente a mim, sem depender do Príncipe nem de Ministros; vê quem mandas; pois receio que, sendo Ministro, lhe façam aqui das suas”.

A êsse pedido juntava o de nada se publicar da sua correspondência e também o de suportarem-se sem protesto, por mais tempo, os maus tratos por ela sofridos: “nem peças satisfação do que me têm feito enquanto estou de-

baixo do jugo, pois do contrário sou ainda mais sacrificada. Perdôa-me, meu Fernando, tanta impertinência, porém não tenho ninguém neste mundo que olhe por mim a não seres tu”.

Já então havia ela incumbido o padre Bernardo Dias de encontrar-se com o Rei e o Infante e com êles instar, de sua parte, para aceitarem-lhe as filhas por esposas. O padre Bernardo esperou ambos em Valência, e apenas chegaram, na volta do exílio, falou-lhes com empenho acêrca da sua missão; mas os dois Príncipes nada decidiram.

Poucos meses depois, Carlota resolvia fazer a oferta diretamente, por carta a Fernando VII, reforçada com a colaboração de frei Cirilo Alameda, seu secretário, substituto de Presas, e do general Vigodet, governador de Montevidéu, encarregados de irem a Madrid expor o seu estado de saúde, cuja origem, acreditava, se devia tanto ao influxo do clima do país, como aos padecimentos de espírito com que sem cessar a atormentavam.

Os emissários foram incumbidos de inclinar o ânimo do monarca a valer-se de qualquer estratagem politica, ou até da sua autoridade real, para tirá-la do centro dos desgostos e maus tratos que a aproximavam do túmulo. No intuito de instrui-los, expôs-lhes a Princesa, por extenso, “os acontecimentos desagradáveis que ocorreram entre ela e seu augusto espôso, e o menosprezo a que a queriam reduzir, parecendo terem o intuito de vê-la finar-se num país onde não podia permanecer”. Nessa ocasião, Carlota Joaquina pretendeu pedir-lhe licença para estabelecer-se em Pernambuco, na esperança de poder mais fâcilmente seguir dali para a península.

Vigodet, que em carta de 30 de março de 1816, recordava particularidades à Princesa, no momento de receber a missão, aconselhou-a a procurar melhoras no bom clima de Minas Gerais, onde com proveito poderia passar o verão; ela porém recusou, lamentando, entre suspiros, não poder ir para Espanha, em sua companhia, até num bote, levando os seus papéis, queria dizer o seu arquivo. Ficou então combinado insinuar-se a El-Rei enviar em missão ao Rio o

Infante D. Carlos, a quem D. João não poderia recusar o pedido de levar a irmã.

Ao frade cabia especialmente tratar o negócio do casamento, que, segundo atesta Vigodet, "manejou com rara habilidade; para esse fim, a Princesa confiara-lhe os retratos das filhas e fizera-o portador de uma carta, datada a 23 de maio de 1814, dirigida ao futuro genro. Sem rodeios, abordava francamente o assunto: "Agora vamos a outros negócios, que como são entre irmãos se fala com franqueza. Tenho seis filhas e desejo acomodá-las".

Passava a dar informações minuciosas das qualidades físicas e morais de cada uma, para que, a todo tempo, nem elle nem a Nação dissessem que os enganara: "A primeira, Maria Teresa, tem vinte e um anos, é viúva, tem um filho e está enferma do peito. A segunda, Maria Isabel, tem dezessete anos, é gorda, branca, mas há quatro anos tem accidentes epilépticos muito fortes e algo de obstrução no figado. A terceira, Maria Francisca, tem quatorze, é muito sã e muito forte, é alta e mui bem feita; não é feia, muito viva, com talento e muita habilidade, é dócil, simples e não tem dobrezas, é morena com olhos muito bonitos e picada de bexigas, porém sem defeito; parece mais tua filha que sobrinha. Estas três já são mulheres, não têm que esperar; se quizeres alguma, escolhe a que quizeres sem fazer cerimônia, se é a mais velha ou a mais jovem; a que te agrade e a que seja mais apta para sucessão, que é muito necessária, e nada de cerimônias. Não digas nunca a ninguém que te disse isto, porque aquí hão de querer empurrar uma das primeiras."

Em novembro do mesmo ano, antes de ter notícias a respeito desse assunto, Carlota Joaquina escrevia de novo ao irmão, no dia 6, assegurando ter-lhe tudo informado com franqueza, sem omitir defeito ou qualidade alguma das três filhas, pois "não conhecia preferências". Elle deveria escolher com plena liberdade; fosse-lhe permitido, entretanto, fazer algumas observações: "A primeira de minhas filhas, que tem vinte anos, viúva e já com filho, está enferma do peito e por conseguinte não está em condições de

poderes escolhê-la. A segunda, de 17 anos, bastante gorda, branca e formosa, está quasi radicalmente curada da obstrução do figado, mas continua com accidentes epilépticos. Esta criatura é amabilissima, dócil, timorata, muito capaz e humilde, inimiga de intrigas, de partidos, nem de preferências. Infelizmente, não está livre de todo daqueles accidentes, porque deve ser uma grande mãe de família por seu juízo e belas qualidades. A terceira, que já te disse tem 14 anos, que é muito sã, muito forte, alta, bem feita, nada feia, muito viva, algo morena, com muito bonitos olhos, picada de variolas, com talento, muita graça, habilidade, sem defeito algum e que parece mais tua filha que sobrinha, ainda que te disse também que era muito dócil, simples e que não tinha dobrezas, descobri depois seu geniozinho, sem ser ela culpada. Encarrego o Fr. Cirilo que te ponha ao corrente a respeito dêste particular. A quarta, Isabel Maria, de quem não te falei em minha citada carta de 23 de maio, tem 13 anos, é formosíssima, alva, rúiva, com belos olhos, alta, delgada, bem disposta, de talento, docilidade, singeleza, sem artificios ou dissimulações, muito humilde e muito amante e amada da segunda. Escolhe a que queres sem andar com cerimônias. Acho muito a propósito a quarta para Carlos e em êste caso julgo que se tu escolhes a segunda, gozareis de muita paz, pois que ambas se estimam muito. Não falo nada a Carlos; só te peço que lhe fales o que te pareça e dê licença a Fr. Cirilo para tratar com êle da melhor forma que julgues”.

Ajuntava que Cirilo lhe conhecia o coração e os desejos. No último dia do mesmo mês de novembro, escrevia a êsse frade, dando-lhe parte de sentir-se mal com a entrada do calor e recear algum ataque, pois tudo ora igual ao prelúdio que sempre o precedia. “Deus e meu Fernando tirem-me daqui”, supplicava; ao mesmo tempo, lembrava a recomendação, já feita, de enviarem pessoa a quem se não pudesse dizer não, “porque sem isso não me deixam sair, pois bem conheces os antecedentes”, concluía por prevenir.

Em meados de julho de 1815, ainda sem saber da aquiescência dos irmãos, nadava Carlota Joaquina num mar

de incertezas. "Teu prazer não será maior que o meu", escrevia ela à irmã Maria Luiza, "quando o céu permitir que nos abracemos em meu regresso à Europa; mas por ora há apenas esperanças". Já estava em caminho a resposta ansiosamente esperada. Em carta de 3 de maio, em termos inexcedíveis de ternura e afeto, dirigira-se Fernando VII à futura sogra: "Querida Calota mia de mi vida, hermanita de mi alma". Ele e o irmão Infante haviam escolhido as duas noivas por ela indicadas: Maria Isabel o primeiro, Maria Francisca o segundo. Iria uma náu ao Rio buscar as três personagens, que viajariam incógnitas, usando Carlota Joaquina o título de duquesa de Olivença. A razão do incógnito era principalmente de ordem financeira, dizia El-Rei em carta de 21 de junho, "pois não estamos para gastos". Com o intuito de melhor guardar-se o segredo, as três princesas iriam assim até Aranjuez, São Lourenço e Santo Ildefonso, tudo dependendo da escolha do porto de desembarque e do caminho para ser escolhido. "É indispensável que atives quanto possas a tua saída do Rio de Janeiro", concluía El-Rei, juntando a informação de haver escrito ao Príncipe Regente, mostrando-lhe a conveniência do incógnito e de achar-se o general Vigodet encarregado de acompanhar as viajoras.

À primeira carta respondia a Princesa, a 3 de setembro, exultante de alegria: "Deus vai conceder-nos o prazer, porque tenho suspirado tanto tempo". Até àquela data não estava tudo definitivamente resolvido acêrca da sua ida; ela, porém, contava com o consentimento do espôso, a quem lhe era "sumamente sensível" deixar. Como para todos os males há remédio, Carlota Joaquina achava fâcilmente o meio de minorar tão simulado sentimento, tanto mais quanto êle apenas provinha da exigência de hipócrita formalidade: "o poderoso motivo de acompanhar minhas filhas torna leve aquela pena". A simples escolha da futura rainha incendia-lhe o coração como por encanto: "Maria está sumamente apaixonada de ti, ama-te como não é possível encarecer; abraça-te desde cá e consola-se com o teu retrato", informava pressurosamente a mãe, que a respeito de Maria Fran-

cisca, talvez de natural mais calmo, apenas dizia considerá-la ditosa com a escolha de seu tio Carlos.

Ao fim do referido mês, Carlota Joaquina tinha a viagem como certa, e a 30 escrevia a D. Tadeu Francisco Catoaide: "Graças a Deus, em janeiro chegarei a Cádiz". No dia seguinte, dava com segurança a mesma nova ao irmão, El-Rei, pois estavam vencidas as dificuldades devidas à sua débil saúde, e decidia-se o Príncipe a ser agradável a seu cunhado e futuro genro. A resolução era firme, já fôra escolhida a filha mais jovem, Ana de Jesus Maria, para acompanhá-la até na volta, "quando saia de Espanha e também porque a sua curta idade exigia não a deixar a tanta distância."

A partida deveria realizar-se entre 15 e 20 de outubro, conforme participara a Princesa, em carta de 2 dêsse mês, a D. Miguel Lardizabal y Oribe, a quem ainda informava haver Vigodet obtido para ela, de empréstimo feito por Joaquim Severino Gomes, a soma de 11.000 pêsos fortes, destinada a preparar a fragata *Soledad*, surta no pôrto. Entretanto, logo depois, adiou-se o embarque para o princípio de novembro, pois julgou Carlota Joaquina que só então seria possível embarcar, a despeito do "frio, o inimigo mortal" do seu peito; e era essa também a opinião dos médicos. "As urgentes reflexões de Vigodet e do padre Cirilo e outras cousas que te direi", escrevia ela a Fernando VII a 1.º do mesmo mês, "fazem-me até correr o risco que possa correr minha saúde". O Príncipe desejava se depusessem as filhas no navio *S. Sebastião*, onde se faria a viagem; mas o irmão sabia o que devia fazer e por conseguinte ela nada mais diria até se verem. Informava-lhe não ter sido possível guardar o segredo, por êle recomendado, pois quando Vigodet e Cirilo voltaram ao Rio já tudo se sabia: "Quando tiver o prazer de abraçar-te, contar-te-ei estas cousas e muitas outras de interêsse. Faze enfim o que te pareça, na suposição que apparecerei com o titulo de Duquesa de Olivença".

A 8 de outubro era firme a resolução de embarcarem-se, sem falta, a 6 de novembro, e levantar-se ferro no

dia seguinte, rumo a Cádiz, onde conviria que o Infante fosse ter, com poderes para fazer-se a bordo o duplo casamento, conforme o desejo de D. João. Êle nada poupava, para realizarem-se os enlaces quanto antes. Tanto em relação ao tempo da partida, como em tudo mais, concernente às noivas, deixara a espôsa dispor livremente, assim ela confessava a Fernando, em cartas de 8 de outubro e 1 de novembro.

O Govêrno de Lisboa devia ter notícias da partida, marcada para novembro; pois os dois escreviam à irmã, futura sogra, dizendo saberem que daí ia sair uma fragata para cruzar, à espera do navio, onde viriam as princesas.

Mas a 1 de novembro estava tudo alterado. Quebrantada de saúde, Carlota Joaquina comunicava a El Rei não poder partir a 6, como anunciara. Uma opressão do peito, com assomos de febre, molestava-a sobremodo. Quis ouvir os médicos da real câmara e pedira ao Príncipe convocá-los em junta. Êle, porém, sempre disposto a não desgostá-la e a satisfazer-lhe todos os desejos a respeito dessa viagem, incumbiu-a de consultá-los diretamente, para proceder com acêrto. Os médicos aconselharam-na a não partir, pois sua débil constituição não resistiria ao inverno em Espanha; e dêsse modo assentou-se no adiamento para princípios de fevereiro do ano seguinte.

Tal decisão ela participou a Vigodet no dia 3, acrescentando ter deitado escarros sanguinolentos e ouvido, durante o tratamento, as apreensões dos dois médicos da câmara. Daí nascera a idéia de reuni-los em conferência e pedir-lhes os votos escritos, que ela lhe mandava.

Na carta de 1 de novembro, portadora dessa má nova a El Rei seu irmão, repetia a Princesa quanto dissera noutra, de 8 de outubro, a respeito das boas disposições do marido, por ordem de quem tudo se preparou prontamente para não se demorarem os casamentos, cuja realização êle esperava com demonstrações da maior alegria. Era, porém, de notar a sua "louvável inquietação" por não se terem ainda consumado: e para não perder-se mais tempo, lembrou a idéia, por ela aprovada, de enviarem-se os poderes

necessários, afim de celebrá-los em Madrid, na ausência das noivas, por meio de procuradores. Ao serem remetidos êsses poderes no dia 7, continuou Carlota Joaquina a anunciar, por carta, a partida agora transferida para fevereiro. A 5 de dezembro escrevia ao tio D. Antônio, dizendo-se restabelecida do ataque de peito e cheia de precauções para estar pronta no mês marcado. A 20 de janeiro de 1816, comunicava ao pai que, no tempo escolhido, daria a vela para Cádiz, onde esperava chegar em abril. A 27 participava a Fernando estar fora de risco de saúde e pedia-lhe desse ordens, tanto para o desembarque, como para a viagem por terra.

No dia 16, informava a Vigodet ter resolvido a saída dos navios, e providenciado para obter 7.000 pêsos fortes, necessários para aprestá-los; mas, já não seria naquele mês, e sim a 23 de março, conforme combinara com o marido. Entrementes, a 16 de março, agravaram-se os padecimentos da Rainha D. Maria II, começados no dia 1. Propôs então ao marido partirem as filhas, embora ela ficasse. D. João não concordou, pelo justo motivo de não deverem as netas ausentar-se, quando a avó estava a morrer. O falecimento ocorreu logo depois, no dia 20.

Elevada ao trono, Carlota Joaquina escreveu a Vigodet a 28, participando-lhe haver declarado ao espôso "não dever por princípio algum deixar a Côrte, em vista das inesperadas e opostas circunstâncias que se tinham sucedido umas às outras". O general esperasse com a fragata, ou partisse como achasse melhor.

Tantas protelações exasperaram Vigodet, às ordens da Princesa desde 4 de novembro, havia cêrca de cinco meses. A sua resposta era quasi atrevida, um rosário de queixas, senão de censuras. Não attribuía a D. João nenhuma das dificuldades, surgidas umas após outras, pois tudo quanto se lhe pedira êle concedera, e mostrara-se admirado, algumas vezes, de tanta demora, inclusive do pedido da junta médica. Relembra o general os antecedentes das negociações, a abnegação do Rei e do Infante, as alterações repetidas e inexplicáveis, propostas por Carlota Joa-

quina. Dom Fernando e Dom Carlos preferiram as sobrinhas a qualquer princesa da Europa, talvez contra o seu maior interesse. Procederam assim por amor fraternal, para salvar a irmã e arrancá-la do Brasil, pintado como "seu tormento, sua morte, o centro das suas desgraças". A elle, Vigodet, e ao frei Cirilo, El Rei respondera sem hesitar: "Por minha irmã, tudo". Nem sequer cuidou de estipulações para os contratos de matrimônio. "Vossa Magestade sabe que seu irmão se decidia também a restituir Olivença a Portugal"; e daí se originara o título de duquesa, escolhido para o incógnito da viagem, "afim de encobrir uma cessão, que sob outro aspecto não se faria, a despeito de quaisquer reclamações da Côte portuguesa e até da eventual mediação dos soberanos aliados".

Em 1 de novembro do ano anterior, de 1815, ella escrevera ao mesmo Fernando VII, acêrca do projeto dos dois casamentos, uma carta reservadíssima, donde lhe vinham muitas obrigações como irmã, como mãe e como soberana. Nessa carta, rogara a El Rei que nem elle nem o Infante fizessem uso dos poderes enviados para casarem-se na ausência das noivas, conforme desejo de seu pai, e apenas respondessem com "buenas palabras y palabras unicamente", declarando-lhe que, devendo as princesas chegar à Espanha dentro em pouco tempo, elles esperá-las-iam, e no caso de estarem ausentes até o dia 13 de maio, aniversário natalicio de D. João, as desposariam nessa data. Mas, como em janeiro Carlota Joaquina assegurasse ao irmão que estava pronta para partir, naturalmente elles não adotaram o alvitre de casar por procuração naquela data, pois supunham ella e as noivas sôbre o mar e próximas a apparecer-lhes. Não as vendo chegar, certamente desistiram de fazê-lo desde logo, sem antes informarem-se das causas do impedimento da viagem, já com tempo de sobra para atingir a seu termo.

No dia 13 de maio, D. João supôs realizada a cerimônia e mandou o seu ministro, o Conde da Barca, participar à Côte e ao Corpo Diplomático, em solenidade celebrada do outro lado da baía, em S. Domingos, após uma revista às

tropas, ter recebido carta autógrafa de Fernando VII, annunciando-lhe celebrarem-se naquele dia os desposórios ajustados. Na carta a Vigodet, Carlota Joaquina alegava como razão de demora, nunca até então mencionada, "a justa intenção do Rei Fidelissimo, com a qual concordava, de dever esperar a notícia de estarem suas filhas recebidas, e as demais providências, concernentes à gravidade daqueles contratos anexos". Nem um nem outro fundamento de tal pretensão Vigodet aceitara; intercedeu à Rainha que "se dignasse explicar-se" a êsse respeito. Não podia vir notícia de enlace algum, pois ela própria aconselhara os irmãos a não usarem dos poderes. Quanto ao outro ponto, se queria dizer estipulações entre ambas as côrtes acêrca dos dotes, tão pouco haveria nova alguma para mandar, pois ainda nesse sentido ela os instruíra, de molde a responderem apenas "com boas palavras", ou antes a nada dizerem precisamente.

Só a 10 de abril, Carlota Joaquina objetou ao general as demais causas que tinha, e êle desconhecia, pois as reservava para aqueles a quem competiam. Seus irmãos conheciam-nas e não se admirariam de tais ocorrências. O interêsse não influíra nos enlaces pactuados e a questão dos dotes era negócio entre ela e Fernando. Resolvendo permanecer no Brasil, deixara a partida das filhas dependente do pai.

Em toda a interessante e complicada correspondência aqui resumida, existente no arquivo da família imperial do Brasil, guardado em França, no Castelo d'Eu, não se encontra a minuta da carta reservadíssima, de 1 de novembro de 1815, referida por Vigodet, que ao menos em parte a terá visto, nem a doutra, recebida em abril do ano seguinte por Fernando VII, e à qual alude o Infante D. Carlos, quando escreve à irmã, em data de 23 de julho, já informado de não se realizar a sua ida a Espanha. Infrutíferas foram as buscas feitas no arquivo da Casa Real da Espanha para descobrir êsses documentos. A falta de catálogo tornou baldados os esforços empregados.

Na última daquelas cartas, Carlota Joaquina dava como motivo de ser forçada a ficar no Brasil, haver descoberto uma conspiração, na qual se envolvera o frei Cirilo. A pretexto da doença da sogra, ainda uma vez adiava a partida: seria então para acompanhar a trama e impedir-lhe o remate. Também, a êsse respeito, tantos papéis nada esclarecem.

O Infante, porém, queixava-se de terem êle e o Rei sofrido as consequências de tais peripécias. Se os conspiradores queriam vê-la longe, para conseguir os seus fins, ela deveria ter aproveitado qualquer melhora da enferma, para embarcar as filhas, embora desistisse de acompanhá-las. Além do mais, se, como ela dizia, a princípio empregaram todos os recursos, afim de não a deixarem partir, tal conspiração, em que êle Infante não acreditava, era ainda dêsse molde e atingia os seus intúitos, pois a decidia a ficar. Tão repetidas contrariedades, durante mais de um ano, levaram-no a reconhecer o êrro de não se tratarem os casamentos por via diplomática.

Menores não eram as queixas d'El Rei. Passados meses sem responder a várias cartas de Carlota Joaquina, a quem por muito tempo supunha em rumo de Cádiz, só a 22 de julho, quasi simultâneamente com D. Carlos, escreveu-lhe para enviar pésames pela morte de Maria I, e desabafar suas mágoas. É quasi uma ameaça de rompimento. Êle, o Infante e a Nação, cobertos de glória na última guerra, não poderiam suportar com paciência, por mais tempo, os ultrajes de outra nação e que dêles zombassem, ofertando duas filhas, para esposas de um rei de Espanha e de um Infante de Castilha, deixando-os a esperá-las por tempo indefinido, com adiamentos sôbre adiamentos. Pergunta se tal conduta é admissível entre soberanos e adianta a resposta negativa. Carlota Joaquina anda na bôca dos espanhóis em prejuízo do seu nome. Ama-a muito como irmão; como Rei, porém, não pode sofrer tanto desaire. As Côrtes da Europa hão de considerá-la um joguete de crianças. Se a essa hora as duas princesas não estavam em ca-

minho, sua mãe deveria dizer francamente se as quer ou não dar para espósas, conforme propusera. Não faltariam noivas para um rei de Espanha.

Quando Fernando VII se exprimia assim, com tanto ardor, a náu *São Sebastião*, onde iam as princesas, e a fragata *Soledad*, onde ia Vigodet, já navegavam desde a manhã do dia 3. Quasi dois meses depois, Carlota Joaquina, “sempre enferma e cada dia mais debilitada”, retrucava aos irmãos queixosos. Ao Rei começou por lembrar quanto por êle fizera para não merecer tratamento tão severo: “Não posso deixar de sentir-me muito no íntimo d’alma que me creias capaz de felonía, falta de palavra, e de enganar-te de qualquer modo, pois ainda que saibas alguma cousa, não sabes tudo quanto sofri por ti, durante oito anos, e ainda agora, com a questão dos casamentos. Todos e o maior motivo de indispor-se El Rei comigo foi porque nunca poderam fazer-me transigir acêrca dos teus direitos e da Nação. Sofri sem cessar, por não ter ninguém para ajudar-me, a não ser Presas, cujos sofrimentos foram iguais aos meus e será o único capaz de informar-te com propriedade e minúcia.”

Causa-lhe espanto ver como, depois de tudo isso, o irmão “haja querido ofendê-la com uma opinião imprópria do seu caráter e firmeza de resolução, dela”. Afirma não ser culpada da detenção das filhas, as quais, bem como José Matias Landaburn, que tudo presenciou, poderão dizer quanto ocorreu a êsse respeito. Não escreveu mais vezes, esclarecendo as peripécias, por não confiar na remessa das cartas, algumas das quais eram abertas.

A Dom Carlos redarguiu com o mesmo calor. Êle fizera-lhe reflexões para mostrar-lhe a contradição entre os grandes elogios feitos a Cirilo e as suas acusações posteriores. Mas, era enganada, e só depois descobriu. O frade vendia-os: “cartas que em confiança o fiz escrever para vós outros, e cujo objeto só êle e eu deveríamos saber, também as conhecia El Rei em todos os pormenores. Depois me aparecia com as novidades que forjava, chegando a sua fraqueza ao ponto de não excetuar o segredo da carta

que levou Luiz Montero, onde a levava oculta, sucedendo o mesmo com a duplicata. A propósito dêsse frade escrevia Ponte Ribeiro, ministro do Brasil em Madrid, ao relatar a revolta da Catalunha, o restabelecimento do governo absoluto e da Inquisição, em 1827: "... um célebre Fr. Cirilo (que esteve duas vezes nessa Côrte com o General Vigodet), Geral dos Franciscos e um dos membros mais influentes da Junta Apostólica" (1).

Se um dia descobrirem-se essa e as duas outras cartas, a de novembro de 1815 e a reveladora da traição do frei Cirilo, conseguir-se-á talvez ajuizar dos verdadeiros motivos que inspiraram a misteriosa conduta de Carlota Joaquina a respeito do casamento das filhas. O inferno de rivalidades, ódios, intrigas, dissimulações, existente na Côrte portuguesa, desde os primeiros anos do seu casamento, até a morte de D. João VI; a sua personalidade espanhola, impermeável aos deveres de lealdade dinástica, impostas pelo consórcio, tornam impossível atinar com os móveis reais de suas ações, em casos onde não sejam claros os intúitos.

Vigodet insiste em lembrar que, antes de tudo, as informações acêrca da sua saúde e da sua vida de pesares; o seu apêlo ao irmão e Rei para arrancá-la do Brasil; "os rogos, instâncias e outros meios usados"; os protestos de nada ela tanto desejar no mundo como abraçá-lo, decidiram-no a preferir as sobrinhas a quaisquer princesas da Europa. "Se êle apenas consultasse as suas conveniências, certamente não cederia tão fâcilmente às súplicas e instâncias dos enviados".

Fôra tudo então estratagem para, enternecendo os dois príncipes, mover o amor fraternal e realizar dois casamentos de uma vez, em tão brilhantes condições: logrado o bom efeito, tornava-se indispensável preparar a retirada, justificar a permanência no Brasil, pintado como antecipação do purgatório; procrastinar até surgir ou preparar o pre-

(1) Ofício ao Minist. dos Neg. Extr. em 8 de ag. 1827 — *Arch. Diplom. da Indep.* III, pag. 385.

texto justificativo de tão inesperada reviravolta, a doença, a morte de Maria I, a conspiração de Cirilo.

Mau grado o gênio de D. João, não é de crer criasse obstáculos à viagem, como presumia o ministro de Espanha na côrte portuguesa. Carlota Joaquina e Vigodet são acordes em testemunhar quanto êle facilitara as providências pedidas e extranhava a demora da partida. Só por último, em carta ao general, a Princesa aludiu aos desejos do marido, a respeito dos "contratos anexos"; mas como a alegação fosse rebatida, replicou "não haver questão de interêsse e ser o dote negócio entre ela e Fernando".

Resta a admitir motivo de natureza política. Procedente de Lisboa, chegava ao Rio a 30 de março uma expedição destinada a invadir a Banda Oriental, e logo a 12 de junho seguia para o Sul. Infanta da Espanha, que nunca deixara de ser, a nova Rainha, assentada no trono de Portugal, talvez quisesse espiar de tão alto a marcha das operações e como até então fizera, acautelar os interêsses da pátria de nascimento, nunca trocada pela pátria de adoção.

Embora, de fato, estivesse perdido para a metrópole todo o antigo vice-reino do Prata, acreditava-se em Madrid na possibilidade de restaurar-se ali o domínio espanhol; tanto assim que, ao ter notícia da invasão, Fernando VII escrevia a Carlota Joaquina, qualificando aquele ato de felonía nunca vista: pedir um soberano a mão de um rei para uma filha e depois de assegurado o casamento, "invadir-lhe os Estados". E para ela apelava: "Procura tu como espanhola, amante de tua pátria, remediar as cousas, se poderes".

Talvez a essa missão ela já se votara. Há muito ainda que aprofundar, em estudo, para o julgamento dessa mulher extraordinária, cujo valor os coevos e as gerações dêles próximas, ocupados em descobrir-lhe os defeitos, não quiseram, ou não puderam, medir. De qualquer modo, ainda condenando sua ação anti-lusitana, incompatível com a ligação dinástica, ela será sempre uma das figuras femininas mais relevantes e de maior interêsse da História.

“A VIDA DE RUI BARBOSA”

LUIZ VIANA FILHO.

PRIMEIRAS DERROTAS ELEITORAIS

(Capítulo de um livro em preparo)

2 de dezembro de 1884. No Flamengo, enquanto Rui vivia os momentos duma espectativa inquietante, ouvia-se o troar festivo dos canhões das fortalezas: era o natal do Imperador. Na véspera travara-se a batalha eleitoral, verdadeira luta entre abolicionistas e escravagistas, mas somente dois dias depois êle soube ter sido derrotado.

O velho Dantas e Rodolfo não tinham tido ânimo para serem os mensageiros da má notícia, mas, logo que a imprensa a divulgou, apressaram-se em escrever ao amigo vencido cartas cheias de expressões de afeto. O ministério perdia um útil e leal colaborador. E Rui ficara estendido “no campo da honra, como o cadáver do sublime Aquiles”, escreveu um contemporâneo. Muitos culpavam o partido pela derrota, e Leão Veloso dizia ao conselheiro Moura: — “Porque não atenderam às condições especiais daquele distrito?... Que crueldade!” Realmente fôra uma crueldade. Justamente durante um govêrno presidido pelo senador Dantas, Rui experimentava duas derrotas consecutivas. Em junho fôra preterido do ministério. Agora perdia a cadeira no Parlamento. Era pena. Haviam sido eleitos os primeiros deputados republicanos, e os debates prometiam ser interessantes. No horizonte surgiam sinais de decadência do velho regime, e, já um ano antes, o barão de Cotegipe, que

estimava os vaticínios, felicitara um jovem senador recém-empossado, dizendo-lhe: "Ah! moço, afirmo-lhe que não morrerá senador do Império".

Mas, passado o primeiro momento, Rui, diante das cartas dos Dantas, pareceu recobrar o ânimo, e respondeu-lhes emocionado: "Meu Rodolfo do coração. Quando li hoje de manhã as fôlhas, tive a surpresa natural, e alguns momentos de impressão desagradável. Logo depois, porém, vendo ao pé de mim Maria Augusta e meus filhos, juro-te que cheguei a um estado de serenidade perfeita e confiança tranquila. Lembrei-me di (aquí a emoção fê-lo reunir assim a expressão "de ti") e de teu grande Pai, e senti que não estava sem amigos. Dois amigos como tu e êle, e uma família amada bastam para encher a vida. Agora, lendo a tua carta e a dêle, chorei, chorei muito, e ainda te escrevo chorando. Não me envergonho; porque não são lágrimas de fraqueza, mas de felicidade por ter comigo corações da tua têmpera e da dêle. Asseguro-te que em nenhuma destas palavras há senão psicologia mais rigorosa do estado do meu espirito. Até logo. Abraça a teu Pai, e abraça-te tu também com o teu Rui". A carta parecia sincera. Naquele momento de aflicção êle talvez acreditasse bastarem-lhe amigos fiéis e uma família amada, para lhe encherem a vida. Enganava-se, porém, a si próprio. A luta política seria sempre um elemento indispensável entre as suas razões de existir.

Rui escreveu também ao velho Dantas. No mesmo dia o chefe do gabinete foi ao palácio de S. Cristóvão. O Imperador estava surpreso com a derrota do jovem parlamentar, e perguntou a Dantas se "aquele moço tinha alguma nódoa na sua vida" — "Não", respondeu o ministro, e mostrou a Sua Majestade a carta recebida. Era um documento altivo. Afirmava ter recebido o golpe "sem o menor abalo", e prometia que a sua colaboração com o ministério "cresceria em gôsto, atividade e energia". Por mais que se sentisse abatido, a correção das atitudes de Rui era perfeita. Recalcava todos os sentimentos capazes de lhe torturarem

o espirito, e apenas era possível perceber uma compostura impecável.

No íntimo, entretanto, êle estava decepcionado. O agradecimento dirigido ao eleitorado depois do pleito, embora reafirmasse a sua confiança na vitória das idéias pelas quais se sacrificara, falava no desejo de recolher-se a uma vida tranquila “na doce paz laboriosa da oficina”. Rui estava disposto a buscar consôlo no silêncio da biblioteca do estudioso, e dizia ter sabido criar nos seus “hábitos de trabalho um asilo impenetrável aos contratempos da luta politica”. Ainda uma vez iludia-se. Como poderia ficar indiferente ao jôgo dos partidos e das idéias, sobretudo agora quando o velho Dantas defrontava-se com uma Câmara hostil? Antes de serem liberais ou conservadores, os deputados, neste momento, dividiam-se em abolicionistas e escravagistas.

Aliás, Rodolfo também não voltou à Câmara neste ano. Depois de ter alcançado, em plena mocidade, as posições que outros só atingiam na maturidade, renunciara inesperadamente à vida politica. Como uma criança afortunada desprezando os seus brinquedos, Rodolfo trocara o palco pela platéia. A sua attitude, um tanto misteriosa, causou espanto; e Joaquim Nabuco imaginou-o o principal personagem de um romance idêntico aos de Disraeli.

Por detrás de Rodolfo movia-se a mulher, D. Alice Dantas. Ela detestava a politica. Os amigos do marido sabiam disso, e escreviam-lhe cartas assim: “Muitas recomendações a Alice a quem dirá que esta carta não leva uma só palavra de politica”. Muito mais, entretanto, irritavam-na os revéses. Por ocasião de um insucesso ella mandou a Rui êste bilhete: “Perdemos por 80 votos. Grande Baía! Sempre a terra do sarapatel e da cadeirinha. Venham conversar. Sua comadre *Alice Dantas*”. Se o mundo politico soubesse dessas cousas não se admiraria tanto da defeccão imprevista daquele jovem ameno, e no qual depositava tantas esperanças.

Antes de anunciar a sua resolução, Rodolfo a partici-

para a Rui: “... A verdade, sim, é que mais do que nunca tenho-me lembrado de ti, e tudo devo dizer-te, porque mais do que nunca tenho sentido a tua falta, a do teu confôrto, a da tua amizade fraternal e única. Parece-te impossível o que estás lendo, não é? A mim mesmo, porém, afigura-se-me isso tal, quando ao meu lado inspira-me o anjo incomparável a que a sorte me uniu. Tudo não obstante, meu Rui, seja um estado mórbido ou que outra cousa que não sei explicar seja, a verdade é que soffro, e que em dissimular perante aqueles mesmos a quem mais quero, perante os meus mais íntimos amigos, perante os meus parentes, perante, finalmente, a criatura angélica e divinal que é hoje a minha companheira, o meu estado de espirito, consumo as energias todas de minha atividade moral e esgoto em esforços colossais a pouca vontade que possuo... Desta política, devo dizer-te, é minha resolução firme, inabalável, hoje irremissivelmente assentada, afastar-me inteira, absoluta, irrevogavelmente”.

Rui devia compreendê-lo. Pelo menos em parte. Eles haviam sonhado juntos com um mundo político diferente, igual ao do parlamento britânico tal qual ambos o imaginavam. Isso afastara-os da realidade, e tornava quasi insupportável o ambiente em que eram obrigados a lutar, submissos às deliberações partidárias, muitas vezes mediócras. Entendiam-se na criação desse mundo imaginário, e Rui escrevia ao amigo: “Meu Rodolfo. Escrevo-te apenas duas linhas “pour dire à ces âmes absentes qu'on ne les oublie pas” (sans nom d'auteur). A ti e a D. Alice, por mim e Maria Augusta. Acrescento apenas uma palavra para te oferecer a obra (que acabo de receber da Europa) de John Morley: *Life of B. Cobden*. Se, em momentos em que velares o sono de tua espôsa, tiveres tempo de ler, e de pensar em política, não na política miserável e odiosa de nossa terra, mas na grande política das grandes nações, o melhor alimento que eu conheça para os espíritos de têmpera, não poderás achar leitura superior à vida do célebre liberal inglês, nessa biografia qualificada, em toda a parte, como admirável”. Apesar disso Rui desejara prosseguir, mas

fôra vencido. E, embora saindo por portas diferentes, ambos estavam fora do Parlamento.

Depois dessa provação, Rui necessitava imensamente de repouso. Rodolfo partira para Nova Friburgo, e no seu chalet de estilo pompêiano, fugia do sufocante verão do Rio de Janeiro. Êle convidou Rui para subir para as montanhas, que lhe lembrariam os dias felizes da lua de mel. Preparara-lhe mesmo um pequeno *menage*, e tivera o cuidado de arrumá-lo, provendo-o do necessário para uma estação de veraneio. Rui deveria levar apenas alguma roupa de cama e mesa, talheres, cálices e panelas. E acrescentava: "Tem estado delicioso o tempo. Seguramente Vs. acharão excelentes os dias que aquí passaremos juntos". O convite foi aceito. Na véspera do Natal Rui deixou o Rio. No seu farnel não faltavam três dúzias de garrafas de vinho Bordeaux.

"Friburgo, dizia Rui, é, para o homem político, a solidade". Para êle seria também a recordação. Aí, como um pássaro fugitivo, recuperava o direito de ser livre. Longe da politica, das paixões, dos interêsses de cada dia, isolado "naquele recanto montesino" podia gozar plenamente os encantos de um lar venturoso. Maria Augusta era a companheira amorosa dêsses dias tranquilos e iluminados pelo sol ameno, que, nessa estação do ano, derrama-se sôbre as montanhas azuladas. E os filhos, como se adivinhassem a vida naqueles sítios saudáveis, corriam alegres pelas alamedas floridas.

Nas estradas, ligando a cidade a povoados e fazendas próximas, amoreiras rasteiras atraíam as crianças com os seus frutos vermelhos. Altas árvores lembravam o Tempo. E de quando em quando ouvia-se o murmurio de um regato, cujas águas, às vezes, encachoeiravam-se, formando uma espuma alva e tênue sôbre as pedras. Como tudo isto era belo! Por aí, ora a pé, ora numa charrete puxada por um cavalo trotando lentamente, Rui e Maria Augusta passeavam em busca de novas perspectivas e paisagens. Mas, se paravam para contemplar os vales férteis estendidos abaixo

das serras, logo um ar frio e sêco os envolvia, obrigando-os a continuarem a marcha.

Diante dêsses quadros rápidos, onde cada ser e cada coisa parece respirar paz e felicidade, o homem triturado pelos desenganos sente um irreprimível desejo de participar dessa bemaventurança. Desejo vão, porém, se o seu destino é lutar e correr atrás de novos desenganos, como as crianças perseguindo de flor em flor as borboletas inquietas. Conflito entre a ânsia de encontrar um refúgio, e a ambição duma vitória que não se sabe bem qual será. Rui pedia então ao cocheiro que fustigasse o animal. O carro corria, e êle permanecia calado. Maria Augusta — ela o compreendia admiravelmente — não interrompia êsse silêncio.

Dois meses durou o retiro nas montanhas. Alice e Rodolfo foram companheiros magníficos. Agora, porém, Rui sentia-se forte e tinha saudades do mar investindo contra o Flamengo. Êle voltaria à planície, para recommençar a “sua” luta. Era o seu destino, e não podia fugir.

*

* *

O primeiro choque das duas falanges, na Câmara, foi em abril. E, como se fôsse um máu presságio, Dantas tombou da tribuna, vítima de uma síncope. Pensou-se que estava morto. Os companheiros acudiram-no, e quando o chefe recuperou os sentidos soube do resultado da votação: a Câmara dividira-se ao meio — 50 contra 50. Não era, portanto, difícil prever a sorte do ministério. Mesmo dentro das fileiras liberais já se formavam os grupos dispostos a recolherem a herança de Dantas. Saraiva, o prudente Nestor dos liberais, tomara uma discreta atitude de retraimento, e parecia esperar a sua hora, enquanto os conservadores procuravam acentuar as divergências entre os adversários.

Alguns dias depois, por uma insignificante maioria de dois votos, a Câmara negou a Dantas a sua confiança.

O bastante, porém, para que êle deixasse o poder. Os seus correligionários, aliás, haviam feito o possível para adiar o desfecho esperado. "O Grande Cadáver é preciso que tenha funerais régios e um tanto prolongados", escrevia um dêles (Gusmão Lobo) a Rodolfo. Agora, entretanto, chegara o fim.

Saraiva acertara. A êle coube organizar o novo ministério. Contudo, não contava uma forte maioria a que pudesse imprimir a sua orientação pessoal. Para viver necessitava transigir com os conservadores, e não aborrecer os poucos republicanos.

Um projeto governamental marcou a posição de Saraiva em face da sorte dos sexagenários. Elevava para 65 anos o limite da idade para a libertação, e propunha que, antes de ficarem livres, prestassem aos senhores três anos de serviços a título de indenização. Dono de um engenho de açúcar, também proprietário de escravos, Saraiva não tinha qualquer entusiasmo pela alforria dos negros. O seu objetivo era, sobretudo, colocar o assunto num ponto morto, captando simpatias entre os escravagistas.

Contra isto insurgiram-se os abolicionistas. A popularidade de Dantas crescia. José Bonifácio, aquele José Bonifácio de "loira fisionomia de Nazareno", chamou o gabinete de "ministério da camaradagem". Era o "ministério contenta-tudo". Em resumo, Saraiva cada vez mais vivia da condescendência dos antagonistas. Situação perigosa e que os conservadores exploravam perfeitamente. A alguém que extranhara a sua atitude defendendo um govêrno liberal segredara um deputado conservador: — "Os selvagens costumam engordar os seus prisioneiros antes de devorá-los". E isto era verdade.

A primeira vítima dessa política foi Joaquim Nabuco. Embora eleito pela Província de Pernambuco, havia dúvidas quanto à câmara reconhecer a sua vitória. Êle próprio fazia prognósticos, escrevendo a Rodolfo: "O melhor é tomar para base do cálculo os reconhecidos atuais e os poucos que podem vir a sê-lo antes de mim. São números quasi iguais, votando todos. Ninguém ficando em casa.

Mas qualquer defeccão na Dissidência salvaria a vitória”. Na sua opinião contaria com 46 votos contra 49. E ajuntava num *post-scriptum*: “Que esplêndido que esteve o Grey hoje. O Rui e o Lobo são incomparáveis. Pobre João Alfredo! Viste o elogio que êle fez do Andrew Johnson e a condenação de Lincoln? É o primeiro estadista nosso que faz o elogio do sul e condena o Norte! É escravista até nos Estados Unidos, um “Alabama” Brasileiro! E o Nestor conciliando Agamenon com Aquiles! Quem foi que disse isto, foi Pitt ou êle?” Mas, uma semana após a ascensão de Saraiva, Nabuco foi excluído da Câmara por 48 votos contra 51. Os escravagistas venciam.

A vida entretanto é feita de compensações. Para contrabalançar tantos aborrecimentos, a situação financeira de Rui melhora consideravelmente. Depois de tantos esforços desesperados começavam a chegar-lhe as primeiras recompensas da tenacidade com que enfrentara as horas de desgraça e de privação. O seu escritório de advogado enchia-se de clientes. A fama é assim: demora, mas, quando chega, vem aos borbotões. Agora já não lhe faltavam causas. Como um plantador, depois duma estação feliz, a sua colheita era farta. Em poucos meses conseguira pagar quasi todas as dívidas, que durante anos haviam sido o fantasma da sua existência. Mais de dez contos foram entregues aos bancos. Até que enfim êle deixava de ser o “escravo dos credores”.

Infelizmente, não era idêntica a situação de Rodolfo. Embora casado com a herdeira presuntiva de uma grande fortuna, via-se obrigado a recorrer a empréstimos. Nota no “Caixa” de Rui: “1885. Novembro. Neste mês, a 20, venceu-se no Banco do Comércio uma letra de 4:000\$000 em que figuro como devedor e Rodolfo como sacador e endossante. A importância dessa letra, porém, foi tomada exclusivamente para Rodolfo, que, por conveniência sua, me pediu lhe emprestasse o meu nome, para não aparecer o seu. Essa letra foi passada a seis meses, em 20 de maio de 1885, prometendo Rodolfo saldá-la integralmente no 1.º vencimento. E assim fez”.

Em um ano as cousas haviam mudado muito. E como ficaria triste Amália Dantas se soubesse que o filho batia às portas dos bancos. Êle que dissera a Maria Augusta serem as dívidas um impecilho para que Rui fosse ministro.

*

* *

Mesmo do seu “asilo impenetrável”, Rui acompanha a marcha dos acontecimentos. Agastava-o a transigência dos liberais. Deveria, porém, voltar-se contra Saraiva? Saraiva, que êle auxiliara por ocasião da eleição direta, e conhecera em casa de João Barbosa. Estas razões, entretanto, não o fizeram deter-se. Os homens tinham, porém, uma importância secundária. O essencial eram as idéias. Se Saraiva antepunha-se ao que êle julgava justo, o seu dever era combatê-lo.

Em junho, a Confederação Abolicionista festejou o primeiro aniversário da ascensão do ministério Dantas. Rui era o orador, e a oportunidade foi propícia para iniciar o ataque contra Saraiva. Fez um paralelo entre as idéias sustentadas pelos projetos de Dantas e Saraiva, e crivou o último de ironias. A assistência riu, e isso magoou o chefe do gabinete. Êste não usava e nem suportava aquela arma sutil. O humor, para êle, era uma cousa torpe. Depois, Rui mostrou a união do ministério com os escravagistas: — “Quando o senhor Saraiva bosquejou, na Câmara dos Deputados, o projeto de 12 de maio, foi o senhor Andrade Figueira quem estendeu ao recém-nascido, nos braços do senhor Afonso Pena, a toalha branca da cerimônia (*riso*), invocando o espírito que murmura nas águas do Paraíba”. E ninguém ignorava serem os senhores Andrade Figueira e Afonso Pena partidários da escravidão.

Assim, despejando setas envenenadas sôbre o ministério, Rui prosseguiu prégando a abolição: “Há duas estradas para a reforma: tranquilizar o país, ou tranquilizar os fazendeiros. Escolhendo tranquilizar os fazendeiros, S. Ex. inquieta o país...” Nisto, incontestavelmente, resumia-se o

debate, se considerássemos os abolicionistas representando a nação. E Saraiva ficara com a gente da sua classe. Por enquanto o jôgo lhe seria favorável.

Ainda nesse dia, ao cessarem os aplausos a Rui, Joaquim Nabuco (êle acabava de ser novamente eleito para o parlamento), de um dos camarotes do teatro, fez o elogio do orador: “tendo feito da liberdade religiosa e da propagação do ensino o seu duplo apostolado, devia necessariamente dar como pórtico a essas duas grandes reformas a — Libertação dos escravizados” (aclamações imensas; a platéa agita-se em delírio de entusiasmo). Êstes aplausos assustavam os espíritos conservadores. E os proprietários de escravos tremiam apavorados diante dêsses moços, que nada tinham a perder.

*
* *

Afinal, em agosto, Saraiva conseguiu fazer a Câmara aprovar o seu projeto. O esforço, porém, consumira-lhe quasi todas as suas reservas de autoridade sôbre o seu grupo. Muitos liberais haviam votado contra o velho chefe, que já tinha a barba inteiramente branca. E os seus olhos muito azues, agora mais suaves e menos brilhantes, viram a rebelião levantar-se entre os seus comandados. Vencera apenas devido ao apôio dos conservadores. E, com a mesma astúcia com que esperara o poder das mãos do Imperador, êle o devolveu a Sua Majestade.

Formou-se, então um govêrno conservador presidido pelo barão de Cotegipe, que aos setenta anos, mas ainda encantando o parlamento e os salões com a verve de um céptico e as maneiras de um grão senhor, coroava uma ágil e longa vida pública, recebendo de D. Pedro II a incumbência de dirigir a nação.

Como era frequente acontecer, a adversidade uniu novamente os liberais. No Senado, José Bonifácio, Silveira Martins e Francisco Otaviano, opuseram-se enérgicamente ao projeto Saraiva, mas sem poderem impedir que um mês

depois o barão de Cotegipe o fizesse converter em lei. Para o mundo político, entretanto, mais importante do que a liberdade dos sexagenários foi a disposição da Câmara. As eleições dariam o rumo do país.

A ausência de Rui do parlamento nesse ano fôra sensível para os seus correligionários. Dantas considerava-o "valendo por uma Câmara inteira", e, agora, esperava fazê-lo eleger. A tarefa era árdua. Instalados no poder, os conservadores pareciam dispostos a utilizarem todos os meios ao seu alcance, para alcançarem uma vitória definitiva. Para isto, apesar da fiscalização do Imperador, que se esforçava por obter eleições verdadeiramente livres, removiam magistrados suspeitos de simpáticos aos adversários do ministério, prometiam empregos aos eleitores, e as autoridades policiais, com pequenas violências, faziam o resto, intimidando os votantes. Tal como agiam todos os governos, exceção de Saraiva, que tivera a sábia coragem do sacrifício, por ocasião da eleição direta.

Depois de um balanço sôbre as probabilidades de triunfo dos liberais nos vários distritos da Baía, o partido resolveu indicar Rui como candidato por uma das longínquas circunscrições do interior. Aí, dispondo de um número considerável de votantes orientados pelo barão de Cincorá, julgavam possível a eleição de Rui.

O maior obstáculo, era não conhecerem aqueles homens simples do campo o seu candidato. E êles gostavam de apertar as mãos dos candidatos. Alguns não sabiam mesmo quem fosse, e podiam ficar surpresos lendo a carta em que Rui lhes solicitava o apôio. Falava-lhes em "liberdade de consciência" e "reforma do ensino público", questões que ignoravam, e pelas quais não se interessavam. Dêsse modo, colocando a própria candidatura sôbre uma base muito alta, tornava-a vulnerável aos ataques de quem promettesse aos eleitores cousas mais concretas, como, por exemplo, modestas funções policiais.

Assim aconteceu. Em janeiro, Rui mais uma vez viu-se vencido. A Câmara eleita era compactamente conservadora, e tudo indicava que manejada pela habilidade do barão de

Cotegipe asseguraria o poder aos conservadores por muito tempo.

Nessas ocasiões, quando se sentia esmagado por um insucesso, Rui procurava, tanto quanto possível, mostrar-se superior ao revés. Escreveu então, como já o fizera um ano antes, um agradecimento, espécie de manifesto aos que lhe haviam dado o voto. Atacava o chefe dos conservadores. E, como se desejasse esconder o próprio desapontamento, dizia enfaticamente: "Vencido, todavia, sinto-me sinceramente, tão dignificado, tão feliz, tão grato, quanto se me vira vencedor". Mas, quem acreditaria ser alguém capaz de equiparar a derrota à vitória?

NOVO EXAME DE UM VELHO TEMA

SAN MARTIN E BOLIVAR NA ENTREVISTA DE GUAYAQUIL (*)

AUGUSTO TASSO FRAGOSO

General de Divisão Reformado.

Cerca de três séculos depois do descobrimento da América, começaram as explosões revolucionárias, sistemáticas, e violentas, para a emancipação das colônias que nela haviam sido fundadas por algumas nações européias. O continente transatlântico constituiu-se em sede de novos agrupamentos sociais, para o que essas nações haviam concorrido com o indispensável contingente humano, quer tirando-o do seu próprio seio, quer transplantando-o das costas africanas.

Mediante êsses elementos, e as populações ameríndias operou-se uma verdadeira e lenta miscigenação, de que promanaram em grande parte, embora sob a presidência de etnias européias, os povos do continente colombiano.

(*) Já estavam escritas estas linhas, quando tive conhecimento do protesto formulado pela *Academia Nacional de la História de Venezuela* (Caracas) contra o livro do embaixador Colombres Marmol.

Em o número 91 (julho-setembro de 1940) do *Boletim* da referida *Academia*, encontra-se, aprovado por ela, o parecer da comissão nomeada para estudar o assunto e no qual a mesma comissão procura demonstrar serem falsos certos documentos apresentados como inéditos, por exemplo: a carta de Bolívar a San Martín (de 25 de agosto de 1822), a resposta dêste general (10 de setembro de 1822) e a carta de Sucre a Santander (9 de dezembro de 1824).

Segue-se ao parecer um artigo em que Vicente Lecuna versa a mesma matéria.

Confesso que me custa admitir houvesse um cavalheiro da respeitabili-

As novas gerações acabaram, porém, rebelando-se contra o domínio da metrópole; não quiseram que seus respectivos territórios continuassem sendo meras colônias de povos distantes, e destarte se empenharam em guerras da independência.

Esse período da história de nosso continente focaliza problemas interessantes. É rico de ensinamentos, tanto para os sociólogos, como para os militares. Faz desfilar diante de nossa imaginação panoramas sedutores, estimulantes de reflexão e pormenorizado exame.

Qual o verdadeiro motivo dessas rebeliões? Fatores econômicos, geográficos ou psíquicos?

O estudioso da história é obrigado a deter-se à beira dessas interrogações e de procurar-lhes resposta adequada.

Na América do Sul divisam-se logo dois grupos distintos: o primeiro formado pelos espanhóis, e o segundo criado pela gente portuguesa.

dade do embaixador Marmol, falsificado documentos ou se utilizado conscientemente de cartas falsas para enaltecer San Martin.

Se, porém, as que êle publica em seu livro, declarando-as inéditas, fossem apócrifas, com isso nada sofreria a reputação de San Martin; o grande general continuaria firme no pedestal em que a história o colocou. Também não se abalaria o imperfeito resumo que fiz de sua vida, e foi êste resumo o objetivo capital do meu sincero trabalho.

Admiro tanto a San Martin, como a Simón Bolívar; aebo que são ambos dois grandes heróis da América do Sul. Não poderia, por conseguinte, pensar nem de leve em amesquinhar o Libertador, nem em tomar partido na velha polémica referente à ação dos dois na guerra da independência.

Ademais disso não me considero competente para me pronunciar sobre a questão da autenticidade, nem disponho dos elementos materiais que o exame da mesma inevitavelmente reclama. Com tempo e vagar, os interessados a liquidarão.

Posso garantir que procedi de boa fé, embora com imenso entusiasmo pela vida de San Martin.

Devo ainda advertir o leitor — o que de certo me serviria de exculpação, se disso eu houvesse mistér — que no seu Prefácio ao livro de Marmol, quiçá prevendo o contra-ataque dos bolivaristas, assim se expressou o professor Rómulo Carbia (ps. XLI e XLII):

“Y como podria hasta llegarse a dudar de la autenticidad de los desconocidos documentos, me adelanto a noticiar que los he sometido a prueba dentro de las técnicas autenticológicas que pratico y acerca de las cuales ejerzo docencia universitaria (), habiendo verificado que resisten totalmente a ella. Son, pues, piezas historicas de irrefragable autenticidad.”*

É só por enquanto o que me cumpria dizer.

(*) Universidad Nacional de La Plata: Facultad de Humanidades. Programa de *Introducción a los estudios históricos americanos*.

Devido à sua posição geográfica e constituição histórica, ficou o Brasil cercado de um lado pelo Atlântico e do outro por colônias quasi todas espanholas.

Quem hoje lança rápida mirada a uma carta geográfica do continente, vislumbra o admirável esforço centrífugo dos lusitanos e seus descendentes pela terra dentro, esforço que nos deu o Brasil atual, cuja periferia já se desenhava nitidamente no tratado de limites de 1750, concertado entre Portugal e Espanha. Maravilha-nos a extensão das terras que portugueses e brasileiros guardaram para a geração presente, resistindo com persistência e valentia à pressão centripeta dos confinantes, que o assediavam em dilatado perímetro.

A luta pela emancipação na América do Sul tem características diferentes, nessas duas porções do continente meridional. O Brasil pouco lutou materialmente para libertar-se. Colheu extraordinárias vantagens da mudança da côrte portuguesa para a sua colônia transatlântica, da elevação desta a Reino Unido, e finalmente do fato de haver ficado entre nós o príncipe D. Pedro, quando o seu progenitor regressou à velha metrópole. Dêsse modo a estrutura política da mãe pátria abrigou-nos na hora decisiva e a sabedoria de nossos homens aproveitou-a para proclamar a independência, fazendo do referido príncipe o seu paladino. Houve, pois, um desmembramento sem guerra prolongada.

Nos demais povos da América Meridional deu-se precisamente o inverso. Foi preciso lutar *a ferro e fogo* para vencer e expulsar as tropas metropolitanas, que buscavam reprimir com violência as ânsias libertadoras, e para conquistar finalmente a ambicionada liberdade.

O caso da Argentina é particularmente frisante.

A ação de Napoleão Bonaparte na Espanha, derrubando-lhe o govêrno normal e invadindo-lhe o território, rompeu os liames da metrópole espanhola com as suas colônias, deixou-as desamparadas e livres de atuar como entendessem.

Buenos Aires, então capital do Vice-Reinado do Rio da Prata, aproveita a sazão favorável e dá o grito de rebeldia

(25 de maio de 1810), para que aliás acontecimentos anteriores já a haviam predisposto. Desencadeia-se a luta pela libertação. Os revolucionários pensam desde o primeiro instante em propagar o movimento emancipador correndo em auxílio dos patriotas das diversas províncias.

“Ao cabo de 12 dias — escreve Bartolomeu Mitre — saía de Buenos Aires uma expedição de 1.150 homens, sob as ordens do comandante de Arribenhos D. Francisco Antonio Ortiz de Ocampo, e custeada por donativos espontâneos dos patriotas, para levar os mandados do povo nas pontas de suas baionetas.”

Ocampo dirige-se para o norte, com a missão de sufocar a contra-revolução realista de Córdoba, o que consegue. Depois a coluna patriótica continua no rumo do norte, sob a chefia de Balcarce, e enfrenta os espanhóis, que descem do Alto Perú. Logra afinal vencê-los em Suipacha (novembro de 1810). A revolução desencadeada em Cochabamba, e que termina a favor dos insurrectos, reforça a vitória do Suipacha. Assim alentados, os argentinos continuam no mesmo rumo, fazendo rosto às forças realistas capitaneadas por Goyeneche. Vão até o rio Desaguadero (Lago Titicaca), mas são derrotados em Huaquí (junho de 1811).

Do lado de leste do rio Paraná, os resultados não foram felizes.

Para o Paraguai seguiu Belgrano, também à frente de tropas, mas os paraguaios não admitiram a intromissão de Buenos Aires em seus negócios internos, e rechassaram-no em Paraguarí (janeiro de 1811).

O Uruguai não quis associar-se ao movimento portenho; preferiu manter-se fiel ao Conselho da Regência, com sede em Espanha, o qual nomeou Francisco Xavier de Elio Vice-Rei do Rio da Prata. Buenos Aires não lhe reconheceu a autoridade, rompendo logo com êle. A situação era grave pelo fato de ficarem assim os legalistas espanhóis dominando Montevideú, e portanto senhores da entrada do Prata. Porém no território uruguaio também irrompeu a idéia libertadora e propagou-se como incêndio voraz. Aparece Artigas, inflexível propugnador da liberdade de seu

país, que não queria vê-lo submetido ao jugo de ninguém, nem dos portenhos, nem dos espanhóis, nem ainda dos portugueses, quando êstes imiscuíam-se na luta sob pretextos discutíveis e pouco louváveis, como a defesa dos direitos de D. Carlota Joaquina, espôsa de D. João VI e irmã de Fernando VII, ou a segurança da paz na extrema meridional do Império.

A luta na margem esquerda do rio Uruguai prolonga-se por vários anos até o desenlace feliz, isto é, a criação da República do Uruguai, assim liberta da ambição de quantos desejavam tê-la sob seu domínio.

Com êstes eventos, sôbre que esvoaçamos cèleremente, desmoronou-se o Vice-Reinado do Rio da Prata, a que jamais se reunirão de novo nem o Uruguai, nem o Paraguai.

Volvamos, porém, ao norte da Argentina.

A situação ali desenhava-se ameaçadora para os revolucionários. O desastre de Huaquí abria larga brecha, por onde os realistas do Alto Perú poderiam invadir o território argentino, e derramar-se nele sem óbices, comprometendo a revolução. Ademais disso haviam ocorrido perturbações políticas internas, de que resultaram alterações no aparelho governamental estabelecido em Buenos Aires. Mas, por outro lado, não faltaram à Argentina homens de incontestável valor e patriotismo nessa fase indubitavelmente singular de sua história.

É nela que surge José de San Martín, ao parecer tallhado pelo destino para cobrir de glória não só a sua Pátria, senão também toda a América, de que viria a ser autêntico herói.

San Martín nasceu em Yapejú, antigo povoado de Missões (1). Foi levado por seus pais, ainda criança (aos 8

(1) Quando comandante do 8.º regimento de cavalaria, em Uruguaiana, acompanhei o general Belarmino de Mendonça numa viagem de inspeção aos corpos da fronteira. Subimos o rio Uruguai em vapor e fomos até o passo de Garruchos, acima de São Borja, tendo estado antes nesta cidade e na de Itaqui. Ao passarmos por Yapejú, avançando ao arripio da corrente, debrucei-me sôbre a amurada e contemplei com emoção o casario da modesta terra de San Martín, revocando à memória os lances capitais da vida do grande soldado.

anos) para Espanha e ali educado. Seguiu a carreira das armas. Serviu sob as ordens de chefes militares competentes. Batalhou em África e contra as tropas francesas, que invadiram a Espanha. Alcançou o posto de tenente-coronel de cavalaria.

Vem agora (março de 1812) pôr-se ao serviço da libertação de sua pátria, pronto a dar-lhe tudo, a começar pelo saber profissional que havia grangeado na Europa, e que falecia a muitos chefes revolucionários.

É logo aproveitado para organizar uma unidade de cavalaria: o *Regimento de Granadeiros a Cavallo*, de que passa a ser comandante. Com êsse regimento bate os espanhóis em São Lourenço, à beira do Paraná. Como os argentinos não dispunham de esquadra, levavam os espanhóis impunemente os seus navios pelos rios Uruguai e Paraná acima, no intuito de obter abastecimentos, visto que o sitio de Montevidéu não lhes facultava adquiri-los na campanha. San Martín arma-lhes um golpe de mão; aguarda-os sigilosamente em terra e quando êles desembarcam, acomete-os e os desbarata (5 de fevereiro de 1813). E assim começa a sua gloriosa carreira na terra que lhe foi berço.

Já toquei no desastre de Huaquí. Depois dêle foi Pueyrredón incumbido de reorganizar em Salta o exército revolucionário. Goyeneche, chefe espanhol, mandou-lhe ao encontro o general Tristan. Pueyrredón é substituído por Belgrano, que retira na direção de Tucuman. Desobedecendo às ordens do govêrno, Belgrano detém-se em Tucuman, arrosta os espanhóis e vence-os (setembro de 1812).

“Foi considerável a importância desta ação de guerra. Desvaneceu-se o perigo da invasão; Belgrano, triunfante, ficava dono do interior do país” (2).

Vencidos em Tucuman, retraíram-se os realistas para Salta. Belgrano avançou contra os adversários e obrigou-os à rendição em Salta (fevereiro de 1813).

(2) *Compêndio de História Argentina*, por Mariano de Vedia y Mitre, p. 108.

Depois de Salta, as forças realistas concentraram-se em Potosí. Belgrano caminhou para lá. Trava-se a batalha de Vilcapugio, em seguida a da Ayohuma, em que os realistas saem vitoriosos. Belgrano retrai-se forçado para Jujuí. Os realistas ficam senhores de todo o Alto Perú. Renascia, portanto, o perigo da invasão espanhola pelo norte.

San Martín é nomeado para substituir a Belgrano.

Parecia chegado o momento dêste projecto militar patentar a sua competência no sector mais perigoso. Mas êle pouco se demora em o novo pôsto; prefere que o nomeiem governador de Guyo; pleiteia o cargo e obtém-no; dirige-se a Mendoza. Substitue-o o general Rondeau, que prepara o exército para nova ofensiva contra os realistas. Obtém pequeno successo em Puerto del Marqués. Encorajado por êle, avança ainda mais na direcção do norte; alcança Potosí e depois Cochabamba. Os inimigos reagem e por fim o derrotam em Sipe-Sipe (novembro de 1815).

“O desastre de Sipe-Sipe foi de grandes consequências, pois que as províncias do Alto Perú ficaram definitivamente perdidas para nossa Pátria e logo se constituíram em nação independente. Formam hoje a República da Bolívia” (3).

Rondeau volveu a Jujuí com as tropas que lhe restavam e cuja disciplina e coesão eram precárias. Na fronteira perigosa obravam prodígios de valor os cavaleiros gaúchos, notadamente os que Guemes capitaneava, e que antepunham aos realistas uma débil cortina defensiva.

Causa estranheza à primeira vista o procedimento de San Martín.

Porque se esquivou ao encargo que lhe haviam confiado?

Se fosse um general medíocre, vulgar, teria nele permanecido. Mas o grande capitão via de um plano elevado o problema que se lhe antolhava. Meditando naturalmente sobre êle, reconheceu a improficuidade dêsses esforços na fronteira do norte, ora num sentido, ora no oposto, verda-

(3) Mariano de Vedia y Mitre, p. 134.

deiro fluxo e refluxo, de que não resultava nenhum desenlace definitivo. Com a persistência de tais golpes, diretos e variáveis, não se desalojariam os realistas do Alto Perú. Devia-se buscar outra solução.

Qual seria?

Os espanhóis haviam logrado sufocar a revolução chilena, batendo os patriotas em Roncagua. Do lado de oeste estava, pois, de pé grave perigo para a Argentina. No território peruano os realistas mantinham-se fortes. Dispunham de saída franca para o Pacífico.

Nessas condições acode a San Martin uma deslumbrante idéia estratégica, que o ergue de um lanço ao plano dos grandes capitães, a saber:

- a) Desistir dos ataques frontais na zona do norte.
- b) Constituir e aperceber em Mendoza um exército de argentinos e chilenos, coeso, resoluto e bem na mão dos chefes.
- c) Avançar com êle para oeste, transpor a cordilheira dos Andes, penetrar no Chile e libertar este país da opressão espanhola.
- d) A seguir, preparar elementos navais, que lhe permitissem rumar para o norte com suas tropas, por via marítima.
- e) Desembarcar na costa do Perú e dirigir-se a Lima, afim de também livrar os peruanos do jugo realista.

Este grandioso movimento, verdadeira manobra envolvente do flanco direito das tropas realistas do Perú, teria fatalmente de desorientá-las ao sentirem que os revolucionários lhes surdiavam pela retaguarda, e de forçá-los a aliviar, pelo menos, a pressão no sector norte da Argentina, ou quiçá a abandoná-lo.

Só um militar de larga visão, sólido saber profissional, serena energia, e inquebrantável patriotismo, seria capaz de tão arriscada e fascinante concepção. Tudo naquela sação o desfavorecia, porque a Argentina vinha atravessando um

período de crise no interior, sôbre que infelizmente, por falta de espaço e tempo, não me posso deter.

San Martín entregou-se ao trabalho de preparação, sem atentar nos sacrifícios, nem esmorecer pela crise política em que seu país se debatia em busca de caminho definitivo. Pueyrredón, então Diretor Supremo, coadjuvou-o quanto possível.

Quando tudo estava pronto, abalou de Mendoza (janeiro de 1817), para executar a primeira parte de seu plano.

Seu exército numerava 4.000 homens e 1.200 milicianos de tropas auxiliares, destinados ao serviço de reabastecimento e remuniciamento.

Merece ser transcrito aqui um trecho das Instruções que lhe deu o govêrno argentino, porque revela o idealismo dos homens que presidiam os acontecimentos. Ei-lo:

“A consolidação da independência da América com respeito aos reis de Espanha, seus sucessores e a metrópole, e a glória a que aspiram nesta grande emprêsa as províncias unidas do sul, são os únicos móveis a que se deve atribuir o impulso da campanha. Esta idéia o general a manifestará amplamente em suas proclamações, difundirá por meio de seus confidentes em todos os núcleos de população e propagará de todos os modos.”

“O exército irá impregnado dos mesmos princípios. Velar-se-á para que nele não se divulgue nada que indique saque, opressão, nem a menor idéia de conquista, ou que se intenta conservar a posse dos países auxiliados.”

San Martín atravessou a cordilheira dos Andes em duas colunas, uma pelo passo de Uspalata, e outra pelo de Los Patos.

No dia 12 de fevereiro de 1817 defrontavam-se os inimigos em pleno território chileno, na costa de Chacabuco. A vitória tocou aos insurgentes. A 14, San Martín entrou em Santiago. Aclamado governador do Chile, declinou a honra. Em seu lugar foi depois escolhido o general chileno Bernardo O'Higgins.

Sem embargo os espanhóis não haviam desanimado. Concentraram-se no sul, na região de Talcahuano. O vice-rei do Perú não se esqueceu de enviar-lhes reforços. Las Heras, companheiro de San Martín, também se encaminhou para o sul e foi até Concepción. Atacado pelo general espanhol Ordoñez, rechassou-o, obrigando-o a refugiar-se nas fortificações de Talcahuano. Las Heras estabeleceu-se no cêrro de Gavián, mas Ordoñez provido de reforços, atacou-o ali com bom êxito. Com a vinda de O'Higgins, os insurgentes assaltam Talcahuano. Não tendo sido felizes na operação, retraem-se na direção do norte, ao encontro de San Martín. Os imperiais, já reforçados e sob o comando do general Osório, tomam a ofensiva e rumam para Talca, ao encontro dos independentes. Estes padecem a surpresa de Cancha Rayada (19 de março de 1819) e refluem em desordem para o norte. Porém San Martín restabelece a ordem e a confiança; reorganiza suas unidades e ao cabo de 10 dias tem-nas em condições de medir-se novamente com as do inimigo, 5 léguas ao sul de Santiago. Trava-se então a batalha de Maipú (5 de abril de 1819), em que todo o poder espanhol no Chile fica definitivamente aniquilado pelos patriotas.

Em pleno campo da refrega, ainda a cavalo, dita San Martín esta participação:

“Acabamos de ganhar completamente a ação. Um pequeno resto foge; nossa cavalaria persegue-o até liquidá-lo. A Pátria está livre!” (B. Mitre) (4).

(4) No dia 5 de abril de 1932, isto é, cento e cinco anos depois da vitória chileno-argentina, estava eu no Chile como consultor técnico da comissão designada para representar o Brasil na 5.^a conferência pan-americana de Santiago, de que era chefe o dr. Afrânio de Melo Franco. Fomos visitar o campo de batalha de Maipú e depositar flores ao pé do monumento ali erguido. Com auxílio de um plano do recontro e do camarada chileno que me acompanhava, capitão Arthur Spinosa, hoje general, revoquei à memória os lances principais da batalha, mergulhei mentalmente na refrega, seguindo os patriotas chilenos e argentinos, que naquele dia e naquela hora lutaram pela emancipação do Chile.

Dias antes (21 de março), eu havia passado em Mendoza, onde me detivera algumas horas. Aproveitei-as para ir ver a grandiosa estátua destinada a recordar a façanha de San Martín cruzando os Andes.

É uma estátua monumental, digna do herói e do cenário em que a colo-

“A batalha de Maipú — são conceitos de Bartolomeu Mitre — partiu para sempre o nervo militar do exército espanhol na América, e levou o desânimo a todos os que sustentavam a causa do rei, desde o México até o Perú, dando novo alento aos independentes. Chacabuco havia sido a desforra de Sipe-Sipe. Maipú foi a precursora de todas as vantagens sucessivas. Teve o mérito relevante de ser ganha por um exército derrotado, inferior em número, e depois de 15 dias dessa derrota, exemplo singular na história militar.”

Vale a pena interpolar aqui um episódio que a história regista:

Depois da batalha de Chacabuco, foi San Martin à Argentina, afim de obter de Pueyrredón mais recursos para a guerra. Sabedor do fato, o *Cabildo* de Santiago ofereceu-lhe 10.000 onças de ouro para suas despesas de campanha. San Martin aceitou a importância, para destiná-la à criação de uma biblioteca. Deu ao *Cabildo* esta explicação: “A ilustração e o fomento das letras são a chave mestra que abre as portas da abundância e torna felizes os povos; quero que todos se ilustrem nos sagrados direitos que formam a ciência dos homens livres.”

*

* *

Restava agora a San Martin pôr em obra a segunda parte do seu grandioso plano estratégico. Para êsse fim era-lhe imprescindível uma esquadra, o que êle conseguiu; à sua testa foi colocado o almirante Cochrane, o mesmo valoroso marinheiro inglês que poucos anos depois viria ajudar o Brasil a sacudir o jugo da metrópole portuguesa.

Nada teve força para desviar San Martin da missão que se havia imposto. As Províncias Unidas viviam em agitação interior, debatendo-se na desordem. Os Diretores Supremos

caram. A impressão que deixa é de beleza e força, pujança e ousadia. O artista soube dar à obra humana caracteres que a tornam digna da áspera e elevada cordilheira para que se volta.

(Pueyrredón e Rondeau) sentem necessidade de força para dominar a anarquia; determinam que San Martin volte do Chile com o seu exército. Porém o grande capitão desobedece; repugna-lhe envolver-se na fogueira da politicagem interna, dissipar quanto havia grangeado, e interromper a sua tarefa. Melhor serviria à sua Pátria e a garantiria das ameaças espanholas, persistindo nessa mesma tarefa do que recuando.

San Martin fez-se ao mar com a sua expedição libertadora (20 de agosto de 1820), saindo de Valparaíso em direção à costa peruana. Cochrane havia facilitado a empresa cruzando ao longo do litoral e afugentando os adversários.

“O total das forças libertadoras atingia a 4.430 homens, inclusive chefes e oficiais. Constava de 3.053 infantes, 652 cavaleiros e 413 artilheiros; havia 2.313 argentinos e 1.805 chilenos. Quasi todos os chefes eram argentinos, com a só exceção dos que comandavam os três batalhões formados no Chile. Como Chefe de Estado Maior servia o general Juan Gregório de Las Heras, cujo comportamento fôra glorioso em Chacabuco, Cancha Rayada e Maipú. Também formavam parte da expedição os generais Arenales, Guido e Luzuriaga” (5).

San Martin alcançou a baía de Paracas, três léguas ao sul de Pisco (7 de setembro de 1820). Pôs em terra uma divisão ao mando de Las Heras, para avançar até Pisco, de modo que lhe facilitasse o desembarque nesta bía, o qual se realizou sem obstáculos.

Convinha-lhe sublevar a campanha contra os realistas. Confiou essa missão a Arenales, a quem acompanharam Lavalle e Brandsen, dois insignes soldados que o Visconde de Barbacena teve de enfrentar em 1827 na batalha do Passo do Rosário. Arenales adentrou-se no Perú; bateu em Pasco o chefe realista O'Reilly (6 de dezembro).

Ao pisar o solo peruano, assim se dirigiu San Martin a seus comandados:

(5) Mariano de Vedia y Mitre.

“Chegamos ao ponto de nosso destino; só falta que o valor consolide a obra da constância. Lembrai-vos de que vosso grande dever é consolidar a América; não viestes para fazer conquistas, e sim para libertar povos. Os peruanos são nossos irmãos; abraçai-vos e respeitai os seus direitos, como respeitastes os dos chilenos depois de Chacabuco” (6).

Pezuela, vice-rei do Perú, buscou contacto com San Martin. Enviou-lhe comissários, que se juntaram em Miraflores com os do chefe argentino. Nada se alcançou além de um armistício, visto o representante real não admitir negociação cuja base fosse o reconhecimento da independência das colônias.

Após um mês de demora em Pisco, San Martin reembarcou as suas tropas e foi descer no pôrto de Ancon. Seu intento era acometer Lima pelo norte.

Descontentes com a ação do vice-rei Pozuela, os militares realistas depuseram-no e substituíram-no por La Serna. Este entrou em negociações de paz com San Martin, de que só proveio uma trégua de vinte dias. Perdidas estas esperanças, os realistas abandonaram Lima (6 de julho).

San Martin entrou triunfante na capital peruana a 9 de julho. A 28, arvorando a bandeira que ideara em Pisco, proclamou, diante das tropas e da população, nestes termos:

“O Perú é desde este momento livre pela vontade geral dos povos e pela justiça da causa, que Deus defende.”

Com a retirada dos realistas para a serra, “ficou o território do antigo Vice Reinado dividido em duas zonas pelos respectivos beligerantes; a costa, a partir de Tumbes, obedecia aos patriotas; a serra central e meridional, e o Alto Perú estavam debaixo da autoridade dos realistas.”

“San Martin assumiu a direção política e militar com o título de Protetor, enquanto os representantes da nação não escolhessem a forma definitiva de govêrno” (7).

(6) Ricardo Levene, *Lecciones de História Argentina*, p. 161.

(7) Carlos Wiesse, *História do Perú*, p. 179.

Enquanto San Martin conduzia a campanha emancipadora avançando do sul para o norte, atuava na mesma direção e com idêntico propósito, embora em sentido oposto, o grande Simón Bolívar. Vinha de batalhar pela liberdade em Venezuela e Colômbia. Era natural que as duas correntes acabassem encontrando-se. E foi o que aconteceu. Para emancipar o Equador, expediu Bolívar o general Sucre, com a sua divisão. San Martin reforçou-o com uma divisão argentina de mais de mil homens, capitaneada pelo general Santa Cruz. Com estes elementos, fere-se a batalha do cêrro de Pechincha (24 de maio de 1822), em que venezuelanos e argentinos colhem os louros da vitória.

Nada obstante, não estava terminado o labor dos independentes. Os espanhóis ainda dispunham de forte e numeroso exército no interior do Perú, no qual abundavam chefes experimentados. Enquanto êsse núcleo resistente não fosse esmagado, o problema ficava de pé. E isso de fato só se alcançou tempos depois com a batalha de Ayacucho (9 de dezembro de 1824).

San Martin vê a situação com perfeita nitidez. Daí o seu desejo de um contacto pessoal com Bolívar.

Vai-lhe ao encontro em Guayaquil.

Passando o mando ao marquês de Torres Tagle, escreveu:

“... vou a Guayaquil para me encontrar com o libertador de Colômbia. Os interesses gerais de ambos os Estados, a enérgica terminação da guerra que sustentamos, e a estabilidade do destino de que a América se acerca rapidamente, tornam necessária a nossa entrevista, já que a ordem dos acontecimentos nos tornou responsáveis em alto grau pelo êxito dessa sublime empresa” (8).

Convém intercalar aqui um esclarecimento que muito facilitará a rápida inteligência do que se vai seguir.

A província de Guayaquil proclamou a sua independência a 9 de outubro de 1820, e organizou uma Junta de Go-

(8) Eduardo Marmol, p. 19.

vêrno, a qual levou a San Martin noticia do fato e lhe pediu o seu apóio. Fizeram-se preparativos de resistência. San Martin enviou para Guayaquil dois representantes seus (o coronel Guido e o general Luzuriaga). Os guayaquilenses parece que estavam divididos quanto ao futuro da provincia. Uns queriam-na Estado Independente, outros anexada ao Perú e outros a Colômbia. San Martin opinava pelo respeito à vontade popular. Escrevendo à Junta de Guayaquil (23 de agosto de 1821), enunciou francamente o seu parecer: "Quanto ao mais, se o povo quer espontâneamente agregar-se ao departamento de Quito, ou prefere a sua incorporação ao Perú, ou, enfim, resolve manter-se independente de ambos, eu não farei outra cousa senão respeitar a sua vontade e considerar essa provincia na posição em que ella própria se coloque" (9).

Bolívar, porém, manteve-se irreductível na idéia de que Guayaquil devia ficar associada à Colômbia. Depois das vitórias de Bomboná e Pichincha, dirigiu-se a Quito e de lá a Guayaquil, onde se apresentou a 11 de julho de 1822. No dia 13 dêsse mesmo mês, publicou um manifesto aos guayaquilenses. Lê-se neste documento: "Terminada a guerra de Colômbia, meu primeiro desejo foi completar a obra do Congresso, pondo as provincias do sul sob o escudo da liberdade, da igualdade e das leis de Colômbia. O exército libertador não deixou após si nenhum povo que não se encontre sob a custódia da constituição e das armas da República."

Era evidentemente a anexação. Mandou seu secretario avisar à Junta, na mesma data, que, para evitar a anarquia e ouvindo o clamor geral, punha Guayaquil sob a proteção de Colômbia, ficando êle com o mando politico e militar da cidade mas que o povo se pronunciaria livremente no próximo Congresso.

*

* *

(9) Eduardo Marmol, p. 52.

Para ir ao encontro de Bolívar, dirigiu-se San Martín a Guayaquil por mar, embarcando na goleta *Macedônia*. Chegou a Guayaquil no dia 26 de julho de 1822.

Bolívar recebeu-o com todas as honras. San Martín encarregou o coronel Guido de procurar o libertador e de avisar-lhe que o iria visitar no dia seguinte. Bolívar enviou quatro ajudantes de ordens ao encontro de San Martín, para cumprimentá-lo.

O desembarque de San Martín e sua comitiva fez-se com solenidade no molhe situado em frente à mansão de Luzarraga, edifício destinado à sua hospedagem. Bolívar aguardou-o em uniforme de gala, no vestibulo da referida mansão.

Podemos imaginar a magnificência do ato e a emoção dos dois grandes heróis americanos ao verem-se pela primeira vez. A obra que haviam praticado infundia estima e respeito recíprocos. Bolívar avançou e apertou a mão do companheiro dizendo-lhe: "Afinal realizaram-se os meus desejos de conhecer e apertar a mão do afamado general San Martín." Este retribuiu a saudação, expressando análogos sentimentos. Passaram depois ao salão. Bolívar apresentou os seus oficiais. Apareceram representantes de diversas corporações da cidade, para cumprimentar o hóspede ilustre. O mesmo fez uma comissão de senhoras. Uma jovem, formosa, de 17 anos, dirigiu-lhe algumas palavras e pôs-lhe na cabeça uma coroa de louros. Surpreso e emocionado pelo fato, San Martín retirou a coroa e disse à jovem estar persuadido de não merecer aquela distinção, pois havia outros de mais mérito do que ele, mas que não se desfaria do presente, já pelas mãos de que havia provindo, já pelos sentimentos patrióticos que o ditavam. Conservá-lo-ia como recordação de um de seus dias mais felizes.

Todos se retiraram; Bolívar e San Martín passaram à outra sala, onde ficaram sós, a portas fechadas, durante hora e meia. Separaram-se. Bolívar retirou-se. Algum tempo depois San Martín foi retribuir-lhe a visita.

No dia seguinte, marcado para o regresso do chefe argentino, Bolívar foi vê-lo a uma hora da tarde. Conversaram cêrca de quatro horas, ainda a sós e a portas fechadas. Terminada a conversação, foram ambos para a sala de refeições, onde Bolívar ofereceu um banquete ao seu distinto hóspede.

Em momento adequado, Bolívar levantou-se e disse:

“Brindo, senhores, pelos dois maiores homens da América do Sul: o general San Martin e eu.”

San Martin fez o mesmo e expressou-se desta forma: *“Pela pronta terminação da guerra, pela organização de nossas Repúblicas do Continente e pela saúde do Libertador.”*

Êstes dois brindes são característicos, desenham à maravilha o perfil moral dêsses dois homens, representam a síntese dos pensamentos que, naquela hora de graves responsabilidades, lhes dominavam as almas.

Prontamente acodem-nos à lembrança as palavras de Bartolomeu Mitre:

“San Martin era o vaso opaco da escritura, que escondia a luz no interior da alma; o herói impessoal que tinha a honrosa ambição do bem comum, por todos os meios, por todos os caminhos e com todos os homens de boa vontade, segund êle próprio se definiu na intimidade com estas simples palavras: “um americano, republicano por princípios, que sacrificou suas próprias inclinações pelo bem de sua terra” (10).

Depois do banquete, compareceu San Martin ao baile dado em sua honra pela Municipalidade. Às 2 da manhã retirou-se para bordo da *Macêdonia*. Bolívar acompanhou-o até o escaler que devia transportá-lo. Sua estada em Guayaquil não passara de 40 horas.

Durante sua ausência de Lima, a situação política agravara-se no Perú. Surgiram queixas contra o ministro Montegudo, que determinaram a sua saída do govêrno.

San Martin regressou à capital com o projeto firme,

(10) *Orações Seletas*, p. 101.

que logo depois realizou. A 22 de setembro de 1822 instalou o Congresso convocado para fixar a forma do governo peruano e formular a constituição. O Congresso nomeou-o Generalíssimo das armas do Perú. Aceitou apenas o título, mas persistiu na sua decisão.

Antes de separar-se de Bolívar, tinha-lhe comunicado a sua resolução de sair do Perú. Em sua carta a Miller, de 19 de abril de 1827, se nos depara este trecho:

“No dia seguinte, e em presença do vice-almirante Blanco, disse ao Libertador que, tendo deixado convocado o Congresso para o próximo mês, o dia de sua instalação seria o último de minha estada no Perú.”

A 21 de setembro deixou para sempre o território peruano, a bordo do bergantim de guerra *Belgrano*.

Ao despedir-se dos peruanos, assim se expressou:

“Presenciei a declaração dos Estados do Chile e do Perú; existe em meu poder o estandarte trazido por Pizarro para escravizar o Império dos Incas, e deixei de ser homem público; e o faço recebendo pròdigamente a compensação dos dez anos de revolução e de guerra. Minha promessa para com os povos em benefício dos quais batalhei, está cumprida: fazer a independência e confiar às suas vontades a escolha de seus governos. A presença de um militar afortunado é temível aos Estados que de novo se constituem.”

Reproduzindo este trecho, emite Ricardo Levene o seguinte parecer, justo e oportuno:

“Trata-se de uma formosa página na história moral dos povos. Poucas vezes já resplandeceu tão alto a grandeza da alma e a superioridade de um ideal como orientação de uma vida” (11).

Convém ainda lembrar que, antes da conferência com o Libertador, já havia San Martín assentado renunciar o

(11) *Síntese da História da Civilização Argentina*, p. 287.

seu pôsto no Perú. Escrevendo ao vice-rei La Serna a 14 de julho de 1822, isto é, um ano depois das conferências de Punchauca, e alguns dias antes da entrevista de Guayaquil, propôs San Martin as bases de uma conciliação. Lê-se nesse papel:

“O Congresso Constituinte (*do Perú*) está próximo a reunir-se, e apenas se instale, cumprirei minha palavra resignando o mando Supremo, pois que já cessaram as circunstâncias que exigiram de mim o sacrifício de pôr-me à frente da Administração. Porém antes quero deixar assinalado o último período dela com uma nova prova de meus mais ardentes votos pela paz e pela cessação das calamidades públicas” (12).

Sabedor da renúncia de San Martin, emitiu Bolivar sobre êle esta apreciação:

“Fui informado de que o general San Martin apresentou ao Congresso do Perú, no dia 20 do mês passado, a sua demissão, e que no mesmo dia embarcou em Callau. O afastamento do general San Martin dos destinos dêsse país pode fazer perigar a causa da Independência, pois deve-se reconhecer que esta perde um de seus maiores e magnânicos diretores, pôsto também seja verdade que nossa Grande Colômbia obterá maiores vantagens, visto como julgo factível o meu projeto de Confederação Geral, que é o que mais convém aos povos da América do Sul; ademais disso Guayaquil ficou definitivamente incorporada à Colômbia, não só por ser essa a vontade de seus cidadãos, senão também porque o Perú quererá evitar nestes momentos todo conflito exterior que agrave ainda mais a sua própria causa” (13).

San Martin foi desembarcar no Chile; de lá seguiu para a Argentina e depois para a Europa, levando consigo a sua filha, Mercedes.

Acabrunhado pelas injustiças com que alguns julgavam

(12) Eduardo Marmol, p. 324.

(13) Esta carta foi datada em Loja a 12 de outubro de 1822. Marmol insere-a na p. 405 de seu livro, dizendo que é inédita.

o seu procedimento e não desejando envolver-se em lutas partidárias, só achou uma solução para o seu caso: emigrar.

Em carta reservada a um amigo, dá-lhe esta explicação:

“Não encontrei outro arbítrio que o do meu afastamento da América durante alguns anos, até que governos sólidos e estáveis me permitam viver nela” (14).

E assim foi morrer em Boulogne-sur-Mer, a 17 de agosto de 1850. Tinha então 72 anos de idade.

Fez testamento em 1844. Determinou que a sua espada, que o acompanhara em toda a guerra da Independência, fosse entregue a Juan Manoel Rosas, “como prova da satisfação que sentira como argentino ao ver a firmeza com que a honra da República fôra defendida contra as pretensões dos estrangeiros que tratavam de humilhá-la.” (B. Mitre).

“Determinou mais o seguinte, que revela seu grande amor da pátria, não obstante o esquecimento e a ingratição dos contemporâneos: “Proíbo que me prestem qualquer honra fúnebre; do lugar em que eu morrer, levem-me diretamente ao cemitério, sem nenhum acompanhamento, mas desejaria que meu coração fosse guardado em Buenos Aires” (15).

(*Continua*).

(14) Ricardo Levene, *Síntese da História da Civilização Argentina*, página 288.

(15) *Ibidem*, ps. 288 e 289.

LUA DE LÁGRIMAS

MURILO ARAÚJO.

Neste parque ao luar, de amendoeiras avós,
de samaúmas que dão flor entre as estrêlas,
neste parque ancestral
esta lua dos mortos
tem muito que contar...

Esta lua de lágrimas!
Que nos diz a mensagem de hieroglifos tristonhos
que ela escreve na areia da alameda com sombras,
passando pelas copas frondejantes, enormes,
a cabeça espectral!!

Na hora velha da noite,
que o rangido de um ramo encherá de gemidos,
esta lua tristíssima
se inclina sôbre os plainos desolados do mundo...

Ela conhece o horror dos apelos perdidos!

O S.O.S. febril dos aviões assaltados
sôbre as vagas desertas
muito longe,
com os ventos em tropel, desenfreados.

O naufrágio na guela dos abismos,
sem a visão distante de uma frágua...

Os capitães que com seu barco afundam
por entre os sete círculos das águas.

O aerobata que errou no salto perigoso,
e olha o solo e olha os céus...

Os condenados dos submarinos perdidos
aguardando, no seu calabouço entre as ondas,
a visita de Deus.

E os que, esmagados, morrem com a morte de um verme;
os que se extorcem no simum da febre —
beduínos sepultos numa areia escaldante;
o entrevado e o cego entre os leões do incêndio;
e os que a loucura torvelinha e turbilhona —
troncos batidos por um vento desvairante!

Todos os que se afundam nas angústias finais:
os supremos segundos...
os que tremem sem luz na algidez da agonia —
pobres corpos, ao léu como blocos de gelo,
de bubúia por mares boreais...
e os soluços cortados... e os semblantes sombrios...
e os passos cautelosos nos salões frios, frios,
alta noite!
E alta noite
as janelas que acendem nos hospitais!

Viu tudo, toda a angústia, esta lua nostálgica.

Correu águas e portos —
viu desastres na terra e sinistros no mar.

E é por isso talvez que esta lua de lágrimas —
tristíssima —
esta lua dos mortos
nos parece chorar.

ESTUDOS SÔBRE A AUTORIA DAS "CARTAS CHILENAS"

AFONSO PENA JUNIOR

O Ministério da Educação acaba de prestar assinalado serviço à nossa cultura com a excelente edição crítica das *Cartas Chilenas*, que veio pôr ao alcance dos estudiosos, cujo número, felizmente, vai crescendo, uma preciosidade bibliográfica, que não é apenas documento das nossas letras, mas da nossa história.

Essa famosa sátira, escrita às vésperas do drama da Inconfidência, é, com efeito, além de modelo do gênero, pelo vigor, vivacidade, elegância e graça, um documento, cheio de verdade e vida, do cenário mineiro dos últimos tempos coloniais, e um riquíssimo manancial de informações sôbre a intimidade de nossos costumes, ao findar do século XVIII.

A escolha do sr. Afonso Arinos de Melo Franco para editor literário completou o gesto feliz do Ministro Gustavo Capanema. Graças, com efeito, ao acerto dessa escolha, temos, hoje, a mais completa, documentada e arguta revisão do pleito secular sôbre a autoria das *Cartas*. Tendo processado essa revisão, dentro dos rigores de uma boa crítica, nas 128 páginas da Introdução e em inúmeras notas ao texto, concluiu o sr. Afonso Arinos que as *Cartas Chilenas* são de Tomaz Antônio Gonzaga, e que a *Epístola a Critilo*, que lhes serve, a bem dizer, de prefácio, é de Cláudio Manuel da Costa.

Essa dupla atribuição, que atesta a grande serenidade e isenção com que foi abordado o problema, explica, quanto ao passado, e afasta, para o futuro, a intransigência dos partidários de uma e outra autoria exclusiva: os de Cláudio, tirando seus melhores argumentos ao texto da *Epístola*; e os de Gonzaga, ao das *Cartas*; cada grupo, porém, a pretender a procedência da argumentação para a totalidade da obra.

É certo que, desde 1913, em artigos no *Estado de São Paulo*, já Sílvio de Almeida assinalara, particularmente, as evidências da autoria claudiana da *Epístola*, e assim terminara sua erudita demonstração:

"Concluimos, de tudo quanto precede, que Antônio Ribeiro dos Santos (o grande crítico e sábio lusitano) tinha o direito de se inculcar bem informado para dar a Cláudio Manuel da Costa como o verdadeiro autor da *Epístola a Critilo*."

Mas, só agora, na cerrada análise do sr. Afonso Arinos, se fez a discriminação das duas autorias, pois Sílvio de Almeida continuava a pleitear, quanto às "*Cartas*", a tese da colaboração.

Seduzido pelo trabalho do ilustre professor, e lembrando-me de que sou membro da Academia Mineira de Letras, à qual, mais de perto, interessa o problema, pus-me a examiná-lo detidamente, tendo chegado às seguintes conclusões:

1.º — Que, se é certo como observou o sr. Caio de Melo Franco ("*O Inconfidente Cláudio Manuel da Costa*", página 141) — que, do estudo comparativo das treze *Cartas*, resulta "a segurança da unidade perfeita de um só estilo, em todas elas", não é menos certo que, da comparação das *Cartas* com a *Epístola* (comparação tanto mais fácil, quanto a *Epístola* ecôa ou dá a réplica em canto-chão a temas das *Cartas*), resulta a evidência de que foram escritas por dois poetas de temperamento e, como consequência, de composição diferentes: um, leve, jovial, pitoresco nas idéias e no

falar, variadíssimo de tom; o outro, grave (para não dizer pesado), sisudo, sentencioso, e monocórdico.

2.º — Que, além de serem precisamente estas as distinções de temperamento e estro entre Cláudio e Gonzaga, poetas (a menos que admitamos parecença de “janela” e “ventana”, como na *Capital Federal*, de Artur Azevedo) *toto caelo* diferentes, existem muitas provas diretas, qual mais procedente e forte, de que o primeiro compôs a *Epistola*, e o segundo as *Cartas*.

Quer isto dizer que cheguei às mesmíssimas conclusões de Afonso Arinos.

Como, porém, no curso dêsse meu exame pessoal, tenha feito uma ou outra observação nova, e encontrando mais de um elemento de prova das suas teses, resolvi, acudindo a honroso convite da “Revista Brasileira”, trazer o meu contingente de acadêmico mineiro, com a publicação desta série de estudos.

I

COLOCAÇÃO DOS POSSESSIVOS NA “EPISTOLA”, NAS “CARTAS”, EM CLAUDIO, E EM GONZAGA

1 — Nos 208 versos da *Epistola*, encontramos seis casos de *posição do possessivo* (versos 18, 153, 156, 163, 164 e 203):

“Jamais nutrir-se, enquanto *aos olhos nossos*”;
 “Que o vosso chefe, *a arbítrio seu*, não possa”;
 “Que falam vossas leis. Nos *chefes vossos*”;
 “Mas ah! *Critilo meu*, que eu estou vendo
 “Que já chegam a ler as *cartas tuas*”;
 “É êste o prêmio das *fadigas tuas*”.

Em quatro desses casos, a *anteposição seria possível*, sem prejuízo da métrica.

2 — Nos 3.964 versos das 13 Cartas de Critilo, *não se encontra caso algum de posição do possessivo*, apesar de

serem muitíssimos os casos em que o possessivo anteposto poderia ser posposto, sem quebrar o verso.

Vejamos:

— Nos 291 versos da 1.^a Carta, há 11 possessivos (versos: 29, 52, 106, 158, 182, 223, 230, 239, 257, 267, 289), *todos antepostos*.

Transcrevemos apenas os quatro em que a posposição caberia na métrica:

- "Que acaba de reger a nossa Chile";
- "Estava o nosso chefe mesmo ao próprio";
- "Só assim, Doroteu, o nosso chefe";
- "Pois assim nos tratou o nosso chefe".

Na 2.^a Carta, com 306 versos, encontramos 33 possessivos, *todos antepostos*, sendo que, em 11 dos casos (versos: 5, 13, 63, 64, 91, 100, 135, 185, 198, 229, 257)), a posposição podia ter sido feita, sem se alterar o verso:

- "Do nosso imortal chefe a grande entrada";
- "Não cuides que é de paina a minha fronha";
- "E que vem muito bem ao nosso caso";
- "Apenas, Doroteu, o nosso chefe";
- "Assim o nosso chefe que procura";
- "Castiga o nosso chefe em um sujeito";
- "Ao nosso grande chefe outro soldado";
- "O nosso grande chefe, decisivos";
- "Que ao nosso Santiago não concorra";
- "Casar com uma irmã da sua amásia;
- "Que em pedir os seus bens, não mais prossigam".

Na 3.^a Carta, com 296 versos, há 31 possessivos, *todos eles antepostos*; e, no entanto, a posposição era possível, sem inconveniente poético, em 13 casos (versos: 40, 62 e 63, 66, 74, 82, 119, 122, 126, 164, 171, 203, 236), sendo que, em alguns dêsses versos, a posposição seria, quiçá, elegante:

- "Já disse, Doroteu, que o nosso chefe";
- "No seu contrário vício, degenera
A falsa compaixão do nosso chefe";
- "Pretenda, Doroteu, o nosso chefe";
- "Eterna, a sua glóra, bem que o chefe";

“Desenha o nosso chefe sôbre a banca”;
 “Que faz o nosso mestre, quando pinta”;
 “A boa perfeição das nossas obras”;
 “Para haver de suprir o nosso chefe”;
 “Os nossos comandantes, que conhecem”;
 “Nos nossos comandantes, será justo”;
 “No crime, o seu julgado, e o nosso chefe”;
 “Na sua mocetona, e vem o pobre”.

*

* *

Nos 354 versos da 4.^a Carta, aparecem 26 possessivos. *Nenhuma posposição*, apesar de haver 9 versos, em que ela era perfeitamente possível (versos: 92, 97, 136, 208, 261, 278, 281, 328 e 342):

“Dirás ter, Doroteu, que o nosso chefe”;
 “De a poder descobrir e o nosso chefe”;
 “Do nosso grão tenente: amor e ódio”;
 “Que o nosso grande chefe se saísse”;
 “E fecho, Doroteu, a minha carta”;
 “Faz-se uma petição ao vosso chefe”;
 “Na pia construção da sua casa”;
 “Quando, por defender a sua escola”;
 “Por fazer imortal a sua fama”.

Nos 342 versos da 5.^a Carta, 46 possessivos, *sem caso algum de posposição*. Dêstes, há 15, que o poeta poderia ter anteposto, alguns, até, com vantagem. São os versos 30, 52, 153, 160, 171, 198, 201, 299, 233, 238, 255, 265, 280, 282, 332, 334, a seguir:

“Chegou à nossa Chile a doce nova;
 “Enquanto, Doroteu, a nossa Chile”;
 “Eu vos dou, cidadãos, o meu exemplo”;
 “Depressa vou dar parte ao nosso chefe”;
 “Fala em queixa fazer ao nosso chefe”;
 “O seu chapéu em cima da cadeira”;
 “Acaba-se a função e o nosso chefe”;
 “A pôr na sua sege ao seu prelado”;
 “Que guardavam à risca os nossos velhos”;
 “Os nossos próprios becas têm cabelo”;

"Acabou-se esta moda: o nosso chefe";
 "Caminha o nosso chefe, todo Adônis";
 "Com as suas barretinas nas cabeças";
 "E, enquanto não se avança o nosso chefe";
 "Que assenta, à sua mesa, o nosso chefe";
 "Não pode muito bem à nossa história".

*

* *

Na 6.^a Carta, com 434 versos, achamos 39 possessivos, *todos antepostos*, sendo que, em 17 casos, (versos: 43, 70, 89, 126, 145, 206, 212, 261, 275, 289, 321, 338, 361, 366, 370, 380, 400) Critilo teria feito a fácil posposição se gostasse desta como o autor da Epístola. Vejamo-lo:

"E, quando não o fosse, a sua espôsa";
 "A minha, a minha Nise: está vestida";
 "A minha doce Nise, qual menino";
 "Da sorte que a minha alma o viu sonhando";
 "Pois eis aqui, amigo, o nosso chefe";
 "Do nosso Santiago se acendiam";
 "Quatro mil tigelinhas. Meu Alberga";
 "Depõe o nosso chefe a majestade";
 "Que, no público, pede o seu emprêgo";
 "Manda, sim, que arremede o nosso bispo";
 "Dá-se parte do caso ao nosso chefe";
 "Da sua terna espôsa, sem que tenhas";
 "O nosso grande chefe mal conhece";
 "Em tal ocasião, a minha falta";
 "Amigo Doroteu, o nosso chefe";
 "Que o nosso chefe ordena te recolham".

*

* *

Nos 92 versos da 7.^a Carta, há 9 possessivos, *todos antepostos*. Três dêles seriam posponíveis (versos 12, 50, 66), à moda da Epístola:

"Em tudo, e mais que em tudo, as suas vezes";
 "Sem haver citação da sua parte";
 "Não lucra, doce amigo, o nosso chefe".

*

* *

Na 8.^a Carta, com 365 versos, encontram-se 40 possessivos, *sem caso algum de posposição*; e 12 dêses possessivos podiam ser postos, à vontade, depois do nome (versos: 1, 49, 78, 81, 149, 158, 167, 178, 202, 275, 308, 341) :

“Os grandes, Doroteu, da nossa Espanha”;
 “Cada triênio, pois, os nossos chefes”;
 “As leis do nosso reino não consentem”;
 “A Junta de Fazenda, e o nosso chefe”;
 “Pela mão de Matúcio, seu agente”;
 “Que os nossos devedores não se prendam”;
 “Consente o nosso chefe, que tu sejas”;
 “Porque, porque razão o nosso chefe”;
 “Pretende, Doroteu, o nosso chefe”;
 “Amigo Doroteu, o nosso chefe”;
 “Amigo Doroteu, o nosso chefe”;
 “Hás de, enfim, confessar, que o nosso chefe”.

*

* *

Na 9.^a Carta, com 404 versos, aparecem 34 possessivos, *todos antes do nome*, sendo que a posposição de 7 dêles era possível (versos: 33, 81, 188, 223, 225, 253, 303) .:

“E, já que o meu herói, agora, adestra”;
 “Meu caro Doroteu, o nosso chefe”;
 “O nosso chefe ainda não se farta”;
 “Tu sabes, Doroteu, que as nossas tropas”;
 “Que as leis do nosso reino não consentem”;
 “Não rias, Doroteu, das nossas tropas”;
 “Que as nossas leis não dão aos bons vassallos”.

Nos 319 versos da 10.^a Carta, há 41 possessivos, *todos antepostos*, sendo deliberada a anteposição de 13 dêles (versos: 21, 27, 36, 38, 47, 52, 84, 101, 167, 206, 264, 296, 314), pois nada impedia a posposição:

"Assim o nosso chefe não descansa";
 "Pelos olhos da tua amada espôsa";
 "Perdôa, minha Nise, que eu desista";
 "Em que viste, na sua alegre bôca";
 "Entende o nosso chefe que esta Junta";
 "Do nosso Santiago, e manda ao pobre";
 "Amigo Doroteu, o nosso chefe";
 "É esta, Doroteu, a sua gente";
 "As nossas leis não querem que o pai solva";
 "Não pode resistir às tuas setas";
 "Não fôra a nossa Chile se, antes, visse";
 "Comete a nossa Chile, que mereça";
 "A nossa semelhança, enquanto aos corpos";

*

* *

Na 11.^a Carta, com 433 versos, são 42 os possessivos, *todos antepostos*, 19 dos quais comportariam posposição, sem prejudicar o verso (versos: 17, 24, 61, 76, 173, 184, 223, 225, 277, 284, 286, 287, 294, 329 e 330, 409 e 410, 419, 432):

"Por ciúmes cruéis da sua amásia";
 "E quem se alegra ao ver que a sua moça";
 "Entendo, Doroteu, que as nossas almas";
 "Com seu ilustre sangue, as suas obras";
 "Mostrar-se liberal com sua dama";
 "Que, enquanto não abria a minha bolsa";
 "As que, por nossa culpa, se perderam";
 "O nosso chefe, manda que êle ampare";
 "Quer, à pressa casar a sua amásia";
 "Meteu na sua sege, ao lado esquerdo";
 "A quem o nosso chefe desalmado";
 "Enquanto governou a nossa Chile";
 "Da sua torpe amásia? Eu, doce amiga";
 "A sua testa iguala à pura neve
 E são da côr da rosa as suas faces";
 "Do fato de casar o nosso chefe
 A sua terna amásia? Não, amigo";
 "Sem vergonha do mundo, a sua amiga";
 "Não hás de receber da minha pena".

*

* *

Nos 299 versos da 12.^a Carta, há 34 possessivos, *todos antepostos aos nomes*; e 13 dêles poderiam ser pospostos (versos: 32, 40, 44, 97, 118, 126, 146, 192, 220, 225 e 226, 274, 279):

“Assim o nosso chefe traz, consigo”;
 “Os miúdos papéis às suas damas”;
 “Deseja o nosso chefe que êste lucre”;
 “Lhe dava o seu brandão, e as mais pessoas”;
 “O tédio, que produz a minha frase”;
 “Que esperem, nesta terra, à sua custa”;
 “Não penses, Doroteu, que o nosso chefe”;
 “Encontrou, uma noite, a sua escrava”;
 “Do nosso Santiago, e não se prendem”;
 “Ao pobre Ludovino, e à sua serva,
 “Que já buscando vão à sua casa”;
 “Pensavas, Doroteu, que o nosso chefe”;
 “Na terra singular, no seu officio”.

Na Carta 13.^a ou seja nos 29 versos, que dessa Carta nos restam, há quatro possessivos, todos antepostos.

*

* *

3 — Para resumir a situação:

1.^o — Nos 208 versos da “*Epístola a Critilo*” ocorrem 43 possessivos, cifra superior a 20 % do número de versos.

2.^o — Dêsses 43 possessivos 6 são colocados depois do nome, o que nos dá uma taxa da posição superior a treze por cento (13 %).

3.^o — Dos seis possessivos pospostos, quatro poderiam ter sido antepostos sem quebra do verso, de modo que a posição foi deliberada e intencional.

4.^o — Nas “*Cartas Chilenas*”, de Critilo, ocorrem 390 possessivos, em 3.964 versos, isto é, em menos de dez por cento dos versos, cifra inferior à metade, da encontrada na *Epístola*.

5.º — *Nesses 390 possessivos, não há caso algum de posposição. São todos, sem exceção, antepostos aos nomes.*

6.º — Em 141 dêsses possessivos, Critilo poderia ter feito posposição, sem prejudicar o verso; de modo que a *anteposição se fez por deliberação e sistema*. Para dar um exemplo: Critilo usa nas Cartas 51 vezes a expressão "o nosso chefe", em versos que comportariam a transposição "o chefe nosso", como no verso 156 da "Epístola". E nunca se prevaleceu dessa possibilidade.

7.º — Diante dessas diferenças capitais, é irrecusável a conclusão de que o AUTOR DAS CARTAS NÃO É O DA EPÍSTOLA, conclusão a que a simples comparação dos estilos já conduzia, e que havemos de reforçar com argumentos talvez inda mais fortes.

4 — Ora, acontece que a *posposição do possessivo é, justamente, uma das notas da poesia de Cláudio*, caso, aliás, particular de uma tendência geral à ordem inversa.

Não me refiro — está claro — à posposição por necessidade de rima, no fim do verso; mas àquela, de todo desnecessária, que ocorre no meio do verso, ou ao fim do verso *branco*, como todas as que passamos a transcrever das "Obras Poéticas de Cláudio Manuel da Costa" (Garnier, 1903, 2 vols.):

- "Que esperança
Tão delirante e louca desordena
A face tão serena
Dessa *tibieza tua*? Vai, descansa,
Segue o *sossego teu*; deixa que eu triste
Na mágoa, que me assiste,
Deva à *piedade tua* o grande excesso
De escusar-me êste horror, com que faleço" (I, 282, Êcloga XII).
- "Do zêlo, que distingue *as ações vossas*" (I, 174).
- "Dos nossos fiéis amigos que a *lembrança*
Vossa com tão gostoso excesso alcança" (I, 312).
- "Que inda que a *fúria tua* o tem roubado" (I, 168).
- "Tanto o *mérito vosso* o mesmo prêmio" (I, 173).
- "O *desenganho meu*, que me acompanha" (I, 282).

"Se entre os amantes teus é só Montano" (I, 312).

"Ele a saudade tua recomenda" (I, 170).

"Me conformo do giro seu violento" (I, 284).

"Seja o epitáfio teu: A cifra breve" (I, 169).

"Ama o rebanho seu! É êste aquele" (II, 46).

"A glória sua; a nós se não retarde" (II, 78).

"Do próprio estrago teu, nada me assusta" (II, 101).

"Ao grêmio teu estas incultas almas" (II, 124).

"Laurênio, o meu decoro não dispensa

Nessa prática tua: a honestidade

Tem a mais leve sombra por ofensa". (I, 312).

"Se vós no canto meu não tendes parte" (I, 207);

"Do grande Albano teu, aquí sentado" (I, 212);

"Salício meu, quem sabe da amizade" (I, 212);

"Corebo meu, que tomes o instrumento" (I, 195);

"Alcino meu, naquela grande Côrte" (I, 208);

"Fique a memória minha já de todo" (I, 303);

"Nas margens minhas, que a fatal porfia" (I, 187);

"Escuta, Pastor meu, ouve a ditosa" (I, 190);

"Sôbre a vontade sua um alto excesso" (I, 226);

"Se armam as pragas tuas! Um delírio" (I, 233);

"Contenta-se Catão, que a estátua sua" (I, 177);

"Deixai que o nome vosso louvar possa";

(Caio de Melo Franco, *O Inconfidente Cláudio Manuel da Costa*, pág. 113).

"Pompeio de trinta apenas na igualdade Sua..." (Id. ib. p. 117);

"Cantar na glória minha a glória vossa" (II, 235);

"Frondelio meu, do triste labirinto" (I, 285);

"Bem me advertes, Corebo, eu me acomodo

Ao pensamento teu; e divertida

Fique a memória minha já de todo" (I, 303);

"Do sono vosso as lisonjeiras horas" (II, 138).

Cumpre deixar assinalado que, em grande número destes casos, o poeta poderia, sem qualquer inconveniente, ter colocado o possessivo antes do nome, e, no entanto, preferiu a posposição.

5 — Em Gonzaga, ao contrário, as posposições são exigências de rima, e, quasi todas, nos versos muito curtos de algumas liras, onde os monossílabos *meu, teu, seu*, fornecem precioso material para as rimas em *eu* e *eu*, a começar por *Dirceu*. Não há na sua obra caso algum de posposição

em que se possa antepor o possessivo sem prejudicar o verso.

Gonzaga diz sempre "meu Glauceste" (estrofes 2.^a da Lira 33, da 1.^a Parte; e 2.^a e 5.^a da Lira 7, da 2.^a Parte). Ao passo que Cláudio, *quasi invariavelmente*, diz: "Algano meu"; "Dalizo meu", "Fronroso meu", "Salício meu", "Alcino meu", como se pode ver nas Éclogas, Epicédios, etc.

6 — Chegado a êste ponto, sou forçado a uma digressão, para lembrar que a disputa da autoria das *Cartas* ficou limitada a Cláudio e a Gonzaga, tendo Alvarenga Peixoto desaparecido em eliminatória, e não sendo possível falar-se em *poetæ minores* por muitas e muitas razões, a menor das quais é o valor e importância da sátira. É verdade que Tristão de Ataíde trouxe à baila o nome de Silva Alvarenga, mas, ao que parece, ... como a tal peninha branca... para atrapalhar. É êle, com efeito, o primeiro a dizer que tal autoria tem contra si "argumentos irrespondíveis". E se há argumentação irrespondível é, sem dúvida, a que exclue qualquer intervenção de Silva Alvarenga nessa surra poética do Fanfarrão Minésio, do qual não recebera agravo. Para o eminente crítico, a hipótese dessa autoria seria permitida por esta passagem da Carta 3.^a:

"... o teu Critilo,
Que não encontra aquí com quem murmure,
Quando só murmurar lhe pede o gênio,
Pega na pena e desta sorte voa,
De cá tão longe, a conversar contigo".

"Gonzaga — argumenta Tristão — morava a dois passos de Cláudio. Como explicar aquele *aquí*, e aquele outro *de cá tão longe*?"

Há, no caso, simples esquecimento. Esqueceu-se que a sátira *situou* Critilo em Santiago, e Doroteu em Madrid, e, por isto, fala Critilo "nessa côrte":

"Tu não o viste
Em trajés de casquilho *nessa côrte*?"

(verso 266 da 2.^a Carta)

Parece-me, portanto, que tão pouco fundada é a infêrência tirada da passagem transcrita, como infundada seria a conclusão de ser Doroteu um “vizinho de grito” (deixem passar a expressão sertaneja), pelo fato de escrever Critilo, no começo da 1.^a Carta:

“Acorda, Doroteu, acorda, acorda:
Critilo, o teu Critilo, é quem te chama:
Levanta o corpo das macias penas”.

As confusões e trapalhadas dêsse gênero é que são o encanto das sátiras anônimas...

Alega, ainda o eminente crítico, “a métrica do decassilabo sôlto, tão pouco arcádica, e de que só Silva Alvarenga se serviu com maestria”, no *Desertor das Letras*. Gonzaga, porém, além do menos árcade dos árcades, muito pouco ortodoxo, e criador de um gênero à parte — como assinalam João Ribeiro e José Veríssimo — usou dos metros mais variados! E o decassilabo sôlto, pela sua maior facilidade, pode ter sido escolhido para apressar a feitura da longa sátira; sendo, ainda, de admitir-se que o grande sucesso do *Desertor das Letras*, a obra mais notável do gênero, até então, tenha influído na escolha do metro.

Resta “o feitio pouco satírico da musa confessada e pública de Gonzaga”. Mas, será, acaso, mais satírico o tom dos 59 rondós e dos 57 madrigais a Glaura, na obra de Silva Alvarenga? Haverá laivo de sátira, cousa que lembre, sequer, a *vis comica* do poeta, nas suas Canções, nas suas Odes e Idílios, na deliciosa Écloga “O Canto dos Pastores”?

Prenunciam, por ventura, o *Desertor das Letras*? Dão algum indício de que o poeta era capaz dessa sátira formidável?

“Tinha Gonzaga — escreve Pereira da Silva — fisionomia clara, e *espirituosa*...; encantava com sua conversação *alegre, jovial e engraçada*”. O Professor Rodrigues Lapa informa que, em 1809, no degrêdo de Moçambique, escreveu, de sua própria mão, um requerimento judicial sobre a venda de um palmar, no qual “mete por meio de fórmulas jurídicas *certa ironia maliciosa, a que o autor era*

propenso". Informa, ainda, que outra minuta sua *tem ainda mais literatura*: é uma longa exposição ao príncipe contra o ouvidor Agostinho Bernardo Delgado Pinto, *homem impulsivo e de ruins paixões* (Introdução à edição de *Marília*, da Livraria Sá da Costa, Lisboa, 1937).

Era a sua sina enfrentar *Fanfarrões*; e estão-se a ver, no toutiço do de Moçambique, as farpas que já haviam lardeado o da Vila-Rica...

As poesias e a vida de Gonzaga atestam nele os elementos essenciais à sátira: estro fácil e alegre, energia indomável, combatividade à toda a prova. Bastam as líras da masmorra para evidenciar sua alma de espartano.

Podemos, pois, encerrar a longa digressão, indispensável ao argumento final, e dar como assentado que CLÁUDIO E GONZAGA SÃO, DE FATO, OS ÚNICOS LITIGANTES NA REIVINDICAÇÃO DAS "CARTAS CHILENAS".

7 — Isto posto, é forçoso concluir:

1.º — Que as *Cartas* não podem ser de Cláudio, dada a existência nelas de 391 possessivos *sem uma só posposição*.

2.º — Que a *Epístola* não pode ser de Gonzaga, pois nela ocorrem posposições de possessivos sem motivo algum que obrigasse o poeta a fazê-las.

3.º — Que, portanto, as *Cartas* se hão de atribuir a Gonzaga, e a *Epístola* a Cláudio, conforme já impunham tantos e tantos outros argumentos.

E, assim, êste estudo da colocação dos possessivos confirma, plenamente, as teses do sr. Afonso Arinos de Melo Franco.

A POLÍTICA D' "OS LUSÍADAS"

MÁRIO CASASANTA.

A política de Luiz Vaz de Camões...

Porque não?

O insigne poeta que foi, e em especial o incomparável lírico, pode levar-nos a imaginá-lo inteiramente absorto no seu sonho, bem longe desta terra com os seus bichos e as suas coisas pequenas.

Pura ilusão.

Ele viveu totalmente a vida, amando, pensando, trabalhando, e, se alguma coisa o diferencia dos demais homens, é o dom, que os outros homens nem sempre possuem, de exprimir o seu amor e a sua pena.

Poeta foi e imenso, e êsse é o que mais diretamente nos impressiona; mas lembre-se que foi por igual fidalgo, soldado, marinheiro, viajante e funcionário, e que, nessas andanças, viveu a vida comum dos homens.

No seu officio de soldado, de marinheiro, de viajante e de funcionário, não usaria de certo as artes do poeta, senão as manhas dos homens, e inteligente, como era, não poderia deixar de observar e de induzir.

Viu, na verdade, muitas coisas e gentes, observou e escreveu.

Nada mais natural que dissesse alguma coisa da atividade política dos homens.

Acresce que Luiz Vaz de Camões vinha de uma família nobre, e que a nobreza constituia, no Portugal dos séculos

XV e XVI, a classe dirigente, por cujas mãos corriam, quasi com exclusividade, os negócios públicos.

Todos os países e regimes teem a sua classe politica, porque todos são dirigidos por um grupo de pessoas mais ou menos limitado e fechado, em que não é fácil ao profano introduzir-se.

Um publicista italiano, Gaetano Mosca, *Elementos de Ciência Política*, faz dêsse conceito das classes politicas a idéia dominante de uma doutrina, e evidentemente lhe assiste alguma razão.

Em toda a parte, sejam quais forem as formas de governo, há um elemento permanente e vem a ser um certo número de homens, derredor de um certo número de idéias, a se valerem de um certo número de forças, para elaborarem uma organização e a ela presidirem.

O conjunto das hierarquias que, sob o aspecto material, dirige uma sociedade — repete Mosca, nas primeiras páginas de sua *História das Doutrinas Políticas* — forma, pelo menos na Itália, o que se começa a entender por “classes dirigentes politicas”. Quanto ao conjunto das doutrinas e das crenças que dão um fundamento moral ao poder dos dirigentes, constitue o que alguns chamam hoje na Itália “fórmula política”.

Ora, no Portugal de meados do século XVI, essa classe a que melhor chamaríamos casta, compunha-se daquelas familias que haviam ajudado os primeiros reis a escorraçarem os sarracenos da península, conquistando-lhes palmo a palmo o terreno, e assegurando o trono a êsses mesmos reis, em guerras contínuas e terríveis contra as outras Espanhas.

Não dispunham certamente do prestigio dessa era heróica, porque ia adiantado o *processus* da concentração do poder nas mãos do Rei.

O feudalismo esboroava-se nos grandes países vizinhos e, em Portugal, em que mal conseguiu esboçar-se, fácil foi a fundação da monarchia que de algum modo nasceu feita.

Entretanto, se não se arrogavam todos os direitos dos senhores feudais, os filhos das velhas familias procuravam

conservar os foros do sangue com as forças de seu merecimento, exercitando-se nas armas ou mais raramente cultivando o espírito, de sorte que, por um ou outro motivo, os Reis deviam necessariamente aproveitá-los.

Os fidalgos eram, assim, por nascimento e por merecimento, homens públicos, vivendo da coisa pública e ocupando-se e preocupando-se com ela.

Por tudo isso, Luiz Vaz de Camões não poderia desinteressar-se da política e de seus problemas...

A GLÓRIA DE MANDAR

Nutriria algumas ambições?

Creio que sim.

Não lhe era indiferente aquela "glória de mandar", a que por duas vezes se refere.

Se o velho do Restelo a estigmatiza, com palavras acerbadas, (Ó glória de mandar! Ó vã cubiça desta vaidade a quem chamamos fama, IV, 95), assacando-lhe grandes males, não foi de certo Camões que lhas inspirou, porque, entre as forças que dividiam os portugueses, as da conservação e as da renovação, êle bandeara-se de todo em todo com estas últimas.

Partiu, como os demais, à busca de aventuras, lutou, padeceu e voltou pobre.

E a prova de que essa *glória de mandar* não lhe merecia inteiramente êsse desprezo está, além da lição dos heróis que o poema exalta, na estância 57 dêsse mesmo canto IV, em que nos dá conta da agressão de Afonso V a Castela:

Porém depois tocado de ambição
E glória de mandar, amara e bela,
Vai cometer Fernando de Aragão
Sôbre o potente reino de Castela.

Já aqui a *glória de mandar* não provoca todas as censuras, sem embargo do fracasso de Afonso V. É amara, por-

que as coisas da vida são amargas, mas é também bela, o que poucas coisas da vida podem pretender.

Luiz Vaz de Camões teve de certo o seu sonho humano, e a elaboração d'“*Os Lusíadas*”, entre outros motivos de ordem pública, mal esconde um propósito pessoal.

Antes de fechar o seu poema, não se esquece de produzir os seus títulos:

Nem me falta na vida honesto estudo
Com longa experiência misturado,
Nem engenho, que aquí vereis presente,
Cousas que juntas se acham raramente. (X-154)

Apresentados os seus títulos, formula a proposta em termos claríssimos:

Para servir-vos, braço às armas feito;
Para cantar-vos, mente às musas dada;
Só me falece ser a vós accito,
De quem virtude deve ser prezada. (X-155)

Haverá necessidade de interpretações?

Certo que não.

Estudou, com um objetivo em vista; relacionou o honesto estudo com uma longa experiência; e ao estudo e à experiência juntava um alto engenho — de que o poema era uma evidente expressão.

Para que se fez êle êsse composto de coisas que raramente se aliam?

Para servir o Rei, e, com o Rei, o Estado, com o braço e com a mente.

Homem de prol na pena e no ferro, como lapidarmente o define o nosso Rui, na sua introdução à *Réplica*, Camões oferecia um e outro a seu Rei, com o mesmo ânimo de todos aqueles que em todos os tempos e lugares aspiram ao poder.

A técnica, de que se socorreu, deveria ser então, como é hoje, de uma acabada ineficácia, porque nenhuma das qualidades que alegou leva ninguém ao poder.

De memória de homem, só nos ocorre o rei da China,
e isso mesmo por via do próprio Camões:

Mas elegem aquele que é famoso
Por cavaleiro sábio e virtuoso. (X-130)

Se tivesse mais ousadia do que estudo e mais astúcia
do que coragem, iria ao poder sem *Os Lusíadas*.

Em todo o caso, e é essa a nossa tese, a sua singeleza dá
a ver iniludivelmente a sua ambição política.

A DEFESA DAS LETRAS

Nem faltou a Camões a preocupação que tortura todos
os homens de letras que se metem com êsses duros mane-
jadores da realidade, que são os políticos, e é a de prova-
rem que, sem embargo da cultura, teem também eficiência.

Ao cabo do canto V, (922 e s.), depois da longa fala
de Vasco da Gama ao rei de Melinde, estabelece um curioso
cotejo entre os heróis e os seus poetas.

Alexandre tinha em muito os gloriosos feitos de Aquil-
les, mas em mais conta os versos de Homero que os per-
petuaram.

... isso só louva, isso só deseja.

Temístocles não dorme de inveja dos troféus de Mil-
ciades,

E diz que nada tanto o deleitava
Como a voz que os seus feitos celebrava.

Se Portugal não carece de homens dessa estofa, pois
cria homens rijos e feros como Cipiões, Césares, Alexandres
e Augustos, a semelhança verifica-se apenas no domínio da
ação: não possuem aqueles dons do espírito que os levavam
a praticar e a amar a arte.

Otávio, entre as maiores opressões,
Comenta versos doutos e venustos.

César professou, a um tempo, as armas e as ciências.

Mas numa mão a pena e noutra a lança,
Iguálava de Cícero a eloquência.

Cipião, bravo cabo de guerra, conhecia os segredos do teatro, e Alexandre não largava a lição dos doutos.

Lia Alexandre a Homero, de maneira
Que sempre se lhe sabe à cabeceira.

Depois de arrolar tais atestações que por si só valeriam por uma lição, o poeta expõe mais abertamente o seu pensamento.

Enfim, não houve forte capitão
Que não fosse também douto e ciente,
Da lácia, grega ou bárbara nação,
Se não da portuguesa, tão sòmente.

Certamente não falta natureza poética em Portugal, mas o desapareço dos poderosos para com as letras não lhes permite o desenvolvimento.

Mas o peor de tudo é que a ventura
Tão ásperos os faz e tão austeros,
Tão rudes e de engenho tão remisso,
Que a muitos lhe dá pouco ou nada disso.

Apesar de tudo, o poeta insiste em cantar os feitos dos heróis portugueses, pelo amor fraterno que lhes consagra, como compatriçio, e pela glória da pátria. Não há esforço inútil neste mundo.

Porém não deixe enfim de ter disposto
Ninguém a grandes obras sempre o peito;
Que por esta, ou por outra qualquer via,
Não perderá seu preço e sua valia.

AS OBSERVAÇÕES DE CAMÕES

Referindo as navegações dos portugueses, Camões narra-nos as suas próprias peregrinações, porque percorreu

terras e mares que a maior parte de seus contemporâneos não conheceu.

Logo no primeiro encontro com a gente desconhecida, deveria ter experimentado a mesma curiosidade dos marinheiros de Vasco da Gama.

Que gente será esta? — em si diziam —
Que costumes, que lei, que Rei teriam?

Atente-se para a natureza das perguntas e veja-se que são exclusivamente de ordem política: que costumes, isto é, que regras sociais, que lei, isto é, que religião, que Rei, isto é, que autoridade?

Mais adiante entrevêem, de longe, a ilha e a cidade de Mombaça; observam-se-lhe os nobres edificios, e Camões anota que é regida por um rei de antiga idade.

Em Melinde topam com uma sociedade bem organizada: visita-os um rei humano e sábio, que se acompanha de nobres e senhores do reino. Vestem-se ricamente e cercam-se de toda a pompa. O rei os interroga acêrca de todas as coisas, mas principalmente acêrca da formação de Portugal.

E assi de vossa antiga geração,
E o princípio do Reino tão potente. (II, 109).

Vasco da Gama informa-o de tudo, e é curioso o que mais o interessa nos homens e nas coisas. A ilha de Madeira assim se chama pelo seu muito arvoredos; a costa de Massília é estéril, sem água, sem ervas, sem frutos: alí vivem os azenegues que mal podem apascentar o seu gado; os cafres são mais humanos no trato do que os negros que atropelaram Veloso: recebem os portuguezes, com dansas, e possuem um gado manso e gordo.

Por sua vez, a ninfa da *Ilha dos Amores*, com ser mulher e bela, não se desdenha das coisas práticas e faz ver ao Gama a obra que os portuguezes irão realizar no Oriente. (X, 20).

Bem pouco de mulher é a ordem de suas observações:

Olha as casas dos negros como estão
Sem portas, confiados em seusinhos,
Na justiça real e defensão
E na fidelidade dos vizinhos...

Referindo-se aos abexins assinala:

Olha como sem muros — novo estilo —
Se defendem melhor dos inimigos...

Enumera as diversas regiões de África e Ásia, com os seus traços característicos, via de regra concernentes à economia política; os Arábios, com os seus camelos; Dabar com o seu incenso; Barém, com as suas pérolas; a Pérsia, com as suas tribus cavaleiras e guerreiras; Malaca, imenso empório da região; Samatra, com seu oiro; a China, com terras e riquezas imensas, fechada dentro de suas muralhas: os seus reis são eleitos entre os homens fortes e virtuosos:

Êstes, o Rei, que têm, não foi nascido
Príncipe, nem dos pais aos filhos fica;
Mas elegem aquele... (X, 130).

Luiz Vaz de Camões reparou atentamente nas coisas e gentes, e o seu poema é antes um repositório de informações do que de

... vãs façanhas,
Fantásticas, fingidas, mentirosas... (I, 11).

Com honesto estudo, colheu nos livros, e com larga experiência, tirou da realidade um abundante material: o poeta apenas compôs, com êsses elementos, o seu poema, dispondo-os, como um lúcido arquiteto, sem os alterar substancialmente.

É que, como Pero de Covilhã e Afonso de Paiva, viajou

... vendo vários costumes, vários mundos,
Que cada região produz e cria... (IV — 65)

e, como raros, possuía o dom de os colher e exprimir.

“OS LUSÍADAS”, OBRA POLÍTICA

Mais provas poderíamos aduzir dessa preocupação política de Camões, mas não vemos necessidades disso, porque nos basta a consideração pura e simples d'*Os Lusíadas*.

Èles constituem, na verdade, uma notável obra política, pelo seu conteúdo e pelo seu propósito.

Conteem a narração dos descobrimentos portugueses e, de envolta, delineam a história política de Portugal.

Propõem-se reanimar o povo português, então em começo de declínio, e a estimular a D. Sebastião, no seu desvairado sonho de África...

AS NAVEGAÇÕES

Confessadamente Camões nos dá conta, nas duas primeiras estâncias do poema, do que vai cantar: em primeiro lugar, os varões assinalados que, atravessando por mares desconhecidos, edificaram em terras remotas um novo reino; em segundo lugar, os reis que dilataram a fé e o império, na paz e na guerra.

E que tem isso com a política?

Muito.

As navegações portuguesas constituíram uma empresa puramente estatal.

Ao passo que na França, na Inglaterra ou na Holanda, as companhias particulares é que tomam a iniciativa ou os governos se limitam a animar os particulares, boa parte dêles piratas consumados, — em Portugal são os Reis que se põem à testa do movimento, empregando nele os dinheiros públicos, a flor da sua nobreza, dos seus missionários, dos seus soldados e dos seus marinheiros.

Montam um extraordinário centro de estudos; convocam de todas as partes os marinheiros mais experimentados, os geógrafos mais lúcidos, os cartógrafos mais peritos. Plantam os pinhais para as quilhas das caravelas. Riscam um

meticuloso plano de ação. Pouco a pouco, palmo a palmo, as caravelas saem do Tejo e vão contornando a África, numa avançada paciente e constante.

Várias gerações se sucedem, nessa empresa, enchendo o mar imenso com a angústia de seu sacrificio.

Bons ou maus, os reis nesse particular são todos bons, porque não levantam mão do programa, enquanto não o tem realizado.

A pequena casa lusitana não nutre outra preocupação senão essa: o chefe vive nas praias do mar, o povo prepara-se para a vida do mar.

A unidade de pensamento e a continuidade de ação fazem dela uma monarquia de verdade, que sabe bem o que quer e dispõe todos os elementos num só sentido.

Os historiadores registram, com surpresa, êsse estranho espetáculo de uma nação que, concentrando todos os seus recursos de coisas e de homens, se modela e se compõe em vista de um grande problema.

Ainda pouco, um dos mais recentes dêles, Gonzalo de Reparaz, no seu curioso ensaio *A Época dos Grandes Descobrimientos Espanhóis e Portugueses* observou, com acêrto, a nítida diferença que distingue os dois tipos de ação.

O ensaio é escrito por um espanhol, em língua espanhola, e se destina a leitores espanhóis.

Tudo lhe indica a insuspeição.

E que nos diz?

A páginas 89, I, assinala o cunho oficial das navegações portuguesas:

“Entretanto, êstes esforços foram esporádicos e individuais. Para uma empresa concreta e tão vasta como a de descobrir o caminho das Índias, que exigia grandes meios, múltiplos esforços, numerosas tentativas e unidade de ação, requeria-se uma cabeça superior que paciente e perseverantemente a dirigisse. O esforço particular era insuficiente. Necessitava-se, em verdade, dos meios de um Estado e da mentalidade de diretor de povos.

Êsse Estado foi Portugal. O estadista o infante Dom Henrique.”

A páginas 112, a cuidadosa preparação das emprêsas portuguesas:

“Assim, por ambos os lados da África, em 1488, Portugal tinha unido praticamente os dois cabos do caminho da Ásia meridional.

Podia agora organizar-se a grande expedição que solenemente realizaria o definitivo descobrimento. Tudo estava cuidadosamente preparado, rigorosamente previsto para isto.”

Na página seguinte, reitera êsse juízo, contrapondo o método e a tenacidade portuguesa à improvização castelhana:

“Enquanto Portugal, desde muitos anos e com tão consideráveis sacrifícios de homens e dinheiro, ia afincando com admirável constância as balizas do caminho das Índias, uma feliz improvização havia levado à Castela, arrastada por Colombo, a descobrir o Novo Continente...”

Mais adiante, torna a pôr em paralelo Portugal e Castela, e, se é certo que se não pode aceitar inteiramente o seu voto no que respeita a Colombo, aceita-se fàcilmente o que assevera dos portugueses.

Página 137:

“Colombo passou a Espanha, e, depois de não poucas dificuldades e desenganos, acabou por achar na corôa Castelhana o apôio que desejava para o seu projeto. A emprêsa tomou o caráter de uma loteria nos que a apoiaram, ignorantes como eram de todo o complicado problema dos descobrimentos. Jogou-se e ganhou-se. Esta improvização teve consequências gloriosas para Espanha e de uma transcendência incalculável para o mundo. Nela, porém, nada há da preparação metódica, dos conhecimentos científicos pacientemente reunidos, da política perseverante e da razão de Estado, que eram a característica da emprêsa lusitana.”

Tem êsse conceito do historiador espanhol a abonação das mais seguras autoridades, e não vem para aqui recensá-las. Bastam-nos *Os Lusíadas* que, mais de uma vez, testemunham essa unidade de sentimento, de pensamento e

de ação dos reis de Portugal e a cuidadosa preparação das expedições.

Cabe a D. João I, (IV-48), a glória da primazia de cometer as ondas do Oceano, com a conquista de Ceuta.

Filho dêle, entre outros filhos extraordinários, é o generoso Henrique, infante de Sagres, que traçou o plano genial dos descobrimentos.

“Conceito digno foi do ramo claro
Do venturoso Rei...” (VIII, 71).

D. Duarte, sucessor de D. João I, conquanto infeliz, herda-lhe também a preocupação de África. Afonso V, filho de D. Duarte, apossa-se de Alcácer, Tânger e Arzila.

Segue-se-lhe o filho D. João III que se atreve à empresa das Índias. Pero da Covilhã e Afonso de Paiva varram o Mediterrâneo e afuroam, desde o Egito até a Etiópia, as terras do Prestes João. Pedro da Covilhã atinge as Índias. Morto D. João III, D. Manuel lhe “sucedeu no reino e nos altívos pensamentos”.

Enquanto à preparação metódica das expedições, parece bastante o que ainda nos informa o poema acêrca da viagem de Vasco da Gama.

Absorvido com o problema, que o vexava, como uma obsessão, dia e noite, D. Manuel convoca o seu conselho e propõe o descobrimento do caminho das Índias (IV-77 e seguinte).

Determinam o “náutico aparelho”, estudam as providências.

D. Manuel escolhe Vasco da Gama, e êste os companheiros, na certeza de que a empresa era das mais arriscadas.

Parte e leva consigo um regimento a que obedece ponto por ponto.

Por várias vezes se nos deparam no poema alusão a êsse regimento e à rigorosa fidelidade com que Gama se lhe submetia.

Assim, quando deixa de visitar o rei de Melinde, os seus mensageiros o desculpam, com alegar a ordem que levava.

“Mas saberás que o fez, porque cumpri-se
O regimento em tudo obedecido,
De seu Rei...” (II, 83).

Uma vez chegado às Índias, quer apenas alguns sinais que certifiquem o Rei de seu êxito.

“Nisto trabalha só; que bem sabia
Que, depois que levasse essa certeza,
Armas e naus e gente mandaria
Manuel, que exereita a suma alteza,
Com que o seu jugo e lei someteria
Das terras e do mar a redondeza;
Que êle não era mais que um diligente
Descobridor das terras do Oriente.

A HISTÓRIA POLÍTICA E OS DESCOBRIMENTOS

Além disso, o só fato de serem *Os Lusíadas* o poema das navegações, chega e sobra para interessar vivamente o historiador político.

Na pequena Europa da Idade Média, que se debruçava em tórno do Mediterrâneo, verifica-se ao tempo uma grande revolução, que molda novas feições à economia e à política.

As cidades italianas, que até então constituíam o centro comercial da Europa, passam o bastão para as Espanhas.

Os metais preciosos transformam o comércio, com a criação de grandes companhias, facilita-se a formação das cidades, o capitalismo desenvolve-se.

Gettell, que nos refere a influência dos descobrimentos, na sua *História das Idéias Políticas*, acentua-lhes ao mesmo passo a significação, I, cap. IX.

De um lado,

“... produzem notáveis consequências no aspecto econômico.”

De outro,

“Os novos conhecimentos geográficos modificam, consideravelmente, as doutrinas religiosas.”

Por último,

“... exercem também uma poderosa influência na política.”

Essas transformações, que revolvem o mundo, fazem-se sentir particularmente e principalmente em Portugal.

É a passagem da monarquia feudal para os Estados nacionais, tais como existem. É a agricultura que cede o passo à indústria e ao comércio. É o poder real que cresce à custa da nobreza e do clero.

Contribuiu igualmente, ensina Gettell, para a exaltação do prestígio dos monarcas para arvorar-se em centro de absolutismo, a atividade nos mares e o orgulho e a unidade nacional que despertam graças a uma vigorosa e triunfante política no exterior.”

O poder dividido e fragmentado dos reis medievais concentra-se nas mãos dos Reis — e Camões nos ministra um corte luminoso e preciso dessa face, com os seus reis atentos e amigos a caminharem, a pouco e pouco, para o comando absoluto.

A HISTÓRIA DE PORTUGAL

Obra política, porque visou declaradamente a perpetuar o esforço e a glória dos portugueses, obra política porque registrou um dos fenômenos de maiores consequências na história, *Os Lusíadas* não menos o são porque delineam a história política de Portugal, desde as lendas de sua pre-história até os dias do poeta, nas vésperas do desastre de Alcácer-Kibir.

A primeira parte, que remonta à fase obscura e lendária de Luso, Viriato e Sertório, contém-se na explicação que dá Paulo da Gama ao Catual, que o visita, de uma série de painéis históricos pintados nas bandeiras portuguesas.

O Catual que ali fôra para conhecer de perto os por-

tugueses e os seus propósitos — olha, com admiração, para as figuras, e interroga.

Faz-lhe Paulo da Gama a vontade e dá-lhe uma lição de história, interpretando penetrantemente os quadros, como poucos professores de história saberiam hoje dar.

Depois das lendas, entra pela história e conta a vida e a obra do Conde D. Henrique e de seu filho Afonso Henriques, o fundador do Reino.

A segunda parte, que abrange D. Henrique e Afonso Henriques, estende-se até a chegada dos portugueses a Melinde.

O rei, assombrado com a temeridade da aventura, quer saber que estranha pátria é essa que forja homens daquela têmpera.

“Mas antes, valoroso capitão,
Nos conta, lhe dizia, diligente
Da terra tua o clima e região
Do mundo, onde morais, distintamente,
E assim de vossa antiga geração,
E o princípio do Reino tão potente...”

Quer Vasco quer Paulo, porém, não poderiam ir além do momento em que falavam, a menos que fossem dotados de lume profético.

Como se houve Camões para estender a história até seus dias?

Sinal de que queria pôr toda a história, e não uma parte dela, está na habilidade de seu expediente.

Inventa e aventa dois seres, extrahumanos e diversos um do outro quanto é possível, e põe-nos a vaticinar os casos futuros dos portugueses.

Um dêles é aquele pavoroso Adamastor, que os surpreende, depois que uma nuvem temerosa e carregada lhes pôs um grande medo nos corações.

Colosso comparável ao de Rodes, com disforme e grandíssima estatura, predisse-lhes as desgraças e as vitórias de seus patrícios, naqueles rudes caminhos.

O outro é uma ninfa arrebatadora, que os encanta com a sua voz de sereia, na *Ilha dos Amores*.

Num e noutro, os portugueses desfilam, heróicos e sofredores, na sua gloriosa tarefa de abrir a picada para os demais povos...

Mas porque contar a história de Portugal?

Não ignorava o poeta — tão visto nas letras de seu tempo — que esta tarefa estava entregue a boas mãos.

Mais de um século antes, Fernão Lopes a escrevera com gênio, avantajando-se evidentemente aos cronistas estrangeiros de seu tempo, e, mais tarde, Eanes de Zurara e Rui de Pina haviam-lhe recolhido dignamente a herança. No seu século, chamara-a a si, o imenso João de Barros, que foi chefe de fila de um grupo excelso de historiadores, cronistas e viajantes, em que se vêm homens da estatura de um Damião de Góis, da elegância ciceroniana de um Dom Jerônimo Osório e da vasta notícia de um Diogo do Couto ou de um Castanheda.

Para contar essa história, fôrça lhe era recontá-la.

Alguma coisa, porém, pôs nela de seu, e foi principalmente a preocupação de escolher, na congérie de homens e coisas, as virtudes de civismo e de fé dos portugueses.

O que o seduz, nessa grande história, não é a ambição das coisas concretas, que malsina e condena, com as palavras mais severas: é o denôdo, é a dignidade, é a sabedoria, é a fé dos que sabem edificar os homens e os Reinos.

O PROPÓSITO

Obra política pelo conteúdo, *Os Lusíadas* pretendem visivelmente influir na vida pública de Portugal.

A nação tinha realizado um imenso esforço. Tapando os ouvidos aos conselhos do velho de Restelo que lhe desaprovava o ímpeto das aventuras, no fundado receio de que o reino se despovoasse, os portugueses enfiaram pelo mar a dentro. Boa parte morreu pelas águas, outra nas guerras intermináveis, outra na confusão das gentes. A miragem

das índias acarretou o abandono da agricultura e da indústria. Portugal esgotara-se.

Camões perustrara quasi todo o Império e observara, com tristeza, os sinais da decadência, que se verificava principalmente no caráter dos homens.

A fé esmorecia nos próprios sacerdotes; a dignidade da nobreza transformara-se numa esperteza de chatins; a sucessão de D. João III, perturbada com os inconvenientes de uma regência tímida, trouxe consigo um interregno débil e debilitante.

É possível que o poeta tenha visto mal as coisas de seu tempo e que não se esboçasse a crise que prefigurava, porque êle próprio era o mais terminante prégão de saúde da raça.

As coisas não andariam mal, em si mesmas: o que faltava em Portugal era o chefe, que morrera com D. João III, e o chefe é, em tais regimes, a peça essencial.

Um braço forte montaria o Império, conquistado com inteligência e com bravura; levantaria o nível dos costumes; recolocaria a nobreza dentro dos antigos moldes.

Mas o chefe desapareceu, vieram as regências e, ao cabo, o desventurado Dom Sebastião...

Ora, o nosso poeta acaba o seu poema no momento em que D. Sebastião vai tomar e toma as rédeas do Reino.

Comparando a fôrça e o esplendor do passado com a fraqueza e a baixezza do que vê, quer fazer alguma coisa no sentido de despertar os portugueses.

Que valerá, todavia, êsse esforço?

A gente é surda e endurecida e não o ouvirá.

... está metido

No gôsto da cobiça e da rudeza

De uma austera, apagada e vil tristeza. (X, 145).

Dirige-se, por isso, ao Rei e dá-lhe conselhos destinados a elucidá-lo das virtudes de seus vassallos, de seus defeitos e de suas enfermidades, bem como dos remédios para levantar-lhes o ânimo e restituir-lhes a antiga fortaleza.

A LIÇÃO POLÍTICA DE CAMÕES

Não é difícil, assim, apurar a lição política de Camões. Ela vem-nos direta e indiretamente.

Diretamente, quando considera as instituições, aponta-lhes os defeitos, censura-as ou alvitra soluções.

Indiretamente, pela aprovação tácita ou expressa que dá às instituições, e em especial pelas notas com que marca os homens, as ações, as coisas e os sucessos.

Esse lírico admirável, que tão altamente soube tanger as mais delicadas cordas do sentimento humano, era dotado de um sólido bom senso, vendo a realidade, com clareza, e discriminando, sem dificuldade, o essencial do acessório e o falso do verdadeiro.

Os seus conceitos traduzem de tal modo a experiência humana que muitos versos seus vieram a transformar-se em verdadeiros provérbios, e isso representa, entre os homens, a suprema consagração da verdade.

O VELHO HUMANISMO LATINO E O NOVO HUMANISMO AMERICANO

JOSÉ AUGUSTO CESÁRIO ALVIM.

Nesta hora em que o panorama espiritual da velha e culta Europa esgarça-se e dilue-se, ante a nossa vista contristada, varrido por uma súbita tormenta de barbarismo e de incompreensão, é reconfortante e enobrecedor, para os que ainda sabem pensar e ainda querem sentir, notar o aparecimento no Brasil de uma revista literária como esta, flor de um novo humanismo num mundo que o deshumanismo vergasta.

Foi numa tarde úmida e opaca, numa dessas tardes sem princípio e sem fim em que Lisboa, triste e fria, parece querer afogar-se no Tejo mais frio e mais triste ainda; foi numa tarde de inverno, de guerra e de vendaval que a notícia do projeto desta revista chegou até mim. Chegou escondido na fôlha de um "Jornal do Comércio" que, entre outros jornais, me veio do Rio vencendo a travessia marítima de quasi dois meses. E enquanto o furacão varria a cidade transida de frio e de mêdo, enquanto o sôpro vertiginoso do vento abatia e desganhava os plátanos serenos desta rua tranquila onde eu habito, enquanto a pequenina bôca luminosa do meu aparelho de rádio repetia, como um duende mecânico, as novas da guerra imperturbável em sua marcha arrasadora; enquanto, perto de mim, a humanidade sofria e ansiava, chorava e praguejava, morria e matava — eu tomava conhecimento de que, longe de mim, a mesma humanidade, tão capaz de ser grande quanto é capaz de ser miserável, dava ao mundo civilizado, sem ostentação e sem

alarde, um testemunho comovente do que pode a razão fazer quando o ódio não a perturba.

Esta revista — há pouco ainda simples idéia que um semeador de qualidades raras lançava na seara acadêmica — é hoje realidade. Três meses bastaram para a sua gestação. Durante êsses três meses, neste velho continente dismantelado por todas as intolerâncias, quantos planos de batalhas se imaginaram, se realizaram e se perderam? quantas vidas se sacrificaram? quantos ideais, quantas inspirações se ceifaram? Mas quem teve a lembrança de dizer ao humilde, ao pobre, ao obscuro — “Venha até mim, eu guiarei seus passos pela treva, eu iluminarei sua marcha para o alto”. Quem desceu a escada de sua grandeza e de sua glória para dizer aos menos favorecidos — “Venham compartilhar comigo esta fortuna, o mundo é sempre vasto para aqueles que se estimam”. Quem se lembrou — nestes três meses de cobiças, de lutas, de derrocadas — que o domínio da matéria e da fôrça, para cuja posse tanto se esbanja, é incapaz de alcançar a felicidade que um só ato de tolerância conquista? E no entanto êsses princípios tão simples são os alicerces da civilização latina e cristã em que nos orgulhamos de viver, todos nós que não concebemos nem desejamos uma regressão ou um hiato no desenvolvimento e na evolução do espírito através das idades.

Ora, esta revista, nascida no seio de uma academia, traz forçosamente as virtudes que num cenáculo de cultura imperam: o espírito de compreensão, base de toda vida social e a aspiração de beleza, alma de toda atividade artística. Até aí está definida a herança latina da Casa de Machado de Assis, filha daquele viveiro da inteligência que Richelieu inaugurou à beira do Sena. Mas, para felicidade e desvanecimento nosso, esta revista — como a própria Academia de que provém — não se limita em ser latina e nem se contenta em compreender o mundo com a razão e embelezar a vida com a arte. Esta revista é alguma coisa mais do que latina — ela é americana. Ela vai além da razão e da arte. Ela agita um elemento novo e vigoroso no mundo das letras — a generosidade, o ímpeto liberal do idealismo

americano — muito distinto da ingenuidade selvagem do mundo novo que influiu no exagêro romântico e liberal da civilização do século XVIII. Desta vez o que presenciamos não é mais um mundo virgem deixando os seus segredos serem roubados por estranhos incapazes de os penetrar e prontos a os desvirtuar. O que vemos é um mundo organizado, surpreendendo o mundo que se desorganiza, com a jovialidade e a sabedoria de um sentido claro dos destinos humanos.

Revela-se, pois, esta publicação — além de sentinela da cultura latina nos trópicos e de guardião do gênio mediterrâneo nas margens do Atlântico — uma franco-atiradora da cordialidade social que o sr. Ribeiro Couto identificou na mentalidade da nossa gente e que é na verdade patrimônio do espírito das Américas. Tribuna da cordialidade brasileira, abrindo-se aos escritores de todos os cantos do país, cega a quaisquer prevenções ou preferências regionais e sectárias, a *Revista Brasileira*, a Academia que a edita e o Presidente que a lança, batem os alicerces da unidade literária do país, tão necessária depois de nossa unidade política e de nossa unidade econômica. Manifesto da cordialidade inter-americana, esta publicação poderia ostentar na capa a frase profética de Bolívar que anunciou o surgimento do verdadeiro pan-americanismo: “Um mundo novo se organiza sob a forma de nações independentes, unidas por uma lei comum que dirigirá suas relações exteriores e lhes oferecerá a força estabilizadora de um congresso geral e permanente”. Mensagem da cordialidade e do optimismo americano ao mundo áspero e pessimista que se debate em crises ideológicas e bélicas, a *Revista Brasileira* adquire, nesta hora apocalíptica da velha civilização européia, um acento e um prestígio evangélicos. Para aquilatar a sua força e avaliar as suas possibilidades, basta que examinemos por um momento a energia motriz dêste maquinismo propagador de cultura e de ideal.

*

* *

A energia que empresta a estas páginas o movimento inicial é extraída do cérebro e do coração dos nossos homens que manejam a pena. Dizendo homens que manejam a pena, eu, propositadamente, fujo da expressão "homens de letras" por que têm sido designados os puros literatos da civilização diletante que se estabeleceu oficialmente na Europa com a revolução francesa de 89.

Ainda hoje, ao estudarmos os efeitos múltiplos e persistentes da onda revolucionária que se originou na rebelião dos humanistas e dos reformadores, para engrossar nas reivindicações de Rousseau e dos enciclopedistas, até derruir na Bastilha o reduto simbólico do absolutismo, espanta-nos como a vaga erguida pelo sôpro espiritual das *élites* pensantes — durante dois séculos de combate inclemente à incompreensão dos poderosos — desvirtuou-se e neutralizou-se, no continente europeu, mal derrubadas as últimas muralhas que se lhe antepunham. Já antes da França, a Holanda que Erasmo ensinara a cultuar a liberdade e a zombar da prepotência; a Holanda — esclarecida pela mentalidade poderosa de Marnix de Sainte-Aldegonde e galvanizada pelo patriotismo tenaz de Guilherme o Taciturno — mal se libertara do jugo filípico e dos cascos do corcel do Duque de Alba, esquecida do fervor espiritual que a salvara, entrega-se à aventura materialista da pirataria sistematizada nas Companhias das Índias. A Inglaterra, estratificada no constitucionalismo rígido da declaração dos Direitos, afoga, na prosperidade do intercâmbio marítimo e do imperialismo colonial, a inspiração sincera dos batalhadores da estirpe de Knox e mesmo de Cromwell. Por fim a França — brilhante e sedutora até mesmo na versatilidade em que se compraz — cai do raciocínio admirável de Pascal, da visão límpida de Montesquieu, do riso magistral de Voltaire, da dedicação apostólica de Rousseau, do idealismo impoluto de Robespierre e de Saint-Just, nas indecisões do Diretório e no delírio militarista de Napoleão sustentado pela astúcia interesseira dos Fouché e dos Talleyrand. Desde essa hora a deshonestidade política irremediavelmente compromete a honestidade das letras francesas.

Envenenado pelo cepticismo e pelo utilitarismo o reservatório do pensamento moderno na Europa, corrompe-se, ao seu contágio, a força independente da razão humana em todo o continente. O Instituto — fundação de Bonaparte — a que é incorporada a antiga Academia Francesa, torna-se a incubadora de uma espécie exótica de seres mais próximos do mundo patológico da microbiologia do que da espécie humana a que presumem pertencer. Fiado em sua intuição genial, o usurpador corso pretende apontar à preferência dos súbditos os literatos que o seu capricho tolera, mas não pode conter-se de condenar — exceção feita de Stendhal — os únicos escritores franceses, seus contemporâneos, que a posteridade conservará: Chateaubriand e Madame de Staël, ambos expoentes do movimento romântico inspirado no cenário e na alma livres da natureza e do homem americanos.

Foi o arbitrio de Napoleão — tolhendo a liberdade de pensar das maiores figuras da intelectualidade do país, com o exílio ou às vezes mesmo com a prisão decorativa nas poltronas do Instituto — o maior culpado da formação da *élite* nefasta de homens anti-sociais, despojados de todo espírito prático, sem expressão política, sem categoria profissional, a que se convencionou chamar de “homens de letras”. É essa a origem da dinastia dos modernos “clercs”, estigmatizada, desde o berço, por um pecado original: a falta dos que se curvaram ante o autoritarismo napoleônico. Foi esse autoritarismo, operando como um recalque, o gerador do complexo de que os literatos franceses não mais se libertariam: o sentimento de incapacidade prática, de afastamento da vida política da nação. Acossada pela tirania do poder, a dinastia dos modernos “clercs” encaramuja-se no egoísmo e no falso messianismo de classe maldita e iluminada. Enclausuram-se, a partir de então, os homens de letras franceses, na torre solitária de uma mística própria — passam a considerar-se as vestais da vida intelectual não só do país mas da própria cultura ocidental. O rótulo “Membre de l’Institut” ou a simples filiação a uma escola ou a uma roda literária parisiense, torna-se

passa absoluto para todas as atitudes e para todos os caprichos. A literatura ocidental passa a ser orientada — ou, melhor, desorientada, — pelo diletantismo sedutor e leviano dos Renan, dos Flaubert, dos Bourget, dos Proust, dos Gide, dos Jules Romains, dos Mauriac, dos Maurrois.

Não quero dizer que êsse tenha sido o rumo da totalidade dos intelectuais de França, mas foi o da camada mais influente nos círculos literários. Os que fugiram a essa regra, os espíritos que se não sujeitaram ao alheamento da atividade prática, do interesse pelos problemas políticos, sociais e profissionais, têm sido, na verdade exceções brilhantes mas têm sempre merecido a condenação dos “clercs” basta lembrar alguns nomes: Proudhon, Victor Hugo, Zola, Jaurès, Barrès, Daudet, Peguy, Maurras, Romain Rolland, Herriot, os Tharaud, Saint-Exupéry...

Êsse dualismo de orientação intelectual que mais caracteristicamente se revelou em França, ninho da inteligência ocidental, marcou também a vida literária dos outros países europeus. Mas o fenômeno francês é mais interessante para nós porque foi a França que mais fortemente e mais diretamente influenciou em nosso desenvolvimento espiritual dos últimos dois séculos.

*

* *

Ora, se quisermos investigar a constituição das camadas literárias no Brasil, a partir do momento em que, na França, os modernos “clercs” surgiram, teremos a surpresa de verificar o seguinte: entre nós, apesar do íntimo convívio mantido com as letras francesas, aquela espécie de escritores desarraigados do ambiente social e político, raramente se tem manifestado. A regra, em nossa casa — devido mesmo às condições desfavoráveis em que o trabalho literário se processa — é o homem que maneja a pena esporadicamente ao lado da profissão asseguradora de sua subsistência e não o indivíduo exclusivamente votado ao culto das letras. Isto, aliás, em toda a nossa história lite-

rária e até aos dias de hoje. Refletindo essa realidade, as correntes, as academias, os círculos literários que temos tido, são — pode dizer-se, na sua totalidade — formados de espíritos em contacto com todas as emergências, com todas as vicissitudes, com todos os tropeços e com todos os ensinamentos da existência de cada dia. E basta um rápido exame das figuras dos escritores de ambas as Américas para nos certificarmos de que esta condição é comum a toda a literatura americana. Mesmo nos Estados Unidos da América do Norte, onde os lucros do escritor vitorioso podem ser fabulosos devido não só às facilidades de divulgação, ao número dos leitores, etc., como, também, graças ao campo que a indústria cinematográfica abre à produção dos novelistas, dos romancistas e dos dramaturgos, nunca se formou uma mentalidade de “clercs” e nota-se a radicação íntima e cada vez mais forte dos escritores, dos seus personagens, às situações reais da existência que tão vivamente impressionam as inteligências. O próprio carácter pragmático da civilização norte-americana só lhe permite interessar-se por uma literatura que fotografe ou exprima a realidade, as alegrias e as angústias de cada hora. O supérfluo, o falso, o psicologismo mórbido, a longa divagação imaginativa, são inassimiláveis para os *yankees*, como o são — talvez em grau menos intenso, devido à influência que sofremos dos modernos “clercs” franceses — para nós e os outros americanos do sul. De qualquer forma nessa ojeriza que votamos — mais ou menos acentuadamente — todos nós, americanos de ambas as Américas, à literatura artificial, à literatura de fugas do quotidiano, há um ponto de contacto, uma força de aproximação e de entendimento mútuos por demais evidentes.

Na literatura ocidental, desvirtuada e destemperada pelas improvisações factícias dos modernos “clercs”, nós, americanos, surgimos agora como os novos humanistas, como o espírito profundamente fertilizado pela seiva de todos os conhecimentos da variada natureza humana. Só da nossa facilidade em descrever o que as contingências do mundo e dos seres, a cada momento, nos fazem sentir;

só da nossa fidelidade em relatar as interrogações, os triunfos, os desesperos, as certezas e as incertezas — numa palavra, os problemas — com que na vida tropeçamos, pode a posteridade esperar obras literárias dessas que os séculos não destroem e que há muito tempo se não escrevem: versos como os de Dante, de Goethe, de Hugo; teatro como o de Shakespeare ou de Molière; prosa como a de Cervantes ou de Voltaire; filosofia como a de Descartes ou de Pascal.

Cabeça do mundo latino no solo americano, cabe ao Brasil, nesta cruzada de humanismo literário, um papel relevantíssimo e uma responsabilidade sôbre que é preciso meditar. Possivelmente, a nossa moderna literatura — como uma criança pródiga e eufórica — se não capacitou ainda da missão que vem desempenhando, com vigor cada dia crescente, no mundo de expansão e colonização portuguesa. Mas aqueles que, como eu, se demoraram algum tempo em Portugal, podem testemunhar a curiosidade, o apreço, com que o português da metrópole e o luso ou o mestiço das ilhas e das colônias, com quem nos encontramos, encaram e acompanham a florescência de nossa cultura. Aquí tenho presenciado o interêsse, a quasi veneração com que se lêem os nossos romancistas, poetas e ensaístas — principalmente os da nova geração — que com tão fiel emotividade e tão delicada argúcia, revolvem e revelam as grandezas e misérias das virtudes, dos erros, dos vícios, dos sonhos, da evolução do homem influenciado pela lusitanidade que nos é comum.

Por tudo isto é que, saudando o aparecimento desta revista, é-me grato nela identificar uma reformadora ortodoxa do transviado humanismo latino, ora dignificado, ampliado e fortalecido pelo novo e promissor humanismo americano.

PREFÁCIO AO DRAMA “DIRCEU E MARÍLIA”

AFONSO ARINOS DE MELO FRANCO.

A familiaridade do sentimento brasileiro com a história de Dirceu e Marília não vai ao ponto de fazer dela um tema popular, em toda a extensão do termo. Pode-se, mesmo, acrescentar que a popularidade de Gonzaga já foi muito maior do que hoje. O violento e injusto castigo dos conjurados de 89 fez correr os seus nomes na bôca do povo, tornando-os conhecidos durante algum tempo, como o são, em geral, os heróis de revoluções malogradas. Não nos faltam testemunhos dêste fato. Martius, por exemplo, conta que no caminho entre Campanha e S. João d’El-Rei abrigou-se da chuva numa fazendola, e os filhos do dono da casa, para distraí-lo, cantaram ao violão uma modinha de Gonzaga. O sábio ajunta que as tais modinhas do poeta andavam de bôca em bôca, e que êle as compusera além das liras, que já corriam impressas. Hoje não se pode afirmar a autenticidade dessas produções gonzagueanas, coisa, aliás, que merece bem o estudo dos competentes, — mas o fato de serem apócrifas, como certas liras, em nada infirma a popularidade de que então gozava o infeliz Dirceu.

Certamente haverá por aí muita Marília, como também muita Iracema, que não saiba de onde lhes saíram êstes nomes tão naturalmente brasileiros, apesar da origem livresca. Mas o fato mesmo de se chamarem assim mostra como a verídica aventura da mineira fidalga encontrou ressonância na alma dos brasileiros, tanto quanto a fábula ingênua da “virgem dos lábios de mel”. Quanto a Dirceu

só conheci um, até hoje: o encarregado de uma bomba de gasolina na estrada de Minas. Mas, apesar de isolada, não deixa de ser boa prova da penetração do nome do poeta nas camadas populares. É também inegável que, num nível médio de instrução, nenhum caso que tenha ligações com a literatura é mais conhecido do que o namôro sem sorte do poeta português com a moreninha de Vila-Rica.

Meu propósito foi procurar fixar em nível literário esta história sentimental brasileira. História que deve interessar a todos os jovens do Brasil suscetíveis de emoção poética, a qual não se confunde pròpriamente com a emoção amorosa, embora a acompanhe de perto.

É curioso que sendo o drama de Dirceu e Marília tão preferido por nós, tenha merecido pouco da literatura nacional. Raras obras existem a êle especialmente dedicadas, e mais raras ainda são as realmente boas, como o livro de Tomaz Brandão. Isto é devido, talvez, a que os poetas e escritores se esforçam geralmente por enquadrar o caso sentimental no episódio político da Inconfidência, o que é um êrro. A paixão infeliz do poeta Dirceu e o sonho malgrado em que tomou parte o inconfidente Gonzaga são duas coisas diversas, e devem ser tratadas distintamente na literatura, para que conservem, ambas, a intensidade que existe dentro de cada uma. Gonzaga foi figura apagada na Inconfidência: o personagem central desta tragédia é o grande Tiradentes. Mas Dirceu é o herói de um episódio amoroso dos mais belos e tristes da história luso-brasileira. Reunir num só trabalho êsses dois assuntos é sacrificar um em proveito do outro, ou mesmo sacrificar os dois na procura de um equilibrio irrealizável, porque é muito difícil conseguir sucesso numa narrativa que tenha duplo enrêdo. No caso de que tratamos, então, é propósito quasi impossivel, dada a diversidade dos assuntos: um político, geral, grandioso, entusiástico, próprio para ser abordado com pompa e energia; outro amoroso, delicado, magoado, intimo, solicitando tratamento não tanto descritivo e vigoroso como subjetivo e lírico.

Tive sempre com Tomaz Antônio Gonzaga e os seus companheiros de escola a natural preocupação de todo escritor mineiro. Mas, ultimamente, circunstâncias especiais fizeram com que me preocupasse mais intimamente com eles. Depois de escrever, para o Instituto Histórico, uma tese sobre as origens e tendências ideológicas da Inconfidência, organizei, para o Ministério da Educação, uma edição das "*Cartas Chilenas*", cuja autoria, em conclusão a longas e isentas pesquisas, não hesitei, como não hesito, em atribuir a Tomaz Antônio Gonzaga. Um e outro trabalho me forçaram contudo a uma demorada estacção na seara desta admirável e complexa figura humana de jurista, poeta e revolucionário, que foi Gonzaga — Dirceu — Critilo.

Assim, depois de ter levado a efeito a pesquisa histórica e a pesquisa literária, por incumbência de amigos, resolvi confiar ao papel esta impressão lírica da minha etapa gonzagueana. Impressão que se originou daqueles estudos tão natural e imperiosamente que eu, esquecido já dos meus tempos de poeta, fui o primeiro a me surpreender.

Escrevi o poema em 25 dias e, portanto, entre os seus defeitos (que temo sejam numerosos e grandes), não podem ser incluídos o artifício e a falta de espontaneidade. Aliás, se não tiver conseguido o que desejei, — e isto foi, como já disse, fixar em forma literária mais elevada um assunto sempre presente à nossa memória sentimental, — não terá sido por falta de conhecimento prévio das dificuldades com que teria de me defrontar.

Em primeiro lugar a escolha da forma teatral e poética. As deficiências da arte cênica no Brasil são por demais conhecidas para que mereçam aqui nova explanação. Mas a sua escolha, neste caso, proveio da consideração de que histórias animadas e vivas, como a de Dirceu e Marília, encontram uma evocação muito mais real sob a forma dialogada. A dificuldade possível da representação do poema no palco não é muito importante, a meu ver, porque, se pelo gênero exclusivamente literário da peça, ou por deficiência do nosso meio teatral (que dificilmente se conforma com aquele gênero), não fôr conveniente levá-la à cena,

restará sempre o recurso da sua leitura. Afinal trata-se de um trabalho puramente literário, e não há nenhum paradoxo na afirmativa de que certas composições, escritas em forma teatral, podem perfeitamente não visar a representação futura, mas, simplesmente, expor melhor certas idéias, imagens e estados emotivos, cujo interêsse se exprima mais ajustadamente através da reconstituição do ambiente em que tenham vivido os personagens, do que através da descrição das ações dêles.

Eis porque preferi o teatro à novela histórica, ao poema descritivo, ou a qualquer outro semelhante processo de narração.

Quanto à forma poética, ela me foi aconselhada por considerações que me parecem igualmente procedentes. A primeira e a mais importante delas é que certos assuntos são melhor tratados em poesia do que em prosa.

Já Montaigne: dizia: "Tout ainsi que la voix, contrainte dans l'étroit canal d'une trompette sort plus aigüe et plus forte, ainsi me semble il que la sentence pressée aux pieds nombreux de la poésie, s'eslance bien plus brusquement et me fiert d'une plus vive secousse."

Na verdade a poesia é um instrumento de modulação e ordenação do pensamento, um aparelho que aperfeiçoa a sua expressão, que é capaz de conduzi-lo ritmicamente e de introduzir-lhe, nos casos em que isto se faz necessário, uma transformação que o enriquece e o embeleza.

Pensar em verso não é somente dar uma forma mais durável às idéias, é também transpô-las para um plano mais livre e mais simples, onde elas se apresentam sem necessidade de explicações laterais e complementares. A poesia é, assim, uma linguagem direta, sintética e desdenhosa. Eis porque melhor se aplica aos temas, como os da paixão de Dirceu e Marília, que exigem tratamento intenso, natural e singelo. O abandono poético permite sem excesso, (quasi diria sem ridículo), a exposição de idéias que feririam o pudor da prosa, menos íntima da ingenuidade ou do sentimentalismo. Falar em verso é voltar a um estado de pureza que é indiferente à ironia e à cultura. É encontrar uma

outra personalidade existente no fundo de cada um de nós, oprimida pelos horários, pelos vencimentos comerciais, pela doce malevolência dos amigos, pelas ambições civis. Empregar o verso num determinado trabalho literário, é, além disso, criar uma superior liberdade de concepção, embora a execução fique sujeita às regras peculiares à poesia. Regras de estilo poético, que subsistem claramente, ainda nos versos chamados livres, os quais não se confundem com a prosa precisamente por causa desta síntese e dêste desdém, que são próprios da poesia.

A escolha do metro alexandrino merecerá críticas, talvez justas, de alguns leitores, como já mereceu de amigos a quem comuniquei o manuscrito. O motivo que determinou a eleição dêste metro não brasileiro foi a economia. Sim, a economia de versos. O alexandrino é meio pesadão e um pouco pretensioso na sua pompa, mas é um espaço silábico folgado, onde cabem uma idéia inteira, uma imagem completa. O recurso da aliteração só foi usado por mim para quebrar-lhe voluntariamente a cadência, coisa que fiz sempre que pude aliviar um pouco o pêso do ritmo. Quanto ao desleixo da rima é também voluntário, e fez parte do mesmo processo de domesticação do alexandrino, do mesmo desejo de transformar aquele pavão roçagante em pomba de rabo em leque. Bicho de casa, embora um pouco ornamental. Alexandrino rústico, mais accitável na sua falta de acabamento, ou, como costuma dizer o poeta Ribeiro Couto, "alexandrino manso".

Parece-me também que os versos ganham em naturalidade sem o gongo final da rima, e as idéias igualmente ganham, primeiro porque, não havendo rima forçada não há contorsão da frase para se chegar a ela, segundo porque o martelar constante da rima desvia a atenção do corpo do verso e das idéias que contém. Considero o metro como uma disciplina necessária, no tema que enfrentei, mas procurei compensá-lo com maior liberdade no fundo da composição. Trata-se aqui daquela famosa liberdade poética, locução que os nossos pais empregavam num sentido antes gramatical e retórico, aludindo a elementares privanças com

as palavras, mas que os poetas de hoje utilizam para designar qualquer coisa de mais amplo, que é a própria sujeição da inteligência às experiências mais fortes da verdade poética. Esta liberdade de composição é, como já disse, a grande vantagem da poesia.

Neste pequeno drama o leitor notará, talvez, a diferença entre as duas concepções de liberdade em poesia. A forma, procurei mantê-la tanto quanto possível severa e a língua, na medida permitida pelo meu escasso saber filológico, não muito chocante com a que se falou no Brasil no fim do século dezoito. Mas não preendi em nada o conteúdo, a que poderíamos chamar atual, do lirismo.

Em França se costuma dizer que o século dezessete é que formou o moderno idioma francês. Eu diria que o português se libertou do ranço clássico, se desemperrou, se flexibilizou e se adaptou melhor às idéias, no século dezoito. Quando lemos Vieira ou d. Francisco Manuel (para mim os melhores estilistas do século dezessete), sentimos qualquer coisa de hirto, de frio e às vezes de incômodo, como uma armadura enferrujada. Bonita para se ver, mas horrível para a gente se meter dentro dela. É um estilo pomposo, mais capaz de impressionar do que de convencer. Muito diferente da graça enrolada do século anterior, quando a rusticidade de um Gabriel Soares não retirava ao seu estilo a maleabilidade a frescura que nos fazem ver melhor um engenho de cana da Baía, do que vemos o ribombante naufrágio da armada, descrito por d. Francisco, o ourives implacável. Isto sem precisar aludir, no século dezesseis, ao modelo supremo e permanente da graça, da esbelteza e da pujança, que é Luiz de Camões.

Aquele desajeitado luxo verbal do século dezessete ficou atrasado no Brasil, pelo dezoito a dentro. Nuno Marques Pereira como já notou Afrânio Peixoto, é um asfixiante retardatário do gongorismo; Rocha Pita nos enfurece com os seus arabescos verbais intrincados e inúteis. A literatura congratulatória, oficial ou oficiosa, que endeuçou, no Brasil, a príncipes, generais, bispos e magnatas de todo gênero, na primeira parte da centúria setecentista,

arrasta também os já então desusados ouropéis do verbalismo. E, fôrça é reconhecê-lo, alguns dos componentes da Escola Mineira, principalmente Cláudio (o mais velho dêles, depois de Durão), não se tinham libertado dêsses ornatos da linguagem de outras eras. O mais livre, o mais natural, e, por isto o mais presente de todos, é sem dúvida Tomaz Antônio Gonzaga. Talvez pelo fato mesmo de ser português, de ter chegado ao Brasil já homem feito, o poeta Dirceu não se contaminou com a complicação retórica da Colônia que fez as delícias de Cláudio, a ponto de tornar ininteligíveis estrofes inteiras da obra dêste poeta. Os poucos anos da permanência de Cláudio na Europa não terão sido suficientes para formá-lo na escola da naturalidade, ou talvez, voltando à longínqua Minas, tenha regredido no gôsto aos modelos do passado. Como, também, os poucos anos de estada de Gonzaga na Baía, na sua primeira juventude, não terão sido bastantes para afeiçoá-lo ao tradicional (já naquele tempo!) verbalismo baiano.

A verdade é que quando a gente se habitua à leitura de Dirceu e Glauceste, fica-se surpreso com a receptividade do primeiro, que era o luso, às invenções da língua simples do Brasil, e com a resistência do segundo, o nacional, a essas mesmas influências. Haverá talvez, também, aí, uma espécie de complexo de inferioridade do colonial, que teme relaxar-se transigindo com o ambiente da terra e incorporando-o ao seu mundo intelectual; complexo de que não participaria o reinol seguro da sua origem, e provavelmente, — vemos isso em seus versos — da próxima volta à Côrte. Ainda hoje observamos como são formalistas os provincianos, e como costumam a imitar certos hábitos simplificadores da vida, correntes nas grandes cidades, tais, entre nós, a abolição do uso do chapéu e, no verão, o do casaco. Há ainda mineiros que não dispensam as ceroulas compridas e as camisas de dormir com ponto russo. E tenho notícia de um morador de Barbacena que usa punhos postiços, os quais manda lavar e engomar nas lavanderias mecânicas do Rio, porque não há mais negros que o façam a contento.

Tomaz Antônio Gonzaga foi o moço vindo da côrte que

ousou andar sem chapéu tricórneo, e sem casaca de sêda nos caminhos da poesia mineira. Poeta em férias compreendeu bem o papel de árcade durante a sua permanência temporária nas serras, e resolveu vestir-se com o cômodo desalinho de um verdadeiro pastor. Ao contrário de Cláudio, a quem chamava mestre, mas que ia de calções e salto alto, de rabicho empoado e de véstia recamada de flores, pescar rimas no "pátrio ribeirão", Gonzaga soube ver literariamente o Brasil com olhos brasileiros e cantá-lo com brasileira voz. É êle, pois, o verdadeiro mestre, o verdadeiro iniciador. E também o verdadeiro filho do Brasil.

A forma um pouco sêca de Gonzaga e a sua escolhida emoção se harmonizam num conjunto a que se pode bem dar o nome, que já tem sido usado, de pré-romântico, porque a obra gonzagueana aparece embebida em uma espécie de terno subjetivismo, marcado por um familiar abandono, mas contido dentro das regras do pudor e da discreção. O mundo já aparece visto através de um drama pessoal, mas nada se nota ainda daquele caloroso transbordamento, daquelas torrentes de lágrimas, daqueles vendavais de soluços que tão pálidas e frágeis amadas desencadeam com paradoxal vigor sôbre as líras egocêntricas dos românticos verdadeiros.

Um poeta com a sutileza de gôsto, o equilíbrio e a moderação de técnica de Dirceu só pode ser realmente caro (principalmente depois que o furor romântico amoleceu a língua e fatigou o gôsto), a paladares estéticos atentos, evóluidos e vagarosos. Da mesma forma ao bom conhecedor sabe bem um vinho, uma fruta, ou um prato, exatamente por causa da delicadeza de atributos que aos menos avisados parecerá ausência ou sensaboria. Os quitutes muito temperados e os vinhos muito saborosos não são necessariamente os únicos bons.

Castro Alves, Junqueira Freire e o mesmo Casimiro, fortemente audíveis e visíveis, não podem passar despercebidos dentro da nossa poesia. Igualmente ao mais superficial observador dos nossos campos saltam logo aos olhos as maitacas e os bentevis, coloridos e gritadores. Gonzaga

se confunde na espessura da mata como certos passari-nhos de pouca côr, de canto moderado e monocórdio. Mas se o ouvinte de boa vontade e de bom gôsto se demora e aguça o ouvido, perceberá que monocórdio não é o mesmo que monótono. Na verdade o pássaro (falo aqui do poeta) gradúa sàbiamente os tons, multiplica com prodigioso vir-tuosismo as possibilidades da única corda da sua lira (a corda do amor infeliz), e dêste tema ralo, servido por uma língua represada e neutra, consegue realizar o livro pun-gente, poderoso e fecundo, na sua modéstia, que é "*Marília de Dirceu*".

Degustemos com aplicada sabedoria o canto gonza-gueano e veremos que êle bem merece o favor em que era tido pelos nossos antepassados, cujo paladar não se enfarou com a prodigalidade do romantismo.

Naturalmente não me passaria pela cabeça utilizar em "*Dirceu e Marília*" a forma gonzagueana. Primeiro porque ela não é atavio com que se enfeite quem a isto se dispõe, e de gralhas adornadas com a plumagem alheia basta a da fábula. Segundo porque não pode ser propósito de um escritor moderno, ainda que trate de assunto histórico, reproduzir exatamente o ambiente mental e psicológico da época que está revivendo. Nem mesmo os maiores expoen-tes do teatro dramático nunca tiveram tal preocupação. As idéias de Corneille, no "*Cid*", são as de um homem do tempo de Luiz XIV.

As mesmas causas despertariam fatalmente reações men-tais e sentimentais diversas num habitante de Vila Rica do século dezoito e noutro do Rio de Janeiro do século vinte. Procurar artificialmente imaginar quais sejam as reflexões ou as imagens que deveriam ocorrer a Cláudio ou Gonzaga em tal ou qual situação é uma intolerável falsidade. A obra literária, como tudo mais, deve ser produto do tempo. Quero imenso bem às velhas casas brasileiras, aos macissos móveis patriarcais dos nossos avós. Mas não compreendo que se construa hoje uma casa sem os recursos da mais moderna técnica, assim como detesto as imitações de mó-veis antigos.

No caso do trabalho intelectual a mistificação é mais grave, porque aí a obra literária não deixa somente de ser do seu tempo, mas deixa também de ser obra literária, e se transforma em "pastiche".

As paixões que agitam os homens são sempre as mesmas; a forma através da qual se exprimem é que varia. Gonzaga, Cláudio, Alvarenga, Marília viveram como seres humanos, pobre barro, como o de todos nós, animado ao sôpro divinô. Conheceram o amor, a ambição, o mêdo, o egoismo, a amizade e os demais companheiros permanentes da nossa jornada.

São estas as fôrças com que procurei fazê-los agir nos três pequenos atos da minha peça. Os personagens são reais, os fatos do enrêdo quasi que invariavelmente conformes à verdade histórica. Minha tarefa se resumiu, portanto, em coordenar o entreccho de maneira teatral e introduzir nele a dramaticidade poética de que fui capaz.

O jôgo das paixões é simples: representa os choques entre a ambição e o amor, na alma de Dirceu; entre o que há de generoso e de egoista no amor, na alma de Marília. O tema da amizade é a florado, como era natural, entre Gonzaga e Cláudio, sendo que neste último se manifesta a prudência e o cepticismo próprios da sua experiente velhice, e a timidez, que êle mesmo reconhece, e que, exacerbada até o pânico, levou-o a trágico fim. A paixão revolucionária se manifesta com maior vigor em Alvarenga. Os outros são personagens accessórios.

Gonzaga era partidário das idéias novas do século. Nenhum dos seus críticos ou biógrafos jamais contestou isto com aceitáveis fundamentos, e suas obras, principalmente o "*Tratado de Direito Natural*" e as "*Cartas Chilenas*" contêm passagens que deixam fora de dúvida tal afirmativa. Mas entrou molemente na conjura, atraído pelos amigos, e a única explicação que se tem para esta falta de entusiasmo (porque êle era homem corajoso e combativo), é a oposição natural da noiva. Isto forma o núcleo de maior intensidade do drama, principalmente sensível no terceiro ato. E aí procurei insinuar, também, a solidão do amor,

que é sentimento, afinal, incomunicável. Dirceu vai sendo progressivamente abandonado pelos amigos, que se retiram, e pela noiva que adormece ao seu lado no momento de maior risco.

A algum leitor menos afeito ao ambiente intelectual mineiro do tempo (e digo leitor porque ao espectador de teatro tais minúcias passam despercebidas), parecerá contraditório que Gonzaga ora se diga brasileiro, ora se declare português. Mas êste dualismo existia de fato na maneira de sentir do poeta, e mais de uma vez transparece na sua obra. Na verdade uma distinção muito nítida entre Brasil e Portugal não poderia ser sentida antes da independência, sobretudo por Gonzaga, nascido no reino mas brasileiro por tantos lados pessoais e ancestrais.

Não me pareceu descabido, fazer com que, no momento da prisão, o último pensamento do poeta se voltasse para a liberdade do povo e não para a amada, que perdia definitivamente. Então, — como hoje — a liberdade deve ser em todo o mundo a amada preferida dos poetas. Hoje talvez ainda mais que então, porque no século dezoito se queria conquistar uma coisa apenas imaginada, ao passo que agora parte do mundo luta para defender uma liberdade que vale tanto como a vida, e que a outra parte se esforça insensatamente para destruir.

Para rematar informo que me permiti algumas breves acomodações com a história. A mais importante delas é dar Alvarenga como presente em Vila-Rica, no dia da prisão de Gonzaga, quando é sabido que êle já tinha sido preso nas vésperas dessa data, em S. João d'El-Rei.

Mas senti que a ausência de Alvarenga romperia todo o equilíbrio cênico do drama, baseado na presença conjunta dos três amigos.

Faço êste aviso prudente a algum arquivista, amigo das correções minuciosas. Outras que se tornem exigíveis (e sei de mais duas ou três), são de menor monta, e deixo-as maliciosamente à argúcia dos pescadores de pérolas.

O SENTIDO BRASILEIRO NAS ARTES

CELSO KELLY.

A boa obra de arte é, ao mesmo tempo, universal e local. Universal, pela força de expressão, que resulta da técnica e do talento criador, levando-a à admiração dos povos, e ultrapassando os séculos, sempre com o mesmo interesse. Local, pelas afinidades com o meio, pela relação íntima com os temas dominantes na região e no tempo, pela influência dos recursos naturais e das condições econômicas da sociedade. A arte dos helenos traduziu, nos seus motivos, na matéria em que era vasada, no equilíbrio e na harmonia de suas formas, aquele maravilhoso espírito grego, resultante do meio e da época, das possibilidades materiais, do sentimento religioso, das tertúlias filosóficas, do florescimento, enfim, de uma rica e bela civilização. Arte eminentemente sua, tão grega de espírito que se tornou grega de forma, subjuguou o próprio vencedor de sua pátria, deslumbrou conquistadores e estrangeiros, concorreu ao lado de outras manifestações artísticas em outros povos e outros períodos, e, ainda nos dias de hoje, causa ao mundo, tão convulsionado e inquieto, o respeito e a veneração das coisas eternas. Mensagem melhor não poderiam os gregos ter deixado aos povos vindouros.

A outros povos e em circunstâncias diversas foi dado encontrar nas artes a expressão natural de seus anseios. A arte da Idade Média é um quadro vivo e variado desse grande período da história. Sobretudo, os povos de tradição continuada ou de cultura sistemática deram às artes o acento definido de um gosto, as tendências constantes do

seu poder criador. O gôsto francês, apesar da volubilidade de certos talentos, propensos a toda fórmula de pesquisa, em impetos geniais de rebeldia, — mantém-se constante, através de séculos, sobrepondo-se, de maneira singular, às inovações de forma, às variedades de apresentação, sem fugir às dominantes da sensibilidade francesa. Um gôsto, que se afirma no mais largo dos seus sentidos, como o pretendia S. Rocheblave, compreendendo “não apenas as coisas de arte, mas as da literatura, as da língua, e, no domínio da sensibilidade e da imaginação, tudo o que, aos olhos de um observador prevenido ou dum psicólogo um tanto penetrante, denota as flutuações, ondulações e linguagens expressivas da alma de um povo, através de várias espécies, mas não diferentes, de todas as belas artes, ao mesmo tempo, ligadas entre si por correspondências secretas, que nos conduzem ao mais íntimo e mais profundo da raça”. O gôsto francês tem sido a afirmação de uma sensibilidade imutável.

Situação bem diversa é a que oferecem os povos novos, formados ao impulso de tão variados fatores, que só ao cabo de penosos caldeamentos, vão encontrar a unidade de sentimento e de ação, que lhes dará caráter à cultura. Ao se emanciparem, levaram em si as antigas colônias uma série de antecedentes históricos e consequências sociais, cuja influência perduraria pelos tempos. Zonas de povoamento, umas; zonas de exploração, outras; outros, enfim, de povoamento e de exploração, — atraíam indivíduos de todas as partes do mundo e faziam vir a si correntes migratórias regulares, como ondas humanas que traziam consigo a impetuosidade dos seus impulsos, dos seus anseios e dos seus sofrimentos. Eram gamas diversas de sensibilidade que passavam a viver juntas numa sociedade imprecisa e sem direitos, uma vida de incertezas e servidões, uma aventura de lances imprevistos e dramáticos. A terra não apontava, como resultante de suas fôrças, um homem, mas homens diversos, tipos diferentes em côr, em religião, em instrução, em capacidade, em instrumentos, em cultura. E êsses homens nem sempre tinham, diante de si, uma terra

uniforme em clima, em riquezas, em acessibilidade. Muitas vezes, um clima hostil aos de sua raça, fosse esse clima superior ou inferior. Nem uniformidade de terra, nem uniformidade de homem. Eis o grande problema político com que os novos Estados tiveram que lutar: tornar-se nações, no sentido sociológico da palavra, numa identidade relativa de sentimento e de ação, homogêneas em sua cultura, de que seria a mais alta expressão a arte própria que conseguissem construir, como a sublimação de seus ideais de independência e a afirmação de sua capacidade produtora.

ANTECEDENTES

Esse ideal de uma arte própria tem, também, no Brasil os seus propugnadores, de longa data. "Alguns no passado tentaram fixar as figuras, fatos e paisagens desta "vasta tela", tais como: Corrêa Lima, com a "*Magnanimidade de Fernandes Vieira*" e "*Desembarque de Cabral*"; Manuel Joaquim Côrtes Real, com "*Gonzaga no Cárcere*"; Horácio Hora, "*Peri e Ceci*"; Leopoldino Faria, "*Tiradentes*"; Portoalegre, com "*Pedro I*"; Côrte Real, "*Nóbrega e seus companheiros*"; Décio Vilares, "*Retrato de D. Pedro II*"; Fachinetti, "*Lagoa Rodrigo de Freitas*"; França Junior, "*Morro da Viúva*"; Pedro Weingartner, na "*A Derrubada*"; Benedito Calixto, em "*Anchieta*"; Aurélio de Figueiredo, "*O Baile da Ilha Fiscal*". Todos esses valem como sentido, mas não puderam penetrar na psique da terra, no espírito subjetivo da nossa pintura, na realização dos nossos problemas plásticos". Aquela enumeração de João Ribeiro Pinheiro, em sua "*História da Pintura Brasileira*", inúmeras outras telas poderíamos apontar, realçando, sobretudo, o pendor histórico que se não cansavam de manifestar os pintores do Império, talvez menos seduzidos pelos temas nacionais do que pelo gênero, plantado, dentre nós, desde a Missão Lebreton, como um hábito dos povos de tradição, a exemplo da França. Os pintores de batalha, em voga no momento, passaram a exercer decisiva influência em nossa "colônia

artística". É temerário dizer até onde se fez sentir a presença do gênero histórico, à maneira de Horácio Vernet. Pedro Américo e Vitor Meireles seriam, na segunda metade do século passado, os arautos de nossos acontecimentos, através de telas imensas e agitadas. Mas às batalhas faltariam eloquência e côr local. "Ainda mais, depois de terminada a guerra contra o govêrno do Paraguai, as manifestações que apareceram — observa Gonzaga Daque (1888) — foram por demais raquíticas e inúteis, cingiram-se apenas a alguns quadros de batalhas, quando era de esperar que, posto o país em novo caminho, o espírito de nacionalismo, pela convergência de sentimentos, pelos novos fatos históricos que iam formar uma tradição, pelo desenvolvimento de uma nova política e de ciências positivas, repercutisse longamente na arte. Bem cedo, estas esperanças foram desiludidas por uma exposição geral (1871), onde os quadros de assuntos bíblicos e as alegorias formavam a parte mais importante da exposição, aumentando de ano para ano, como provam as exposições de 79 e 84, na Academia, e a de 82, realizada no Liceu de Artes e Ofícios, pela Sociedade Propagadora das Belas Artes".

Na primeira metade do século, todos de então se deram ao luxo de fixar as pessoas da família reinante. Tirando os reis, príncipes e imperadores; excluindo os temas históricos, cujo gôsto era uma importação de há bem pouco; não contando os motivos religiosos, mais encomendas que devoção — que restaria para os nossos artistas, senão uma natureza esplêndida, tropical, vigorosa, estranha por vezes, desconcertante em certos momentos, indecisa ou volúvel, variando em mutações que impressionam e aturdem o próprio artista? E essa natureza, como a vida social de então, nos quadros característicos das fazendas, passou, quasi em branco, século e pouco de pintura erudita, deparando-se, apenas, com um bravo que se lhe atreveu ao encontro, essa figura sincera e grandiosa de nossa pintura, êsse homem de alma sertaneja e pura, que foi Almeida Junior. Ele repetiria, senhor da matéria, senhor dos caprichos de nossa paisagem, o cenário brasileiro, o mesmo cenário impenetrável que inquietara,

séculos antes, um Franz Post, perturbado com os azues da atmosfera, ou um Taunay, indeciso entre a riqueza da vegetação e os tons estranhos do mar. O mesmo cenário que fôra, por muito tempo e para muitos, tema incompreendido, levando um eminente crítico a afirmar: "A paisagem brasileira é interpretada como os mestres interpretam a paisagem de outras regiões; é difícil saber, às vezes, qual natureza os pintores dêsse gênero pretendem representar. E, se copiam *bem* o aspecto geral da natureza, falseam irreverentemente na expressão local".

O motivo brasileiro, por esta ou aquela razão, na sinceridade de um culto ou no snobismo de imitações, ia aparecendo aqui e acolá. Na pintura como na música. Há os que deixam transparecer uma intenção nítida. Uns combatem, "com ânimo mais decidido, as imitações estrangeiras" e procuram "criar uma música, sem se enquadrar no regionalismo, mas nascida no ambiente magnífico de nossa natureza e com aquele tom melancólico, que é o resíduo da fusão misteriosa das raças, de que promana o brasileiro". Ninguém foi mais pioneiro, nesse sentido, segundo o juízo do sr. Renato de Almeida, do que Alberto Nepomuceno. Fácil seria juntarem-se-lhe os nomes de Alexandre Lévi, Leopoldo Miguez e o singular Carlos Gomes, a quem tanto seduziram os nossos temas e a quem o sr. Mário de Andrade, numa reivindicação de todo justa, dá "o lugar de verdadeiro iniciador da música brasileira porque, na época dêle, o que faz a base essencial das músicas nacionais — a obra popular — inda não dera entre nós a cantiga racial". O propósito nacionalista cedo se fez sentir nas óperas de autores patricios. A primeira ópera brasileira que se representa (1860) — "*A noite de São João*" — é um exemplo dêsse propósito: libretista — José de Alencar; compositor — Elias Álvares Lobo; argumento — cenas da vida no Braz, S. Paulo, ao tempo da colônia. Um movimento de singular projeção decorre da Imperial Academia de Música e Ópera Nacional (1857), onde tudo se tenta: as representações em vernáculo, cantores da terra, repertório nosso, com o objetivo de que uma ópera brasileira se formasse ao lado da

Ópera Italiana, ou da Grande Ópera, de Paris. Nem por isso, o sr. Luiz Heitor, que estudou, de perto, a história dessa Academia e relacionou, com exato espírito crítico, todas as nossas óperas, se julgou em condições de afiançar “a existência da *ópera brasileira*”.

É que, nesse inventário de produções artísticas avultam motivos nossos, tomados de permeio com os mais variados e universais temas, sem sequência, talvez sem intenção, muitas vezes sem sinceridade. Serviram a êsses motivos técnicas afeiçoadas a outros cenários, embebidas de outra luz, dominadas por outros ritmos. Dir-se-ia um pintor europeu, fixando nossas coisas, com aquele mesmo desembaraço com que os japoneses orientalizam, sem sentir, as suas manifestações de motivo ocidental. Dir-se-ia um compositor italiano, medularmente italiano, procurando no Brasil como na Ásia o tema para uma ópera ou canção, um motivo de Gheisha ou um motivo ameríndio.

Bem ou mal, porém, o tema nacional se afirmava. Vestido em roupagens mais estrangeiras que próprias, êsses temas sofriam os primeiros constrangimentos da exploração, mas começavam a correr mundo como que cantores de uma arte que se afirmaria mais tarde. Ficaria para os contemporâneos, emancipados dos preconceitos de escola, com a alma liberta a um mundo de aventuras e descobertas — a tarefa de encontrar linguagem própria para as sugestões da arte, de dar expressão a êsse tumulto de vida, que já procurava, num clima de côres mal definidas, os seus modeladores...

COLOCAÇÃO DO PROBLEMA

O problema da arte nacional se colocou, em todos os países, com o após-guerra. A conflagração de 1914, como todo acontecimento de efeitos mundiais, gera dois movimentos, aparentemente contraditórios, mas, entre si, consequentes: o universalismo e o nacionalismo. Aquele resulta das alianças, das invasões, das migrações, das conquistas,

dos exílios, das submissões, da prepotência, — de todos os fenômenos, enfim, de mobilidade cultural. Acrescentem-se a descoberta e o aperfeiçoamento no domínio das comunicações, e um sistema de aproximação inutiliza as distâncias, encurta o mundo e superpõe, numa competição de valores econômicos e morais, estados e povos. O nacionalismo é a reação natural a êsse universalismo avassalador e igualitário, a essa tendência para uma cultura homogênea ou para uma generalização dos meios de vida. O homem se encontra em si, como “indivíduo”, antes de se ver como “série” da espécie. Radica-se a terra. Compreende seu destino em função do grupo e do torrão natal. Examina as afinidades de raça, de clima e de meio. A revelação dessas afinidades determina uma noção de solidariedade, de assistência mútua. Um espírito racial, no sentido de agrupamento conscientemente organizado, dá côr ao indivíduo, confirma sua moral, marca-lhe lugar. Nasce-lhe o orgulho de ser de onde é. Nasce-lhe o orgulho da terra e do irmão. Investiga no tempo. Cultua os antepassados. As tradições aparecem. Tomam fôrça. Nasce-lhe o orgulho das gerações anteriores. A consciência da história pela grandeza que nela descobre.

O nacionalismo é a atitude moral, com que o homem contemporâneo enfrenta as fôrças universalizadoras. Êle sente que o mundo o envolve e quer um lugar definido. Êsse lugar só lhe dará seu povo, se êsse povo tiver *consciência nacional*. Consciência nacional é condição de vida. É o *estado cívico*, em que se procuram colocar os povos zelosos do seu destino. Para a defesa, para a conservação, para a cooperação. Só os povos de consciência cívica resistem à voragem das dominações e conquistas. Com relação à música, é de Henri Prunières essa afirmação categórica: “O nacionalismo musical é um dos signos frisantes da evolução musical moderna. Cada país se preocupa com ter sua música e a fabrica com um grande proveito”. E pergunta adiante: “Que seria hoje da escola finlandesa sem Sibelius? A escola polonesa sem Szymanowsky? A escola brasileira sem Vila Lobos?”

A época atual é de exacerbação nacionalista. O mundo está examinando de novo os povos que podem ser nação. Uma arte própria é o comêço de uma afirmação racial. Por isso, o gênio criador de cada povo passa a olhar para dentro: as paisagens estrangeiras não o devem seduzir. Há muito que ver na própria terra.

A EVOCAÇÃO MARAJOARA

Nenhum sabor maior no dominio da cultura que o do requinte das evocações pre-históricas. De pre-históricas classifica Van Loon as reliquias indígenas da arte pre-colombiana que chegaram até nós. Os primitivos da América, “como oleiros, podiam rivalizar com os antigos egípcios e babilônios”. Ficou, para o Brasil, na cerâmica do Amazonas, uma arte de certo desenvolvimento. “A originalidade dos motivos que decoram a cerâmica desenterrada na Ilha de Marajó e, sobretudo, a precisão e maestria com que são executados êsses ornatos — o que destoa bastante do modo sempre mais livre por que os indígenas exprimem o seu sentimento artistico — mais uma vez tem suscitado”, observa a sra. Heloísa Alberto Tôrres, pondo-a em dúvida, “a hipótese de que os seus autores teriam alcançado um nível de civilização mais elevado do que o geralmente dominante entre os selvícolas brasílicos, ao tempo do descobrimento”. Que êsse geometrismo decorativo tenha tido por causa as composições naturais do trançado, ou que o engenho imaginoso do primitivo tivesse atingido aquela relativa riqueza de formas — o fato é que o material recolhido oferece campo às mais variadas criações. “A estilização da face humana — afirmou-o mestre Roquete-Pinto — é genial em Marajó”. Entre simples traços queimados, gravura *au champ-levé* e esculturas em pleno relêvo; entre desenhos que lembram trançados, motivos zoomorfos e antropomorfos; entre simples incisões e zonas em branco, fuligem e vermelho — transcorrem os ornatos da cerâmica da ilha, através de urnas, pratos, potes, lâmpadas, tangas, ídolos, máscaras

e amuletos, vestígios que nos chegaram de uma cultura morta.

Quando o Brasil entra no ritmo da vida universal, a arte de Marajó não mais se fazia. Ela renasce com as explorações das jazidas de 1870 em diante. Ela é estrangeira ao sentimento do povo que se foi formando. Bem diverso é o que se observa no México: a tradição indígena sempre se manteve e hoje se cultua mais do que nunca. Os modernos voltaram à arte primitiva e essa arte marca ali um nascimento popular latente. Dêsse renascimento nos dá conta Catharine Oglesby no ensaio "*Modern Primitive Arts of Mexico, Guatemala and the Southwest*", com apreciável documentação fotográfica. O movimento, que procura fazer renascer a arte marajoara no Brasil, é um movimento erudito. Não tem raízes populares. Não é uma tradição que se restabelece. É um sistema que se constrói, na base de uma romântica evocação pre-histórica.

Não se podem medir as consequências no domínio da cultura popular, mas é fora de dúvida que a cerâmica primitiva da ilha de Marajó impressionou vivamente alguns artistas contemporâneos, desde Corrêa Dias, apenas maravilhado de sua riqueza, até Euclides Fonseca, Maria Francisca, Camila Álvares de Azevedo e Porciúncula de Moraes, empenhados em renovar os temas em cerâmica e em levá-los para outras aplicações da arte decorativa.

RITMOS PRE-BRASILEIROS

Em matéria de música se manteve, bem ou mal, a tradição indígena. As populações nativas pediram os missionários a própria música para sua catequese. O ritual dos primitivos da terra deslumbrou aos conquistadores e ficou mesclado a outras práticas, servindo, por empréstimo, a cultos adventícios. Os bailados eram notas estranhas, bem marcadas, monótonas em geral, como elementos decorativos, não só nos movimentos em si como nas próprias máscaras e nos adornos do corpo. À proporção que se convertiam ou se

eliminavam os primitivos, sua música se expandia entre os colonos, influenciava, de maneira indistinta, os habitantes novos, chocava-se com o ritmo dos africanos, mas, de qualquer forma, persistia. Ela não emudeceu nunca. Não chegou a ser arte morta, como no caso da cerâmica de Marajó. Sobreviveu a todos os tumultos raciais, como uma conquista da terra, que reclamava o seu lugar.

Por seu turno, na variedade das "nações" de origem, os africanos trouxeram manifestações de sensibilidades diferentes, com grandes afinidades entre si. Há documentos que dizem do apreciável valor da arte negra no terreno da própria escultura. Onde, porém, ela deixou raízes fundamentais foi no domínio da música. Os cantos e os bailados africanos passaram a viver na companhia dos bailados e cantos indígenas, uns e outros sofrendo a perturbação e a interferência constante da música portuguesa, por vezes da espanhola.

Será brasileiro o ritmo indígena? Sê-lo-ão o africano ou o português, ambos tomados de importação? Eles representavam, inconscientemente, um grande papel na formação da sensibilidade de nossa gente. Não são ritmos nacionais; são, bem ao contrário, fôrças estranhas que se amoldam a uma terra; são, em verdade, ritmos "pre-brasileiros", que surgiram antes de surgir o Brasil como nação. Fontes preciosas de inspiração, vêm dar, na fusão que operam, alguma coisa nova, que se pode considerar generalizada, que não é mais de ninguém, que é patrimônio comum, que é cem por cento povo. A canção que daí resulta é a primeira afirmação de nacionalidade no terreno das artes. Assim como o homem brasileiro não mantém as características exclusivas de nenhuma das raças de origem, assim também a sua sensibilidade é uma resultante nova. Há uma maneira coletiva de sentir e nela repontam, trabalhadas, fundidas, aquelas qualidades primitivas. Vai o povo tomando consciência de si. Vão os artistas procurando nas fontes populares a inspiração para as suas grandes obras. Só as criações que têm fundo popular estão fadadas à compreensão fácil e à repercussão geral. A arte pura, no mais elevado plano de

suas construções, pode partir de um tema espontâneo e vivo das ruas. Voltando sua atenção para êsses ritmos pre-brasileiros, Vila Lobos, Lorenzo Fernández, Mignone, Camargo Guarnieri, Frutuoso Viana e outros constroem a música brasileira, emancipada de preconceitos, de sectarismos, numa pureza de intenções, que lhe dará destino.

A CASA COLONIAL. — FORMA E ESPÍRITO

Outra tendência de “brasilização” é o retôrno à casa colonial. Aquela casa singela, larga, simples por vezes, em alguns casos opulenta, senhorial, com pretensões de dominar a paisagem pela serenidade de suas linhas e pelo pêso de suas massas. Examinem-se, com mais interêsse pelas coisas menores, as casas mais humildes ou menos importantes. Sempre a simplicidade. Sempre a horizontalidade. Às vezes romântica. Às vezes, confundida ou perdida na exuberância tropical. Quem conhece o clima, quem conhece a sociedade de então, — a pobreza ou a burguesia mal nascida — compreende, desde logo, a habitação ingênua e a casa-grande. Vê, nelas, causas diversas, mas um espírito afim. Depois, aquelas catedrais opulentas. Obras de talha, esculturas de pedra, imagens de madeira, azulejos pintados, paredes de ouro. E a arquitetura continua... Há grandes variedades de forma. Há muita coisa que se complica. Há muito elemento que se destaca, daqui ou dali.

Vem o desejo de renascer a “casa colonial”. Um romantismo que é quasi lógico, se lhe tomarmos o espírito e não a forma. Um preciosismo que é superafetante, se lhe tomarmos a forma sem compreender o espírito. Os ingênuos, os puros, os criadores sinceros que buscam na paisagem a emoção e na tradição o estímulo, sentem o espírito daquela casa colonial, e, usando dos recursos da atualidade, transpõem aquele espírito para as mais modernas soluções, guardando a simplicidade, a horizontalidade, a pureza das formas primitivas. Os torturados, os tradicionalistas insaciáveis, os rebuscadores de motivos, não vêem o espírito

da obra, mas os acidentes, isto é, os elementos, os adornos, os ornatos, e, num anseio de enriquecimento plástico, os reúnem a todos, inventam um estilo e o maculam, chamando-o de colonial...

No amontoado de certas fachadas, acidentadas por enfeites e colunetas inúteis, nossa sensibilidade se perturba. Que contraste com os velhos solares, com os exemplares autênticos da "casa colonial"!

Voltemos à tradição para reviver o espírito dessas casas, não nas exterioridades frias, mas com a nota romântica e viva, que empresta à existência humana mais uma parcela de beleza. E lembremos, ainda agora, o exemplo da França, na vanguarda do modernismo: "Em 1934, uma nova tendência se acentua no sentido nacional. Os arquitetos querem atingir um estilo de constante francesa, não imitando as obras de outrora, mas restabelecendo com elas o contacto misterioso, que as ligará com êsse flúido mágico: a tradição" (Marcel Zahar).

TRADIÇÕES

Só cultuando as tradições, só estudando com carinho os antecedentes históricos, só estimando os grandes cenários da vida nacional — será possível constituir um ambiente, propício ao pleno desenvolvimento de uma arte, e de uma literatura brasileira; enfim de um gosto nosso. Cabe à educação contribuir para a formação desse ambiente, quer pela ação sistemática das escolas, quer pela ação suplementar de todos os outros agentes culturais. Uma ação nacionalizadora continua. O romance brasileiro, de cena ou de fundo histórico será, nas três formas por que se pode apresentar, um grande veículo de nacionalização: pelo livro, pelo teatro e pelo cinema, dando-nos sempre o nosso ambiente, os nossos costumes, a nossa gente, a nossa maneira de pensar, de sentir, de agir. Sua influência social é bem mais forte do que pode parecer. Ele construirá, de par com as outras artes, uma sensibilidade una, vigorosa, fortalecida.

E essa sensibilidade, não só criará como exigirá uma arte pura brasileira.

Então, os nossos "motivos" não serão mais exotismos; não serão episódios soltos, sem relações de causa e efeito. Estarão integrados num clima de cultura.

TEMA BRASILEIRO

O interesse que se sente em torno de assuntos nossos é cada vez maior. Ele se reflete nas artes, não só na música, de que já falámos, como na pintura, na escultura, nas artes decorativas, no teatro, nas letras. A obra de arte não sai mais das receitas e dos temas convencionais, que constituíram o prazer de velhas escolas, de pretensões universalistas. O homem que preza a tradição é não só o tradicionalista histórico, como o moderno emancipado. Aquele, por força de um hábito. Este, como consequência lógica de sua atitude. Rompeu com os preconceitos que o prendiam a escolas estrangeiras. Deixou de ser "amaneirado". Tem que olhar sua terra e sua gente, de frente, sem lentes de côr que falseiem a visão. Começa a ver de novo e, tomando a sequência da evolução histórica, vai até o primitivo. Ainda agora, o Museu de Arte Moderna, de Nova York, apresenta uma exposição de arte indígena.

O tema brasileiro é, pois, a palavra de ordem: assim como o foi para o mais clássico de nossos pintores, — Almeida Junior, também o é para o mais avançado dos contemporâneos — Portinari. Assim como seduziu a Carlos Gomes, é fundamental na obra de Vila Lobos. Apenas ganha mais prestígio nos dias de hoje. E ao tema se junta alguma coisa de mais importante, alguma coisa de essencial: a maneira de sentir de nossa gente. Em consequência, os temas são mais compreendidos. A arte é menos de salão e mais de rua. Por isso mesmo, mais popular, mais nacional, mais brasileira.

COORDENAÇÃO

Pelo que fizeram os nossos antepassados; pelo que fazem os contemporâneos bem orientados, — é-nos desvanecedor reconhecer que uma arte brasileira se constrói entre nós. Justamente quando se tornam mais fáceis os meios de comunicação, estabelecendo interferências culturais dos diferentes povos, — mais se afirmam as preocupações brasileiras. Que uma consciência nítida e uniforme se generalize no povo, ao mesmo tempo que os artistas empreguem seu gênio criador ao serviço da nacionalidade. A educação dos sentimentos — e o sentimento patriótico é dos mais elevados — far-se-á pelas artes. Que destino feliz para o artista contemporâneo: servir, ao mesmo tempo, à sua arte e à sua pátria.

VARIAÇÕES SÔBRE A POESIA BRASILEIRA

TASSO DA SILVEIRA.

A história da Literatura brasileira não é uma simples sucessão — como a dos países de formação antiga, — de escolas e movimentos justapostos: é uma integração gradativa de nossa alma profunda nas formas e nos ritmos da beleza verbal. Dotados de vocação literária genuína, como hoje podemos claramente perceber, estamos sujeitos, contudo, no que vamos realizando em tal sentido, à contingência do “in fieri” que somos como realidade nova no mundo. Ainda em nós vai ativo o processo de extremas e complexas fusões rácicas. Por isto, nossa *expressão* total só gradativamente vem sendo conquistada, na medida mesmo em que nos cristalizamos como inteligência e caráter *diferentes* de povo.

Eis o motivo principalíssimo por que devemos redobrar de atenção na procura do sentido fundamental de cada grande movimento de nosso espírito criador.

Foi por isso que já uma vez procurei analisar um pouco mais em profundidade do que se costuma fazer o desenvolvimento, indiscutivelmente orgânico, de nossas letras, em página de que reproduzo os dados essenciais:

A história da literatura brasileira compreende três épocas distintas: a *Época de formação*, que vai da *Carta de Caminha* até os *Suspiros poéticos* de Magalhães; a *Época de afirmação*, constituída pelo vasto desbordamento da onda romântica no Brasil; a *Época de complexificação*, que abrange os sucessivos movimentos que se vieram produzindo dos fins do século passado até estes dias. Há dife-

rença entre considerar-se o surto parnasiano e naturalista, e mais o surto simbolista, e mais o surto modernista, entre nós, como movimentos de complexificação, — e considerá-los, como habitualmente se faz, simples atitudes imitativas, sem fundas raízes na essência do nosso espírito. Todos os nossos historiadores literários incidiram no engano lamentável. Percebe-se em todos o mal-estar e a insegurança com que desenham a fisionomia, não só dos poetas e escritores desses vários movimentos, mas dos próprios movimentos em si mesmos, como se êstes profundamente contrariassem a linha ideal de evolução que o nosso romantismo havia logicamente determinado.

Para pôr a nu tal engano, examinemos de mais perto cada uma das épocas aludidas da nossa história literária.

A *Época de formação*, cujo termo, no entanto, já apresenta os claros acentos brasileiros de Gonzaga, foi, simplesmente, uma época de formação. O influxo do espírito da metrópole, em decadência aliás, não poderia deixar de pesar violentamente sobre a psique hesitante do povo que nascia. Poderia mostrar como, não obstante, repontam nela, desde os primeiros momentos, anunciando a realidade nova, as notas diferenciadoras, — puro reflexo, embora, do ambiente cósmico dominador e da atuação das fusões raciais que se operavam.

A *afirmação* veio com a onda romântica. Afirmção de uma capacidade expressional definitiva, ou de uma acabada cultura original? Ainda não. Afirmção apenas — mas bastante para a nossa ansiedade patriótica — de uma alma diferente de povo, da existência inegável dessa alma com as suas características profundas a olhos que saíam ver.

Enxergo, nessa *Época de afirmação*, três jornadas sucessivas, que constituem passos cada vez mais avante no caminho da revelação da nossa alma total.

Na primeira jornada, a *reação nativista*. Movimento espontâneo, lógico, natural, da realidade nascente. Reação nativista: tomada de posse da imensa realidade *exterior*: a terra, com o homem que dela tinha diretamente nascido, o

aborígena. Daí, o indianismo brasileiro, ingênua idealização, sem dúvida, mas de sentido mais alto do que geralmente se supõe. Daí as amplas paisagens e os graves cantos à natureza inédita, de um Gonçalves Dias, ou de um José de Alencar.

Devemos dar à interpretação do *indianismo*, quer em Gonçalves Dias, quer em Alencar, uma leve tinta psicanalítica, se quisermos penetrar-lhe o sentido mais íntimo. Idealização pueril e ingênua do aborígena? A um exame superficial, sem dúvida nenhuma. Tanto Gonçalves Dias como José de Alencar, e ainda os seus seguidores, descobrem na alma do homem primitivo do Brasil determinações volitivas, reações sentimentais e morais que jamais nela se produziram. Nem mesmo os traços físicos do indígena escaparam a essa idealização fantasiosa. A fina e estranha formosura de Iracema é exemplo que salta à vista. Acontece, porém, que este é um aspecto secundário do problema. A nós, bem feitas as contas, pouco se nos dá que o indianismo seja um retrato errado, erradíssimo, do aborígena: este desapareceu para nós, como realidade presente. O que nos importa é ver nesse retrato o que o artista de si mesmo pôs, ou da alma de seu povo. E o indianismo é, nada mais, nada menos do que a projeção violenta dos ainda obscuros desejos de realização heróica de nossa alma coletiva na figura puramente alegórica do índio.

A esse impulso inicial do nosso Romantismo, em que o homem se objetivava na realidade que o envolvia, como para desprendê-la da materna placenta lusitana, sucedeu o a que chamo "a segunda jornada romântica", o *período de reconcentração do espírito*.

Fluxo, e refluxo. Refluxo inevitável. Foi a jornada da "interiorização do sentimento", que produziu Álvares de Azevedo e os poetas da sua estirpe. Sentindo "sua" a realidade exterior da pátria, seguro da maravilhosa conquista, o homem retrai-se para o seu mundo interior, que o chama. Que importa não tenham os seus olhos inexpertos descoberto de pronto nesse mundo interior o sentido das paisagens entrevistas? Que importam a desolação, o tédio, a fa-

diga, o sentimento da morte, — se de fato o homem se ia assenhoreando de si mesmo, criando a sua realidade interior, como já criara a exterior? A prova que dessa caminhada por dentro de si mesmo, não obstante as suas expressões desilusórias, saíra êsse homem revigorado em sua consciência, é que logo depois essa consciência, por assim dizer particularista, egoística, desabrochava em consciência de humanidade e em sentimento universalista. Foi a terceira jornada romântica, a jornada romântica. De Castro Alves, cantor dos escravos, e cuja poesia representa o “mea culpa” da inteligência brasileira. Cuja poesia significa, portanto, o comêço da restituição dessa inteligência à dignidade do seu destino superior.

A época que sucedeu à grande etapa de afirmação, e que se prolonga até nossos dias, representa uma etapa de *complexificação*. Simplesmente. Complexificação do nosso espírito, do nosso temperamento, da nossa cultura, da nossa experiência vital. Entrámos em contacto mais íntimo com o mundo. Agimos e reagimos mais vivamente: com o mundo, ou contra o mundo, com a nossa natureza física ou contra a absorção das forças físicas ambientes.

Naturalismo, Parnasianismo, Simbolismo, Modernismo brasileiros estiveram longe de constituir puros reflexos dos movimentos europeus do mesmo nome.

Naturalismo e Parnasianismo, entre nós, por sob a aparência de pura renovação estética, apresentaram outra mais funda significação. Naturalismo, no Brasil, foi ainda ânsia de posse da concreta realidade brasileira. Parnasianismo, no Brasil, foi ânsia de posse de uma língua dúctil. O Simbolismo, no Brasil, foi a irrupção de nossa consciência religiosa e metafísica, do nosso sentimento “trágico” do destino.

*

* *

Já tenho analisado demoradamente, mais de uma vez, o fenômeno do movimento simbolista em nossas letras.

Quero hoje deter-me um pouco nos movimentos subsequentes.

Entre o Simbolismo e o Modernismo transcorreu um periodo de transição, sem dúvida, mas perfeitamente caracterizado e rico em valores, a que chamo *Período sincretista*, pelas curiosas fusões de tendências e correntes que nele se operaram. Encerremo-lo, por necessidade de método, entre os anos de 1910 e 1920.

Esse decênio teve, na história do Brasil, uma fisionomia própria. Foi um momento, não apenas de serenidade confiante, mas até de entusiástico otimismo com relação ao futuro brasileiro, — atitudes de alma sob as quais, no entanto, secretamente se processavam violentas revulsões.

Caminhávamos para o primeiro centenário de nossa independência política, e vínhamos da bela aventura renovadora de Rodrigues Alves, Pereira Passos, Osvaldo Cruz. Desde a entrada do século, a glória do descobrimento da navegação aérea, que ardentemente reivindicávamos para nós, na figura de Santos Dumont, nos alentava de intenso orgulho patriótico.

Apagados os últimos ecos da convulsão de 93 (origem profunda do que houve de essencial no movimento simbolista), consolidada a República pelo pulso de Floriano, a estrutura política do país, erguida embora ainda sobre fundamentos de indisfarçado feudalismo provincial, parecia adquirir consistência definitiva. A mentira do voto era patente aos olhos de todos, assim como a inocuidade do aparelhamento representativo. Mas a esperança jubilosa nas forças multiformes da vitalidade pátria a todos consolava de tais incompletações. O próprio desastre do aniquilamento da nossa indústria da borracha influira pouco no sentido de criar cepticismo e amargor. Os dados positivos é que soberanamente avultavam aos olhos de todos, em razão mesmo do ambiente interior de aceitação e confiança. Tinha havido o milagre da transformação total do Rio de Janeiro, de cidade colonial, de ruas estreitas e sujas, em clara metrópole aberta em frescos jardins à beira-mar e artérias amplas povoadas de palácios. Haviam-se cons-

truído grandes portos, desdobrados em cais massiços e acolhedores. Osvaldo Cruz surpreendentemente nos prestigiara perante nossa própria consciência, com o impulso vivo da sua energia transfiguradora. E as duas enormes figuras de Rui Barbosa e de Rio-Branco enchiam de significação nossa existência de povo.

Exatamente, no entanto, porque se banhavam as inteligências nessa atmosfera — digamos — de plenitude, e porque os dolorosos problemas sociais ainda se não tinham condensado em consciência, entre nós, deixou de formar-se, nesse período, uma corrente de direção determinada, dessas que arrastam as almas e as funde num grande anelo único, como as que constituíram o nosso Romantismo, o nosso Simbolismo e, nos dias atuais, o nosso Modernismo. A ausência de uma profunda corrente dessa ordem não deu causa, todavia, a ausência de valores. Pelo contrário, êstes espontaram numerosos, como disse antes, favorecidos, possivelmente, pela serenidade espiritual reinante. Apenas, não sendo compelidos em sentido definido por nenhuma dinâmica exterior, êsses valores instintivamente procuraram no recurso às composições heteróclitas sua possibilidade de crescimento e floração. Cada um dos poetas significativos do momento operou, sem percebê-lo, uma síntese diferente de tendências anteriores de estesia ou ideologia, segundo os imperativos mais poderosos do seu temperamento pessoal.

Foi o que aconteceu, *verbi gratia*, com Hermes Fontes, Augusto dos Anjos, Humberto de Campos, Raul de Leoni, Gilka Machado, Rosalina Coelho Lisbôa, Raul Machado, José Oiticica, Amadeu Amaral, Martins Fontes, Pereira da Silva, Da Costa e Silva, outros ainda, não devendo ficar olvidada a figura, por tantos títulos singular, de Catulo da Paixão Cearense.

Hermes Fontes fundiu, com um ingênuo pensamento evolucionista (que, no entanto, lhe deu alguns de seus mais belos poemas), o rigor técnico objetivista do Parnaso, algo do instinto divinatório do Simbolismo e muito de

audácia renovadora no sentido da libertação do verso e da estrofe lírica.

Pereira da Silva reacordou a grande voz romântica em cantos de puro timbre simbolista.

Em Augusto dos Anjos, uma tuberculose avassalante fez a simbiose mais estranha com uma filosofia negativista, vinda dos Haeckel e dos Büchner do momento, para produzir os cânticos de ansiedade intelectual mais lancinante que já se ouviram no Brasil. Augusto foi o celebrante das forças que, como as do seu corpo e seu espírito, se vêm paralisadas e contidas, no seio do vasto mundo, por um destino de irrealização.

Em Da Costa e Silva, parnasianismo e simbolismo tão intimamente se amalgamam que, em verdade, quasi chegam a gerar um metal novo.

Nas estrofes de penetrante harmonia e graça de Raul de Leoni a estesia bilaqueana toca as fronteiras de outra diferente, mal adivinhada realidade. O poeta de *Luz Mediterrânea* já põe, na larga ondulação do seu mar sereno, estremecimentos do vendaval que viria com a poesia modernista.

Humberto de Campos, Rosalina Coelho Lisbôa, José Oiticica, Martins Fontes, Amadeu Amaral, Raul Machado, — são néos-parnasianos. Esse “néos” aí, porém, é mais cheio de sentido do que possa parecer a uma análise superficial. Antes do mais, tem em cada um dos poetas citados seu particularíssimo acento. Depois, em cada um dêles se uniu a uma atitude de alma também particular. São, talvez, todos epígonos, mas, nenhum, simples discípulo dos mestres parnasianos. Caracterizá-los por inteiro é coisa que não cabe nestas páginas breves. Mas ninguém confundirá com a arte e a alma de Bilac, Raimundo, Alberto, — o frêmito heroico dos melhores sonetos de Oiticica, o trabalho de buril em matéria dura e faiscante dos mais significativos poemas de Humberto, o paganismo cerebral de Raul Machado, o férvido deslumbramento pela forma dos cantos de Martins Fontes, a tênue teia de beleza e discreção

de sentimentos dos versos de Amadeu, o largo panejamento de "Tênebra", de Rosalina Coelho Lisbôa.

Tendo aprendido com os parnasianos, com os simbolistas, com Hermes Fontes e Rodolfo Machado, e ainda com o insigne português Antônio Correia de Oliveira, a encontrar a sua própria expressão, Gilka pôde constituir-se personalidade de irradiante prestígio, pela fôrça de temperamento de que marcou seus poemas. A ardente alma feminina, cativa e ansiada não teve em Juana de Ibarborou ou Delmira Agostini, na América, ressonância mais funda do que nos seus poemas.

Catulo, por fim, que tinha vindo da "modinha" popularíssima e superficialíssima, em contacto com o espírito de cultura alcançou atingir as formas e temas em verdade impressionantes dos cantos que lhe dão o título de genuíno grande poeta popular.

Observe-se que neste período surgiram e iniciaram sua obra (ainda dentro do espírito que o caracteriza) vários dos iniciadores audazes do movimento modernista: Manuel Bandeira, Ronald de Carvalho, Ribeiro Couto, Mário de Andrade, Murilo Araujo, Cecília Meireles, etc. etc.

*

* *

Com relação ao modernismo brasileiro, de cujo sentido essencial ainda se acha tão ausente a inteligência do público, prefiro, antes de tudo mais, invocar nestas páginas um testemunho estrangeiro.

De carta amiga escrita por Herculano Rebordão, o poeta-pensador de *Onde os caminhos se cruzam*, a Antônio Correia de Oliveira, o poeta-maior do Portugal de agora, — carta esta que me foi gentilmente comunicada — extraio, *data venia*, o fragmento abaixo:

"A corrente modernista está plenamente triunfante no Brasil e, para ela, se volta a atenção intelectual da maioria, já não só com o interêsse da novidade, mas com a convicção profunda de quem encontrou um caminho para o espírito.

Um notável grupo de escritores, seja qual fôr o seu credo político ou religioso, aceitou o modernismo como forma de libertação — dizem alguns — das influências européias.

O paradoxo desta libertação é, contudo, uma grande verdade.

Paradoxo pode parecer à primeira vista, porque todos nós sabemos que o “sôbre-realismo” nitidamente europeu, dessa Europa que se “desconstruía” aos poucos, a começar pela sua própria cultura.

Mas a verdade é que o espírito brasileiro encontrou na arte moderna uma expressão de fôrça e, por vezes, de originalidade tais que conferem à poesia nova uma alma brasileira.

E o que, para a Europa, era desagregação, num sentido intencionalmente político, para o Brasil essa corrente literária converteu-se numa expressão nacionalista, viva manifestação da sua personalidade.

O soneto, que continua a ser para nós portugueses uma admirável síntese da nossa personalidade definida, é, não haja dúvida, demasiado acadêmico, demasiado “feito” para êste Povo que se está fazendo e para esta natureza cujas seivas são mais fortes do que as suavidades petrarquianas do Parnaso.

Os que afirmam, no Brasil, que a poesia morreu, não teem prestado atenção ao fenômeno curiosíssimo da história do lirismo brasileiro.

Em verdade, a poesia das escolas passadas, mesmo quando tomaram o nome, meramente convencional, de “indianismo”, não abrangiam a totalidade expressional da alma brasileira.

Nem a poesia patriótica de Castro Alves, com o seu amor aos escravos, nem a de Gonçalves Dias, com a sua preocupação indianista, podem, numa rigorosa análise, ser consideradas *essencialmente* brasileiras, porque, se elas são nacionalistas do ponto de vista político, não me parece que sejam socialmente nacionalistas.

O que faltava à poesia brasileira, mesmo quando os temas eram brasileiros, era, de fato, o encontro da grande sensibilidade dêste Povo com a sua alma profunda, e diversa da que cabia nos admiráveis sonetos de Bilac.

A prova é que um soneto dêste grande Poeta é tão capaz de entusiasmar Lisbôa como o Rio de Janeiro.

Repito, não importa, mesmo assim, que o tema fosse brasileiro.

Havia, pode-se dizer, uma arte entregue a privilegiados, maravilhosos poetas, sem dúvida, mas todos, por justiça dos seus méritos, iam parar à Academia.

A poesia de hoje, altamente consagrada na Academia Brasileira de Letras em Manuel Bandeira, Ribeiro Couto, Cassiano Ricardo e Guilherme de Almeida, eu a encontrei numa efervescência espantosa por todo o Brasil que percorri o ano passado, numa viagem que teve para mim tanto de revelação como de encantamento.

Por toda parte, rapazes dos 19 aos 25 anos me leram os seus poemas e, já agora, não encontrei apenas um tema dentro de uma forma, mas a poesia do Brasil, própria, cheirando às seivas do seu ambiente, como natureza e, carregada de alma, como humanidade brasileira.

Porque há uma humanidade brasileira, com o seu encanto e com o seu mistério, encanto de um Povo que ainda sonha, mistério dum Povo que se vai formando.

E a poesia tornou-se nacional e não só acadêmica. E houve uma revelação: é que o Brasil possui a poesia essencial e esta é que importa à personalidade social de uma Nação.

Foi no modernismo que esta poesia encontrou a sua forma de expressão, nestes poemas sem pêso nem medida, onde, a par de muito arrôjo e de muita bizzarria de alguns, há também muita profundidade, muita ternura, muito misticismo, muita verdade, de outros.

Há sobretudo a penetração e o sentido oculto dos grandes colóquios do homem brasileiro com a sua alma que não pode ser escutada através dos ritmos puramente ocidentais, porque o sol lhe dá outras tonalidades ambientes,

a natureza, outro sentido bio-geográfico, e o sangue das três raças, outra compleição de maravilhosas harmonias psicológicas.

A alma brasileira, que se começa a definir agora, surge aos poucos da fusão dessas raças e creio que dela resultará — se é que não resultou já para o campo do espírito — o tipo mais harmônico da humanidade americana.

Será um tipo delicado e sutil, barreira psicológica para enfrentar aquela terrível e perigosa invasão da cultura materialista que se está fazendo na América do Norte.

Será um tipo verdadeiramente nacional, em contraste com o homem puramente “estado”, arraigadamente “economia”, apenas ritmo de uma civilização e não a sua harmonia fundamental e essencial, como me parece que é o norte-americano.

Pairando nos destinos da vida dêste Povo a poesia eleva-se da alma brasileira, profunda e comovida, religiosa e humana, realista e sonhadora...

Ela manterá uma civilização e moldará a estátua hierática de uma cultura para os séculos...”

São conceitos lançados *currente calamo* sobre fôlha de papel destinada a leitura íntima: por isto mesmo, contudo, refletem, na sua substanciosa densidade, o quanto ao lúcido espírito que os formulou se impôs como fenômeno profundo a poesia nova do Brasil.

Bem sei que em face de tais conceitos, ou de outros do mesmo timbre, de exaltação da nossa poesia mais recente, haverá quem sorria ou se surpreenda. O fenômeno é excessivamente complexo para ser apreendido a um exame desatento. Depois, há aquele velho dito de Proust: “A beleza, quando nasce, é tão nova, que, no primeiro instante, não a reconhecemos como beleza...”

Aos poucos, todavia, se irá reconhecendo que a poesia nova do Brasil é um desaguadouro, um estuário.

Desaguadouro de todas as correntes de sofrimento criador e de alegria criadora que das profundidades do nosso

ser vieram surdindo, e abrindo brecha para a carreira livre, na proporção em que fomos adquirindo força para criar o nosso próprio ritmo.

*

* *

Ainda de estudo anterior extraio, para completar estas considerações um tanto boêmias em tórno da poesia brasileira, os trechos que seguem:

Um poeta jovem deu-nos em livro recente êstes versos:

“Nós, os poetas discípulos de Alberto,
Cultores de Bilac e de Raimundo,
Castigamos a forma...”

Há, nestas poucas linhas de um poema dois testemunhos curiosos. O primeiro é o da persistência do influxo parnasiano em geração surgida há pouco, não obstante o esforço enorme de transmutação de valores desenvolvido pelo simbolismo e pelo modernismo. Tal influxo em si mesmo nada tem de expressivo, visto que todas as épocas são férteis em epígonos de correntes passadas de pensamento ou de estesia. O segundo testemunho, porém, tem, para o meu ponto de vista, sentido relevante. O segundo testemunho é o de que persiste, igualmente, até hoje, no Brasil, o equívoco enorme que caracterizou o parnasianismo com relação à forma.

Nós castigamos a forma, diz o poeta referido, repetindo, em *raccourci*, a ardente profissão de fé bilaqueana, na qual se contém a essência da doutrina do Parnaso. Com isto quer afirmar que os artistas parnasianos, não só põem um cuidado extremo na expressão, mas fazem mesmo do esplendor plástico do verso o motivo essencial do trabalho criador.

Ora, o enorme equívoco está justamente nisto: em suporem tais artistas que aquilo a que chamam “forma”, isto é, o revestimento, a feição exterior do poema, possa de al-

gum modo separar-se da sua substância interior, de maneira a constituir o objetivo específico da atividade artística.

Umhas ligeiras considerações semânticas nos levarão facilmente ao fundo do problema.

A acepção correntemente dada ao vocábulo *forma*, não corresponde, senão de modo indireto, ao verdadeiro e profundo sentido da palavra.

Forma, na linguagem usual entre os homens, tem justamente a significação que os parnasianos lhe atribuem. A significação de "lineamentos ou modalidades exteriores das partes quantitativas do ser corpóreo", como se exprime um filósofo, ou da plástica objetiva da obra de arte, como poderíamos dizer para adaptar a definição ao nosso caso. Acontece, no entanto, que com o mesmo vocábulo *forma* se designa, em linguagem de filosofia tradicional, não o aspecto externo das realidades, mas um dos seus dois princípios essenciais, e, dêles, o mais íntimo e dominante. As realidades corpóreas, entre as quais legitimamente podemos considerar as obras de arte, se constituem de matéria e forma. "A palavra *matéria*, escreve Pegues, designa o princípio que explica a extensão, a receptividade, a passividade, a indeterminação, a imperfeição no ser corpóreo. A palavra *forma* designa o princípio que explica os caracteres de unidade, de todo, de determinação, de perfeição, de atividade, que se manifestam no referido ser." No ser humano, — digâmo-lo de uma vez para acentuar o contraste — *matéria* é o corpo, que por si mesmo não vive, e *forma* é a alma imaterial e eterna, de divino destino.

Como se deu que a linguagem vulgar (e até mesmo a estética) tivesse podido transpôr o sentido do vocábulo, desta esfera de profundidade, para aquela esfera de exterioridade?

Suponho, por mim, que o fenômeno tem uma explicação simplíssima. A *forma* pròpriamente dita, isto é, a substância última das coisas, sendo o princípio determinante e ativo, impõe à matéria inerte a feição exterior que melhor a traduz. De sorte que essa feição externa, êsses "lineamentos objetivos das coisas", são a manifestação espacial e tem-

poral da profunda realidade interior. Não dizemos, acaso, que a fisionomia do homem revela-lhe a alma? Daí o darmos instintivamente ao aspecto exterior das coisas o nome de *forma*, porque instintivamente apreendemos a íntima correspondência entre a interioridade e a exterioridade de tudo.

Quando, pois, o parnasianismo separa o conceito de forma objetiva do conceito de forma essencial comete um erro grave. A *forma*, como feição exterior, não existe por si mesma. Existe apenas como tradução espacial e temporal do princípio essencial interior. Desprendê-la, pois, da fonte viva que a alimenta é como desprender o ser "criado" do ser substancial de Deus. Laborando neste equívoco, o artista parnasiano tinha forçosamente de esvasiar-se pouco a pouco de substância, superficializando-se numa procura de sonoridades, de jogos vocabulares, de convenções e academismos que lhe tirariam todo valor de beleza viva e duradoura à obra tão extremamente trabalhada. Apenas, nos Grandes mestres do Parnaso brasileiro o instinto criador superou aquele equívoco, possibilitando a floração magnífica.

Comentando os versos, que citei pouco antes, daquele discípulo de Alberto, de Bilac e de Raimundo, um crítico também jovem aproveita a oportunidade para dizer dos poetas modernistas que eles são os "inimigos da forma".

Ainda aqui se apresenta o equívoco lamentável. Como inimigos da forma apareceram também os simbolistas, aos olhos da maioria dos seus contemporâneos. No entanto, a força que moveu os simbolistas e, mais tarde, os modernistas, nas campanhas que desencadearam pela renovação estética, foi, simplesmente, o amor à forma. O amor à forma, compreendido, porém, o vocábulo no seu sentido total. No sentido segundo o qual a feição exterior do poema corresponde à sua interioridade profunda.

Mas este é um tema que requer espaço largo...

POSIÇÃO DE JOSÉ DE ALENCAR

ROSÁRIO FUSCO.

"Forma, tão somente forma".

ARARIPE JUNIOR.

(T. A. Araripe Junior — *Literatura Brasileira*, "José de Alencar", perfil literário, Rio de Janeiro, Tip. da Escola, de Serafim José Alves, editor, p. 77, s.d.)

Ao que parece, a timidez é uma atitude defensiva, de efeito e mecanismo semelhante ao da auto-punição. E significa, antes de tudo e sobretudo, um sentimento de culpa de investigação difícil, mas cujas raízes visíveis vão deitar-se, sem dúvida alguma, no misterioso pantanal do inconsciente.

Pois da mesma maneira que um neurótico justifica as suas faltas pela aceitação do sofrimento, o tímido, pela sua recusa, se purga, sofrendo, entretanto, a mesma expiação, que o liberta de suas inibições morais pela agressividade *antecipada* contra ataques imaginários. Sua atmosfera é de insegurança, a terra foge-lhe ao péso do corpo. Ou, para usar a imagem de um tímido genial, como Dostoievski: "*não vejo céu sobre minha cabeça, nem sombra debaixo dos pés*". Essa verificação, a que cedo ou tarde todos os tímidos são levados a fazer, exprimindo-a pela confissão dos gestos ou das palavras, é uma constante de sua natureza aparentemente dócil, mas, na realidade, tremendamente hostil a tudo e a todos.

Essa luta entre os "dois homens" que há em nós e que constitue o eterno problema das religiões e das filosofias, neles é infinitamente mais trágica, uma vez que se manifesta por fases alternadas alucinantes, perfeitamente distintas. Por isso, a volubilidade de suas preferências espanta, a sua capacidade de amar fulmina, a sua impetuosidade alarma, a sua algidez, intercalada de acesos de paixão, desaponta e confunde. Como êsses caracteres pertencem, em regra, à psicologia feminina, é natural que um tímido pensando, agindo ou criando se aproxime tanto do jeito de ser da mulher, quando colocada diante dos problemas que as situações engendram ou que os acontecimentos amalgam. Da Vinci, em várias circunstâncias de sua vida costumava explicar ao seu discípulo André Del Sarto: "*ontem, eu parecia uma mulher, hoje me sinto mais homem*". Amiel, que, a meu ver, é a figura mais representativa dessa família de *tímidos diferenciados*, cujos membros se distribuem pelas latitudes de todas as artes, escreveu em variadas oportunidades, na sua longa correspondência ou nas páginas de seu famoso "Diário": "*preciso combater o espírito feminino que há em mim*".

Êsse espírito feminino dos tímidos, entretanto, é o que poderíamos chamar uma forma de donjuanismo intelectual, isto é, um modo especial de determinada sensibilidade reagir em face dos homens, das coisas, do mundo. Pertence a êsses tipos, portadores de uma sensibilidade particular, afeita e pronta às mais desencontradas experiências estéticas, uma vocação tremenda para a crítica, como a provar a verdade psicológica de que esta reside na base de toda criação: assim como, por si só, constitue o conteúdo de toda contemplação. Daí, suponho, a facilidade com que os temperamentos verdadeiramente críticos se movimentam nos mais variados gêneros estéticos, como é o caso dos autores citados (Dostoievski era poeta, pintor, romancista, jornalista. Da Vinci, pintor, escritor, escultor. Amiel poeta, jornalista, desenhista) e, mais próximo de nós, o do patricio José Martiniano de Alencar.

Terrível crítico de si mesmo, o autor de *Iracema* foi

sempre *o que quis*, literariamente. Nenhum outro autor de seu tempo visitou, com tamanho desembaraço e com tanta suficiência pessoal, essa enorme escala de gêneros que percorreu, com mão firme, das primeiras colaborações nos jornais e revistas de São Paulo (1846) à "Festa macarrônica", um folheto de 16 páginas aparecido em 1877. E durante trinta e um anos a sua preocupação constante, de todos os dias, foi sempre a "*forma, tão somente forma*".

Em seu nome, êle investiu contra Domingos Gonçalves de Magalhães, escrevendo aquelas oito famosas cartas do *Diário do Rio* sobre a "Confederação dos Tamoios". Em seu nome, forçou as portas da cidadela literária, nem de leve supondo que, dessa data, adviria o seu prestígio como o pai do segundo romantismo. E que não era o autor dos "*Fatos do espírito humano*" que combatia, mas antes a estética de um tempo que terminava com êle, assim como Nabuco, anos mais tarde, desempenharia, em relação ao romancista do *Guaraní*, o mesmo papel que êste representou junto do iniciador teórico do nosso romantismo.

Numa dessas cartas, Alencar, que se vale do pretexto para lançar a sua estética, dirá, da palavra, precisamente aquilo que a sua obra futura documentará: "*mensagem invisível da idéia, iris celeste do nosso espírito, ela agita as suas asas douradas, murmura ao nosso ouvido docemente, brinca ligeira e travessa na imaginação, embala-nos em sonhos fagueiros ou nas suaves recordações do passado*".

Para quem, mais tarde, se revelará muito mais *imaginativo* do que *imaginoso*, a ponto de confessar, como o fez a um amigo (Araripe Junior, liv. cit., p. 5): "*que ninguém haveria de supor que as imagens mais frequentemente empregadas em seus livros brotavam-lhe da pena quando me nos esperava, sem que pudesse determinar em que situação a natureza fornecera-lhe os precisos elementos*", não se pode exigir maior sinceridade nem maior coerência, quando sabemos que toda a sua vida e a sua obra toda é uma autêntica cordilheira de contradições, pontilhada dos lances mais contrários e paradoxais possíveis.

Mas até esse fenômeno vem provar a necessidade de separarmos, em Alencar, o homem do escritor, no momento e enquanto o segundo é, apenas, uma *projeção compensada* do primeiro. E assim se destroi a lenda da imaginação de José de Alencar, que os seus contemporâneos criaram e cujas ressonâncias chegaram até nós.

Imaginativo, sim. Imaginoso, não. Ninguém ignora que há uma relação subtilíssima entre o que se pensa e o que se representa. É nessa relação que poderemos encontrar o que conta, para o pensamento, a força de uma imagem. Tal raciocínio, diante do problema, que uma releitura — mesmo apressada — da obra de Alencar propõe, responsabilizando-se pela nossa afirmativa, nos leva a indagar se é possível pensar-se sem imagens, o que é o mesmo que perguntarmos em que consiste a diferença entre o temperamento imaginoso e o imaginativo.

Inicialmente, a diferença reside em que o segundo dispõe de uma faculdade (que diríamos, *automática*) de formar imagens (de “achar” equivalentes simbólicos, ou ideais, para as coisas) ao passo que o primeiro é simplesmente portador da faculdade criadora de imaginar, isto é, de *associar, voluntária e conscientemente*, os dados que o real lhe fornece para a composição da obra de arte, que a um só tempo afirma e nega a realidade. No primeiro tipo, o símbolo não é *procurado*, e temos, então, por esta única marca, os espíritos poéticos, que vêm, por assim dizer, *em substituição simbólica não intencional*, o espetáculo de um mundo em tudo por tudo diverso daquele que vê o prosador, espírito lógico, que associa as coisas sem deformá-las. Por isso, poderemos notar essa diversidade de “meios” de expressão de que se utiliza uma e outra, a poesia e a prosa: para o poeta, é o símbolo interior que denuncia a palavra que ele emprega e que vem, no gênero que pratica, a *nomear* o sentimento que o invade. Para o prosador, ao contrário, é a própria palavra que nomeia a imagem, pois, para este, a *palavra é a imagem da imagem* e não a de um símbolo.

Esta concepção dos tipos imaginoso e imaginativo se enquadra, perfeitamente bem, na teoria psicanalítica de

Otto Rank (V — “*Traumatismo do nascimento*”, cap. “*A adaptação simbólica*”) que explica e demonstra o que êle chama de *sexualização* na formação das palavras e das línguas. Mesmo porque, é às duas formas de memória — a hereditária e a individual — que ela se prende ou se filia, como quiserem.

Alencar, si bem que praticando raramente a poesia, *entendida como forma* (chegaram até nós, apenas, “os filhos de Tupan”, “*Temora*”, os versos a Lagrange ou aquele *ainda és bela, no teu lábio rubro*) jamais praticou outro gênero, como imaginativo que era, no exercício da prosa. A formação dos símbolos (o poeta vê uma rosa e esta rosa não é rosa mas o rosto de uma mulher) que constitue o essencial e primitivo elemento de distinção do homem do resto dos animais, permitindo-lhe modificar o mundo exterior pelos modelos que o seu subconciante lhe fornece (memória individual) é particularmente acentuada nos poetas, que não sendo tímidos, em função da poesia, por uma predisposição constitucional, fisiológica e psicológica, entretanto, são levados a ela. Nos imaginosos, a evocação verbal (elemento de resistência essencialmente literário, para quem *cria* ou para quem *contempla*) se produz *pela raiz*, na memória hereditária. Nos imaginativos, o mesmo fenômeno se passa pela sonoridade e pela forma, porém, na memória individual. Nesse plano é que Leon Daudet pôde escrever que um “*est, en nous, source de sincerité; et plus il est frequent, plus la sincerité sera grande*”. Ao passo que outro “*est, en nous, penchant au mensonge et à la fable, et plus il est frequent, plus le mensonge sera frequent*”. (“*Le monde des images*”, cap. VII, “*le mot et ce qu'il evoque*”).

Pensando com símbolos, e não com imagens, não se pode dizer que Alencar tivesse sido um “escritor”, no verdadeiro sentido da palavra, senão pelo brilho de uma forma incapaz de resistir ao tempo; natural, porque por assim dizer fisiológica, mas precível como o próprio organismo de que provinha.

Históricamente, êle continua sendo o animador da “*reação brilhante pelo estilo*” da prosa brasileira, a que se

refere Silvio Romero. Mas a razão está mesmo com Nabuco, que nele via apenas um fenômeno da moda. Suas intenções, aplaudidas até pelos adversários, não conseguiram prolongá-lo até nós; mas é dêsse prolongamento que vivem as obras eternas e, nos seus efeitos, os nomes de seus criadores.

Acho muito difícil descobrir uma influência direta de Alencar na literatura brasileira. Fruto, por sua vez, de outras influências, parece ser uma fatalidade dos espíritos fecundáveis, como era o seu, essa de parar em si mesmos a força, o impulso que recebem e aproveitam, mas não sabem ou não podem transmitir.

Nem por isso, é claro, a sua figura diminue ou o prestígio de seu renome se obscurece. Muito pelo contrário. Acontece, porém, que êle já se incluiu, para a minha geração, na lista dos escritores cujos nomes guardamos, mas cujos trabalhos não releremos jamais. A sua posição é a da fixidez, que só se aceita porque não se toca. E é essa postura que, a meu ver, mais caracteriza êsse romancista que, como já disseram de Dickens, só poderá ser lido, para ser amado, ou na adolescência ou na velhice. Leitura para as extremidades da existência, para o momento em que saudamos ou em que nos despedimos dos deslumbramentos que a arte nos comunica, nesses períodos de sensibilismos contrários, propícios à aceitação incondicional de um mundo novo ou pela recusa sistemática de um mundo já velho demais para que tentemos modificá-lo.

Seu corte, na literatura, equivale àquele feito por Mauá, na economia do segundo império. Um, vendo em profundidade. Outro, antecipando em extensão. Um e outro muito maiores do que o tempo em que viveram, do que o seu tempo. Mas ambos morrendo com êle, superado pelo nosso.

Rompendo com o nacionalismo dos românticos da primeira fase, concordo que o seu romantismo seja muito mais universal e muito mais característico do que o do próprio Gonçalves Dias, cujas intenções indianistas José Verissimo, mais tarde, tentaria fazer durar, trilhando, a um tempo, as pégadas dos dois.

Assim é que posso ver e sentir melhor Alencar: como um traço de união entre duas épocas, marcadas por dois movimentos artificiais, pela ausência de um estôfo de humanidade que o seu único reflexo remoto, representado pelo *antropofagismo* modernista de 1928, veio atestar.

Concordemos que seu estilo tivesse sido brilhante e que o apuro da forma brasileira tivesse sido um efeito de sua obra. A verdade é que os autores menores, que passam, até hoje, como influenciados por Alencar, de Franklin Távora a Joaquim Serra, passando por Taunay, Salvador de Mendonça ou Bernardo de Guimarães, são muito mais resistentes do que êle a uma releitura paciente ou a um confronto honesto de estilos.

A preocupação exclusiva da sonoridade, que sempre conduz à mentira, na prosa, foi o grande mal dos românticos, de um modo geral, mas de Alencar, principalmente. Vamos eliminar-lhe do estilo os termos vagos e meramente simbólicos, abstratos ou simplesmente poéticos: não restará coisa alguma, porque a sua forma não atende à *memória hereditária*, não traduz sinais universais e eternos, não corresponde a uma necessidade humana, mas a um puro capricho estético. Não há dúvida de que toda arte é uma mentira, quando real e ideal não se equilibram para manter-lhe a resistência, êsse estranho e paradoxal sôpro de eternidade que só a "humanidade" concede. Mas, dentro dessa mentira mesma pode haver uma certa coerência, uma certa intenção, cujos caminhos nos conduzam à verificação de *uma* verdade.

Ninguém ignora o quanto as lendas, devidamente interpretadas, auxiliam os estudos mais recentes de etnologia ou culturologia. A crítica mais moderna de um Montandoni ou os estudos de um Pericot, reconstituirão para nós, pobres iniciados nos mistérios da civilização indígena da América ou da Oceania, todo um mundo maravilhoso e desconhecido, através de simples poemas orais. Como estes, por exemplo, que o sr. Nunes Pereira, especialista de etnografia amazonense, acaba de recolher da bôca de remanes-

centes Paratintins, sôbre a existência prehistórica de *Baira*, êsse deus lírico humanizado, cujas "experiências" são a fonte de um *indianismo*, êste sim, convincente e cultural, porque mais em contacto com as nossas realidades, mais chegado à verdade e muito mais perto da vida.

Araripe Junior, no seu pequeno perfil literário de Alencar, tão mal feito e tão útil, insiste nas virtudes poéticas do romancista de *Luctola* chamando-nos, insistentemente, a atenção para o que denomina feitiço *grácil* de José Martiniano. Essa *gracilidade*, correspondente àquela "musa feminina" que inspira durante vinte anos o romancista e à qual se referem os seus mais entusiastas exegetas, do próprio Araripe, que é de ontem, a Artur Mota, que é de hoje, ainda é um "fraco" do homem tímido atuando no escritor desenvolvido, que quer afirmar-se a todo o custo e que inicia com um protesto de virilidade, tentando a destruição do gigante literário que, para êle, Gonçalves de Magalhães representava, em plano oposto a êsse outro gigante, agora político, que Zacarias encarnou.

Orgulhoso, vaidoso, não podendo conter o orgulho ou refrear a vaidade, Alencar imagina-se o centro do mundo (outra constante dos temperamentos morbidamente tímidos, de vida interior intensa, simbólica e deformada) de maneira que só age e só cria com uma intenção fixa: *deslumbrar* para se *defender*. Não pertencendo a nenhuma roda literária do tempo, não colaborando em nenhum jornal literário da época, os amigos que lhe aplaudem o talento, a cada livro que surge, podem ser contados a dedo: Otaviano, Joaquim Serra, Zaluar e um ou outro nome sem importância, pertencente à redação do *Diário do Rio*, do *Correio Mercantil* ou do *Jornal do Comércio*, sendo que, do primeiro, foi diretor, de 1855 a 1868. Fez jornalismo para aparecer, porque *queria fazer*, e os seus folhetins da imprensa jamais passaram, como o próprio Araripe confessa, de um "revoltear à pista de assuntos graciosos. Dirigiam-se às moças de preferência, e, através teatros, festas e politica, não consentia a musa que o mínimo azedume viesse quebrar a fluidez dos seus dizeres".

Tais dizeres não passaram, realmente, de rodeios ou de pancadas às portas que pretendia abrir, que lhe faltava abrir: *a conquista das moças*, como público, *o domínio do teatro*, como autor, *o alvo das festas*, como celebridade, *o prestígio político*, como dirigente. O estilo alambicado, que os próprios contemporâneos tanto combateram, facilita-lhe a primeira parte do plano. Numa de suas crônicas mais famosas (V — *Ao correr da pena*), a propósito do carnaval carioca, êle escreverá que a cidade se mostra “*como a odalisca descida do seio das nuvens, fresca, pura e suave, que roçagando as alvas roupagens de seu leito, resvala de seu divã de veludo sob o macio tapete da Pérsia, ou, antes, como a moreninha da nossa terra, cujo hálito perfumado se exala na aragem, cuja tez se reflete na opala dourada que colora o horizonte*”.

Como treino, as crônicas mundanas se estendem a *Cinco minutos* e *Viuvinha*, pois que, passando ao romance, Alencar não faz mais do que se concentrar no “*garridismo e nas faceirices de mulher*” para os quais, de resto, mostrava tanta inclinação. E os perfis femininos (*Diva*, *Senhora*, *Luciola*) começam a ser uma exigência do público, para o qual Alencar se volta inteiramente, na convicção de que, apesar do silêncio de seus pares, suas figuras são tão grandes quanto Valentina ou Lélia, de George Sand, Musidora, de Gautier, ou Fernanda, de Dumas...

“*Frapper le publique*: eis a chave de todos os seus esforços, nesse período”, escreve Araripe Junior. Então, o escritor se fecha mais para conter-se em seu crescimento interior.

Em 1859, exercendo o cargo de chefe de secção do Ministério da Justiça, pouco tempo depois conquista o lugar de consultor do mesmo Ministério. Até aqui, a vida lhe tem sido fácil, porque êle “*fôra fadado para as posições*”. O sentimento da autoridade, do poder, continuava roendo-lhe a alma. O *Guarani* firma-lhe a popularidade do nome: então o tímido, satisfeito consigo mesmo, planeja a vingança espetacular sôbre inimigos inexistentes — *conquistar*, de um

só golpe, o teatro, ser o ponto de incidência das festas, dominar a política.

Pois bem, essa preocupação da conquista é que constitue o próprio alimento de sua vida e de sua obra, ambas irrealizadas totalmente, cada qual no seu plano, em virtude de sua volubilidade dramática, de sua sêde insaciável de prestígio, de sua luta por *afirmar-se*, de qualquer modo, em qualquer setor. Porque é por não sentir-se "completo" e seguro em nenhum dêles que varia tanto, que hesita tanto, que ousa tanto.

Psicológicamente, o mais perfeito retrato de Alencar que conheço sintetizou-o José do Patrocínio quando escreveu que êle "*foi uma contradição, tendo as valentias de um gênio e as fraquezas de um ânimo apreensivo*". Politicamente, Saldanha Marinho disse dêle essa verdade incontestável, cuja censura o calor da amizade tenta, em vão, encobrir, através de uma justificativa frágil demais para surtir o efeito pretendido: "*os Lamartines não foram talhados para a política*". Literariamente, o próprio Alencar, como excelente censor que sempre foi, de si e dos outros, acaba por concordar que as "*flores de seu estilo não bastavam para sustentá-lo, e que o público, para o qual apelava*", reclamando o carinho a que se julgava com direito, já não o acolhia como antes, conforme escreve Artur Mota ("*José de Alencar — o escritor e o político, sua vida e sua obra*, Briguiet, Rio, 1921, p. 220).

O fato é que, como homem, como literato ou como político, jamais a timidez mórbida se apartou dêle, um minuto sequer, para responsabilizar-se pelo fracasso cabal de suas *atitudes de projeção* (como escritor e como político), nas quais nunca o homem, como produto composto, fisiológica e psicológicamente enfermiço, deixou de manifestar-se em todas as circunstâncias.

Como aquela figura do *Gog*, de Papini, só sabia ou só podia ser "*anti*". Insociável, como homem, "*chegou até a criar, na própria intimidade, uma fama de grosseiro*" (Ara-ripe Junior, liv. cit., p. 81), em virtude de seu orgulho

desmedido e de sua suficiência tirânica ilimitável. Revolucionário, como escritor, seus elogios eram sempre "*amargos, traduzindo um despeito surdo*", conforme depoimento de um descendente do coronel Sombra, "*companheiro de infância de José de Alencar, aquele que o incitou a escrever o primeiro ensaio de romance*" (V. Araripe, liv. cit., *Dedicatória*). Conservador, tradicionalista, como político, só escolhe essa posição para ser *contra* as tendências liberais do tempo, ficando coerente com a sua natureza contraditória.

Em qualquer dessas posições, de resto, jamais soube aceitar a mínima censura ou o mais delicado reparo. Antecipando-se, sempre, a uma e a outro, *superava-se pelo sofrimento que a revolta permanente dá*. Não porque quisesse, nesse caso, mas por uma fatalidade, como naquele incidente profético da infância que êle próprio conta no "*Como e porque sou romancista*", referindo-se ao Aguiarzinho, seu colega de classe que consegue vencê-lo numa sabatina qualquer.

Não sabendo perder, não soube vencer. Mais tarde, Alencar escreverá, como um comentário a êsse episódio, longinquo da meninice: "*nos trinta anos vividos desde então, muita vez fui esbulhado do fruto do meu trabalho pela mediocridade agaloadada*" (liv. cit., ps. 27, 28).

A pressa de chegar ao fim, impede-lhe a sedimentação dos conhecimentos necessários à grande aventura literária: só adulto consegue reler Balzac, Dumas, Vigny, Chateaubriand e Hugo, que o seu precário francês não lhe permite assimilar bem, após a conclusão do curso de humanidades. Depois, para escrever os seus romances ou para redigir os seus discursos, a mesma deficiência de cultura será suprida, à última hora, com o manuseio apressado dos autores a que recorrerá, num afoitamento de emergência. Assim procedeu êle quando se decidiu a ler o "*Tratado descritivo do Brasil*", para compor as *Minas de Prata*; Chateaubriand e a Bíblia (notadamente o Velho Testamento) para escrever *Iracema* ou o *Guarani*; Dumas e George Ohnet, para os croquis femininos; o próprio Magalhães, para os *Filhos de*

Tupan... e, entre todos e no meio de todos, Macedo, Macedo, que lhe ensinará a pôr Cecy a correr, nas margens do Paquequer; a fazer Diva andar nas proximidades do Rio Comprido; a passear Carolina, nos jardins de Santa Teresa; a ajudar Luciola a subir as escadas que vão dar à igreja da Glória...

Assim, por isso, diante disso e depois disso, como diria Henrique Leal, o esquecido autor das *Locubrações*, que classificou o estilo de Alencar como "*descuidado e frouxo*", não é de se estranhar que até o estadista Zacarias, que nada entendia de literatura, viesse engrossar a lista dos detratores do romancista, levando para as sessões do parlamento as discussões literárias que, cá fora, se feriam nas redações ou nas portas das livrarias, como sempre.

Ainda aí, ou ainda assim, Alencar não se dá por vencido, como não dará, nunca, parte de fraco, nem mesmo quando se confessa no "*Como e porque sou romancista*", que, aliás, é mais uma justificativa do que um rascunho biográfico.

E na sessão de 9 de agosto de 1869, sobe à tribuna para "*responder vitoriosamente*" (afirma um de seus ensaistas) ao destruidor (quasi um mês mais tarde, a 6 de setembro, ele dirá: "*no partido liberal há uma espécie de trindade indiana, a trimurti. As três pessoas são — o princípio criador, o sr. Nabuco, o conservador, o sr. Saraiva, e o destruidor o sr. Zacarias*") a êsse destruidor que o reduzira ao alcunha de o "*Enfezadinho*": "*ao ser romancista devo os meus dias mais felizes*".

E pensando nas gerações futuras, conciente do papel que, de um modo ou de outro, mais tarde lhe reconheceriamos, traça, êle mesmo, uma divisão da literatura brasileira em três partes, nas quais se situa, enfaticamente, como o seu representante máximo e necessário:

- a) a aborigene (*Iracema*);
- b) a colonial (*Guaraní, Minas de Prata*);

c) *a atual*, que se subdivide em:

- 1 — *interior* (*Gaúcho, Til, etc.*) e
- 2 — *exterior* (*Pata da Gazela, Luciola, Diva, Senhora, etc.*).

*

* *

E eis como, até diante do futuro, êsse homem tímido consegue ousar tanto, escolhendo, à última hora, o que êle *quer* ser, o que êle *queria* ser, com essa lucidez impressionante que o caracterizava.

A propósito, Araripe Junior comentará, anos mais tarde: "*por mais engenhosa que seja essa sistematização post-factum, nota-se uma considerável inconsistência no intuito*". E essa inconsistência vem, certamente, da falsa noção que Alencar tinha da sua *forma*, estimulado pela vaidade que os aplausos do público lhe testemunhavam à frase.

Mas a frase é mulher, dirá Fradique Mendes, *que jamais sabemos quando nos trairá*. Alencar foi traído. Pois si "*tanto há de mulher em sua frase*", como disse Araripe (liv. cit., p. 211) é pelo *grácil* do "estilo", em contraposição à *masculinidade* dos "temas" que tratou, que a fragilidade literária de seus escritos, relidos hoje, se manifesta.

Um homem só não faz uma língua, nem inaugura um gênero literário, nem remove uma montanha. Mas é só enquanto homem, pensando e agindo, que os homens valem... Alencar supôs, no seu delírio de adaptação do mundo à sua imagem e semelhança, de acôrdo com os símbolos fornecidos pelo seu inconciente, que êle era um iniciado, dentro do qual não só uma literatura, mas uma nacionalidade inteira se ensaiava.

Sem ser um "povo", entretanto, constituiu uma "aspiração", o centro de convergência de um *espírito brasileiro*, por uma intuição realmente prodigiosa das nossas coisas, que os seus temas denunciavam ou que as suas intenções nacionalistas, patrióticas (no jornalismo, na câmara, no

senado, no ministério, como escritor, orador político ou homem de estado) documentam, "*em todas as manifestações de suas atividades*".

E como valem as intenções e as reticências, por umas *êle fica*, mas só pelas outras *se prolonga*. Porém, uma reticência não é uma "forma", nem no sentido vulgar, nem no filosófico. Uma reticência é, quando muito, um "sinal". Que cada um traduzirá como bem lhe aprouver.

OLAVO BILAC, ESTUDANTE EM S. PAULO

ANTÔNIO CONSTANTINO.

Sempre se há referido que Olavo Bilac se matriculou na Faculdade de Direito de São Paulo, e a afirmação carece de fundamento. Não frequentou os bancos da velha Academia como aluno, o poeta da "Via-Láctea". Sua passagem ali foi a de mero ouvinte, o que estava conforme seu temperamento de estudante sem disciplina. Após haver abandonado o curso de medicina, no Rio de Janeiro, ia à Paulicéia, onde, certamente, tanto quanto a preocupação de se graduar em direito, o atraíam as campanhas da Abolição e da República. Era São Paulo o viveiro dos peledores e idealistas, meio agitado pelas rebeldias sociais em voga, enchendo de entusiasmo não só as correntes políticas, como também a alma da juventude acadêmica. Se o abolicionismo ecoou profundamente nas Arcadas, o mesmo, entretanto, deixou de se verificar em relação ao advento da República. O novo regime somente mais tarde encontrou, na Faculdade, ambiente para se impor como ideal político. Mas isto não equivale a dizer que os republicanos houvessem fugido. Ao contrário. Permaneceram firmes até a hora do desbarato monarquista. Contudo o tempo não era mais o dos anos anteriores, quando havia atreado, na Escola do Mosteiro Franciscano, o verbo de Silva Jardim e Assis Brasil e se fizera sentir a propaganda de Lúcio de Mendonça, Valentim Magalhães, Raul Pompéia, Teófilo Dias, Augusto de Lima, Afonso Celso Júnior, Júlio de Castilho e outros.

Nenhum documento há, nos arquivos da Faculdade, a respeito de Bilac. Contou êle, certa ocasião, em São Paulo:

“O meu primeiro livro saiu em 1888, editado pela Livraria Teixeira, desta cidade. É que eu estive aqui de 1886 até princípios de 1888, oficialmente estudando direito, mas, na realidade, vadiando e fazendo versos, o que é quasi a mesma coisa”. Traiu-o a memória, ao fazer essa declaração. A transferência a São Paulo se deu não em 1886, porém em abril de 1887, época em que pretendia também Alberto de Oliveira conquistar o canudo de bacharel. Houve, mesmo, combinação entre ambos.

Na “urbs” paulista, Bilac se instalou na pensão de uma senhora conhecida por Pernambucana, à rua do Príncipe (hoje Quintino Bocaiuva). Casa modesta e de confôrto. Vários acadêmicos residiam lá, inclusive alguns amigos e ex-colegas seus que, largando o curso de medicina na côrte, ingressavam no de direito.

Difícil, a situação financeira de Bilac. Embora conhecido como poeta de valor, pois versos seus surgiam a miúdo nas fôlhas paulistanas, via-se em embarços afim de obter colocação para se manter. Raimundo Correia, entretanto, lhe ensejou a oportunidade.

Residia na Paulicéia o jornalista português Gaspar da Silva, depois visconde de São Boaventura, que, com Léo de Afonseca, dirigia, então, o “Diário Mercantil”, jornal de conceito, colaborado por figuras de relêvo no Brasil e em Portugal. Raimundo se tornara íntimo e compadre do jornalista lusitano. Assim, pôde o artista do “Sonho turco” recomendar o poeta por meio desta carta:

“Rio, 20 de abril de 1887.

Meu caro Gaspar,

É com imensa satisfação, que te apresento agora o cantor da “Delenda Cartago”, o poeta ardente de “Tentação de Xenócrates”, meu particular amigo Olavo Bilac, um dos mais belos e robustos talentos da nova geração.

A par disso é Olavo um coração grande e generoso, uma alma esplêndida e rara, raríssima nesta época de ingratições e rancorosas invejas.

Dêste, quero que sejas amigo, meu Gaspar, como tens sido meu até hoje. Terás em Olavo, além de um espírito nobremente dedicado, um valioso auxiliar na luta que, há muito, suportas pelo Bem e pela Luz! Garanto-te.

Vai estudar direito; e depois dêle, irá o nosso Alberto de Oliveira. O meu querido Olavo não tem, talvez, bastantes recursos; mas conto eu muito com a sua valentia moral e com a tua, meu nobre e generoso Gaspar.

A apresentação está feita. É êste o Olavo, meu leal companheiro aquí, e do Alberto e do Valentim e do Filinto.

O que mais há de grande e adorável nele, vê-lo-ás tu com teus claros olhos.

Abraça o

velho e sincero amigo

Raimundo Correia."

Na missiva há alusões que precisam ser anotadas. O trecho "época de ingratidões e rancorosas invejas" exprime os ressentimentos de Raimundo com Luiz Murat que o atacara pela "Vida Moderna", acusando-o de plagiador. Raimundo teve a solidariedade de Valentim Magalhães e de Gaspar da Silva, que o defenderam contra Murat. Os artigos de Valentim Magalhães saíam em "A Semana", e os de Gaspar da Silva, no "Diário Mercantil".

Entrou Bilac para a redação e se ligou a Gaspar da Silva com a mesma afeição de Raimundo. O português se radicara no Brasil, intrometendo-se na jornada abolicionista e chegou a se envolver nas excursões realizadas pelos libertadores nas cidades do interior. Estimado nos meios literários, soube fazer camaradagens sinceras no Rio e em São Paulo. Tinha uma filha que deslumbrava pela beleza e pela graça: Luizinha, a inspiradora do lindo poema que Raimundo recolheu no volume das "Poesias". Ao aniversário da menina dedicou Bilac o soneto divulgado no "Diário Mercantil", de 29 de agosto de 1887:

À LUIZINHA

Ontem — néscio que fui — rindo, formosa,
disse uma estrêla, a cintilar na altura:
— “Amigo! uma de nós, a mais formosa
de todas nós, a mais formosa e pura,

faz anos amanhã... Pára, procura
a rima de ouro de mais brilho, a rosa
de côr mais viva e de maior frescura!”
E eu seguí, murmurando: — “Mentirosa!”

Segui. Porque, tão louco fui por elas,
que enfim, curado pelos seus enganãos,
já não creio em nenhuma das estrêlas.

E hoje — ai de mim! — eis-me banhado em pranto:
— olha: se nada fiz para os teus anos,
culpa as tuas irmãs que enganam tanto!

O soneto se acha, sem título e com a dedicatória “a uma criança”, na “Via-Láctea”, porém com modificações.

A redação do “Diário Mercantil” ficava na rua do Comércio. Do cavaco obrigatório com os redatores, participavam Júlio Ribeiro, Alfredo Pujol, Artur Itabirano, Emiliano Perneta, Venceslau de Queiroz, Paulo Prado, José de Freitas Vale, Ezequiel Freire, Leopoldo de Freitas e mais alguns. Às vezes faltavam os companheiros, e o silêncio invadia a sala. Firme no seu pôsto, Gaspar da Silva tomava conta do noticiário e a crônica, enquanto Bilac resumia os acontecimentos chegados pelos jornais cariocas. Os dois se identificaram na missão de sustentar a fôlha que não dispunha de mais recursos, senão os das simpatias gerais. O português e Bilac se compreendiam mutuamente, e a amizade nunca se estremeceu. Para o poeta, ninguém melhor do que o jornalista acolhedor. Os “claros olhos” de Gaspar haviam enxergado bem a aquisição do novel estudante, cheio de ilusões e fantasias, cuja inteligência lhe seria vantajosa no prosseguimento do jornal, sempre combatido em razão do espírito ardoroso que o caracterizava.

Justiça se lhe faça, o português era de fidelidade canina para os seus afeiçoados. No ano seguinte, 1889, Gaspar sofreu injúrias sem motivo, sobretudo de Ezequiel Freire, oculto no pseudônimo de Mário d'Alma, e Bilac, que havia regressado ao Rio, de lá escreveu, em desagravo do ex-companheiro, na secção "Correio Fluminense": "Todos nós somos caluniados, mais ou menos. Não há nenhum homem, grande ou pequeno, poderoso ou nulo, que possa escapar às mãos enlameadas da calúnia. Ainda ontem, vendo aqui Gaspar da Silva, recordei-me das imundícies que lhe teem sido atiradas à reputação e consolei-me da injustiça de Mário d'Alma. Nada tem sido poupado contra êle; tudo quanto pode haver de mais sujo e de mais tôrpe tem sido arremessado ao redator do "Mercantil". Arremessado de longe, já se sabe, porque, sem exceção, os detratores gratuitos são sempre covardes. E que se lhe pode atribuir, com provas, que o torne indigno não já do cumprimento, mas de todo o afeto, de todo o acatamento e de toda a amizade de um homem sério? Que mancha tem êle na sua vida, como jornalista e como chefe de família? Eu só o conheço como o jornalista que conseguiu no Brasil criar a fôlha de Província — mais bem feita, mais original, mais vibrante; como um chefe de família respeitabilíssima; como um pai extremo; como um amigo que nunca hesitou em sacrificar-se por outro; como um rapaz adorável, em suma, que tem colaborado íntima e fraternalmente com os mais gloriosos representantes da geração literária de hoje. Prêzam-no Luiz Murat, Valentim Magalhães, Raimundo Correia, Lúcio de Mendonça, Raul Pompéia, Augusto de Lima, Assis Brasil, Afonso Celso Júnior, Alberto de Oliveira, Artur de Azevedo e é uma câfilazinha de caluniadores sem talento e sem caráter que lhe vem morder o calcanhar! Que títulos pode apresentar, como credências à nossa boa fé, quem, protegido por Gaspar da Silva, recebido em sua casa, ajudado pecuniariamente por êle, — sem motivo, só por amor da maledicência, vem grunhir cá fora umas acusações infamantes que não prova? Tudo isto pode parecer uma lisonja descabida, escrito no jornal de que Gaspar da Silva é reda-

tor. Mas quando tenho vontade de fazer justiça a um homem, tanto lh'a faço em sua casa, como fora dela. Demais, êste tópico do "Correio" tem a vantagem de, em algum dos seus periodos, poder servir de resposta ao amigo Ezequiel Freire".

O que se acaba de ler denuncia o temperamento de Bilac na juventude. Enérgico e, ao mesmo passo, rancoroso. Na defesa do amigo, revidara à crítica que Ezequiel Freire lhe endereçara a propósito de outro artigo. Bilac iniciou, no Rio, as cartas do "Correio Fluminense" para o "Diário Mercantil", e a primeira satirizava o movimento republicano em iminência de explodir. "A revolução — dizia êle — não tarda no Brasil, revolução como todas as que já tivemos: um magote de povo berrando, seis capoeiras de navalha e pau, doze caixeirinhos desmiolados, e... o corpo de bombeiros que chega à última hora, varrendo tudo a esguichos de água fria". Ora, ninguém punha de mólho as convicções liberais dêle; e a ironia do comentário era mais a desilusão do lutador. Ezequiel Freire lhe censurou a atitude, porém ferindo e assoprando, com o intento visível de o malquistar com a opinião pública. Veja-se o elogio do comêço, para o investir depois. "Bilac, o fino... mas muito *fino* burilador de sonoros versos — insinua Ezequiel —, Bilac poeta, boêmio, prosador e bom rapaz, prosador e "causeur", deu a sua primeira aos efésios paulistanos pelo "Mercantil" de ontem. As primeiras linhas vê logo a gente que quem lhe está diante é uma das mais primorosas penas modernas, pena de ave de altenaria, caída do alto céu, embebida ainda do azul da altura sidérea, rutilante da poesia doirada dos arrebois, pena de garça erradia, solitária, *rara avis* em pleno sertão da literatura pátria. E agora que te baforei, artista, com a nuvem do meu melhor incenso, sincero e despreocupado, apago um instante o turíbulo para dar-te uma súplica: não *empolitiques* a tua branca pena de garça; preserva-a do lodaçal político; fala das brilhantes coisas que tens na fantasia; traça de alto a tua idéia, isenta, intemperata, livre, justa". E acrescentava, após rodeios manifestos: "Não barganhes a tua pena branca de garça real pela

negra pena corvejante de um *romão anti-revolucionário*, por officio, a estipêndio de Afonso Vinte...m, o exterminador. Não troces a Revolução, que ela há de vir, e triunfará, apesar do teu espírito e apesar dos *suissos da guarda real*, contratados a seis por cento *para acabar com isto* — a revolução — da qual te finges despercebido, e que pretendes achincalhar com esta léria da tua pena. Basta à pobre Revolução ter contra si as arcas do tesouro e a liberdade corruptora dos depositários destas. Por que alças em riste, *Tu quoque*, contra a pobre revolução a tua pena de garça real, caída da altura sidérea, onde há a rutilação do sol e a fantasia dos poetas, altura a que não chega o falso brilho eril do *viném* de Afonso, o exterminador? Tu sabes, irmão, que a revolução não é *aquilo*; sentes que ela te merece respeito e desdenha as tuas troças; mas que ao mesmo tempo pede e quer a tua simpatia, porque és moço, nobre de alma, puro de consciência. Onde viste, poeta, artista, um artista e um poeta fazendo momos de *grand seigneur* à revolução? Espicaça a bico de pena o ridículo e as vilanias da farça humana, podes, deves fazê-lo, que para isso te deu a natureza uma inteligência bem amada; mas não tentes ridicularizar a honra da alma alheia. Se a não queres amar, ao menos respeita, poeta, a Revolução, de quem é legítimo filho o teu belo espírito”.

Bilac se irritou com o veneno da objurgatória. E a desforra viria, como aconteceu.

*

* *

Raro ia Bilac ouvir as aulas dos lentes Sá e Benevides e Dutra Rodrigues, no primeiro ano. Relatam contemporâneos seus que o viram lá pouquíssimas vezes. Um dêles, hoje desembargador aposentado, se recorda de o ter encontrado, por ocasião de um entêrro, nos Gerais cheios de alunos. Bilac queria se encontrar com Emiliano Pernetta, já

poeta de nome nos círculos acadêmicos. Acentuando as sílabas, êle o chamava em voz alta:

— Ó Pernetá! Pernetá! Ó Pernetá!

Existia qualquer coisa de mordaz naquele “ó Pernetá”, sobretudo na voz de timbre metálico.

Boêmio, não podia ser Bilac assíduo à Faculdade. Cabeça povoada de sonhos, proporcionando-lhe o jornalismo recursos embora escassos, que lhe importava o curso de direito, se o poeta visionava a glória na Arte e na Beleza!? Todos o admiravam, na própria Faculdade era consideradíssimo por mestres e estudantes. Se aparecia na aula, as atenções se dirigiam ao conversador que encantava com a prosa e os recitativos. Convidavam-nos às festas, para ouvi-lo.

São Paulo, meio de acanhado desenvolvimento, não oferecia as diversões nem as maravilhas da paisagem com que se havia êle habituado no Rio. Além das patuscadas até a Ponte-Grande, o que havia eram as reuniões noturnas, depois de concluído o jornal, no restaurante Faria ou no bar do Jacó, em decadência. Ou as noites de espetáculos no São José e no Provisório, com as indefectíveis ceiatas às atrizes francesas no Grande Hotel ou no de França. Outro local preferido pelo poeta, a “Sereia Paulista”, no largo de São Bento. Propriedade do austriaco Fischer, sujeito delicado, mesureiro, sempre esticado na blusa de linho branco. Famosa, a casa, pelos bifés e costeletas com batatinhas. De 1880 a 1890, a estudantada se assenhoreou da “Sereia”. Forneciam-se, também, no Fischer, banhos de chuva e de imersão, coisa bem arranjada e limpa. Mulheres gorduchas, porém asseadas, serviam os fregueses.

A Faculdade agora se apresentava sob novo aspecto, não mais o casarão em ruínas das éras em que fôra diretor o venerando tenente-general José Arouche de Toledo Rendon. Graças ao incêndio, açado por mão criminosa de estudante que tinha sido reprovado, o edificio passara pelas reformas consentâneas com a época.

Grupos de acadêmicos batalhavam em tórno das idéias que vinham minando os alicerces do Segundo Império.

Jornais e revistas alimentavam a fogueira. A “Vida Semanária”, de Emiliano Pernetta e Artur de Castro Lima. A “Procelária”, de Júlio Ribeiro. “A Sentinela”, de Artur Itabirano e Diana Terra. Fora da Academia, além dos diários, “A Redenção”, flama acesa pela tenacidade de Antônio Bento. Os clubes trabalhavam sem repouso. No meio de tudo isso, Bilac não assume a dianteira, seu baluarte é no “Diário Mercantil”. Seu ideal se encaminha para a maior perfeição do verso, tudo nele vibra à inspiração, e o poeta se debate na angústia que o seguiria até a morte. É necessário franqueza: nem a Faculdade nem São Paulo poderia dar ao artista as possibilidades de realizar a obra que objetivava. Que faria Bilac com o diploma de bacharel? E não teria percebido o erro de se enlear nas polêmicas do jornalismo, êle que nascera para a contemplação do sublime e o interpretara com a fôrça da imaginação rara?

Na inquietude do momento, calculava o poeta fazer editar seu primeiro livro, ao qual não sabia se ficava melhor o título de “Via-Láctea” ou de “Poesias”.

*

* *

Espécie de tradição, naquele tempo, irem os alunos, a certa hora, conversar com o eco existente no barranco próximo à Faculdade. Alguns cantavam, outros recitavam, e até mesmo professores se entregavam a essa brincadeira.

Conta-se que o professor Manuel Dias de Toledo tinha o costume de falar com o eco, e um discípulo seu, zangado por que o lente o reprovava, jurou vingar-se, indo esperá-lo no sítio habitual. Sucedeu que, nesse dia, o professor conduzira três moças desejosas de conhecerem o fenômeno. À beira do barranco, o lente gritou:

— Boa tarde, eco!

E o aluno:

— Boa tarde, minha gente!

— Que é isto? — exclamou o doutor Toledo, desconfiado — O eco responde!

E, mais alto:

— Quem está aí?

— Não é da sua conta, seu cara de mono!

O lente esfriou, atrapalhado, e disse às moças:

— É melhor irmos embora. O eco está hoje muito malcriado e pode sair coisa pior...

Indo à Paulicéia em janeiro de 1888, Valentim Magalhães visitou a Faculdade e as imediações. “Tive o prazer — escrevia — de conversar longa e amigavelmente com o eco. Achei-o obediente e fiel como outrora. É um eco admirável, notabilíssimo, principalmente falando-se do fundo da travessa da Academia. Então parece que êle está agachado no ângulo dela”.

Quem não se esquecia, nas noites de boémia, do eco, era Bilac. Aquilo se fizera hábito; e o poeta não se recolhia sem se despedir do eco. De madrugada, êle e Paulo Prado, discutindo, abraçados, iam na direção da acústica e conversavam:

— Eco!

— Eco!

— Boa noite!

— Boa noite!

Depois, sumiam-se na escuridão.

Valentim Magalhães, na referida viagem à Paulicéia, esteve com ambos os amigos no barranco do eco. “Fui visitá-lo à meia noite, em companhia do Olavo Bilac e do Paulo Prado. Gritámos, cochichámos, cantámos, assobiámos, declamámos versos de Camões e Raimundo Correia, rimo-nos, chorámos, cantámos de galo... E o eco tudo repetiu, escrupulosamente, sem perder uma sílaba, com perfeita exatidão, sem errar uma inflexão, com a sua voz própria, uma voz dúctil, escarninha, mefistofélica”.

Ao morrer o ano de 1887, à noite de trinta e um de dezembro Bilac, remordido pelas saudades no cubículo da pensão, quis falar com alguém. “Vestiu-se, pôs o chapéu — narra Valentim Magalhães nas “Notas à margem” — saiu, foi ao referido ponto, esperou alguns minutos e, quando os sinos badalaram tristonhamente, compridamente, as doze

últimas horas do ano de 87, êle, de mãos nos bolsos, pernas abertas, sòzinho, em meio da noite tranquila e escura, bradou lentamente, destacando as palavras: “Mil-oitocentos-e oitenta-e oito!” Então o eco ergueu a voz grossa e solene e deu à Paulicéia adormecida a grande notícia do nascimento do novo ano, fazendo rolar por sôbre ela, entre as trevas e o longínquo cucuritar dos galos, o seu grande nome: “Mil-oitocentos-e-oitenta-e-oito!”. Então o Olavo acendeu um cigarro, voltou para o seu quarto, despiu-se, meteu-se na cama e adormeceu como um bem-aventurado”.

*
* *

Lançou Bilac a idéia de se fundar clube sem sede, com a finalidade de promover ceias e discussões sôbre literatura. Assim, à meia-noite de 23 de agosto de 1887, nasceu a entidade composta de estudantes, circunscrita a treze sócios. Daí o nome de Clube dos Treze. Noticiando a fundação, divulgou a imprensa que se tratava de... “sociedade secreta de fins beneficentes”... A primeira diretoria, eleita e empossada no Restaurante Faria, foi esta: presidente, Bilac; secretários, Artur Itabirano e Plínio Casado; tesoureiro, José de Freitas Vale; e orador, Alfredo Pujol. Fizeram parte, ainda, Paulo Prado, Emiliano Pernetta e Pedro Canto e Melo. Faltam informações de mais sete.

Freitas Vale propôs o distintivo para os membros da sociedade: botão de fita verde, com o dístico: “C.XIII”. E os treze ostentaram na lapela a insígnia.

Vida curta, a do clube. Nas reuniões, em pontos indeterminados, à meia-noite dos sabados, se travavam duras controvérsias de questões artísticas e literárias. Em entrevista à imprensa do Rio, no ano passado, entrevista insinuada pelo autor destas linhas, o doutor Plínio Casado lembrou os debates no Clube dos Treze a respeito do maior poeta do Brasil: “A discussão incluía sòmente Gonçalves Dias e Castro Alves. O parnasianismo despontava, com sua aspiração de forma, a rima engastada “como um rubim”.

Gonçalves, mais castiço, de construção mais portuguesa apesar do "assunto" indianista, recebia a consagração de Bilac; para Pujol e para mim, entretanto, Castro Alves era o vate, o cantor da liberdade da terra, mais perto à nossa paisagem e, portanto, mais brasileiro. Não afirmávamos a superioridade de um sobre o outro, mas sentíamos que o "Navio negreiro" nos pertencia mais do que a "Canção do tamóio". Mas o cantor da "Via-Láctea" fazia questão de timbrar que Castro Alves não tinha forma. Estava cheio de erros, dizia. "É uma poesia dos pedaços rôtos no infinito e dos trapos de bandeira na amplidão". Bilac exaltava-se, sustentava que Gonçalves Dias era um mestre da língua, um poeta perfeito na forma e na idéia".

*

* *

Quando o artista da *Tarde* escrevia no "Dário Mercantil", registava-se o intenso labor dos parnasianos no Brasil. A escola ascendia vitoriosa em todos os sentidos. E se verificou o incidente que contribuiu a esclarecer as convicções de Bilac.

Criticando uns versos na "Crônica fluminense", secção do "Diário Mercantil", Urbano Duarte assim considerou o movimento: "O parnasianismo, de que os nossos atuais poetas usam e abusam, é uma escola perecível, simples produto da moda. Aprecio os Teófilo Dias, Luiz Delfino, Raimundo Correia, Alberto de Oliveira, Filinto de Almeida e outros, mas não vejo absolutamente em que devam ser poetas superiores, ou mesmo competidores sérios de Gonçalves Dias, Casimiro de Abreu, Castro Alves e Varela. O público, que é afinal de contas o Grande Eleitor do Parnaso, também pensa dêste modo. Não conheço nada mais pulha do que condenar a admirável "Consuelo", de Castro Alves, pelo fato de conter alguns alexandrinos incorretos. É de ver a cômica suficiência com que certos "parnasianos" afirmam que Castro Alves não sabia metrificar! As melhores

poesias de Alberto de Oliveira são, sem sombra de contestação, as suas canções românticas”.

Urbano Duarte fôra leviano com as comparações e, sobretudo, por haver omitido o nome de Bilac que, entre os novos, detinha o primado. O crítico se justificou, porém com evasivas esfarrapadas. Ruím prosador, Urbano Duarte. O talento de criticar fugia dêle às léguas. Indignado com o juízo do outro, Bilac não se conteve e endereçou, de São Paulo, pela imprensa, a Alberto de Oliveira, a carta de 27 de abril de 1887, respondendo à crítica.

CARTA A ALBERTO DE OLIVEIRA

“Meu querido,

Já te chegou às mãos, com certeza, o “Diário Mercantil” de hoje.

Há muito que êste jornal insere em suas colunas uma interessante “Crônica fluminense”, que da côrte lhe é enviada, quasi cotidianamente, por Urbano Duarte — o espirosuosíssimo cronista da extinta e saudosa “Gazeta Literária”. Na crônica, publicada hoje e datada de 24 de abril, há um trecho que deve merecer alguns reparos meus, teus, e de todos os que atualmente prezam e cultivam o verso entre nós.

É mais uma acusação de “impassíveis” atirada aos atuais poetas do Brasil. Diz o elegante cronista que “o parnasianismo, de que os nossos atuais poetas usam e abusam, é uma escola perecível, simples produto da moda”.

E isso a propósito de um livro de versos que um poeta enviou ao illustre escritor. O nome dêsse poeta não é citado; mas depreende-se do artigo que é um poeta corretíssimo, possuidor de rimas ricas, de termos peregrinos, de metrificação perfeita — um *artista*, em suma

A não ser a *Lírica* de Filinto, não sei de livro algum publicado êste ano, que mereça tantos elogios. Quem será o novo sacerdote?

Pouco importa, porém. Entendamo-nos:

No Brasil nunca houve *parnasianismo*. O que há entre nós atualmente é a febre da Perfeição, a batalha sagrada pela Fôrma, em serviço da Idéia e da Concepção.

O *Parnasianismo* — o verdadeiro, o autêntico, o de Catulle Mendès e Mallarmé — tem a sua profissão de fé nestes versos do poeta de “Philomela” citados por Zola nos *Documents Littéraires*:

*La grande muse porte un péplum bien sculpté
et le trouble est banni des âmes qu'elle hanté*

.....
Pas de sanglots humains dans le chant des poètes!

Mas, por Apolo!, não é essa a musa que serves, meu Alberto, nem a que servem o Raimundo, o Delfino, o Rodrigo Otávio, o Valentim, o Alberto Silva, o Filinto, o Teófilo, e outros. Não é diante dessa deusa de bronze, que não quer soluços humanos no canto dos poetas, e cuja face imutável e dura não exprime o amor como não exprime o ódio, não é diante dessa Grande Impassível que nos prostramos, nem é entre os seus rijos braços de mulher indiferente que vamos procurar a divina delícia dos nossos melhores momentos de amor. Não!

A nossa musa é o tipo da mais requintada beleza, uma formosíssima mulher de contornos impecáveis, mais correta e mais pura que a Minerva de Fídias.

Não traz o “péplum bien sculpté”, nem o diadema de ouro. Vem nua e simples — castíssima em sua nudez, deslumbrante em sua simplicidade. Não se lhe poderá notar um defeito, uma linha menos pura, um contôrno menos acabado. Mas, como aqueles olhos fuzilam, como pulam aqueles pequenos seios rosados, como aqueles braços apertam, como abrasa aquela boca! Debaixo de sua pele imácula e finíssima corre um sangue generoso e ardente. É a Xida suprema incarnada na Suprema Beleza, a Idéia melhor traduzida na mais pura Forma.

Essa é a musa das *Sinfonias*, dos *Sonetos e poemas*, das *Fanfarras*, dos *Noturnos*, de *Boa e Resfa*, etc. — obras de

um estilo primoroso e sóbrio, dentro de cujo círculo apertado cabem à vontade todas as tempestades da alma.

Nenhum dos poetas da nova geração quer fazer do verso um instrumento sem vida; nenhum dêles quer transformar a Musa num belo cadáver. O que êles não querem é que a Venus grega seja coxa e desajeitada e faça caretas em vez de sorrir.

Aponta Urbano Duarte, como exemplo aos Parnasianos, o nome de Gonçalves Dias. Mas, há muito tempo que todos o consideram Mestre, e poeta cincoenta mil vezes superior a Castro Alves e Casimiro.

Não houve nunca no Brasil um poeta que tratasse com mais carinho a harmonia do verso e cultivasse com mais primor o ouro puríssimo da língua portuguesa: chega a ser clamorosa injustiça citar o nome glorioso do imortal cantor do "I-Juca-Pirama" ao lado do nome de Castro Alves, como o faz Urbano Duarte.

E passemos ao último trecho do artigo: "as melhores poesias de Alberto de Oliveira são, sem sombra de contestação, as suas *Canções Românticas*".

Não, meu Alberto; as *Canções Românticas* não são as tuas melhores poesias, por uma razão muito simples: porque não são poesias tuas. São poesias de Hugo, de Gonçalves Dias, de Casimiro, de Crespo, de Junqueiro. Só depois, nas *Meridionais*, e nos *Sonetos e poemas*, é que teu talento se afirmou brilhantemente como o de um poeta que, se não vivesse nesta pequena terra de políticos, seria considerado um dos maiores do século atual.

Perdoe Urbano Duarte a um dos maiores apreciadores de seu talento e de suas belas qualidades de escritor estas linhas simples e sinceras. Não me pude furtar à tentação de as escrever. É tão bom dizer a verdade e ser sincero!

E adeus, meu querido Alberto.

São Paulo, 27 de abril de 1887."

*

* *

Em agosto daquele ano, vai à Paulicéia a companhia dramática de Giovanni Emanuel, estrondosamente recebida pelos estudantes de direito, à cuja frente Bilac se pusera. Ruidosa, a estréia no São José, em "La morte civile", de Giacometti. Com o "Othelo", de Shakespeare, no dia 3, o arrebatamento do povo não teve medidas. O "Diário Mercantil" exalta os méritos do ator no papel do mouro, expressão de realismo, a verdade na cena. O crítico teatral de "A Província", entretanto, opõe restrições ao Othelo de Emanuel, pois o juízo do censor é favorável à arte de Rossi que, oito anos antes, estivera em São Paulo e representara a mesma peça. Renascia a contenda sôbre a interpretação shakespereana pelos artistas da Itália.

Bilac pertence ao número dos que admiram Giovanni Emanuel. A redação do "Diário Mercantil" promove banquete em homenagem e desagravo ao ator. Na festa consagrada, recita Bilac o soneto "Othelo", escrito em francês e dedicado ao criador da nova interpretação dramática:

OTHELO

*Être surnaturel, féroce et noir fantôme,
je l'avais vu passer jusqu'alors... Maintenant,
tu me le fais comprendre: Othelo est un homme...
Eh bien! j'ai rencontré mon Othelo vivant!*

*Ah! j'aime comme toi! je sens ta jalousie,
et ma bouche rugit quand je t'entends rugir!
Et puisque j'ai vécu un moment de ta vie,
merci! tu peux partir! et moi... je peux mourir!*

*Parts! Va-t'en! Mais toujours, comme au fond d'un abîme
brille une étoile d'or, ta mémoire sublime
ineffaçablement brillera dans mon cœur...*

*Je garderai ta voix dans mon âme écrasée!
Je garderai dans mon oreille épouvantée
l'inénarrable cri de ta grande douleur!*

Aí se vê como o poeta entendia a arte cênica: "Othelo est un homme... j'ai rencontré mon Othelo vivant!"

Continuaram os alunos da Faculdade, com o concurso dos mestres, as demonstrações de apreço. No benefício de Giovanni Emanuel, sobe à cena o "Kean", de Dumas. Teatro apinhadíssimo. O lente Antônio Carlos de Andrada Machado e Silva se levanta, no camarote, e entrega, em nome da imprensa, uma coroa de louros ao artista. Dona Veridiana Prado lhe manda a corbelha de cinco mil violetas. E estudantes trepam à ribalta e cobrem o ator de ovações e flores.

Nesse instante, no meio das palmas que arrebetam das torrinhas à platéia, Bilac declama uma poesia a Giovanni Emanuel. Noticia o *Correio Paulistano*: "Olavo Bilac recitou admiravelmente inspiradas estrofes, a que deram grande realce a sua calma e a sua maneira de dizer, com aquele timbre de voz possante e cavernosa que ecoou harmoniosamente por todos os recantos do teatro, enquanto todo o auditório o ouvia de pé, silenciosamente, religiosamente, mostrando a sua plena adesão aos arroubos do jovem e talentoso poeta".

Finalizando, Emanuel quis causar maior impressão, com um gesto espetacular. Ia em crescendo, então, a campanha abolicionista, e êle, aproveitando o ensejo, conferiu carta de alforria a duas negrinhas que se achavam no palco.

Ernesto Rossi visitara, oito anos antes, a Escola de Direito; e Giovanni Emanuel seguiu o exemplo. Os professores Antônio Carlos e João Monteiro discursaram em italiano, em honra ao artista. Depois, no largo de São Francisco se formou o cortejo de estudantes que acompanhou Emanuel à redação do "Diário Mercantil". Ali Bilac assomou à janela. Verdadeiro delírio. O poeta falou, exaltando os colegas.

*

* *

Acontecimento, foi a visita de Ramalho Ortigão, procedente do Rio de Janeiro. Velho amigo de Gaspar da Silva, o autor de *A Holanda* esteve na redação do jornal, onde conheceu Bilac. Todavia, o que é estranho, o poeta não se

salientou nas homenagens ao prosador luso. Mas o seu artigo de louvor a Ramalho veio no "Diário Mercantil". Página das mais nervosas de Bilac, na qual tem frases de amargura para com a sua geração. Poucas vezes, na vida, êle se mostrou assim veemente. Eis o artigo:

RAMALHO ORTIGÃO

"Diante dêste escritor — o mais pessoal e vibrante de toda a moderna literatura portuguesa — é que nos devemos curvar, não com a vulgar admiração que se tributa aos homens de talento, mas com o respeito devido à sua honestidade sem mácula e à sua fôrça extraordinária.

Perto dêle — montanha altíssima, rasgando o firmamento, banhada de sol, abrindo o seio fecundo numa vegetação prodigiosa — que valem nós, geração estragada e impotente, moços desiludidos e tristes, tuberculosos e histéricos, escritores sem originalidade e sem fôrça? Onde iremos buscar, nós que não tivemos a sua educação e a sua higiene, aquela saúde de espirito, aquele contentamento de viver, aquela coragem exemplar de dizer a verdade a todos e sempre, com desassombro e confiança? Temos mêdo de tudo, desprezamos a vida quando ainda não a conhecemos, transigimos com a nossa consciência, fazendo concessões deploráveis ao gôsto da multidão, e seremos, quasi todos, depois desta luta insana contra os nossos nervos doentes, incapazes de sair da vida deixando o nome ligado a uma obra honesta e duradoura. Sai-nos das mãos uma obra como um atestado da nossa vergonhosa moléstia: fútil, eriçada de blasfêmias ineptas, afetada, pretensiosa.

No estilo a mesma decadência e a mesma falta de sinceridade. Imagens sôbre imagens, adjetivos inúteis, galicismos ridículos e desnecessários, e uma tropa espetaculosa de neologismos impossíveis. Um verdadeiro estilo "mataratos", uma peça de chita de todas as côres, como já o chamou um escritor nosso com toda a propriedade.

E não é no Brasil unicamente que isto se dá. Em Portugal, onde a influência de Ramalho Ortigão se devia fazer sentir diretamente, existe atualmente um grupo de escritores de talento, que fazem ostentação de sua decadência, como da mais invejável virtude. Sôbre essa mania, a mania do estilo à Th. Gautier, difficil, torturado, onomatopaico, mistura entontecedora de sons e de côres. Que diferença dêsse estilo para o de Ramalho Ortigão!

É por isso que, diante dêle, como diante de poucos, nos devemos todos curvar com veneração e amizade. Houve quem escrevesse, há pouco tempo, que os livros de Ramalho Ortigão morreriam em breve, cópia de impressões fugitivas e superficiais. Mas não sei de escritor nenhum cujas obras possam estar destinadas a vida mais longa e gloriosa. Quem fixou, definitivamente estudados e analisados, o caráter e os costumes de um povo naquele estilo sóbrio e sincero de *A Holanda* e do *John Bull*, pode confiar cêgamente no juizo dos que hão de vir. Porque êsses, com certeza dotados de melhor educação do que nós, melhor do que nós poderão compreender quanto há de verdade e de independência, de critério e de nobreza de caráter nessas páginas admiráveis.

Aprendamos com êle a considerar a vida como um bem, e a aproveitá-la do melhor modo possível, trabalhando e perseverando. Guardemos as suas lições, como um legado preciosíssimo, e pautemos pelo seu o nosso modo de viver. Será o melhor meio que poderemos empregar para fugir à tristeza mortal que nos prostra e ao desânimo terrível que nos avilta.

Dizem-me que é extremamente favorável a impressão que lhe tem causado até agora o Brasil. Orgulhem-nos com isso. Em quinze dias de demora entre nós, deve êle, com o seu profundo poder de observação, ter estudado e compreendido mais a nossa terra, do que nós — preguiçosos e ignorantes — em toda a nossa vida. É o estrangeiro mais honesto e mais competente que nos tem visitado, e o que, com mais largueza de vistas e mais imparcialidade, poderá tornar conhecida e talvez estimada lá fora esta querida Pá-

tria, tão caluniada e tão generosa, tão prostituída e tão pura”.

Pela mão de Bilac e Alfredo Pujol, compareceu Ramalho na Faculdade. Introduzido na aula de João Monteiro, o ilustre processualista, orador admirável, enalteceu o visitante com discurso cheio de hipérboles. João Monteiro gostava disso. Ramalho engasgou, sem nenhuma eloquência, soltou meia dúzia de palavras sem brilho. Ao se retirar, virou-se para Bilac:

— Tenho mais pavor dum discurso que dum tiro...

A passagem é referida por diversos alunos daquele período.

*

* *

Valentim Magalhães desembarcou em São Paulo, em janeiro de 1888. Para Bilac nenhuma alegria maior do que rever o inesquecível companheiro. Gaspar da Silva também exultou. Uma semana de carinhosas recordações, Valentim Magalhães percorreu com eles os recantos do seu tempo em São Francisco.

Bilac lhe revelou que entregara, aos editores Teixeira & Irmão, o seu primeiro livro *Poesias*, abrangendo composições de 1884-1887, isto é, “Panóplias”, “Via-Láctea” e “Sarças de fogo”.

Abria a glória a estrada ao poeta. Bilac se apurara, seduzia-o a forma, arrebatava-o a inspiração, tudo, porém, na expressão sua, própria, individual.

Não esperou mais. Ruim estudante, sem inclinação para o direito, quando a Poesia lhe ofertava a “delícia da vida”. Levou o amplexo de despedida a Gaspar da Silva e deixou São Paulo, terra onde buscara rumos diferentes à sua carreira e acabara sempre mais atraído pelos sonhos de bôêmio e artista.

NOVOS RUMOS À PEDAGOGIA?

EVERARDO BACKHEUSER.

Quantos estudamos pedagogia sabemos que esse ramo de conhecimentos reflete, às vezes com poucos anos de distância, às vezes com algumas décadas de diferença, mas reflete sempre, mais ou menos profundamente, as modificações experimentadas pelas ciências basilares. A história comparada da pedagogia e dessas ciências basilares, especialmente a psicologia e a sociologia, o evidencia de modo claro, até a observadores menos atentos.

Estaremos em vésperas de novas mudanças de rumo da pedagogia?

A julgar pelo que se passa em algumas daquelas ciências, parece lícito responder pela afirmativa. Em três direções, pelo menos, é razoável pensar, desde já, em alterações das práticas pedagógicas.

Das três transformações que se delineiam como previsíveis para a pedagogia, duas são de caráter universal, mas a terceira afetará apenas o ambiente escolar brasileiro, por isso que se restringe a objetivos estritamente nacionais.

A primeira dessas revoluções pedagógicas deve provir do rápido surto que a biotipologia está imprimindo ao estudo psicológico do homem. Essa revolução atingirá desde logo as técnicas de administração escolar, mas, em prazo mais ou menos próximo, por certo, se estenderá também à didática primária, secundária e de ensino profissional.

A segunda revolução pedagógica decorrerá da presente guerra mundial. Terá, por isso mesmo, caráter político e,

de certo modo, filosófico. Embora seja impossível prever desde já qual a futura diretriz política impressa à pedagogia pelo conflito atual, é fora de dúvida que haverá uma, e muito segura e firme, se o conflito terminar pela vitória decisiva de um dos grupos, ou mesmo por uma paz ajustada sem vitória.

A terceira grande modificação pedagógica terá, como dissemos, feição indígena; passar-se-á dentro de nossas fronteiras, mas, para nós, será tão ou mais decisiva quanto as outras duas. Decorre ela da irrefragável necessidade, que agora se desenha de modo nítido, de adotar o ensino e a educação da infância e juventude brasileiras ao urgente trabalho de recristalização da unidade nacional perturbada por alguns séculos de federalismo franco ou mascarado.

Tudo isso parecerá demasiada mudança ao mesmo tempo. Ocorrendo, porém, em esferas diversas, elas não se entrecrocão, podendo ao contrário se desenvolver paralelamente, sem atritos, antes em mútuo auxílio.

Dir-se-á, também, que a pedagogia não pode inspirar confiança, porque, a serem possíveis tantas reformas concomitantemente, faltará àquela ciência a necessária estabilidade. Sujeita a contínuas e múltiplas revoluções, de vez que as acima previstas não serão as últimas como não foram as primeiras, perderia dêsse modo a pedagogia o prestígio para traçar rumos seguros a quem quer que seja.

Aí, há a distinguir.

Há na pedagogia um fundamento estável, perene, desafiando os tempos. Esse fundamento, que talvez a pedagogia materialista não possa oferecer, é encontrado na pedagogia cristã, e, de modo particular, na pedagogia católica. O educador que o apreendeu e assimilou, caminha calmo, sereno, com confiança, de ânimo elevado, sem temores, e sem desilusões. Compreendendo o fim último da educação, sabe para onde vai, e, portanto, por onde vai, como vai e porque vai. As revoluções pedagógicas, por profundas que pareçam, tem para o educador cristão, aspectos de afloramentos cutâneos, de superfície, de face exterior.

Ao lado dêsse fundamento estável, sólido, há a assinalar na pedagogia a constante mutabilidade de métodos de trabalho, de processos de didática, de práticas de administração, que são hoje diferentes dos de ontem e dos de amanhã, que se alteram ao mais pequeno desnível das teorias psicológicas e sociológicas, ou de pontos de vista políticos. Tais modificações metodológicas sem dúvida não alteram as diretrizes fundamentais do ensino quando estas têm alicerces firmes, mas, fazendo cair estrepitosamente técnicas tradicionais e conceitos arraigados, trazem, durante algum tempo, até que nova readaptação se processe, certa confusão nos campos educacionais, e perturbam a atuação do professor em sua classe, junto aos alunos, ou na direção da escola. São, portanto, verdadeiros movimentos de convulsão que imprimem diretrizes diferentes senão à pedagogia própria dita, pelo menos à didática, que é aquele de seus ramos de repercussões mais imediatas e mais tangíveis.

É nesse último sentido que estamos, neste artigo, empregando as expressões: *revoluções pedagógicas* e *novos rumos à pedagogia*.

RUMOS PEDAGÓGICOS DE ÍNDOLE BIOTIPOPOLÓGICA

As reformas pedagógicas de Pestalozzi, de Herbart, de Kerschensteiner, de Dewey, de Decroly tiveram, como é sabido, fundamentos em alterações anteriormente sofridas pela psicologia, ou, o que é o mesmo, em novas interpretações dos fenômenos psicológicos. É fato assaz conhecido, e não se nos torna necessário trazê-lo à discussão.

No momento presente, porém, o mundo assiste a duas novas e graves modificações dessa ciência, uma no sentido da chamada *Gestalt*, e outra, no sentido da biotipologia, ambas, aliás, se podendo harmonizar, quando encaradas no ângulo de suas aplicações pedagógicas.

Os aspectos educacionais do gestaltismo, especialmente na face chamada *behaviorismo*, já estão sendo apercebidos

pelo público especializado em pedagogia. Os tratadistas norte-americanos os focalizaram, e, pelo menos em nosso continente, e de modo particular no Brasil, estão de certa maneira vulgarizados, embora ainda não praticados de forma sistemática. O gestaltismo pedagógico não é, pois, uma revolução a surgir, mas uma revolução em processo de desenvolvimento. Não traz *novos* rumos à pedagogia, mas rumos de certo modo já conhecidos. Também a eles, aos processos pedagógicos baseados no gestaltismo, não desejamos, por isso mesmo, fazer alusão mais demorada neste artigo.

Já com a biotipologia, não. São ainda quasi desconhecidas ou mal apercebidas as largas aplicações que pode ter em pedagogia. Apenas nos departamentos de educação física, e assim mesmo de modo muito dubitativo, a utilidade da biotipologia começa a ser sentida.

Porque, portanto, adivinhar uma larga influência da biotipologia no campo educacional?

Basta meditar e raciocinar para, não adivinhar, mas para prever essa influência.

Vejam.

A biotipologia, permitindo correlação entre as funções anímicas, de temperamento e de caráter, com as proporções relativas do esqueleto humano, representa o feliz consórcio, dentro rigorosamente de moldes científicos, da ciência do corpo (biologia) com a ciência da alma (psicologia), sem subordinação de uma a outra, antes em perfeito equilíbrio de condições.

Esse consórcio era de há muito indicado, de modo claro e insofismável, pelos filósofos da Igreja Católica, mas foi só agora vislumbrado e aceito por biólogos e psicólogos. Os materialistas, tanto os das esferas da psicologia pura como os da própria biotipologia nascente, tem-se esforçado sempre, e ainda se esforçam, em mostrar as funções da alma como em subordinação obrigatória ao funcionamento do organismo, ontem do sistema nervoso, hoje do grupo de glândulas de secreção interna, alegando que a exaltação ou o abatimento do espírito provém invariavelmente da boa

ou má predisposição de certos órgãos, do fígado, por exemplo. Esquecem-se, porém, de que, reciprocamente, emoções, amarguras e contrariedades geram congestões hepáticas, fazem afluir o rubor às faces, trazem lágrimas aos olhos, ou sorrisos à fisionomia. Os filósofos cristãos, bem mais argutos, demonstram a tese contrária, que a biotipologia hoje confirma, de que entre corpo e alma não existe subordinação desta para com aquele, senão intercâmbio de reflexos, correlação de efeitos, interdependência recíproca.

Quando Santo Tomaz de Aquino escreveu que "*diversae habitudines ad opera animae proveniunt ex diversa corporis dispositione*", ou, em português, que "*as diversas predisposições para os trabalhos da alma provêm de diversas disposições do corpo*", estava dando a essência mesma da biotipologia.

*

* *

Antes de passar além, convém, para leitores que a desconheçam, fixar essa essência mesma da biotipologia, para que, depois, se lhe possam extrair deduções aplicáveis à arte da educação.

O fundador da biotipologia, Kretschmer, em intuição genial, submeteu a tratamentos estatísticos certas medidas do esqueleto humano, a princípio em relação a umas tantas manifestações da loucura e, depois, em relação a umas tantas maneiras de agir de indivíduos sãos. E verificou que os indivíduos altos e finos, isto é, mais longos que largos, tinham, via de regra, quando loucos, preferentemente sintomas de esquisofrenia, e, quando sãos, temperamento frio ou sensível, mas retraído e ensimesmado, fenomenologia essa chamada por Kretschmer de *esquisotimia*; e que os indivíduos baixos e largos, em forma de tonel, apresentavam, ao contrário, se enfermos, loucura cicloide, e, se em estado de saúde, fenômenos de *ciclotimia*, isto é, tinham temperamento aberto, sociável, e, como polos, ora a alegria, ora a tristeza. Aos primeiros a escola biotipológica italiana denominou de *longilíneos*, e aos segundos de *brevilíneos*.

vilíneos. Cada qual dêesses dois tipos apresentam, portanto, disposição de encarar o mundo de maneira diferente do outro, cada qual com seu temperamento e caráter próprios.

Indicando êsses princípios básicos, deixamos fixadas as linhas mestras da biotipologia, sendo evidentemente impossível, em um só artigo, penetrar minúcias, aliás interessantíssimas, dessa interessante ciência. As classificações biotipológicas não se satisfazem, é claro, com êsses dois únicos tipos: escalonam entre êles, considerando-os como os extremos da série, vários outros de transição.

Por sua essência, indicada acima, a biotipologia procura, em arrojada tentativa, desvendar a alma medindo o corpo. A antropometria seria a base física da psicologia, uma e outra, porém, consolidando-se em uma nova unidade científica, a biotipologia.

Embora não se venha jamais a conseguir fotografar a alma com o só conhecimento do perímetro do busto ou do comprimento das pernas, ou por outro qualquer documento exclusivamente físico, é certo que a manipulação cuidadosa de umas tantas medidas do corpo já tornou viável esquemas com aproximação bastante satisfatória.

São em grande número os ensaios científicos tentados pelos sábios para classificar os homens em uns quantos tipos, puramente psicológicos. Algumas dessas tipologias conseguiram grande voga e brilhantes triunfos. A essas tipologias de ordem meramente psicológica há a juntar os quadros sinóticos, claros, harmônicos, quasi definitivos, da biotipologia. Embora o nome — biotipologia — bastante recente, seja devido a Pende, a idéia mesma de procurar correlação entre corpo e alma nos chega da longínqua antiguidade, de Hipócrates, de Galeno. Retomou-os e alargou-os, a êsses princípios, Santo Alberto Magno, na idade média. E, no século atual, observações de psiquiatras, de médicos, de psicólogos, na Alemanha, na Itália, na França, esclarecem de modo magistral e sedutor, a correlação entre corpo e alma, aliás, repetimos, sempre percebida, definida e indicada pela Igreja Católica.

Não é esta a ocasião de descrever, e comentar, todo

o caminho realizado pela ciência humana, desde a Grécia até hoje, em matéria de índices de concordância entre corpo e alma, escôrço histórico que deixamos traçado em nosso livro *Ensaio de Biotipologia Educacional*. É suficiente fixar apenas aquilo que ela nos ensina agora, após tentativas frustadas em outras direções.

E o que está hoje assentado é que podemos nos fiar nas indicações da antropometria.

Fiquemos por aí, e procuremos indicar diretrizes à pedagogia, decorrentes dos axiomas biotipológicos. A medicina os tem solertemente aproveitado, quer, a princípio, para tratamentos de moléstias nervosas e distúrbios psíquicos, quer, mais recentemente, para diagnóstico de muitos outros estados mórbidos. Da mesma sorte, os esportes. A classificação e adexramento aos vários tipos desportivos, ou de fôrça, ou de agilidade, ou de resistência, ou de velocidade, já começam a obedecer, hoje em dia, a preceitos biotipológicos. A biotipologia, está também a serviço dos laboratórios modernos de psicotécnica, nos quais se procede, como é sabido, à seleção para as diversas profissões, quer manuais, quer de técnica mais elevada.

*

* *

Ligeira reflexão sôbre os supra mencionados fundamentos da biotipologia levaria qualquer leitor à conclusão de possíveis e frutuosas aplicações pedagógicas dessa ciência. De fato, ocupando-se ela das estreitas correlações entre corpo e alma, traçou-se a si mesma finalidades educacionais, pois que a educação não é, no fundo, senão o cultivo inteligente assim do corpo como da alma, e, com maior razão, do fortalecimento dos elos que prendem entre si corpo e alma.

Conhecer o aluno para dar melhor direção à sua educação é a finalidade mesma da pedagogia. Ora, para tal fim, a biotipologia põe em mãos do educador o que nenhuma outra ciência o conseguira anteriormente, pois que

proporciona, para a realização dessa nobre tarefa, índices tangíveis, índices objetivos, índices a bem dizer materiais, como são as mensurações do corpo do aluno, aproveitáveis para a educação de seu caráter e de sua inteligência.

E, graças a isso, as semanas e meses que eram precisos aos mestres, mesmo perspicazes, para conseguir penetrar a psicologia de seus alunos, são reduzidos de modo notável, por que os índices biotipológicos ministram, desde logo, quasi se pode dizer à simples vista, a indicação dos tipos psíquicos que o mestre defronta.

As indicações biotipológicas não são suficientes, é claro, para todo o trabalho pedagógico. Não dão tudo, mas dão muita coisa, dão o essencial para preciosas sugestões pedagógicas, fornecendo, como fornecem, o necessário para um primeiro tratamento didático, o de uma classificação em grosso, pela qual sejam os discentes grupados, por exemplo, em sociáveis e retraídos, em propensos à especialização (estudo de uma só disciplina ou de disciplinas afins) ou, ao contrário, ao enciclopedismo (gôsto para o conhecimento de todas ou de várias disciplinas do curso), em amantes da ação ou da meditação. E não só para esse primeiro tratamento pedagógico, como para outros posteriores.

Ora, até hoje nada de semelhante fôra fornecido à pedagogia por suas ciências basilares. É lícito, portanto, acreditar que a utilização generalizada da biotipologia venha trazer à arte de educar subsídios realmente substanciais, e que ocasionem afinal uma verdadeira revolução nos métodos e práticas do ensino.

Poderíamos arrolar algumas dessas aplicações pedagógicas da biotipologia. Tememos, porém, que o fazendo em um artigo, de modo assaz sumário, não deixemos no leitor a impressão do profundo sulco que prevemos e indicamos.

Lembremos apenas que na educação física, a aplicação da biotipologia não é uma hipótese, porque, como acima lembrado, já começa a ser realidade. Na educação intelectual, outro tanto deve ser esperado, porque, mercê da aplicação racional da biotipologia, será possível fazer verdadeiro ensino *sur mesure*, o ensino adaptado a cada aluno.

O mestre, reconhecendo o que fôr temperamental ao aluno, aceitará com tolerância, as faltas dessa origem, e as saberá corrigir mais adequadamente. Na educação moral, ou seja, na fixação e aprimoramento da personalidade, é igualmente previsível a influência da novel ciência; baste recordar que o nome primitivo da biotipologia, aquele que lhe deu Kretschmer, aquele que é ainda corrente na Alemanha — *Charakterkunde* ou *Caraterologia* — significa estudo do “caráter”. Ao administrador escolar, a biotipologia facilitará também, e de modo decisivo, a redação do conselho vocacional ao aluno que terminar o curso. Cabe dizer que até hoje, exatamente porque a pedagogia não dispõe de meios idôneos, êsse elementar dever da escola não tem tido cumprimento. Quem se matricula em um estabelecimento de ensino primário ou secundário, e o frequenta, deseja, afinal de contas, adquirir conhecimentos não por mero prazer intelectual, mas para conseguir um ganha-pão; deseja, portanto, lógicamente, embora tácitamente, que a escola lhe sugira, de modo explícito, qual a carreira que deva preferir. A escola tem até hoje falhado lamentavelmente, nesse seu escopo básico. A biotipologia educacional ir-lhe-á em auxílio.

Êsse rápido e sumário traçado de diretrizes parece dar direito a não considerar ingênua ou precipitada a previsão de uma próxima revolução pedagógica derivada da biotipologia, no setor da didática geral ou especializada, e no azimute da administração do ensino. De fato, que largo panorama de aplicações, e em múltiplos sentidos, e em vários campos educacionais, apresenta-nos a ciência de Kretschmer e de Nicola Pende!

RUMOS PEDAGÓGICOS ORIUNDOS DA GUERRA ATUAL

Nem só na área da didática há de a futura geração presenciar modificações pedagógicas.

Em consequência da guerra mundial, a própria filosofia da educação ameaça mudar de rumo.

Seja qual fôr o grupo vitorioso, a guerra não trará ao mundo apenas alterações de ordem política ou de molde institucional. O mundo mudará novamente de face. O conflito europeu de 1914, menos vasto em área de ação e em processos de combate, abalou profundamente a concepção da vida das gerações que vieram depois. Tornou-as mais displicentes e ávidas de gozos imediatos, pois que tudo sendo instabilidade, a previdência deixou de ser virtude social. Não vale a pena aguardar as venturas de amanhã a custo de aperturas de hoje, porque aquelas são cada vez mais incertas. Quem anda hoje nas cercanias dos quarenta anos, ou abaixo dessa idade, não é capaz de conceber a calma e segurança desfrutadas até 1914. A atual irritabilidade social, a luta de classes, e ainda muitas outras dificuldades, eram desconhecidas. Pobres e ricos se sentiam mais felizes que hoje. E, também, não os torturava, nem a insegurança econômica nem a contínua eclosão de doutrinas logo desaparecidas antes de cristalizadas.

A guerra passada deu a toda gente êsse mal-estar. Que surgirá desta? Suspicazes sociólogos não o podem prever. Apenas pressentimos algo de novo...

No conflito anterior venceram as chamadas democracias, e de modo estrepitosamente esmagador, e, no entanto, a face do mundo foi indelêvelmente metamorfoseada, não no sentido democrático. Ainda mais: a democracia atual, onde ainda exista, não é mais aquela democracia que reinava até então, até antes de 1914. Pode-se, portanto, augurar que, ou sorria a fortuna definitivamente aos totalitários, ou se dilineie para os que os combatem, será fatal a mudança nas normas filosóficas da vida. E, em consequência, também nas normas educativas com a finalidade de amoldar, em todo o universo, a infância e a juventude à nova ordem de coisas que vier a ser criada.

Sempre tem sido assim, e assim sempre o será. A escola reflete a ordem social existente, muito mais do que prepara uma nova ordem.

Há quem afirme serem dos princípios praticados na escola que nascem as ulteriores modificações sociais, e quando

falam em escola referem-se às instituições primárias e secundárias. Não parece razoável a hipótese. Nem mesmo que a alusão fosse apenas a escolas superiores.

Os governos, superintendentes e orientadores naturais do ensino, são, por essência, conservadores dos princípios pedagógicos. São os educadores particulares que os alteram, a esses princípios, e cambiam os métodos de ensinar. Os novos métodos, quando, após grande relutância, são aceitos nos quadros oficiais, passam a ser compulsórios como eram obrigatórios os anteriores. A Rússia Soviética é mais cesariana que a Rússia Imperial tanto no regime político como no pedagógico. Dentro daquele país, a escola é orientada, sem vacilações, para a propaganda do socialismo internacional. Na Alemanha e Itália, o mesmo se dá no sentido nacional-socialista ou fascista. E nas democracias a orientação geral é para fortalecer as forças plutocráticas que as sustentam. Isso é assim, e sempre o será, porque a neutralidade da escola é quimérica e só nela acreditam os ingênuos enganados por escritores de má fé.

Temos, portanto, de admitir que fundas alterações pedagógicas hão de vir da nova ordem que a guerra fizer surgir.

Quais serão, presumivelmente, as diretrizes dessa nova educação?

Antes de conhecer ou calcular qual seja a nova ordem na Europa e no mundo, impossível qualquer sugestão sobre os novos rumos pedagógicos, pois que, como acabamos de mostrar, serão influenciados pelos novos rumos sociais. Não aos estudiosos de pedagogia, mas aos mestres de sociologia, cabe o encargo de desvendar o possível novo quadro que se desdobrará sobre a face da Terra. Tão confusa é, porém, a situação, tão complexos os fenômenos sociais da atualidade, tão controvertidos os prognósticos, que, evidentemente, será precipitada qualquer sorte de previsão.

Por interêsse da conservação da própria sociedade em que vivemos, seria desejável que, após tantos desvios e rotas tortuosas, procurassem os dirigentes do mundo fazer com que voltássemos às salutares regras da Igreja de Cristo

que durante tantos anos e séculos dera felicidade a nosso inquieto planeta. Infelizmente os sintomas, quer nos países totalitários, quer nas democracias, não indicam que se deseje trilhar, desde já, êsse caminho. Pelo contrário. A franco-maçonaria e os judeus de um lado, os estatistas exagerados, de outro, e os sem-Deus, ainda de outro, nos afastam cada vez mais dos princípios cristãos. Tomássemos por êsse caminho e chegaríamos em pouco a uma pedagogia saneada e estável. Mas o mundo caminha ao revés dêsse farol.

De modo que duas únicas suposições se tornam seguras e indiscutíveis. A primeira, a de que o mundo sofrerá, em um sentido ou outro, forte e nítida metamorfose. A segunda, já menos categórica, ainda que extraordinariamente provável, seria que, em vindo aquela metamorfose, ocorrerá também a modificação dos traços fisionômicos da atual filosofia da educação, é claro que apenas naquilo que ela não tenha de perene.

Contentemo-nos com isso. Mais além não podemos ir, no terreno das hipóteses, ou, pelo menos, não o sabe ir quem escreve estas linhas.

RUMOS PEDAGÓGICOS PARA A UNIDADE NACIONAL

E não apenas dessas duas revoluções educacionais, acima indicadas, terão de ser espectadores e atores os normalistas que tenham concluído ou vierem a concluir seus estudos nos anos mais próximos.

A aquelas transformações — uma didática e administrativa, outra, política e filosófica, ambas de âmbito mundial — há de se acrescentar uma terceira, essa, exclusivamente nacional.

A política educacional brasileira manteve até agora, em patente incongruência, dois aspectos antagônicos, conforme se tratasse do grau primário ou dos graus superior e secundário do ensino. Êstes dois últimos estão há muito fundidos em molde unitário, ou antes, nunca o deixaram de estar:

são de único modelo para todo o país. Há padrões oficiais, estabelecidos pelo governo federal, a serem seguidos uniformemente no país, pelos estabelecimentos estaduais e pelos colégios particulares equiparados: o Colégio Pedro II, para o ensino secundário; e as faculdades federais, para o ensino superior.

Quanto ao ensino primário, a diretriz tem sido outra, diametralmente oposta. Liberdade plena de métodos, de legislação, de seriação de matérias, de quantidade e qualidade de ensino. Cada Estado legisla como entende. Cada particular mantém o seu estabelecimento nas linhas que a si mesmo traça.

Essa situação vai dentro em breve mudar de modo radical. Pela primeira vez depois do Ato Adicional, o governo da Nação interferirá diretamente no ensino primário, e o vai fazer para coordená-o no sentido da unidade nacional.

A federação que o Ato Adicional esboçou e a constituição republicana de 24 de fevereiro consolidou e alargou, conferia, dentro da esfera da instrução primária, plena autonomia às províncias e depois aos Estados federados. Mercê dessa liberdade, o ensino primário passou a refletir, desde logo, a tendência regionalista que foi a nota dominante da vida política do Brasil até o regime instituído a 10 de novembro de 1937.

Em algumas unidades federadas o pendor regionalista era talvez pequeno; em outras, muitíssimo acentuado; em todas, mesmo no Distrito Federal e Estado do Rio de Janeiro, não de todo ausente. O grande esforço atual é o de esbater, até anular, o centrifugismo latente em nosso país. A incineração dos escudos e bandeiras, símbolos de 21 pequenas pátrias, irritadas entre si e em antagonismo tácito com o bem geral, foi o prelúdio de uma ação governamental intensa no sentido da coesão centripeta, em todos os setores, particularmente no da educação. Não mais a hipertrofia de amor pelos homens e feitos de cada circunscrição administrativa! Não mais livros e leituras versando apaixonadamente temas exclusivamente locais! Não mais cambian-

tes de coloração no ensino dando em resultado dissolver a Grande Pátria Comum!

Com êsse escopo, o poder público procura manter em tal orientação toda a sua política, e, em particular, nos departamentos de educação, afim de combater os fatores dissolventes que podemos sintetizar em três: *a)* êsse tórpido regionalismo, a que vimos de aludir; *b)* os adensamentos de correntes imigratórias em determinadas zonas do país; *c)* a infiltração de doutrinas exóticas contra as forças tradicionais do pensamento do povo brasileiro.

É claro que na lei de ensino primário não podia ser enfrentado o combate direto a essa perniciosa doutrinação, mas incrementando o ensino cívico como incrementa, a futura legislação cria, de fato, para a infância e juventude, ambiente infenso à germinação de idéias políticas ou semi-políticas importadas do exterior. E isso se patenteará na repulsa que há de haver, quer às teorias comunistas que visam na realidade quebrar os vínculos de nossa nacionalidade, quer a doutrinas religiosas, cuja propaganda, subsidiada por cofres estrangeiros, são lídimas vanguardieras de infiltrações ulteriores mais danosas.

Quanto aos dois primeiros dos três citados itens nacionalistas, a Comissão Nacional do Ensino Primário, no ante-projeto dêsse ensino e nos que dêle são o complemento, isto é, nos ante-projetos de ensino normal e de ensino pre-primário, os focaliza substancialmente por meio de providências pedagógicas adequadas.

Assim, foram estabelecidas medidas de coerção e estímulo, de um lado, para intensificar a assimilação nos núcleos da antiga colonização ainda sem uso corrente do idioma nacional, e, de outro, para esbater definitivamente, no raio de ação da instrução primária, tudo quanto possa servir de acoroçoamento a diferenciações regionalistas. O ante-projeto de ensino primário, como se verifica ao mais superficial exame, teve a preocupação de derribar barreiras intelectuais e culturais entre os Estados e de fomentar a rápida integração das populações de língua não-portuguesa.

Se a primeira série destas medidas — Assimilação dos quistos imigratórios — tem caráter de certo modo local, pois que restringida a meia dúzia de pontos do território pátrio, a segunda, essa, é francamente de molde a modificar hábitos enraizados na prática do ensino primário, assumindo, portanto, a feição de verdadeira revolução pedagógica.

Das providências postas em foco pelo ante-projeto e que aberram da maneira de ser clássica do ensino primário no Brasil, está, em primeiro lugar, a composição dos futuros quadros do magistério. O diploma de professor primário passará a ter caráter nacional, e não apenas, como até agora, estadual. Seu portador terá capacidade de atuação em todo o território da República, não se podendo falar, de então em diante, de mestres-escolas dêste ou daquele Estado, mas de mestres-escolas do Brasil.

Isso quanto ao corpo docente. O corpo discente também gozará de regalias análogas. A uniformidade das linhas mestras, já do *curriculum* propriamente dito, já dos programas esvaziados dos matizes regionalistas, tem a salutar consequência de impedir *zelos* regionais e de facilitar a transferência de alunos de um Estado para outro sem o gravame de dolorosas adaptações a que estava sujeito quem mudasse de residência. As fronteiras estaduais eram, no ponto de vista do ensino primário, isto é, do ensino das massas, por vezes mais nítidas que as do Brasil com outros povos. O deslocamento através delas significava uma desadaptação absoluta.

Essas duas resoluções tomadas pelo ante-projeto alteraram fortemente a face da política educacional brasileira, baseada, até a presente data, na diferença de regimes de ensino de Estado para Estado, seja no ponto de vista administrativo, seja no ponto de vista técnico.

A nova lei do ensino primário ainda encerra, porém, outras sortes de dispositivos, igualmente importantes, o principal dos quais diz com a disseminação da instrução dêsse primeiro grau de aprendizagem. Nunca tivemos, à falta de regulamentação eficiente, o desejado e recomendá-

vel ensino primário obrigatório. Algumas leis, e até alguns dispositivos constitucionais, aludiam a tal, mas eram letra morta, porque medidas coercitivas não compeliam alguém a executá-las, nem punia os infratores.

A Comissão Nacional do Ensino Primário também enveredou corajosamente por êsse caminho, propondo soluções drásticas que irão até a perda dos direitos civis dos pais que não proporcionarem instrução primária aos filhos.

Como se vê, o novo código brasileiro de educação primária, formulado pela comissão técnica a que foi cometido o problema, não é u'a morna consolidação de leis antigas, mas a intrépida arquitetura de um regime educacional inteiramente novo no Brasil.

Temos, portanto, o direito de esperar um novo rumo pedagógico para nossa pátria logo que entre essa lei em plena execução, lei que é qualquer coisa de análogo à legislação argentina que, com Sarmiento, modificou a face política e social do país vizinho. Apesar de aparecer tão tardiamente, oxalá o mesmo seja conseguido no Brasil!

*

* *

Explanadas nesses curtos esquemas, cada uma das três grandes paisagens pedagógicas tal como são vistas pelo autor, parece que nos assiste o direito de responder afirmativamente à interrogação que dá título a êste artigo, garantindo que se desenham novos rumos para a pedagogia.

GAÚCHO. GAUDÉRIO. GUASCA

AUGUSTO MEYER.

Consultar o vocabulário gaúcho é rasgar à visão interior paisagens retrospectivas, enquadradas na moldura da história.

O vocábulo então não é apenas a carniça magra ou polpuda em que a etimologia vem dar a sua bicada. Na perna de cada letra estão entecidas sugestões e sugestões para o leitor fantasista, amigo da pachorra que devaneia e do fumo crioulo bem palmeado. Enquanto a fumaça escreve no ar a garatuja indecifrável, salta do texto um termo vivo, que os olhos apalpam e o ouvido reproduz, buscando o seu eco no poço da memória.

Vozes que nascem, carreando outras vozes, sopros de gerações repetindo a mesma eufonia incerta, silabadas e modismos em que a fôrça do sentimento gravou a sua marca, transbordando de bôcas duras ou carinhosas, vestígios do espírito moldados no barro, às vezes simples sobrevivência da vida rude nos trabalhos e dias.

Algumas ainda arrastam a espora, atravessam o tempo num passo decidido. Outras dizem de campos abertos ao galope, e da peleia, da cancha reta ou da longa viajada. Esta sabe a galpão; aquela abre no fundo da lembrança uma várzea ao sol-entrar, quando o cheiro dos pastos verdes é mais ativo e os banhados refletem uma nesga de céu mais profundo.

Há os castelhanismos petulantes, palavras que parecem

a toda hora cobrar um queijo (1), topar qualquer parada. Há os falsos castelhanismos de muito bom português, quincentismos retovados ou conservados na província, surdindo improvisamente na bôca de um peão. Não faltam as que sugerem as finais das nossas toadas, embebidas na lonjura... E há também palavras de dedo no lábio, impondo silêncio: *querência, pagos, rincão*.

*

* *

De umas e de outras, como num aparte subjetivo em que o método anda beirando o arbitrio mas não deixa de manter o seu preceito, é possível catar analogias à luz do postulado histórico, sem pretensões lexicográficas, cedendo apenas ao prazer do momento.

De tantos vocábulos empenhados em caracterizar a indumentária gaúcha, por exemplo, o que ressalta logo é a noção de um complexo cultural — a *idade do couro*. Embora êsse termo sociológico não me pareça muito feliz, por se prestar a lamentáveis confusões, o fato é que o nosso vocabulário reflete com eloquência aquele tipo de vida que floresceu na outra banda, durante o século XVIII e se difundiu pela campanha riograndense.

As vacarias e estâncias foram o seu centro de expansão, com a indústria rudimentar destinada a atender necessidades imediatas. Mas é melhor limpar o terreno, antes de prosseguir, limpá-lo sobretudo das fábulas históricas de Robertson e Juan Agustín García, que imaginaram o pampa, já em fins do século XVI, como um verdadeiro oceano de aspas, riqueza prodigiosa, crescendo ao Deus dará (2). Na verdade, só mais tarde começou a desenvolver-se a criação nos campos do Prata, pois em 1604, para abastecer a sua

(1) Alusão ao conto *Debe un queso* de Simões Lopes Netto.

(2) Segundo Juan Agustín García, em 1580, "la Pampa estaba llena de animales: una prodigiosa riqueza de fácil explotación y, con poco trabajo, de resultado seguro". V. *La Ciudad Indiana*, cap. I.

gente durante a expedição à Patagônia, Hernandarias teve de apartar em Assunção a tropa indispensável.

De Assunção igualmente procediam as quinhentas vacas tangidas pela gente de Garay para a segunda fundação de Buenos-Aires, de sorte que, como causa indireta, aos portugueses de São Vicente deve-se a introdução do gado vacum nas regiões platinas. A bagualada, esta sim, já então se desenvolvera livremente nas planuras do sul, desde a expedição de Mendoza em 1535, o qual conseguira desembarcar setenta e dois cavalos e éguas, sôbre o total de cem embarcados na Espanha (3).

Para desfazer as fantasias dessa *idade de ouro*, baste observar que, oito anos após a segunda fundação, Buenos-Aires tinha um pobre rodeio de 675 cabeças (4). Só em 1610 começa a desenvolver-se o gado em grande escala, até atingir no século XVIII as proporções de uma verdadeira enchente (5). Na região cisplatina, terra de boas pastagens e aguadas, as "vacarias do mar" formariam mais tarde a principal reserva de gado para o govêrno de Espanha e para as arreadas de paulistas e lagunistas aventureiros.

Por outro lado, os inventários de 1768 não podem dar senão uma vaga idéia do gado proveniente das antigas missões em terras do atual Rio Grande, pois não entraram em conta as grandes estâncias de São Miguel e Yapeyú e faltam os totais referentes a São Borja e Santo Ângelo, segundo nota ao pé do próprio documento (6). Do Tape a comêço e logo após dos campos da Vacaria vieram as principais reservas de criação na zona hoje riograndense, apesar das

(3) V. Ricardo Levene, *Lecciones de Historia Argentina*, B. Aires, 1937, tomo I, p. 91.

(4) V. Emilio Coni, *La producción agropecuaria de Buenos-Aires*, in *La Nación*, 8 de novembro de 1924.

(5) V. principalmente Rómulo Zabala y Enrique de Gandía, *Historia de la Ciudad de Buenos Aires*, B. Aires, 1936, v. I, cap. XI e Levene, o.c., página 265.

(6) Nota do inventário: "En los pueblos de San Miguel y Yapeyú, no se pudo inventariar el ganado, que se hallaba alzado y disperso en los campos de sus estancias. Asimismo faltan los inventarios de San Borja y Santo Ângel, por no haberse entregado por el escribano Don José Zenyano". Ap. Maria Fassbinder, *Der "Jesuitenstaat" in Paraguay*, Halle (Saale), 1926, página 99.

habituais depredações dos paulistas. Segundo Aurélio Pôrto, até 1634, quando o padre Cristóvão de Mendoza introduziu no Tape um *golpe de ganado* de origem vicentina, comprado a Manuel Cabral de Alpoim, "as criações mais próximas ainda estanciavam pelos campos de Entre-Rios e Corrientes" (7).

A princípio lutaram os jesuitas com as maiores dificuldades na manutenção de estâncias para as reduções, condição primacial do aldeamento dos índios, a única maneira de reduzi-los, não direi pela fartura, pois um guaraní jamais se fartava, mas pela carne de cada dia. Sem erva e sem carne, como agrupá-los em tórno da praça, desemboçando-lhes o espírito com uma simples noção da vida coletiva? (8). Os ervais e as estâncias são dois elementos indispensáveis que virão completar a imagem ideal de um povo das missões; devemos ajuntar o seu traçado ao risco das plantas que nos revelam os arquivos, ao daquela notável planta de São João, por exemplo, a qual servirá de modelo a qualquer tentativa de reconstituição histórica (9).

Se era imperioso o consumo imediato da carne entre os povos, o do couro manifestou-se em toda a região meridional, aquém e além do Prata, com a importância de um complexo cultural mais ou menos caracterizado, representando de certo modo um estilo de vida.

O escasso comércio de couros mantido pelos jesuitas, a dar credito à observação de Cardiel, encontra explicação na urgência do seu aproveitamento para diversos fins (10). Quanto às Missões, são os padres Anton Sepp e Muriel que nos fornecem os documentos mais característicos da chamada *idade do couro*. Entrava na confecção de tudo: cai-

(7) V. Aurélio Pôrto, *Martírio do Venerável P. Cristóvão de Mendoza*, S.J. Pôrto Alegre, 1940, p. 27. Todo o capítulo VI da separata publicada pelo historiador gaúcho é da maior importância para o estudo da questão. Merece pesquisa mais demorada principalmente a documentação contida no *Pleito sobre vacarias*, B. N. I, 29, 4, 40.

(8) V. Maria Fassbinder, o. c., p. 84 e sgs.

(9) V. José Torre Revello, *Mapas y planos referentes al Virreinato del Plata*, B. Aires, 1938, n. II.

(10) *Breve Relación de las Misiones del Paraguay*, in Hernandez, II, anexo n. 47.

xas e arcas, cestas e sacos, toldos de carretas ou embarcações; pelotas, redes, os próprios caixões mortuários eram feitos de couro; em vez de pregos, correias, em vez de paredes internas, armações de madeira revestidas de couro; retovavam-se os canhões, e eram de couro todos os ranchos dos antigos posteiros. Refere um documento citado por Muriel e reproduzido em Teschauer: "Os couros, ainda falando dos de curso comercial, se consomem quasi todos nos povos para vários usos... Não há nas casas caixa grande nem pequena nem cesto que não se fabrique inteiramente de couro. Os grãos e legumes se guardam não em celeiros senão em sacos de couro. De couro se fazem as correias que se usam em vez de cordas e maromas, seja para obras públicas, seja para privadas e para travar entre si os pavimentos e as estacadas. Quando o carro ou outro veículo se estraga ou uma parte dêle começa a apartar-se de outra, não se compõe com pregos, senão com tiras de couro. A coberta dos carros é de couro. Às escadinhas fabricadas de taquaras que usam para os galinheiros, também lhes pegam couro. A maior parte dos canhões que têm, são de madeira igualmente forrada de couro. Os botes para passar os rios que chamam *pelotas*, são inteiramente de couro. As vigotas dos edificios ou dos telhados se prendem, não com pregos como em outras regiões, senão com cordas de couro até formarem grade. Suas casinhas muitas vezes as cobrem não com madeira mas com couro. Suas armas não só as têm colocadas sôbre um tecido de correias, mas muitas são inteiramente de couro. Quando fazem aposentos, o pavimento não é de ladrilho mas de couro. As paredes em muitas partes são ali de uma construção que chamam de taipa francesa e se reduz a uma grade feita de estacas e troncos travados com troços de correia e revestida de barro" (11).

Um viajante que passara por Montevidéu durante a sua primeira fase de construção, observou quarenta casas de

(11) Maria Fassbinder, o. c., p. 119, e Teschauer, *História do Rio Grande do Sul*, Pôrto-Alegre, 1918, vol. I, p. 341. Não me foi possível consultar o texto do padre Anton Sepp.

couro e só duas de material (12). A mesma observação faria outro viajante, ao passar pelo Rio Grande, como ressalta de uma das páginas mais interessantes de Alfredo Varela na sua *História da Grande Revolução*, página que poderá servir de mote a estes comentários vadios, além de esboçar um resumo vivo da *idade do couro* no Continente: “Era com o couro bruto, escreve o historiador gaúcho, que se obrava o fechamento das poucas aberturas da casota e tinha o mesmo preponderante emprêgo na elaboração de quasi todos os móveis domésticos: estrados dos leitos, assentos dos escabelos, fôrro da poltrona. única destinada ao patriarca. Com a pele assim rústica se faziam os apeiros da faina dominante, os laços, maneadores, lombilhos, caronas, maneias, rédeas, cabeçadas, sogas, cabrestos, rebenques, como em parte o arreador e as boliadeiras... D’aí a alcunha de *guasas*. Quanto às habitações, Strasser, que nos visitou por essa remota quadra, ao pintar o que era o nascente *presidio*, mais tarde nossa primeira vila, menciona o *palácio* do regedor local... Em seu tórno havia algumas construções, retangulares sempre, cobertas de telha ou palha, mas, na quasi totalidade, não ultrapassavam as da gente do comum, junto às devesas ou poteiros, cortes ou invernadas, currais ou mangueiras das pátrias estâncias. Isto é, forradas por inteiro de couro incurtido. Por inteiro, do tecto à base; madeira unicamente a da armação interna” (13).

(12) V. Alberto Zum Felde, *Proceso Histórico del Uruguay*, Montevideo, s. d., p. 36 e segs. Observa Zum Felde: “Puede decirse, sin abuso de metáfora, que el Uruguay tiene una *edad del cuero*. De 1700 a 1800, el cuero es, en efecto, la materia prima de toda industria”. E depois de citar um cronista, acrescenta: “A estos usos hay que sumar el sombrero panzanurro, la cubierta de las carretas, los tientos para enastar las puntas de tijera en las chuzas, la bota de potro, el cojinillo, y, los dos mas originales tal vez: la *pelota*, para cruzar los rios, y el enchalecamiento de los reos, que inventa el comandante Pacheco”.

(13) V. Alfredo Varela, *História da Grande Revolução*, vol. I, p. 85. Da carta do padre Melchor Strasser, todavia, tal como foi traduzida para o espanhol pelo padre Juan Mühn e publicada em *El Río de La Plata visto por viajeros alemanes del siglo XVIII*, segundo cópia que devo a Aurélio Pôrto, nada consta a respeito de construções de couro. Diz o autor: “Las casas son muy miserables; son peores que las de las aldeas de Baviera, y tanto

Não será redundância abrir o livro de Saint-Hilaire e assinalar as páginas 88 e 90, onde podemos ver confirmado em pleno século XIX o mesmo *complexo cultural*: “Les estanceiros (*sic*) tuent un grand nombre de bestiaux pour leur nourriture (observam os seus olhos infatigáveis), mais la consommation des cuirs est à peu près dans la même proportion, parce que, comme je l’ai dit, on les emploie dans ce pays à mille usages différents”. E veja-se nesta vinheta final um verdadeiro símbolo dessa fase de transição: “No transporte de areia e tijolos é usado, à guisa de carreta, um couro, puxado por dois bois, que por sua vez são atrelados por meio de uma corda de couro” (14).

Tudo isso está contido no vocábulo *guasca*, síntese daquela *idade*, alcunha um tanto crua com que se cognominaram os nossos campeiros, generalizada mais tarde entre os brasileiros do norte para designar indistintamente os filhos do Rio Grande. Em Coruja e Romaguera Correia ainda vem a palavra com laivos da sua origem, apresenta-se de certo modo como dictério, pois reflete a opinião do praticista que deseja apartar-se do homem da campanha, ou do nortista um tanto desdenhoso (15).

Mas o sentido predominante acabou desbancando qualquer restrição no seu uso, a ponto de manifestar-se neutro na obra de um dos nossos escritores mais ponderados na economia da frase: Machado de Assis (16).

Guasca, aliás, não tardou muito em corresponder a uma intenção elogiosa, a ser pronunciado como um título de hombridade e destemor, o que transluz do nosso popular. Falava-se em *guasca largado* como quem dissesse

el palacio del señor Gobernador, como nuestra capilla estan cubiertas solamente de paja”.

(14) V. *Voyage à Rio-Grande do Sul*, Orléans, 1887, 1. e.

(15) V. Antônio Álvares Pereira Coruja, *Coleção de Vocábulo e Frases usados na Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul*, in Rev. do Inst. Hist. e Geogr. Br., 1852, tomo XV, p. 224. E. J. Romaguera Correia, *Vocabulário Sul-Rio-Grandense*, Pelotas, 1898.

(16) V. *Quincas Borba*, cap. CXVIII. Diz D. Fernanda a Carlos Maria, referindo-se em caloroso elogio, a uma filha do Rio Grande: “É uma guasea de primeira ordem”.

quebra largado, torena, monarca das coxilhas. Como quem diz — *gaúcho*.

A violenta expansão de individualismo, quasi narcisismo, que palpita ainda em tais vocábulos! Palavras de sangue quente, revelam o excesso de vitalidade que se apega ao desafio por desfastio e à ebriez de si mesmo, como o touro escarva a terra. É menos que egolatria e mais do que bravata, é uma fôrça que se gasta por necessidade.

E há um fundo ingênuo em tamanho entono. Ainda que mal compare, seria necessário recorrer ao motivo musical do Siegfried moço, aquele que Nietzsche amou tanto, para sentir a energia matinal, a pulsação de vida, mas também a cegueira que anima o rapsodo de si mesmo, o *eu* embebedado pela contemplação do *eu* e elevado à nota mais aguda, ao cantar:

Sou valente como as armas,
Sou guapo como um leão,
Índio velho sem govêrno,
Minha lei é o coração.

Quando ato a cola do pingo
E ponho o chapéu do lado
E boto o laço nos tentos,
Por Deus! que sou respeitado!

Não tenho mancha nem mêdo,
Não temo inverno ou verão;
Meu culto é o das raparigas
E do mate chimarrão.

Quando me ausento dos pagos,
Isto por curto intervalo,
Reconhecem minha volta
Pelo tranco do cavallo... (17)

Sem dúvida, pela voz do cantor fala a exaltação da coragem pessoal, que é da infância de todos os povos e anda em qualquer cancionero ou romanceiro ou epopéia. Ve-

(17) V. Simões Lopes Netto, *Cancioneiro Guasca*, Pelotas, 1928, p. 142.

lha novidade. Nós, porém, homens de outro tempo, aperreados pelo demônio das fichas, traduzindo tudo em valores de perspectiva histórica, bem sabemos da idealização que se operou sobre a vida semi-bárbara dos antigos *monarcas*. Sentimos um resíduo romântico perdurável nessa espécie de retôrno à natureza, através do apêgo ao individualismo. A permanência dêsse matiz sentimental no populário e às vezes na obra dos nossos regionalistas pode ser acompanhada em paralelo pelo estudo histórico da evolução do vocábulo que sintetiza as suas diversas manifestações — *gaúcho*. Não há de ser em vão que a palavra perdeu o sentido primitivo para revestir-se de outro, francamente encomiástico. Os primórdios dessa mudança de acepção já haviam sido observados por Nicolau Dreys no comêço do século passado.

*

* *

A julgar pela autoridade dos arquivos, antes do vocábulo *gaúcho*, o que aparece nos documentos de uma e outra banda é a palavra *gaudério*, que Bernardo Ibañez de Echavarrri introduz em 1770 na sua tradução castelhana do diário do padre Henis sobre a guerra do Paraguai. Aparece então aplicada aos aventureiros paulistas que desertavam das tropas regulares, identificando-se com a vida rude dos coureadores e ladrões de gado: "hombres Paulistas, que tienen la propiedad y costumbre de vender lo que no es suyo a los cuales en el país llaman *Cauderios*" (18).

(18) V. Emilio A. Coni, *Contribución a la História del Gaucho*, Buenos Aires, 1937, p. 44 e 45, nota em que o autor observa: "Si nos atenemos a la traducción hecha por Echavarrri de la obra escrita en latín por el Padre Henis sobre la guerra de los Guaraníes, resultaría que en 1754 era ya conocido el vocablo *gaudério*. En efecto, dice Echavarrri así: "... hombres Paulistas, que tienen la propiedad y costumbre de vender lo que no es suyo a los cuales en el país llaman *Cauderios*" (Subrayado en el original). Pero, como me lo demuestra mi amigo el doctor Caviglia, a quien debo el material de esta Nota, resulta que dicha frase es una interpolación elandestina de Echavarrri, pues, en el texto latino del P. Henis que corre impreso en columna paralela, no figuran tales *Cauderios*. No podemos pues atribuir a esta cita de *Cauderios*, probable errata de *Gauderios*, la fecha de 1754, sino de la impresión

Seja ou não uma interpolação do tradutor, como afirma Caviglia e indiretamente se deduz de uma nota de Rodolfo Garcia ao criticar a fidelidade de Echavarri (19), a observação coincide com as deserções numerosas que o próprio Gomes Freire de Andrada consignou, quando em 1754 chegavam às Missões os “paulistas e lagunistas aventureiros” (20). Ora, qualquer desertor fatalmente era um novo candidato à sociedade dos “coureadores”, “changadores”, “gaudérios”, associação de rapinagem mais ou menos organizada que chegou a constituir grave problema para os guardas volantes da campanha (21).

Èsses homens sem lei nem rei, que “moravam na sua camisa, debaixo do seu chapéu”, mantendo-se num equilíbrio instável entre o índio e o branco, foram aproveitados muita vez nas arreadas e na guerra como campeiros ou bombeiros, mas o seu contacto com as tropas regulares de espanhóis ou portugueses durava enquanto havia gado a arrebanhar, desfazendo-se logo, como um nó frouxo, o ajuste que haviam conchavado, e volvendo o gaudério ao nomadismo. A sua atividade marginal estende-se por mais de um século da história do pampa, perdurando ainda no contrabandista menos abarbarado, quasi paisano dos últimos tempos o mesmo caráter que distinguia o antigo *changador* (22).

Dois modernos historiadores da cidade de Buenos-Aires, em obra documentada, mostram repetidamente o que foi o esforço de repressão empreendido pelos alcaides da “hermandad”, auxiliados pelos guardas da campanha: um corre-corre interminável. Os campos, não obstante, continuavam cheios de “vagamundos”, “changadores” e outros desocupa-

de la traducción de Echavarri que es de 1770. Con todo, viene a ser la mención más antigua conocida del vocablo *Gauderio* en ambas márgenes del Plata”.

(19) V. Anais da Biblioteca Nacional, Volume LII, *Documentos sobre o Tratado de 1750*, vol. I, p. 473. Refere-se Rodolfo Garcia à *Histoire du Paraguay sous les Jésuites*, de Amsterdam, 1780; o texto citado por Emílio Coni é da versão de Madrid, 1770.

(20) V. Rev. Inst. Hist. Geogr. Br., Tomo XVI, 1853, p. 91.

(21) V. Emílio A. Coni, o. c., p. 37 e sgs.

(22) V. J. Rezende Silva, *A Fronteira do Sul*, Rio de Janeiro, 1922, parte III.

dos que viviam dos gados alheios, do contrabando e da venda de couros e graxa aos portugueses. “Eran los sujetos, commentam, á quienes más tarde, a fines del siglo XVIII, se llamó gauchos” (23).

O pioneiro do tema, Emilio Coni, afirma, baseado em pesquisas de don José Torre Revello, que a palavra foi citada pela primeira vez em documento de 1790, justamente um parecer propondo a criação de uma partida volante, para que “persiguiese y arrestase a los muchos malévolos, Ladrones, Desertores y Peones de todas castas, que llaman *Gauchos* o *Gauderios*...” (24). Verifiquei, porém, que José de Saldanha, com o seu interesse habitual pelos étimos empregados no linguajar continentino, já em 1787 registara o vocábulo no *Diário Resumido*, em três passos distintos, abrindo nota para a sua explicação: “De hum, e outro lado deste passo, assáz bom, e digno da passagem de carros, ou carretas, se as vezinhas Coxilhas o permittissem, encontramos destroçados ranchinhos, e vestigios de Coureadores, e Gauches do Campo”. A nota esclarece: “*Gauches*, palavra Hespanhola uzada neste Paiz para expressar aos Vagabundos, ou ladroens do Campo, quaes Vaqueiros, costumados a matar os Touros chimarroens, a sacar-lhes os couros, e a levalos occultamente as Povoações, para sua venda ou troca por outros generos” (25).

É, portanto, a primeira referência conhecida, referência que não deixa a menor dúvida quanto ao sentido primitivo. E o fato é que a acepção da palavra persiste, incorruptível, até meados do século XIX. Ao falar em *gaúchos*, é sempre no antigo sentido que Saint-Hilaire emprega o termo (26). Tratando das inevitáveis represálias que provocavam os roubos de gado, quando predominava a lei do

(23) V. Rómulo Zabala y Enrique de Gandía, o. e., vol. II, p. 202.

(24) Obra citada, p. 54.

(25) V. *Diário Resumido do dr. José de Saldanha*, Separata do vol. LI dos “Anais da Biblioteca Nacional”, pp. 181, 211 e 223. Além da nota acima referida: “... pelos continuos roubos dos *Gauches* (*sic*) e Vagabundos do Campo”; “... junto a hum passo que de novo se achava feito, e aberto pelos *Gauches*, ou Vagabundos do Campo”.

(26) V. o. e. referências aos *Gauchos* ou *Garuchos*, pp. 82, 160, 327, 430, 364, 396, 381.

“ladrão que rouba ladrão”, escreve no seu caderno de viagem: “Dada a conhecida indole dos Gaúchos, é possível imaginar que, proclamada a independência, aproveitaram-se dos primeiros momentos de desordem para a pilhagem do gado nas estâncias portuguesas, e os portugueses a seu turno promoviam arreadas nas estâncias espanholas.” Dois meses mais tarde, nos campos de Rocha, vem novo apontamento incisivo: “Èsses homens sem religião nem moral, na maioria índios ou mestiços, que os portugueses designavam pelo nome de *Garruchos* ou *Gahuchos*.” Suposto êle quisesse aludir somente aos da outra banda, o fato é que, ao considerar com a habitual serenidade a ingratidão do alferes Antônio Bernardino e Silva, dizia, de talvez em talvez: “Peut-être a-t-il jugé qu’il se débarrasserait de moi plus promptement en me faisant passer la rivièrre où je l’ai traversée; peut-être n’y a-t-il eu de sa part que légèreté, faute de réflexion, insouciance; et je serais d’autant plus tenté de le croire que cet homme, quoique véritablement blanc, est de ceux des habitants de cette capitainerie dont les moeurs différent peu de celles des Garuchos.”

Dreys, que observou os costumes continentinos entre 1817 e 1835, refere-se àquela estranha gente em termos bem claros, como formando uma sociedade à margem da outra. Já então fala em *gaúchos*, mas tem o cuidado expressivo de contrapô-los à população chamada regular: “Sem chefes, sem leis, sem policia, os gaúchos não têm da moral social, senão as idéias vulgares, e sobretudo uma sorte de probidade condicional que os leva a respeitar a propriedade de quem lhes faz beneficio ou de quem os emprega, ou neles deposita confiança.”

Começava, sem dúvida, a esmaecer pouco a pouco o sentido desfavorável; êle próprio sublinhou que o termo “perdeu nessa aplicação alguma cousa do significado que lhe era primitivamente inerente” (27).

Modificadas as condições de vida na campanha, com

(27) V. Nicolau Dreys, *Notícia Descritiva da Provincia do Rio-Grande de S. Pedro do Sul*, Pôrto-Alegre, 1927, p. 180 e segs.

o trabalho organizado nas estâncias, decrescia o nomadismo, ao passo que ia crescendo a necessidade de um meio de subsistência regular. O próprio *gaudério*, não tendo já o ensejo das antigas arreadas, submetia-se de vez em quando a um ajuste, ficava por mais tempo apalavrado de posteiro ou peão; acabava agregado.

Também evoluía o valor da palavra que servira antigamente para denominar o seu tipo social. Impregnava-se de novos matizes, perdia as arestas e polia-se ao trato rotineiro, tornando-se, por assim dizer, inofensiva, com as armas penduradas à parede que se transformam em simples troféu. Havia, como em tudo, um lado bom no ladrão do campo: a sua habilidade campeira, além da aptidão para a guerra, virtudes, aliás, que foram exploradas pelos representantes da lei. Por êste lado é que o dictério *gaúcho* entrou a recompor-se de sentido, tomando um banho de regeneração. *Gaúcho* passou a designar desde certo momento o homem valoroso, o homem afeito aos trabalhos do campo.

D'aí, dessa espécie de purgatório, não há grande distância a percorrer para chegarmos ao significado mais lato, difundido já no último quartel de novecentos. É verdade que em 1851 o nosso primeiro lexicógrafo ainda mantém os vestígios do primitivo sentido, ao averbar: "*Gaúcho*, s. m. Índio do campo sem domicilio certo", mas não passava de um bruxoleio da tradição quasi extinta. Desacolherado o termo de seu irmão gêmeo *gaudério* que, êste sim, ficara com a exclusividade da acepção anterior, *gaúcho* agora abria o vôo para outros destinos.

PANORAMA LITERÁRIO DE 1940

BERILO NEVES.

O ano de 1940 ficará assinalado, na crônica geral da Literatura Brasileira, como dos mais proficuos e movimentados. Em todos os setores das letras, trabalhou-se o bom trabalho — e surdiram obras que traduzem, de maneira vária, a vitalidade opulenta do pensamento nacional.

Nem sempre, porém, desgraçadamente, o primor da qualidade correspondeu ao volume da produção. Há gêneros, como o romance, em que as obras primas continuaram escassas, nada obstante a fecundidade furiosa dos romancistas. No ensaio, na crônica, não fomos — de modo geral — mais felizes. A historiografia registou alguns trabalhos de largo mérito. Os estudos e pesquisas de caráter erudito multiplicaram-se — o que é, só por si, bom sinal. Muitas das nossas mais belas inteligências preferiram reverter ao Passado, cavando a mina prodigiosa das tradições, a tentar descrever o Presente, em livros a que a própria atualidade não consegue emprestar o devido interêsse.

A produção literária das províncias teve uma de suas fases mais felizes. S. Paulo, Rio Grande do Sul, Minas, alguns Estados do Norte enviaram-nos obras de sensacional mérito. Alguns dos escritores mais lidos em 1940 pertencem à província. A Côte não perdeu seu prestígio histórico (nem o poderia perder) mas a vida literária do país não seguiu a linha geográfica da influência político-administrativa.

Isso prova a multiplicação dos focos de vida intelectual

brasileira e revela uma projeção, cada vez mais assinalável, dos exemplos culturais de Rio e São Paulo. O chamado *romance regional* continuou em moda, mas perdeu, a nosso ver, grande parte de seu primitivo prestígio. Abusou-se, ainda uma vez, de cenários, modismos e linguajar caipiras. Quasi não se registou o *romance da metrópole* — que é, afinal, o mais difícil por não contar com o exotismo das paisagens humanas e o pinturesco dos costumes regionais.

A Literatura Brasileira do ano findo tendeu, grandemente, para os trabalhos de excavação histórica e de reconstituição de almas e de obras. A nova consagração de Machado de Assis mostrou-nos um momento culminante da nossa evolução artística.

País de homens imaginosos (como todo país jovem) o Brasil está deixando a ficção para melhor servir à Erudição. A pobreza da produção poética é manifesta. Os mais ilustres artistas do verso quasi nada nos trouxeram de novo; os novos quasi nada nos trouxeram de ilustre.

A Nação trata, antes de tudo, de refazer, em definitivo, sua fisionomia histórica. Os sábios, naturalistas, historiadores, cronistas de vária espécie têm a primazia neste curioso instante da nossa evolução cultural. As figuras máximas do nosso Pensamento e do nosso Estilo — Machado, Euclides, Rui, Bilac, ... — vão encontrar biógrafos e comentadores à altura de seus méritos e trabalhos.

As reedições de obras raras — tais como a "*Viagem pitoresca e histórica ao Brasil*", de Jean Baptiste Debret — tornam-se acessíveis ao grande público e contribuem, sem dúvida, para essa difusão de cultura, sem a qual não há nações verdadeiramente fortes e ilustres.

*

* *

Nos últimos meses de 1939 tivemos, do Destino, um presente régio: o livro "*Canudos*", de Euclides da Cunha, composto das notas, até então inéditas, que serviram ao grande escritor, para a feitura de os "*Os Sertões*". O sub-título

“Diário de uma expedição” assinala o caráter provisório daquelas notas, algumas com imperfeições de forma, todas apressadas — pois que escritas ao sabor dos acontecimentos, no desconforto e imprevisto das viagens. Ali se encontra a ganga terrosa de que Euclides haveria de tirar, mais tarde, o puríssimo diamante de “*Os Sertões*”. Durante todo o ano de 1940, como em parte de 1939, esteve em foco a grande figura de Machado de Assis. Todos os aspectos da inconfundível personalidade literária do Mestre foram estudados, com abundância de pormenores. Uma exposição de autógrafos e outros documentos da sua vida e obra contribuiu para fazer ressurgir, de maneira flagrante, o singular estilista de “*D. Casmurro*”. Muito dêsses estudos visaram, não ao artista, mas ao enfêrmo. Fez-se o diagnóstico retrospectivo das mazelas de que padeceu o insigne prosador e poeta brasileiro. Mas, no meio de tudo isso, alguma coisa ficou, de definitivo e estável.

*
* *

O romance foi, decerto, o gênero preferido por numerosa classe de escritores brasileiros em 1940. O sr. Érico Veríssimo — talvez a mais completa organização de romancista da nova geração — deu-nos, em “*Saga*” um admirável estudo de paisagem humana, a que serve de cenário a guerra civil da Espanha. O sr. José Lins do Rêgo confirmou, em “*Riacho Doce*”, suas admiráveis qualidades de romancista, turvadas, infelizmente, por indesculpável descaso em matéria de linguagem. O sr. Menotti del Picchia — uma das maiores afirmações de talento com que contamos, ofereceu-nos, em “*Salomé*”, um romance muito à moderna, com os vícios e as falhas do gênero, e em que o autor sacrificou qualidades artísticas ao desejo de causar ruído excessivo. Com a novela “*Um rio imita o Reno*”, o sr. Viana Moog inscreveu-se, seguramente, entre os nossos escritores de maior vocação para os estudos sociais, de objetivação imediata e flagrante. Mas, sua obra prima ficou sendo “*Eça*

de Queiroz e o século XIX", o melhor estudo que o mágico de "A Cidade e as Serras" já inspirou no Brasil.

O sr. Ribeiro Couto mostrou-nos, em "*Prima Belinha*", que pode tirar da sua inteligência — assim como um prestigeador das suas miraculosas algibeiras — tudo o que deseje. Poeta, *conteur*, cronista, faltava um romance à sua glória literária. "*Prima Belinha*" é o resultado dessa opulência de recursos, embora (como já notámos alhures) o livro tenha procurado seguir a moda no gênero — o que é mau, em se tratando de escritor tão brilhante.

O romance "*O desconhecido*", do sr. Lúcio Cardoso, foi um dos volumes de maior relêvo surgidos em 1940. Afóra os defeitos da escola a que se filia, não se lhe podem negar qualidades que o extremam de outros romancistas contemporâneos.

Quanto à "*Sucessora*", da sra. Carolina Nabuco, pôsto se trate de reedição, é preciso não esquecer a extraordinária semelhança que há entre êste livro e a "*Rebeca*" de Daphne du Maurier. Tendo aparecido o romance brasileiro alguns anos antes de "*Rebeca*", é fácil concluir pela procedência do enredo e do mérito...

"*Bati à porta da Vida*" é o romance com que a sra. Tetrá de Tefé nos fixa alguns flagrantes da vida brasileira dos grandes centros urbanos, em nossos dias. O agrado com que o acolheu o público é, por si mesmo, bom indício da valia da obra.

No setor dos estudos histórico-literários devemos começar pela "*Pequena História das Américas*" e pelo "*Panorama da Literatura Brasileira*", duas grandes obras de um grande Mestre: Afrânio Peixoto. Em ambas, o espírito pedagógico do emienente polígrafo afirma-se de maneira admirável, contribuindo para que aprendam muito os que lhe deletreiem os livros. O "*Panorama da Literatura Brasileira*" abrange a crônica da nossa vida intelectual desde os primórdios da nacionalidade até os nossos dias. É, como tudo o que traz a assinatura do sr. Afrânio Peixoto, uma obra assim admirável pela cultura como pela confeição. A "*Pequena História das Américas*" é um resumo excelente da vida do con-

tinente colombiano, uma visão de conjunto, tão do gosto dos americanos e, em geral, da nossa época.

O sr. Pedro Calmon, historiador laureado por uma série de obras primorosas, apresenta-nos, em "*Figuras de azulejo*", uma sequência de painéis, através dos quais o Passado revive em tintas de doce e terna realidade. O azulejo é, por assim dizer, o símbolo arquitectônico do mundo colonial. É um motivo de arte, uma fonte perene de inspiração. Nos azulejos das nossas velhas casas senhoriais palpitam capítulos inteiros da vida brasileira. O moço acadêmico fê-los mais límpidos, tirando-lhes o pó dos tempos e restituindo-lhes o colorido vivaz da época.

A "*Marcha para o Oeste*", do sr. Cassiano Ricardo, é, também, a seu modo, obra de historiador e cronista. É um estudo político-sociológico das bandeiras, a exaltação literária das arrancadas heróicas que dilataram o Brasil e o fizeram maior — no duplo sentido moral e geográfico. É obra de folêgo, em que a indole, essencialmente poética, do autor, se revela a cada página.

"*O mundo que o Português criou*" é uma das conferências que o sr. Gilberto Freire deveria ter realizado, em 1937, em Portugal, quando em missão do nosso Governo e do Instituto Brasileiro de Alta Cultura. É o estudo das nossas relações sociais e culturais com Portugal e as colônias. O problema da mestiçagem merece, neste livro, ao sr. Gilberto Freire, amplas considerações. O sociólogo prepondera, aqui, como nas demais obras do autor.

Entre as obras com que, através da tradução, se enriqueceu, em 1940, a nossa Literatura, é impossível deixar de citar "*O momento supremo*" do grande escritor Stefan Zweig. É uma coletânea de estudos magistrais, inspirados pela História, a alma nutriz dos romances biográficos de Zweig. Admirável pela energia dos traços, sobriedade das côres e exatidão das figuras, a obra prima do volume é, sem nenhuma dúvida, o estudo sôbre Cícero. Poucas vezes o estilo do autor de "*Maria Antonieta*" se adaptou melhor ao assunto e à época em que êle se situa.

Entre as obras editadas ou compostas por ocasião das festas comemorativas dos centenários de Portugal, urge não esquecer o famoso "*Diário da navegação*", de Pero Lopes de Souza, acompanhado de excelente estudo, de autoria do comandante Eugênio de Castro. Apesar de escrito nas vizi-nhanças de 1530 (data em que se realizou a viagem de Pero Lopes) o interessantíssimo diário só foi publicado em 1839, graças aos esforços do grande historiador patricio Francisco Adolfo Varnhagen. Encontraram-se cópias do primitivo manuscrito na Biblioteca da Ajuda, de Lisboa, cabendo a Varnhagen a tarefa de o recompor em parte, afim de corrigir a ação do tempo, que o danificara e mutilara.

A "*Civilização Holandesa no Brasil*" é o estudo sistemático da influência a atividades flamengas no nosso país, no século XVIII. É um dos volumes com que se enriqueceu notavelmente, em 1940, a opulenta Coleção "Brasiliana", da Companhia Editora Nacional. Seus autores — srs. José Honório Rodrigues e Joaquim Ribeiro — prestaram, com ela, notável serviço à causa da recomposição da fisionomia verídica do Brasil holandês e, até certo ponto, do Brasil-Colônia.

Outros volumes da "Brasiliana" merecem especial destaque — tais são, para exemplo, a nova edição dos "*Tratados da Terra e Gente do Brasil*", do padre Fernão Cardim; o "*Pan-americanismo e o Brasil*", o do sr. Hélio Lobo, ilustre diplomata e homem de letras; o "*Panorama do Segundo Império*", do sr. Nelson Werneck Sodré; os "*Estudos de História do Brasil*", do sr. Basílio de Magalhães; o terceiro tomo da "*História Social do Brasil*", do sr. Pedro Calmon; a "*Invasão Paraguaia no Brasil*", do sr. Walter Spalding; "*O Brasil na administração pombalina*", do sr. Visconde Carnaxide; as "*Novas cartas jesuíticas*", do padre Serafim Leite, obras todas prestantes e dignas dos maiores encômios.

O livro do sr. Sales Guerra intitulado "*Oswaldo Cruz*" é, a todos os títulos, obra louvável e integral. Nenhum aspecto da atividade e do gênio do grande saneador ficou esquecido. É um monumento digno da figura gigantesca que procura retratar e definir. Médico, amigo e contemporâneo

de Osvaldo Cruz, o sr. Sales Guerra deu-nos, com êste livro, uma lição de sabedoria e de justiça.

Ainda no campo dos retratos e biografias, vale citar o "*Getúlio Vargas*", do sr. André Carrazzoni, um dos nossos jornalistas mais hábeis e dos nossos escritores mais elegantes. Foi êsse o primeiro livro a tomar como tema central a figura do atual Chefe da Nação — e, com ser o primeiro na ordem cronológica, também é o primeiro na feitura literária, das mais primorosas e dignas de registo.

No que toca à literatura especializada, revela citar a "*Medicina no Brasil*", grande livro, assinado pelo sr. Leonídio Ribeiro e composto a convite da Comissão Brasileira dos Centenários de Portugal. Repartido em capítulos que abrangem as mais diversas etapas da evolução da arte de curar entre nós, o volume é dos mais completos que se podem desejar e dos minuciosos no definir valores individuais, escolas ou sistemas médicos.

*
* *

Os compêndios e volumes de estudos literários também surgiram em número e qualidades deveras apreciáveis, em 1940. O sr. Manuel Bandeira deu-nos, nas "*Noções de História da Literatura*", um resumo feliz da crônica das belas letras, no mundo. A parte relativa à Literatura Brasileira inspirou críticas oportunas, pelas frequentes omissões em que incorre. O sr. Bezerra de Freitas confirmou, nas "*Fontes de cultura brasileira*", a seriedade dos seus estudos e o brilho da sua inteligência. O sr. Nelson Werneck Sodré apresentou-nos uma "*História da Literatura Brasileira*" baseada em fatores econômicos — o que, só por si, novidade digna de nota. O estudo é primoroso e largamente fundamentado. Bastaria o capítulo relativo às consequências do descobrimento da Imprensa para o justificar. Quanto ao ponto de referência que adota, o autor segue, apenas, uma das tendências mais acentuadas do nosso tempo.

A Federação das Academias de Letras do Brasil deu a público novos volumes em que se encerram conferências pronunciadas por acadêmicos, sócios dessas instituições culturais, no decurso de 1940. O volume terceiro, por exemplo, contém valiosos trabalhos dos srs. Silveira Neto, Candido Jucá (filho), Alfredo de Assis, Povina Cavalcante e outros, que ajudam a manter viva a chama do entusiasmo no seio da laboriosa agremiação de academias.

A Livraria Martins, de São Paulo, ofereceu ao público brasileiro uma novidade digna de registo: uma coleção de estudos de grandes figuras do pensamento universal, feitos por escritores dos de maior prestígio dos nossos dias. É a "Biblioteca do Pensamento Vivo", que consiste em extrair, de cada autor, uma sùmula de sua obra. Cinco volumes já se acham entregues aos leitores de todo o país: "*Rousseau*", de Romain Rolland; "*Montaigne*", de André Gide; "*Voltaire*", de André Maurois; "*Darwin*", de Julien Huxley; e "*Nietzsche*", de Heinrich Mann. Os nomes que subscrevem êsses ensaios são, todos, ilustres. A passagem para o vernáculo (ao contrário do que tem sucedido a outras obras) fez-se de maneira asseada. A linguagem é limpa e escoreita.

Cabe, aqui, o registo de um livro substancioso: a "*Educação Superior no Brasil*", de autoria do professor Ernesto de Souza Campos, antigo diretor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. Especialista em assuntos educacionais, o sr. Souza Campos traçou, em cerca de 600 páginas, o histórico completo da educação superior no Brasil. O livro abrange o período 1539-1939 — o que vale dizer quasi toda a existência histórica do país.

*

* *

A Gramática e a Filologia foram largamente cultuadas em 1940. Surgiram muitas novidades nesse importante setor da cultura nacional. Afora obras tipicamente didáticas,

tivemos estudos que revelam o amor fecundo de alguns dos nossos estudiosos ao vernáculo e à causa da boa linguagem.

O sr. Antenor Nascentes deu-nos "*A ortografia simplificada ao alcance de todos*", livro destinado a orientar o grande público através das complicações labirínticas da questão ortográfica. O sr. Artur Neiva, sábio da família ilustre dos Osvaldo Cruz e Carlos Chagas, pôsto não seja filólogo, trouxe-nos apreciável contribuição filológica com o seu livro "*Estudos da língua nacional*".

O general Bertoldo Klinger, outro estreante nesses assuntos, preconiza grafia própria no livro "*Ortografia simplificada brasileira*". O fundamento desse método ortográfico é a prosódia — reconhecidamente base precária para qualquer sistema de grafia moderna. O professor maranhense Alfredo de Assis Castro estudou, de maneira profícua, "*A linguagem das sextilhas de Frei Antão*" — com o que contribuiu de maneira brilhante, para polir os braços de sabedor da língua de que goza o insuperável lírico maranhense. Dêsse livro de Gonçalves Dias dissera Pinheiro Chagas que era a obra prima do poeta maranhense.

O sr. Edgard Sanches, antigo parlamentar, espírito amante de estudos vários, publicou um volume intitulado "*Língua brasileira*", em que defende o absurdo principio da existência de uma "língua brasileira" só porque possuímos uns 10.000 vocábulos regionalistas. Contra essa teoria insurgem-se inúmeros filólogos e homens de letras do país, entre os quais o sr. João Leda no seu recente trabalho "*A quimera da língua brasileira*". Trata-se de um estudo largamente documentado, com que o escritor amazonense rebate os precaríssimos argumentos dos que sonham uma "língua brasileira" por excesso de nativismo e de autonomia política... O sr. João Leda cita, entre outros, êste notável depoimento do maior de nossos filólogos — João Ribeiro: "*A emancipação do dialeto brasileiro, se não é de todo inequívoco em remoto futuro é, seguramente, pelo menos, prematura... A língua clássica não constitue óbice de espécie alguma para os brasileiros, a não ser a exigência, que se dá em todas as línguas literárias, de estudo e bom gosto*".

A prevalecer o estranho critério do nacionalismo linguístico, breve teríamos, na América, o “peruano”, o “chileno”, o “equatoriano”, etc., correspondentes a outras tantas nações independentes...

O sr. Francisco Fernandes, professor em Minas-Gerais, trouxe-nos uma novidade, no ano recém-findo: o “*Dicionário de verbos e regimes*”, que tanta falta fazia aos estudiosos do idioma. O livro do sr. Francisco Fernandes encerra 10.000 verbos, com as suas diversas acepções e seus regimes. Embora se ressinta de falhas naturais em obras de tão largo fôlego, é evidente o intuíto benemérito do livro. É verdade que já tínhamos a “*Regência verbal*”, do sr. Almeida Tôrres, mas o dicionário do professor mineiro surge-nos com maior e inédita amplitude — quanto ao número de verbos estudados.

O sr. Augusto Veloso trouxe-nos a versão vernácula do “*Tristium*”, de Ovídio, e fê-lo como quem sabe as responsabilidades da emprêsa. O autor das “*Filigranas latinas*” confirmou o renome de latinista que já grangeara. O livro abre com uma resenha biográfica de Ovídio, ilustrada com os próprios versos do poeta, no original latino.

Outro grande, preciosíssimo serviço prestado à cultura nacional foi a publicação, pelo Arquivo Nacional, do célebre poema do Padre José de Anchieta — “*De Beata Virgine*”, o nosso primeiro escritor e um dos nossos notáveis missionários. O livro andava pouco acessível aos estudiosos da história e literatura do país — quer pela raridade das edições, quer por se conservar o poema no idioma do Lácio. O sr. Vilhena de Moraes — que presidiu à reedição do poema, fê-lo traduzir pelo Padre Armando Cardoso, S.J., de São Paulo. A tradução honra o Jesuíta paulista e vai servir de muito para a maior irradiação da famosíssima obra poética e de piedade.

*

* *

Os contos brasileiros do ano de 1940 marcam evidente evolução, quer na técnica, quer no apuro da língua. Ti-

vêmo-los em grande número, e excelentes. O sr. Osvaldo Orico deu-nos, na "*Vinha do Senhor*", uma de suas obras mais bem acabadas — talvez a primeira delas na elegância e finura de estilo.

O sr. Ribeiro Couto reafirmou, em "*Largo da Matriz e outros contos*", o renome que tem, de um dos mestres brasileiros do gênero. É livro deveras superior ao romance que o sr. Ribeiro Couto lançou a público após o ter conservado na gaveta, largos anos: "*Prima Belinha*".

O sr. Melo e Souza (Malba Tahan) continua a valer-se de sua propensão para assuntos orientais, dando-nos, em "*Maktub*" e "*Minha vida querida*", dois livros magníficos — quer pela tessitura dos contos, quer pela correção da linguagem. Ele é, hoje, um dos nossos autores de maior público.

*

* *

O sr. Souza da Silveira, filólogo prestigioso, incumbiu-se de organizar, para uma das nossas editoras, as "*Obras Completas*" de Casemiro de Abreu. Fê-lo com evidente maestria e prefaciou-as com um estudo excelente sobre a poética de Casemiro de Abreu e a influência que esse delicadíssimo lírico exerceu nas letras brasileiras do século XIX.

*

* *

No volume que intitulou "*Expressões do populário sertanejo*" o sr. Sebastião de Almeida Oliveira trouxe-nos valiosa contribuição para um futuro glossário de palavras de uso popular e suas acepções respectivas. É um livro cujo mérito só pode ser avaliado pelos que conhecem os óbices que se antepõem a tarefa dessa natureza. Muita vez, o que parece brasileirismo típico é simples arcaísmo, conservado vivo em certas regiões do Brasil. O termo *laborar*, por exemplo, é de boa formação erudita e nem por isso deixa de estar, diariamente, na bôca dos caboclos nordestinos...

*

* *

O volume "*Ensaio brasileiro*", do sr. Roquete-Pinto, foi um dos mais notáveis aparecidos, durante o ano, na Coleção "Brasiliana". Esse adjetivo *brasileiro* parece ter vingado graças à preferência, que lhe dá, o ilustre cientista e homem de letras. Nestes "*Ensaio*" o naturalista domina com galhardia, mas nunca a ponto de deixar mal o escritor correntio e asseado. Há muito o que aprender nestas páginas, em que desfilam figuras quasi de todo desconhecidas dos que vivem à margem das nossas atividades no campo das ciências naturais.

*

* *

A crônica política do país teve, em 1940, a enriquecê-la alguns volumes do sr. Francisco Campos, que une ao prestígio da autoridade pública os méritos de verdadeiro homem de pensamento. O livro intitulado "*Antecipação à reforma política*" é o mais recente de todos e um dos em que melhor se manifestam os recursos intelectuais do sr. Francisco Campos.

*

* *

A Livraria José Olímpio reuniu, em volume, numerosos discursos, entrevistas e outros trabalhos de autoria do sr. Getúlio Vargas, sob o título "*A nova política do Brasil*". Trata-se de uma coletânea em que se refletem de maneira nitida, o pensamento político e as normas administrativas do eminente Chefe da Nação. Com eles se poderá reconstituir, um dia, a fisionomia político-social do Brasil de hoje. Eles refletem uma inteligência poderosa, servida por agudo instinto das necessidades do mundo em que vivemos.

*

* *

A "*História da República*", do sr. José Maria Belo, permitiu-nos uma visão panorâmica do regime, desde 89 até os nossos dias. É obra de cronista e sociólogo, para quem não há segredos no desdobrar, aparentemente sem nexos, dos acontecimentos. Escrita com aquela exatidão conscienciosa que caracteriza os trabalhos do sr. José Maria Belo, a "*História da República*" é, decerto, um dos volumes mais dignos de louvor da seara de 1940.

*

* *

O jornalismo teve, no "*Desfile de sombras amadas*", do sr. Heitor Beltrão, obra comovida e oportuna. Essas "sombras amadas" são os jornalistas falecidos em 1939: Cândido Mendes, Evaristo de Moraes, Efigênio de Sales, Saldanha Marinho Diniz, Rafael Pinheiro — figuras das maiores e de maior relêvo da nossa imprensa. A propósito de todas elas, o sr. Heitor Beltrão, com a sua conhecida elegância literária, traçou quadros e cenas que nos ajudam a mantê-las vivas na nossa saudade e na nossa admiração.

*

* *

Os srs. Masson & C., editores de Paris, lançaram a público o "*Manuel de Psychotérapie Pratique*", do sr. Antônio Austregésilo. Esse mestre de Medicina e de literatura médica tem um renome que não conhece fronteiras. É uma das supremas afirmações da nossa cultura — o pontífice da nossa Psiquiatria e uma das nossas mais completas organizações de artista e homem de ciência.

*

* *

O volume "*Descartes*", do sr. Ivan Lins, trouxe à tona um dos capítulos mais brilhantes da história da Filosofia e constituiu legítima vitória daquele notável homem de letras, a quem a Idade Média já sugerira uma obra de primeira ordem. O gosto pelos estudos sérios e proveitosos parece ser a característica essencial do sr. Ivan Lins.

*

* *

Os livros de impressões de viagens nunca perdem o seu prestígio. Mantem-no, a esse prestígio, um dos mais velhos e arraigados instintos humanos: a curiosidade. Os que não podem ver, por si mesmos, novas terras e novos hábitos, contentam-se em ouvir narrar aos que viram e sentiram.

O sr. José do Nascimento Brito deu-nos um curioso volume sobre os "*Estados Unidos*". O prodigioso mundo americano, que se nos assemelha como uma antevisão do mundo de amanhã, aí está descrito em algumas linhas mais características de sua fisionomia. O "*Itinerário de Paris*", do sr. Dante da Costa, revela um temperamento artístico de primeira ordem e foge às vulgaridades que se teem dito sobre a capital francesa.

O sr. Cláudio de Souza, escritor ilustre e viajante incansável, fixou as suas "*Impressões do Japão*" numa conferência magistral, a que o sr. Stefan Zweig fez a melhor justiça, acentuando-lhe a finura e beleza. No ano anterior, as extremidades norte e sul do globo terrestre haviam fornecido, ao brilhante prosador e teatrólogo, matéria farta para livros atraentes.

Em "*México e Perú*", o sr. Rodrigo Otávio, jurista e homem de letras, deu-nos conta do que viu e sentiu durante a viagem que fez àqueles países latino-americanos. Levou-o àquelas paragens o exercício de nobre missão diplomático-jurídica: a de árbitro numa grave questão entre o México e América do Norte. O livro encerra observações exatas, muita vida e, sobre tudo, o instinto de fazer justiça — isto é, a própria alma do autor.

*

* *

Nada obstante os sombrios prognósticos que lhe fazem, a Poesia ainda vive, pôsto que de uma vida incerta e frágil... A prosa mantém — é claro — os seus direitos, num mundo em que há escassos vagares para a meditação e para o sonho...

O sr. Pereira da Silva, poeta a quem a finíssima sensibilidade quasi está santificando, revelou, em "*Noite alta*", aquelas virtudes excelentes que fazem, dêle, um dos maiores poetas com que o país conta em nossos dias.

Embora se trate de reedição, não se pode deixar de citar o aparecimento, em novas roupagens, de "*O caminho enluarado*", ânfora de suaves essências que o sr. Ademar Tavares fez verter sôbre os sedentos de beleza e de paz... O sr. Ademar Tavares é um dos últimos trovadores da Idade Média, perdido no tumulto e na poeira das cidades tentaculares de nossos dias...

"*O cântico absoluto*", do sr. Tasso da Silveira, é outro dos grandes livros de poesia do ano. Existe, aqui, um espiritualismo convincente, cuja beleza nasce da mesma sinceridade que o inspira.

A sra. Adalgisa Neri recebeu justos aplausos por conta de "*A mulher ausente*", em que se definem, vivamente, suas qualidades artísticas.

Quanto ao volume do sr. Augusto Frederico Schmidt, "*Estrêla solitária*", êste foi, sem dúvida, um dos grandes êxitos poéticos de 1940. O autor é dos mais notáveis poetas brasileiros contemporâneos.

O sr. Leônidas Castelo da Costa estreou, sob formosos auspícios, com o seu volume de versos "*Sonhos de argila*". Lírico de delicada inspiração, o novel poeta pode dar-nos, sem dúvida, outras séries de excelentes composições.

A reedição da "*Luz mediterrânea*", do sr. Raul de Leoni, há de contribuir para que o nome dêsse notável artista, tão cedo desaparecido, corra o Brasil, na ressonância gloriosa dos seus versos.

*
* *

Ao encerrar este rápido balanço de nossas atividades literárias no decurso de 1940, cumpre-nos acentuar que se trata de simples notas informativas e, não, de um relatório definitivo sobre aquelas atividades. Aí ficam os livros primaciais do ano — afora uma ou outra omissão, de todo alheia à vontade do autor.

A produção das províncias, por exemplo, nem sempre nos chega às mãos com a regularidade desejável. Grande parte do que enche, hoje, as nossas montras de livraria é produto de traduções de obras estrangeiras. Algumas são aquisições prestantes e louváveis; outros, porém, obedecem a simples objetivos comerciais, e fogem ao âmbito superior da Arte. O descaso que, em relação à linguagem, se nota em parte grandíssima dessas traduções é a prova maior dos intúitos subalternos de que elas nascem. Aqui, registamos, apenas a verdade; cabe aos poderes públicos remediar os males que daí adveem para a formação mental dos nossos moços e para a cultura brasileira em geral.

Rio, abril de 1941.

REVISTA DAS REVISTAS

A quem leu — ou a quem ler — as diversas revistas chegadas ao Brasil ou aqui publicadas em 1941, dois característicos se destacam quasi que imediatamente.

O primeiro dêles é a universalidade da cultura em nossos dias. Em fevereiro de 1941, por exemplo, todas essas revistas se encheram com o nome de Bergson. Essa circunstância coloca tão bem o problema da sobrevivência do pensamento, da influência da língua francesa em sua presença mundial e da existência de forças que contrariam o seu livre desenvolvimento, que há, no fundo das apreciações divergentes, uma verdadeira unidade de respeito compreensivo diante da grande figura desaparecida.

OS IRRESPONSÁVEIS

Se êsse aspecto é confortador, o outro é profundamente doloroso. Dura é a tormenta que varre o mundo. Enquanto metade dêle está em chamas, nos lugares onde (como disse o poeta Carlos Drummond de Andrade) ainda “podemos beber honradamente nossa cerveja”, ninguém (ou quasi ninguém) fala na revolução amarga de que depende a sorte dos homens. A revista *Pontos de vista* (N. 2, maio de 1941. Departamento de Cooperação Intelectual. União Panamericana. Washington) publica a êsse respeito a tradução portuguesa do ensaio em que o poeta Archibald Mac Leish declarou os escritores e humanistas “irresponsáveis”: “os que deviam fazer-se ouvir estão calados porque não há vozes que aceitem a responsabilidade de falar”. Realmente, todos êstes “privilegiados” (verificamos nas revistas que temos sob os olhos) cuja existência está condicionada à possibilidade de pensar, que, de certo, preferem a morte ao silêncio imposto ou à obrigação de insinceridade em suas vozes, abstraem do tempo presente. Fazem contos, discutem Heidegger, ressuscitam a história de Fernão de Magalhães, mas quanto à desesperada revolução que destrói os próprios fundamentos de sua existência, não se ouve dêles uma palavra. E não se diga que são inhumanos: a procura da “verdade”, de toda a verdade e principalmente da verdade “humana”, é constante em seus poemas, seus ensaios, seus contos e romances. Mas estão votados (uns com maior, outros com menor intensidade, alguns inconscientemente) à pesquisa dos “permanentes”. E a guerra, para a maioria dêles, pertence ao “efêmero”, que só deve aparecer no noticiário quotidiano ou numa breve

referência. Muito provavelmente ela foi responsável pela morte de Bergson; todos o sabem, mas ninguém o diz.

A grande exceção, nesse terreno, ainda são as revistas católicas (façamos uma referência especial à *Ordem* e a *Vozes de Petrópolis*, no Brasil) e, entre nós, os semanários noticiosos (podemos também lembrar a *Revista Acadêmica*, um ensaio do sr. Barreto Leite Filho na *Revista do Brasil*).

O sr. Archibald Mac Leish explica êsse desinteresse pela salvação do mundo porque "não existe o homem de jerarquia intelectual, o homem de vocação intelectual, o homem que *professe as letras*, assumindo a obrigação, como soldado do espírito, de defender a integridade da mente contra qualquer perigo físico, a obrigação de defender a obra do intelecto e as estruturas por êste criadas e os meios de que êste vive, não somente em particular e em segurança em seu gabinete, não somente nas polêmicas da imprensa erudita, mas também em público e exposto aos perigos físicos, arriscando a vida. Não existe, porque o homem de letras já não existe. E o homem de letras já não existe porque foi desterrado do nosso mundo e do nosso tempo pela divisão do seu reino. A responsabilidade única, a totalidade funcional do homem de letras foi substituída pela função dividida, pelo recíproco antagonismo, pela irresponsabilidade isolada de duas figuras: o erudito e o escritor."

El acrescenta: "O passado é a pátria do erudito; o presente, a do escritor", para concluir: "Se foi uma consolação para os filósofos de civilizações anteriores à nossa o saberem que perderam aquilo que mais queriam por causa da pureza de sua dedicação, é possível que nós também venhamos a ter essa consolação. Duvido, porém, que tiremos grande proveito dessa consolação ou que nos elogiem por isso."

Entre os comentadores dêsse ensaio, na mesma revista, duas objeções são realmente interessantes. O dr. Waldo Leland acha que "Archibald Mac Leish não deu a devida importância aos inúmeros rogos dos eruditos, dos homens de ciência e educadores que, nos últimos dez anos, denunciando o mal que se propaga, advertiram de suas fatais consequências". Não só a êsses rogos como aos esforços para resolver os problemas mais agudos e para alcançar a cooperação intelectual. Por outro lado, acusa a confusão, o negativismo, as mútuas recriminações entre os homens de inteligência. E pergunta: "Será que temos o direito de condenar os que, sentindo-se confusos, cansados ou desgostosos, seguem a um chefe, para "conquistar, ao menos, a dignidade da obediência?" O depoimento de Waldo Frank é ainda mais precioso. Êle diagnóstica nos que se "ligaram imprevistamente como compartes do ideal bolchevique" não a misantropia nem a recusa de reinterpretar o passado, mas a ignorância: "Ê que não sabiam bastante e o método intelectual que usavam era realmente falso." Diz esta coisa excelente sôbre Las Casas (que Mac Leish cita como tipo do homem de letras integral): "Las Casas lutou pelos valores ideais de uma cultura-religião unânimemente aceita, contra os que, sem deixar de respeitá-la, violavam-na e vendiam-na." Estabelece que o problema inicial é o da definição da cultura dos nossos dias, e conclue: "Os intelectuais que nos últimos anos pontificaram sôbre literatura, arte e política, passada, presente e futura, quer na posição de um marxismo vul-

gar, quer na atitude de um racionalismo empírico (nossa moderna religião) não desdenharam o "todo" nem fugiram à responsabilidade da ação social. O erro fatal foi que o "todo" não era mais do que uma parte, o que leva a concluir que os métodos e programas assim empregados, no sentido de orientar a vida em um rumo criador, não deviam senão malograr-se. *Uma parte que age como se fôra o todo*: eis em poucas palavras a tragédia moderna. É esse o programa do fascismo. Caracteriza também, contudo, as religiões do liberal, do pragmatista, do marxista, do cristão transcendentalista, todos os quais desempenharam seu papel preliminar antes que aparecesse o fascista em cena para subverter tudo."

Depois dêesses exames de consciência, tão inquietos e que, no fundo, são o exame de consciência de cada um de nós, e de suas conclusões, falsas ou erradas, é agradável — e mesmo aconselhável para curar os nossos remorsos inúteis — ler, duas páginas adiante, o que escreve o sr. John Freeman, de um ponto de vista diverso na aparência mas, no fundo, mais ou menos semelhante ao de Julien Benda na *Trahison des Cleres*: "Se os escritores querem ser fiéis ao seu destino, devem começar por abandonar a ilusão de que as suas palavras têm o poder mágico de governar o mundo".

TERIA MORRIDO MANUEL BANDEIRA?

Se o leitor estiver cansado de tanta discussão e tanto "meá culpa", venha comigo. Passemos por cima destas revistas portuguesas, brasileiras, sul-americanas. Não. Paremos aqui. A revista *América* é uma revista leve, de artigos curtos. Deve servir de repouso para os olhos — e para o espírito.

E serve. Porque se o leitor acaba de ver na rua o poeta Manuel Bandeira, se puder telefonar para a casa dêle, venha rir comigo. Se é, porém, homem que se impressione, não continue a ler. Porque, simplesmente, no número de março dêste ano da revista *América*, "revista de la Asociacion de Escritores y Artistas Americanos", publicada em Havana, o diplomata brasileiro sr. Arruda Botelho, que acaba de realizar conferências no Ateneu de Caracas, refere-se à morte do Poeta. E dá mesmo (o encanto dos detalhes!) suas últimas palavras. Fala nas correntes primitivistas de S. Paulo, que queriam fazer tábua rasa de todos os preconceitos de cultura e tradição literária e se opunham ao dinamismo de Graça Aranha e Ronald de Carvalho, e acrescenta: "O representante principal dessa corrente paulista foi Manuel Bandeira, autor de "Carnaval". Manuel Bandeira é um homem que tem ao redor de 55 anos. Passou enfermo quasi toda a sua vida na Europa, encerrado numa clínica de Leysin, vendo morrer dia a dia seus companheiros segados pela "morte branca". Depois regressou ao Brasil, carregado de amargura e sofrimento. Seus poemas irônicos e comovidos nos falam da morte do pai e da mãe, da morte da irmã, narram a tuberculose do poeta, exprimem o consólo triste de pedir que lhe toquem a "Sonata ao Luar" no dia em que morreu, sem que a seus pulmões destruídos ficasse o recurso do Pneumotórax. Foi um valente trilhador de caminhos em nossa poesia, um lutador cheio de renúncias heroicas e suas últimas palavras: "Mon Dieu, comme il est dur

de mourir quand je pourrais créer tant de beautés" são o símbolo desta vida de lutador marcado trágicamente desde a infância pela morte."

O ELEGÍACO SR. RIBEIRO COUTO E O SR. SCHMIDT, CANTOR DA AMAZONIA

Mas o sr. Arruda Botelho não tem apenas sua opinião um tanto quanto pessoal sôbre o que sejam a vida e a morte: tem também os seus pontos de vista literários. Diz do sr. Ademar Tavares que é uma "mescla de Virgílio influenciado pela "Aphrodite" de Pierre Louys". O sr. Ribeiro Couto lhê aparece como "diplomático-boêmio e parisiense", "um elegíaco de notas suavíssimas, um Samain ou um Francis Jammes que sofre a tortura de ter nascido num país sem bruma e sem neve". O sr. Miguel de Almeida (*sic*) tem algo da graça e da leveza de Paul Claudel (substantivos que, sem embargo de se adaptarem ao sr. Miguel Osório, não se parecem nada com Claudel). Assegura que o sr. "Menoti del Fichia" soube cantar a raça italiana imigrada no Brasil e que o sr. Augusto Frederico Schmidt é um místico, cantor do mistério e das selvas do Amazonas... Afirma que Léo Vaz é um triste e desencantado discípulo de Machado de Assis e que o sr. Amando Fontes é o "novelista vivaz de Sergipe"...

Depois dêsse artigo, a gente duvida de todo o resto da revista. Será exato um retórico mas interessante artigo do sr. Jacob Delavuelta, do Equador, relatando a dolorosa situação dos índios andinos, apesar da proteção legal? Serão exatas estas deliciosas anedotas de história da América; e o noticiário final? Quem sabe? Quem saberá?

OUTRAS REVISTAS LATINO-AMERICANAS

Nem sempre, porém, as revistas latino-americanas são tão mal informadas. Se, às vezes, há enganos em sua orientação sôbre o Brasil (dando como grandes poetas brasileiros alguns colaboradores, mais ou menos desconhecidos) quasi sempre revelam uma admirável orientação humanística e o mais sério interesse pelos problemas da cultura.

O PENSAMENTO DE HEIDEGGER

É assim que, em *Sustancia* (revista de cultura superior, ano II, março de 1941, Diretor Alfredo Coviello, Tucuman, Argentina), os srs. Francisco Miró Quesada e Emile Gouiran discutem a filosofia de Heidegger. O primeiro, professor de Filosofia na Universidade de São Marcos, de Lima, coloca-se ao lado de Hartmann contra o existencialismo. Seus argumentos não são novos, mas sua linguagem é pitoresca e um tanto exaltada. "O edificio existencialista, uma vez terminado, ficaria tão distinto que não parecería uma casa humana. Isto significa que seria inhabitável". É a ruína dêsse edificio de construção inútil que o autor prevê para breve. Já o sr. Emile Gouiran, Diretor do Instituto de Filosofia da Universidade Nacional de Córdoba, estuda

e critica o pensamento de Heidegger com outros dons de simpatia. Seu ensaio se limita à noção de metafísica e não só a delimitação do campo mas, também, uma profunda admiração pelo que chama o "heroísmo" do pensamento de Heidegger fazem com que suas observações cheguem mais depressa ao espírito do leitor. A seu ver, "Heidegger mistura os dois problemas, religioso e metafísico". "Heidegger considera como realidade essencial o que não é mais do que uma manifestação subjetiva". Parece-lhe também que o "existente em seu conjunto", de que fala Heidegger, é indeterminação pura; e que é impossível admitir esse sentimento de indeterminação pura porque a metafísica é um esforço para a claridade. E conclue que os dois erros fundamentais da metafísica de Heidegger são:

"1.º — O de partir da psicologia, deixando-se "informar" por ela, reduzindo a metafísica, apesar de todos os seus esforços e de suas intenções, a não ser mais que uma espécie de especulação sobre os dados psicológicos."

"2.º — O de confundir a atitude religiosa concernente à salvação com a atitude específica do metafísico que pode vitalizar-se na primeira, porém, não deve receber dela, em nenhum momento, uma especificação."

O sr. Roumain, cujas observações mais curiosas estamos resumindo sem discutir, aconselha, não sem alguma ironia, aos existencialistas, uma nova leitura da encíclica "Pascendi", para não confundir teologia e metafísica, sobrenatural e transcendência...

PANORAMA DO BRASIL

Podemos dizer sem exagero que o brasileiro só ultimamente é que aprendeu a ler revistas. Começou, porém, de verdade. O exemplo de jornais literários que duram anos como o *Dom Casmurro*, e o de revistas, como a magnífica *Revista Acadêmica*, mantida quasi que exclusivamente pela dedicação e pelo esforço de um só homem, são bem típicos. Há hoje excelentes revistas, não só no Rio como nos Estados, onde decerto o esforço para assegurar a sua publicação, obter colaboradores, dar amplitude às leituras, é mais demorado e muitas vezes penoso.

Quem poderá dizer com que sacrifício e depois de quantas discussões saem revistas como *Terra imatura*, em Belém, ou *Valor*, em Fortaleza? Eis um problema a ser atacado pelos centros de responsabilidade cultural no Brasil: o do estímulo e auxílio a essas publicações. É muito importante que haja leitores nos Estados. É mais importante ainda que haja escritores e poetas. Que esses homens de letras sejam, às vezes, inexperientes, que não tenham o senso ágil da "coisa literária", pouco importa. São bisonhos porque escrevem pouco, porque não têm contacto com os grupos literários do resto do país e do mundo, porque não têm público. Mesmo assim, não é significativo que a morte de um poeta provinciano como Juvenal Antunes tenha provocado, no Rio, como vimos há poucos dias, mais de um ensaio sobre essa curiosa figura? Fala-se muito em província, hoje, mas antes por "snobismo" do que pela intenção de se voltar para os grandes motivos sentimentais da vida de província e para os artistas.

que trabalham, lêem e se conservam fiéis aos ideais de cultura, no interior. Um dos principais entraves á literatura no Brasil é o sentido da "capital". Artista brasileiro acha que deve viver no Rio. Ainda agora o sr. Osvaldo Alves, logo depois do successo de seu "*Um homem dentro do mundo*", mudou-se da provincia. Que estas palavras sejam também ditas em louvor dos que ficam nos Estados, o sr. Luiz da Câmara Cascudo no Rio Grande do Norte, o sr. Lindolfo Gomes em Juiz de Fora, para não falar nos que moram em cidades de vida literária intensa: S. Paulo, Pôrto-Alegre, Belo-Horizonte, Recife, a Cidade do Salvador.

E agradável constatar o número de revistas que circulam nessas capitais. Saem em Belo-Horizonte, com certa regularidade, *Grifo* e *Mensagem*; de menor importância e de vida irregular: *Cérebro*, *Leitura*. Há três revistas mundanas, que se interessam também por literatura: *Belo-Horizonte*, *Montanhosa* e *Alterosa*.

Pôrto-Alegre, onde existe uma grande editora e onde há poetas e escritores conhecidos em todo o país, não tem uma revista puramente literária. A Livraria do Globo publica, porém, a *Revista do Globo* e um boletim bibliográfico, de informações, muito curioso.

Os três números já aparecidos de *Planalto* mostram como é intensa a vida literária de S. Paulo. Raras revistas surgiram ultimamente no Brasil com tanto interesse, com um agrupamento de espíritos tão fortes e originaes. Não menos interessante é a *Revista da Academia Paulista de Letras*, onde é possível encontrar artigos do sr. Sérgio Milliet ao lado de estudos do sr. Afonso de E. Taunay, de sonetos inéditos do sr. Gustavo Teixeira, de um discurso do sr. Altino Arantes. Assinalamos essas duas publicações de caráter nitidamente literário, sem fazer referência às revistas em forma de magazine ou aos suplementos dominicais e sem esquecer a indispensável *Revista do Arquivo Municipal*.

Em Recife, a direita "soi-disant catholique" mantém uma das mais discutidas revistas do país, *Fronteiras*, onde o govêrno foi buscar um secretário de Estado. Os círculos literários do Rio vêem, todavia, com uma simpatia muito mais pronunciada a revista *Renovação*, onde o sr. Willy Levin publicou, no último número, poemas de primeira ordem, e a que os irmãos Rêgo Monteiro imprimem uma orientação cheia de inteligência e de entusiasmo. Também a *Tradição* deve ser lembrada.

Na Baía, circulam revistas como *Ala*, capaz de organizar números opulentos, por exemplo, o que dedicou, no último mês do ano passado, à vida e à obra de Rui Barbosa.

As revistas do Rio devem ser as mais conhecidas dos nossos leitores. Vamos fazer a algumas delas uma referência mais demorada, não sem mencionar antes o trabalho bem intencionado com que a Federação das Academias de Letras procura reunir a colaboração dos acadêmicos dos Estados, em sua *Revista*. Não trataremos das revistas mundanas e magazines, mas apenas das puramente literárias. Por isso não nos referiremos a publicações como a *Revista da Semana*, o *Fon-Fon*, a *Careta*, o *Malho*, a *Ilustração Brasileira*. Não nos referiremos ao luxo primoroso ("là tout n'est qu'ordre et beauté,

calme, luxe et volupté...") da *Sombra*, onde o sr. Ribeiro Couto evocou, com o encanto de sempre, sua visita a Francis Jammes, ou ao *Rio Magazine*, que está procurando voltar aos belos tempos em que seu ilustrador se chamava Santa Rosa, e os redatores Jorge Amado, Matilde (que hoje é sua mulher), Dante Costa e Luiz Martins. Nem mesmo a *Aspectos*, que, nos últimos tempos, merece, realmente, ser lida, ou a *Diretrizes*, trepidante de mocidade e de força, onde a secção de crítica do sr. Alceu Marinho Rêgo é acre, mas' inteligente.

O ELOGIO DA CACHACINHA

Quem quer que simpatize com o atual regime, e mesmo os que, embora reconhecendo as qualidades individuais de alguns dos seus criadores, o odeiem, não podem deixar de ler com absoluta atenção a revista *Cultura Política*, onde o sr. Almir de Andrade, com toda a sua poderosa inteligência e toda a autoridade do seu nome, procura emprestar-lhe consistência ideológica. Observado objetivamente, do sêco e quasi impossível ponto de vista abstrato, do ponto de vista de Sírius, êsse trabalho só é comparável em importância ao da fundação da grande siderurgia, que o governo diz ter conseguido. Um dará ao sistema iniciado em 10 de novembro de 1937 a sua base econômica; o outro, dar-lhe-á as suas raízes de pensamento, se possível. Os quatro números, já em circulação, da *Cultura Política* são, realmente, muito interessantes, não só pelas páginas reproduzidas — de José Bonifácio, de Alberto Tôrres, de Vicente Licínio Cardoso — como pelo esforço, não sabemos se sincero, de alguns escriptores em se adaptar à atual situação política e por alguns estudos objetivos sobre problemas nacionais. As diversas secções permanentes foram confiadas a quem sabe e pode falar. E a anotação dos costumes brasileiros dos nossos dias a escriptores como os srs. Marques Rebelo e Graciliano Ramos.

É do sr. Marques Rebelo êste elogio da cachacinha:

"Saudade do churrasco na casa de Zizinha, numa véspera de São João, sem foguetes no céu, mas com um chorinho de baianos de Carinhonha e vozes de gente alegre cantando modinhas tristes:

"Amemos que a vida passa,
A vida é sombra e fumaça,
Amemos que a vida passa."

E a cachacinha rolando — cachacinha com limão, cachacinha com gengibre, cachacinha com erva-doece, cachacinha com pau-de-cheiro, cachacinha com groselha, e as moças todas cantando, fazendo roda, sambando, "amemos que a vida passa!"

O ROMANCE BRASILEIRO

A *Revista do Brasil*, em sua 3.^a fase, tem dado números excelentes. O que dedicou ao romance no Brasil é uma obra prima, não só pela colaboração como

pelos autógrafos e fotografias que reuniu. A carta que Lima Barreto dirigiu ao sr. Austregésilo de Ataíde em janeiro de 1921, datada de Todos os Santos, é essencial para o estudo do criador de *J. M. Gonzaga de Sá*.

Lima Barreto é um dos escritores felizes, neste número da *Revista do Brasil*. Sente-se bem como o vulto do pobre e querido boêmio vai aos poucos crescendo, dominando a nossa literatura como uma das suas figuras centrais. O ensaio do sr. Astrogildo Pereira (talvez injusto com a figura de Joaquim Manuel de Macedo, tão "urbano", tão conhecedor do meio em que viveu, de suas manias e mesmo — o que o autor nega — de suas conversas, e tão injustamente considerado fora da literatura) é muito penetrante e às vezes mesmo profundo quanto a Manuel Antônio de Almeida e a Lima Barreto. Quanto ao autor de *Isaías Caminha*, só há uma restrição a fazer. O sr. Astrogildo Pereira esqueceu tudo o que havia de trágico em relação à sua vida e ao amor em sua vida. Notou que suas heroínas eram solteiras, ou solteironas, solteiro Gonzaga de Sá ou Policarpo Quaresma. Esqueceu-se de lembrar que Lima Barreto era solteirão, vivendo com uma irmã solteira e um irmão também solteiro. Esqueceu-se de lembrar que Gonzaga de Sá ocultava um certo rosto de mulher, de que às vezes sua mão era levada a rabiscar o perfil, o nariz... Esqueceu esta dolorosa palavra, que o próprio número da *Revista do Brasil* traz: Lima Barreto dizendo que não se suicidava porque a mãe, embora já morta, não deixava. Só a proximidade mais íntima do desespero (e ao mesmo tempo da alegria criadora e do orgulho) podia criar uma arte imortal e despreziosa como a de Lima Barreto.

Se o contista das *Histórias e Sonhos* foi assim louvado, o pobre Júlio Ribeiro foi maltratadíssimo. O sr. Alvaro Lins, encarregado de estudá-lo, disse que se ocupava d'ele constrangido. "Espero, aliás, que não me repetirei, a propósito d'este autor, em qualquer ocasião". "Júlio Ribeiro não chegou sequer a ser um mau romancista. Na verdade, não foi um romancista de espécie nenhuma". "Todas as vezes que deixava de ser medíocre, Júlio Ribeiro se tornava, apenas, ridículo". Nem imoral *A Carne* é: "Tudo neste livro é tão absolutamente bêta que não há nele o menor lugar para a imoralidade. Não há lugar para sentimento nenhum, pois toda a sua leitura provoca uma invencível repulsa de ordem intelectual. Sômente para os adolescentes e os imbecis, *A Carne* poderá ser um "excitante". Literariamente, é um livro que só nos deixa indiferença ou aborrecimento. Ou mais exatamente: para a literatura, êste livro não existe". E conclue: "Falando, pois, de Júlio Ribeiro como romancista, não tenho outro fim senão o de propor que ninguém o faça mais nunca. A presença de Júlio Ribeiro no romance brasileiro é um equívoco. Júlio Ribeiro é um autor fora da literatura".

Parece que é idêntica a opinião do sr. Osvaldo de Andrade, que aliás considera os srs. Afrânio Peixoto e Ribeiro Couto póstumos de si mesmos. Se o sr. Osvaldo de Andrade teve algum dia vida fora de suas piadas engraçadíssimas, alguém há-de saber, talvez Deus, talvez êle próprio. Encarregado de falar também de Júlio Ribeiro, o sr. Osvaldo de Andrade diz que o seu livro "jaz no museu das nossas ternuras mais apagadas". Diz que *A Carne* vale mais como atitude (como atitude justamente é que é pior) e como aven-

tura intelectual do que pròpriamente como cometimento intelectual. E aproveita a oportunidade para uma inacreditável, sensacional revelação: "*Serafim Ponte-Grande*" do sr. Osvaldo de Andrade foi escrito àrduamente! Documentamos:

"A literatura de tração animal prolonga-se entre nós. É verdade que se prolonga também entre os povos mais cultos. Que é *A Montanha Mágica* senão uma esplêndida caleche? Toda a obra de José Lins do Rêgo é uma carrocinha de padreiro. Verdade seja dita, hoje as carroças de pão têm mais utilidade que as caleches. Entre nós, só o modernismo faria mover a técnica da narrativa, dando-lhe o nervoso dos desenhos animados, as ondas líricas da inconsciência e as alturas da invenção intelectual. Enquanto eu trabalhava àrduamente o *Serafim Ponte-Grande*, Plínio Salgado reproduzia n' "*O Estrangeiro*" a técnica das minhas *Memórias Sentimentais*, e dois grandes trabalhadores da plástica criadora presenteavam o Brasil com *Macanaíma* e *João Ternura*."

Sem esquecer os demais ensaios que compõem o número, todos êles muito interessantes, mesmo o estudo em que a sra. Lúcia Miguel Pereira declara que não "existe o romancista Franklin Távora" e fala tão discretamente bem de Domingos Olímpio e de Taunay, queremos fazer uma referência especial ao sr. Roberto Alvim Correia. É para o leitor uma alegria verificar que, tendo vivido tanto tempo na Europa, em contacto com alguns dos mais belos espíritos do nosso tempo, o sr. Roberto Alvim Correia conservou o amor da literatura brasileira, a compreensão das suas limitações e, ao mesmo tempo, um tão sutil instinto da nossa língua, um jeito tão brasileiro de escrever. Nos dois ensaios que fecham o número da *Revista do Brasil* que estamos analisando, é o sr. Roberto Alvim Correia que é o brasileiro, o sr. Orris Soares o europeu.

E que dolorosa injustiça é feita a Coelho Neto!

CATOLICISMO E IMPRENSA

Jackson de Figueiredo sempre se bateu por uma imprensa católica, sinceramente católica, disposta a amar a verdade e a vida como os verdadeiros católicos sabem amá-la. Para isso, fundou *A Ordem*, que até hoje não desmereceu o nome do fundador. Os números de janeiro a maio dêste ano são ótimos. O leitor que não leu na imprensa diária o "Aleluia" do sr. Tristão de Ataíde poderá guardá-lo, num dêstes fascículos. Aquí encontrará os sinais da força do pensamento católico no Brasil, e pensará consigo mesmo em que Jackson, se fôsse vivo, haveria de sentir prazer verificando seu senso de honra, de realidade e de amor a Deus.

Outras revistas católicas (onde andarão os rapazes de *Vida*?) são a erudita *Revista de Cultura*, e as *Vozes de Petrópolis*, há trinta e cinco anos publicadas pela paciência e pela dedicação dos frades franciscanos.

Do número de maio último queremos destacar a página de Bernanos sôbre a Cristandade francesa. O grande romancista de "*Sous le Soleil de Satan*"

procurou o Brasil como exílio voluntário, muito antes da guerra, logo depois da publicação de "*Les grands cimetières sous la lune*", e dessa circunstância devemos ter o mais legítimo orgulho. Não fôsse a angústia de espaço e aqui transcreveríamos alguns trechos dessa confissão tão densa, tão "viva", tão forte. Assim como os mártires clamavam muito alto o nome do Cristo, assim o sr. Bernanos, tantas vezes mal compreendido pelos próprios católicos, vem lembrar-lhes que sua vocação não é conservar, mas servir.

O "MENSÁRIO DO JORNAL DO COMÉRCIO"

Há uma frase popular que diz que "a Justiça, para ser boa, começa pelos de casa". O autor desta resenha é suscitíssimo para falar do "Jornal do Comércio", onde completou sua formação espiritual, sob as mãos de mestres como Felix Pacheco e Victor Viana. A Academia também deve à grande folha centenária um apóio que não cessou, desde os primeiros dias de sua existência. Mas a Justiça que vamos fazer ao "órgão oficial" da casa é pública e desafia contestação: o "Mensário do Jornal do Comércio" é uma das mais sábias e primorosas revistas que se editam na América. Reunindo a colaboração de alguns dos homens mais inteligentes do país e encerrando estudos sobre todos os assuntos, o mensário também está ligado à Academia, reproduzindo as orações aqui pronunciadas nas sessões das quintas-feiras ou nas grandes comemorações.

ODILO COSTA, filho.

NOTÍCIAS

REVISTA BRASILEIRA

Ao assumir a presidência da Academia Brasileira de Letras, em sessão de 26 de dezembro de 1940, proferiu o sr. Levi Carneiro, em seu discurso inaugural, estas palavras:

“Tem a Academia de servir, a um tempo, ao movimento de aproximação nacional, para fortalecer a unidade nacional, e ao movimento de aproximação internacional, para expansão do pan-americanismo. Dar a êsses movimentos base sólida, pela difusão cultural, pelo conhecimento e aprêço da obra intelectual. Contribuir para a perfeita, benéfica vinculação espiritual entre os Estados do Brasil e do Brasil com as nações da América. Fortalecer o pensamento do Brasil, nacionalizá-lo, latinizá-lo, americanizá-lo.

Algo teremos feito, incidentemente: muito mais precisamos fazer; muitas e variadas cousas pode, e deve, a Academia realizar, nesse sentido.

Uma, porém, se pudesse, anteporia eu a todas — tão particularmente adequada à índole e à condição da Academia a considero. Seria a publicação de uma grande revista literária — ampla na aceção que temos dado a esta palavra. A *Revista da Academia*, na presidência benemérita do sr. Ataulfo de Paiva, transformou-se em “Anais”, que encerram apenas produções dos acadêmicos. A par dela, a Academia poderia publicar outra revista — uma nova *Revista Brasileira*, como a de cujo seio surgiu, uma revista como ainda não tivemos, melhor que as melhores, de colaboração muito escolhida e muito bem remunerada, com bastantes páginas para comportar trabalhos desenvolvidos. Pode a Academia, talvez só ela, dar-se ao luxo de empreender uma realização dessa natureza e dessas proporções. Dispõe, para isso de todos os elementos necessários. Não lhe falta quem pudesse dirigir a publicação, assegurando-lhe o êxito. Não poderia dar aplicação mais fecunda a alguma parte dos seus rendimentos disponíveis. Nem teria meio, mais idôneo e profícuo, de influir largamente na expansão intelectual do Brasil.

Seria obra de extensa, profunda repercussão nacional — até mesmo internacional. Cada número da revista acarretaria uma série de verdadeiros prêmios literários, incentivo precioso para os escritores brasileiros. As poltronas azues dêsse recinto não comportam todos os de maior merecimento; a todos estenderíamos as mãos, chamando-os a colaborar na revista, ante-sala com lugares bastante numerosos. Reuniríamos, no mesmo estuário amplo, correntes impregnadas de tendências regionalistas, do Norte e do Sul, transfundindo de umas para outras suas melhores qualidades. Criaríamos, possuiríamos, um novo instrumento de cultura e um novo meio de apresentação de nossa cultura no estrangeiro.

Não supponho que, com essa única realização, solvêssemos os problemas que destaquei, ou, sequer, nos desobrigássemos de todas as responsabilidades que nos cabem. Acredito, porém, que nada poderíamos fazer de melhor, desde já.”

Em sessão de 9 de abril do corrente ano, apresentou o sr. Levi Carneiro a seguinte proposta:

“I — Fica o Presidente da Academia autorizado a publicar, três ou quatro vezes por ano, uma revista, denominada, si possível — *Revista Brasileira*.

II — A revista conterà, unicamente, artigos inéditos, de escritores brasileiros que não sejam membros da Academia.

III — A colaboração será paga no mínimo a 20\$000 cada página impressa, e nunca menos de 100\$000 por artigo.

IV — A revista terá como Diretor-responsável o Presidente da Academia, assistido por uma Comissão Diretora, composta de cinco acadêmicos, por êle designados.

V — Nenhum trabalho será publicado na revista sem aprovação por maioria absoluta dos votos do Presidente e dos membros da Comissão Diretora.

VI — O Presidente e a Comissão Diretora fixarão a denominação da Revista, regularão as condições de edição e venda da mesma, observadas as normas estabelecidas nesta resolução, sendo os mais reduzidos possível os preços das assinaturas e da venda avulsa.

VII — A publicação do primeiro número da revista será feita sem onus para a Academia e as despesas da publicação dos demais números dêste ano não excederão o saldo disponível do ano corrente. O proponente assume pessoalmente a responsabilidade das despesas do primeiro número e de qualquer excesso que possa ocorrer na dos demais números dêste ano.”

Nas sessões de 9, 24, 30 de abril e 8 de maio foi discutida esta proposta pelos srs. Ribeiro Couto, Levi Carneiro, João Neves, Ataulfo de Paiva, Oswaldo Orico, Antônio Austregésilo, Clementino Fraga, Alcides Maia e Roquette-Pinto.

Em sessão de 8 de maio foi votada, sendo aprovada juntamente com a emenda do sr. Roquette-Pinto, do teor seguinte: "Suprimam-se no n. II da proposta as palavras "que não sejam membros da Academia". E acrescente-se: "A colaboração dos Acadêmicos não será remunerada".

AS QUATRO FASES DA "REVISTA BRASILEIRA"

Em sessão da Academia aos 23 de janeiro dêste ano, leu o sr. Afrânio Peixoto interessante comunicação de que extraímos alguns trechos:

"Este nome, sempre novo e belo para uma publicação desta ordem ocorreu a outros, antes de nós. Esta é a quinta fase, pois que quatro anteriores devemos apontar. A primeira foi a de Cândido Batista de Oliveira, em 1857; a segunda, a de Nicolau Midosi, em 1879; a terceira, a de José Veríssimo, em 1895; a quarta, a de Batista Pereira, em 1934... Agora, nós.

Antes de começar a nossa conta, digamos do passado. Cândido Batista de Oliveira, brasileiro, formado em Coimbra, matemático, catedrático de mecânica na Academia Militar, diplomata, político (1801-1865), fundou em 1857 uma revista, no Rio de Janeiro, *Jornal de ciências, letras e artes*, publicação que saiu até 1861, ficando 3 volumes, in-4.º, com estampas.

A segunda fase é muito mais interessante. Dirigia-a não um homem de letras, mas Nicolau Midosi (1838-1889), funcionário da Secretaria do Império, o que explica uma nota no fim de um volume, a respeito da controvérsia ou discussão em que aparecem, na direção da revista os nomes de Balduino Coelho e Cândido Rosa, também funcionários, e Moreira Sampaio, com Nicolau Midosi, responsáveis pela publicação... Durou de 1879 a 1881 e publicou 10 tomos, in-4.º de cerca de meio milheiro de páginas cada um.

Foi uma das mais interessantes revistas literárias que tem tido o Brasil. Bem impressa, com bom gosto, boa disposição literária, aqui e ali um artigo de ciência ou de arte, crônicas musicais, literárias, inéditos — versos, contos, romances... Entre os autores, Franklin Távora, Machado de Assis, Sílvio Romero, Ramiz Galvão, Carlos de Laet, Sílvio Dinarte, Escagnolle Taunay, Teófilo Dias, Urbano Duarte, Valentim Magalhães, Macedo Soares, Batista Caetano, Beaurepaire-Rohan, Vale Cabral, Artur Azevedo, etc.

A terceira *Revista Brasileira* começa em 1895 e vai até 1899, cinco anos e vinte volumes. Dirige-a José Veríssimo (1857-1916), escritor paraense, professor, crítico, ensaísta, historiador literário, que exerceu no Rio de Janeiro uma verdadeira magistratura da crítica sobre o país. Lembra as fases anteriores e pretende pouco, o que é demais talvez no Brasil: "pretende simplesmente ser uma tribuna onde to-

dos que tenham alguma cousa que dizer, e sabem dizê-la, possam livremente manifestar-se”.

Veríssimo teve o dom de agremiar toda a literatura nacional da “Revista”: velhos e novos, todas as correntes, mesmo todos os antagonismos... Essencialmente literária, foi, entretanto, também científica e artigos gerais de cultura, aí assinaram Orville Derby, Louis Cruls, Henrique Moriz, Nina Rodrigues, Said Ali, Calógeras, Capistrano, Tasso Fragoso...

A *Revista Brasileira* morreu, com as honras de um índice alfabético completo, de janeiro de 95 a dezembro de 99; para lhe celebrar a memória basta apenas isto: deixara, uma filha imortal, a “Academia”, também “Brasileira”...

A quarta fase foi efêmera... somente alguns números (a Biblioteca Nacional apenas possui o 3.º e o 6.º... a biblioteca da Academia nenhum...), volumes impressos com o feitio menos de revista que de jornal, ou misto dos dois: imitava, indisfarçadamente, a revista-jornal francês *Le Mois* de Paris, este de capa vermelha, o nosso verde escuro. Muita política internacional, muita atualidade, muita informação, pouca literatura ou direção literária... Dirigiu esta quarta *Revista Brasileira* o diplomata e escritor Batista Pereira, nome e autor capazes de mais, do que puderam fazer. Não se negará que há tempo para tudo, e o ano de 1934-35 não seria o melhor, para visar idéia tão generosa.”

O CENTENÁRIO DE UMA INSTITUIÇÃO DE ARTE

Este ano marca o centenário de uma instituição de ensino artístico, ao mesmo tempo de um importante centro de cultura musical. A atual Escola Nacional de Música tem sua origem no ato imperial de 27 de novembro de 1841, fundando o Conservatório de Música, mais tarde 5.ª seção da Academia de Belas Artes, depois Instituto Nacional de Música e, finalmente, uma das escolas da Universidade do Brasil. Aquele ato se deve ao interesse e empenho, manifestado por Francisco Manuel junto ao Imperador, em prol da criação do Conservatório.

No ano do Centenário de tão significativa “resolução”, é curioso transcrever um documento que se incorpora à história do Instituto: é a dedicatória, com que o autor do Hino Nacional oferece seu Compêndio de Música a Pedro II. Está assim redigida:

“Senhor. Havendo V.M. I. pela resolução de 27 de Novembro de 1841 Se dignado Annuir á criação de um Conservatorio de Musica na Capital do Imperio, facto que altamente testemunha a Magnanima Solicitudude com que promove o progresso da Nação que a Providencia confiou ao Seu Paternal Governo, venho como órgão da Sociedade

de Musica do Rio de Janeiro, depôr ante o throno de V.M.I. o tributo de homenagem de sua eterna e cordial gratidão.

A musica, Senhor, d'entre as bellas-artes, é indubitavelmente uma das que, mais directa e naturalmente contribuem para a civilização dos povos. A melodia nasce de certo modo com o homem: é uma tendencia inherente ao seu coração, adaptada a todas as condições da escala social, e que sobremaneira influe no bem estar moral da humanidade.

É por isso que os Governos das Nações mais cultas, reconhecendo a benefica influencia da musica, têm promovido o desenvolvimento e cultura d'este meio civilizador, e estabelecendo Institutos e Conservatorios, tendentes a popularisar o seu estudo, uniformizando o seu ensino e facilitando-o a todas as classes da sociedade. E tanto se tem pretendido vulgarisar e promover por todos os meios o ensino e exercicio d'esta arte encantadora, que paizes ha, como a França e a Allemanha, onde constitue elle um estudo obrigatorio, annexo ao magisterio da instrucção primaria: procurando-se d'este modo, a par dos conhecimentos que as precisões materiaes da existencia reclamam, franquear tambem essa outra instrucção que tende á influencia moral, e por consequencia a certo grau de felicidade que resulta de uma distração aprazivel e proveitosa no tumulto das obrigações da vida social.

Estas considerações de tão transcendente utilidade não podiam deixar de ser acolhidas pelo Paternal coração de V.M.I.; e a instituição de um Conservatorio na Côrte do Rio de Janeiro presagia grandes e salientes vantagens; já proporcionando mais um meio de se desenvolverem os talentos dos Brasileiros, que mostram tanta aptidão e tão pronunciada tendencia e vocação para as artes da imaginação, já facilitando a todas as classes da sociedade o ensino regular e methodico de uma arte, cujas fruições puras e agradaveis dão vigor ao operario em suas fadigosas tarefas, minoram as privações do pobre, dando-lhe uma profissão util e lucrativa, expellem o tédio do abastado, e embellezam a existencia do genero humano. E todas estas vantagens tornam-se muito mais sensiveis, quando se attender que o Conservatorio de Musica da Capital, pela maneira porque tem de ser organizado e mantido, em nada será gravoso aos cofres publicos."

C. K.

A ARTE FLAMENGA NO RIO

Dentre as manifestações universais de arte, os pintores flamengos occupam um lugar de grande relêvo. Traçando a situação da Holanda no seu período áureo, Van Loon observa, na sua dupla qualidade de historiador e de artista:

"Nos primeiros cem anos consecutivos à Reforma, dir-se-ia que as pro-

víncias nórdicas estavam condenadas a perecer. Os inconvenientes com que se defrontavam eram demasiado sérios: uma população dum milhão e meio de indivíduos, inclusive mulheres e crianças, contra a totalidade do império espanhol. A luta era devéras ímpar. Por fim de contas, porém, os holandeses não só lograram sair vencedores mas, invertendo os papéis, infligiram à Espanha um golpe de que esta nunca se havia de refazer.

“A soma enorme de energia necessária para levar a térmo semelhante empresa não se podia exhaurir, mal se assinou a paz. Arrastado pelo próprio impulso, êsse anseio de perfeição manifestou-se em todos os outros campos. Quasi improvisadamente a Holanda se converteu numa colmeia econômica, intellectual e artística, povoada por milhares de abelhas laboriosas, que traziam toda sorte de despojos ao apiário doméstico. E ninguém trabalhava tanto como os pintores.

“É difícil analisar o motivo dessa primazia. Talvez derivasse das magníficas paisagens da região; advirto-vos, porém, de que, se associais a idéia de “paisagem” às montanhas e aos córregos murmurantes, a Holanda não tem paisagens. Êsse país é um enorme bôlo de barro, flutuando plácidamente nas águas do mar do Norte; mas possui céu e água — o que, se tiverdes o talento preciso, vos permitirá construir mil paisagens diferentes. Chegarei ao extremo de afirmar que os Países Baixos são uma das poucas regiões, em que cada janela emoldura uma vista pitoresca, digna de se reproduzir num quadro, enquanto o interior das casas, iluminado pela luz difusa dum céu lavado continuamente pela chuva, tem uma claridade que converte os objetos domésticos mais vulgares — um prato de estanho, um balde de latão, um soalho de tijolos, um arenque, um copo de cerveja, — em cousas misteriosas nas quais se dissipa o cunho de vulgaridade e vibram todos os tons do arco-íris.”

As telas flamengas, dêsse e doutros períodos, numa sequência da predestinação histórica, espalharam-se pelo mundo, como objetos preciosos de museu. O Museu Nacional de Belas Artes, do Rio de Janeiro, possui, em sua galeria permanente, quadros de Van der Veyden, Rubens, Van Dick, Franz Post (êste ligado ao domínio de Nassau no Brasil) e de outros. São os seguintes os quadros flamengos que figuram em nossa pinacoteca, por ordem alfabética dos autores: 1 — “*Rapaz de vacas*”, de Couwelaert (E. van), século XIX, belga; 2 — “*Meninos no campo*”, de Claus (Emile), 1849, belga; 3 — “*Cristo carregando a cruz*”, de Francken (Ambrosius), “O jovem”, falecido em 1632, belga; 4 — “*Canal perto de Boceges*”, de Gilsoul (Victor), 1867, belga; 5 — “*Adoração dos Reis Magos*”, de Jordaens (Jacob), 1593-1678, belga; 6 — “*Val de Saint-Valmeront*”, de Langerock (Henri), morto em 1885, belga; 7 — “*Pinhos no bordo de um lago*”, de Ledue (Paul), século XIX, belga; 8 — “*Kermesse Flamenga*”, de Melsen (M.), belga; 9 — “*Uma batalha no tempo de Luiz XIV*”, de Meulen (Adam van der), 1632-1690, belga; 10 — “*Retrato de nobre holandês*” e 11 — “*Retrato de nobre holandesa*”, de Mierevelt (Michel), 1567-1641, holandês; 12 — “*Retrato de Maurício de Nassau*”, de Nason (Piter), 1612-1691, holandês; 13 — “*Paisagem pernambucana*”, de Post (Franz), 1612-1680, holandês; 14 — “*Pégaso*”, de Rubens, 1577-1640, belga; 15 — “*Santa com flôres*”, de Seghers (Daniel),

1590-1661, belga; 16 — “*Festa de Reis*”, de Steen, 1626-1679, holandês; 17 — “*A guerra*”, atribuído a Teniers (David), “*O jovem*”, 1610-1690, belga; 18 — “*Festa campestre*”, de Tesburg, 1617-1681, holandês; 19 — “*Luar*”, de Van der Veyden, 1399-1464, belga; 20 — “*Cavaleiro do Tosão de Ouro*”, de Van Diek, 1599-1641, belga; 21 — “*Naufrágio nas costas de Holanda*”, de Weber (Theodore), belga; 22 — Pintura em dois jarrões de Sèvres, em exposição numa das galerias, assinados por Wouwermann.

Possuindo, além dessas, outras obras da mesma escola, o Museu Nacional de Belas Artes organizou a “Exposição Flamenga”, ora aberta ao público, com os seguintes trabalhos: 1 — “*Grande vaso com flôres*”, de Both (Jan Dirksz), 1610-1652, holandês; 2 — “*Cascata*”, de Bloemen (Jan Franz Von), 1662-1748, belga; 3 — “*Flôres*”, de Breughel (Jan) — Velours, 1568-1625, belga; 4 — “*Vasos sobre o tapete*” e 5 — “*Frutas no veludo*”, de Heem (Cornelis de), holandês; 6 — “*Natividade*”, cópia de Honthorst (Gerrit van); 7 — “*Porto fortificado*”, de Melyn (Pieter), holandês; 8 — “*Retrato de Maurício de Nassau*”, cópia do original de Franz Post; 9 — “*Crucificação*”, atribuído a Rubens (Peter Paulo); 10 a 12 — “*São Sebastião*”, “*Exposição de Jesus Cristo*” e “*São Francisco de Assis*”, da Escola de Van Diek; 13 — “*Refeição flamenga*” e 14 — “*Interior Flamengo*”, de Wael (Cornélio de), belga.

Essa exposição, em prosseguimento da série de exposições retrospectivas que o Museu vem realizando, tem o alto valor educativo de apresentar os quadros, segundo sua filiação estética e geográfica, e de chamar a atenção do público para determinadas escolas de arte, ao mesmo tempo que proporciona aos estudiosos uma oportunidade de conhecer em conjunto certos períodos da produção artística, estudando os quadros em confronto uns com os outros, e procurando sentir as constantes da sensibilidade de cada povo.

C. K.

MOVIMENTO LITERÁRIO

Uma iniciativa profundamente simpática é a da fundação do “Clube do Livro”, onde transparece o espírito cheio de iniciativas, de amor à “chose littéraire” e de agudo senso crítico do sr. Murilo Miranda. O “Clube” vai publicar edições de luxo, limitadas a 350 exemplares e fora do comércio. A assinatura será de 30\$000. O primeiro livro da série será *As Metamorfoses*, do sr. Murilo Mendes, com ilustrações de Portinari. Seguir-se-ão *O Girasol da Madrugada*, do sr. Mário de Andrade; *O cancionero do Ausente*, do acadêmico Ribeiro Couto; e *O caderno azul*, do sr. Augusto Meyer.

— O sr. Sérgio Milliet de Andrade teve o seu romance *Roberto* discutido, comentado e anunciado muito tempo antes da publicação. O admirável Antônio de Alcântara Machado falava do romance a todos os amigos que encontrava. Parece que é uma fatalidade: toda a gente em S. Paulo está esperando a novela *Dois cartas no meu destino*, que o poeta e escritor paulista vai publicar, na coleção “Caderno azul”, com ilustrações de Tarsila.

— Essa “Coleção Caderno azul”, dirigida pelos srs. Luiz Martins, Sérgio Milliet e De Plácido e Silva, parece que vai ser muito interessante. Iniciou-se com o livro *Música do Brasil*, em que o sr. Mário de Andrade reuniu dois ensaios: um sobre a evolução social da música brasileira e outro sobre as danças dramáticas ibero-brasileiras.

Seguir-se-ão a *Psicanálise do Cafuné*, do professor Roger Bastide, da Faculdade de Filosofia e Letras da Universidade de S. Paulo; e *Don'Ana Sofredora*, de Mário Neme.

— A vida de Santos Dumont foi, em grande e contraditória parte, escrita por ele mesmo. Dizemos “contraditória” porque de uma para outra dessas narrações autobiográficas variava até o número do balão que se incendiou sobre Paris. Recompôr, por isso, essa grande vida para os adultos, já seria um esforço considerável. Muito maior, quasi milagroso, foi o que conseguiu o sr. Francisco de Assis Barbosa: contar a história de Santos Dumont às crianças, comunicando-lhes o instinto da aventura e o sabor da poesia. O livro terá ilustrações do sr. Augusto Rodrigues, ilustrações que serão, pelo intenso lirismo, pelo ar ingênuo, pelo colorido, uma renovação na arte do desenho infantil no Brasil.

— O sr. Gilberto Freire está reunindo os seus trabalhos dispersos e inéditos. Continuando a série iniciada com *Região e Tradição*, vai publicar, na coleção “Documentos Brasileiros”, os seguintes livros de ensaios, de conferências e de artigos de jornal: *Perfil de Euclides e outros perfis*, *Pessoas*, *Coisas e Animais*, *Aventura e Rctina* e *Um brasileiro na Espanha*.

— Durante algum tempo, a sra. Lúcia Benedetti Magalhães publicou crônicas e contos numa das nossas revistas mais populares. Manteve, mesmo, uma secção permanente, cujo interesse cessou quando a jovem escritora partiu para os Estados- Unidos, acompanhando seu marido, o jornalista, escritor e dramaturgo R. Magalhães Júnior. Quando o casal regressou ao Rio, a sra. Lúcia Benedetti Magalhães silenciou. Os seus amigos anunciam, entretanto, que o romance que ela está escrevendo, *Entrada de serviço*, contando a vida de uma criada no Rio (ou o drama das criadas no Rio) será excelente.

— Uma notícia jornalística de interesse literário: o sr. Cassiano Ricardo vai dirigir “A Manhã”, o novo matutino carioca.

— Há dois concursos abertos para contos inéditos: um da Livraria José Olímpio e outro pela “Gazeta Magazine”.

No Concurso Literário da “Gazeta Magazine” poderão inscrever-se, até 31 de julho deste ano, os escritores brasileiros residentes em qualquer Estado que enviarem, sob pseudônimo, um conto, cujo tamanho não exceda a 15 páginas dactilografadas. O 1.º prêmio será de 500\$000 e 20 volumes da coleção “Brasiliana”; o 2.º de 300\$000 e uma coleção completa da “Biblioteca Histórica Brasileira”. Haverá duas Menções honrosas, cada uma de 100\$000, acompanhada de 5 livros da “Coleção Nobel”.

O "Prêmio de Contos Humberto de Campos", que será distribuído pela Livraria José Olímpio, é de cinco contos de réis, além dos direitos autorais para uma edição de três mil exemplares. Haverá três menções honrosas, comprometendo-se a Livraria a editar essas obras. As inscrições se encerram a 31 de dezembro e a comissão julgadora se compõe dos srs. Aníbal Machado, José Lins do Rêgo, Raquel de Queiroz, Herman Lima, Almir de Andrade, Peregrino Júnior e R. Magalhães Júnior.

— Muito mais feliz do que o conto é o romance. Há dois concursos abertos: o Prêmio Nacional de Romance, da Livraria do Globo, na importância de vinte contos; e o Prêmio José de Alencar, da Livraria José Olímpio, de dez contos. O júri deste último, cujas inscrições se encerram a 31 de dezembro, compõe-se dos srs. Tristão de Ataíde, Sérgio Buarque de Holanda, Mário de Andrade, Álvaro Lins, Graciliano Ramos, Genolino Amado e Brito Broca. Além dos dez contos de prêmio, o autor contemplado com o primeiro lugar terá os direitos autorais de uma edição de cinco mil exemplares. Haverá cinco menções honrosas, às quais a Livraria assegura a edição.

— *Porta aberta* é o título do novo livro de crônicas do sr. Álvaro Moreira.

— O sr. Tasso da Silveira vai ter editado pela Livraria do Globo o seu romance de estréia: *Só tu voltaste?*

— O ambiente dos clubes literários da Escola Militar, a vida dos cadetes, o tom especial de sua "oratória", seus entusiasmos, suas alegrias e seus dramas, são um dos temas do primeiro livro de contos do sr. Umberto Peregrino: *Desencontros*. O jovem oficial do Exército recorda também sua infância e fixa episódios de sua adolescência no Rio Grande do Norte.

— A propósito da nova fase da poesia do sr. Carlos Drummond de Andrade (nova talvez no sentido de ser a que se segue ao seu último livro publicado, *Sentimento do Mundo*) falou-se (parece que o próprio poeta, numa entrevista) em "namôro com Deus". Essa declaração, num grande poeta de dolorosa sinceridade, tem a maior importância. Sobretudo para os que se lembram dos versos finais do "Soneto da perda esperança":

"entretanto há muito tempo
nós gritamos: sim! ao eterno",

do seu poema sobre o Aleijadinho ("O vôo sobre as igrejas") ou de "Castidade":

"De novo a estréla brilhará, mostrando
o perdido caminho da perda inocência.
E eu irei pequenino, irei luminoso
conversando anjos que ninguém conversa."

Esses versos são do "Brejo das Almas". No tempo de "Alguma poesia" já era assim. Toda essa inquietude, o êxtase paradisíaco, a ternura que se disfarça em ironia, a tristeza que é tanta que parece alegre, o desespero que

leva seu pensamento sempre ao suicídio, a visita constante das coisas ("o doce vento mineiro"), toda essa poesia povoada de pecado, de instinto de perfeição, de anjos inumeráveis, de bispos, de igrejas, de santos, de diabos, é uma preparação para o cristianismo católico. Já há dez anos impressionava-o o que fizeram do Natal. O luar de Natal abençoava os legumes do quintal. A natureza era cristã. ("Um galo lá longe anunciou o nascimento de Cristo"). E o poeta escrevia o

Poema da Purificação

Depois de tantos combates
o anjo bom matou o anjo mau
e jogou seu corpo no rio.

As águas ficaram tintas
de um sangue que não descorava
e os peixes todos morreram.

Mas uma luz que ninguém soube
dizer de onde tinha vindo
apareceu para clarear o mundo
e outro anjo pensou a ferida
do anjo batalhador.

— O sr. Eugênio Gomes, que, como todos sabem, é um grande conhecedor da literatura inglesa, compõe, atualmente, um ensaio sobre Virginia Woolf, a comovida e profunda romancista que desapareceu o mês passado.

— Está pronto para a publicação, há muito tempo, o *Folklore dos bandeirantes*, do sr. Joaquim Ribeiro, já anunciado, também há longo tempo, na coleção "Documentos Brasileiros".

— Depois de *Janelas fechadas*, primeiro volume da sua "Trilogia da província", sobre cenas da vida humilde no Maranhão, o sr. Josué Montello vai publicar *Sobrado*, cenas da vida burguesa.

— O sr. Augusto Frederico Schmidt publicou uma ode, realmente magnífica, à morte de Patrice de la Tour du Pin. Entretanto, comentava-se recentemente em círculos literários, não há confirmação oficial da morte do grande poeta dos *Psaumes* e da *Vie recluse en poésie*. É certo que êle foi ferido na cabeça e feito prisioneiro pelos alemães. Se morreu, somente o sabe o sr. Schmidt. Trata-se, talvez, de alguma comunicação direta de Deus ou dos anjos, de que vive cercado o poeta da "Estrêla solitária"... — O.C.F.

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS

— Em sessão de 9 de janeiro, designou o Presidente, sr. Levi Carneiro, uma comissão composta dos srs. Afrânio Peixoto, Gustavo Barroso e Manuel Bandeira, para coordenar estudos e pesquisas relativos ao folclore brasileiro.

— Nessa mesma sessão referiram-se ao filósofo Henrique Bergson, cujo falecimento noticiavam os telegramas, os srs. Miguel Osório de Almeida, Aloysio de Castro, Afrânio Peixoto, Alceu Amoroso Lima e Alcides Maya.

— A sessão de 3 de abril foi toda consagrada à memória do acadêmico José de Alcântara Machado, sucessor de Silva Ramos na cadeira n. 37. Falaram os srs. Levi Carneiro, Olegário Mariano, Afrânio Peixoto, Ribeiro Couto e Pedro Calmon. — José de Alcântara Machado de Oliveira nasceu em Piracicaba (S. Paulo) a 19 de outubro de 1875 e faleceu na cidade de S. Paulo a 1.º de abril de 1941. Doutor em Direito pela Faculdade de S. Paulo, onde era catedrático de Medicina Legal, e da qual foi diretor. Fôra eleito para a Academia Brasileira em 23 de abril de 1931, tendo sido recebido pelo sr. Afrânio Peixoto em 20 de maio de 1933. Recebeu a Paulo Setúbal em 1935 e ao sr. Levi Carneiro em 1937.

— Em sessão de 17 de abril foi aprovado o parecer da Comissão Julgadora do concurso Ramos Paz (1940), sendo premiadas as seguintes obras: *Casos de amor* (contos), de Murila Tôrres; *Os romeiros* (romance), de D. Martins de Oliveira; *A vida deve ser vivida* (teatro), de Lígia Sales Abreu Pereira Leite; *Estudos sôbre Eça de Queiroz*, de Clovis Ramalhete.

— À vaga de Alcântara Machado inscreveram-se candidatos os srs. Basílio de Magalhães, Menotti Del Picchia e José Júlio de Carvalho. Foi proposto por dez acadêmicos, de acôrdo com o Regimento Interno, o sr. Getúlio Vargas. A eleição realizar-se-á no dia 7 de agosto.

— Em sessão de 21 de maio, comunicou o Presidente haver falecido, em Portugal, o membro correspondente José Leite de Vasconcelos, filólogo e etnólogo. Nasceu em Uca-nha em 1859. Fôra eleito sócio da Academia Brasileira em 8 de outubro de 1931, na vaga do dramaturgo português Henrique Lopes de Mendonça.

— Em sessão de 21 de maio foi aprovado o parecer da Comissão Julgadora do concurso ao prêmio de Erudição e Ensaio (1940), sendo concedido o prêmio ao livro *História da Polícia do Rio de Janeiro*, dos srs. Hermeto Lima e Melo Barreto Filho.

No concurso de Poesia (1940), cujo parecer foi aprovado nessa mesma sessão, não alcançou prêmio nenhum dos concurrentes.

— A pedido do sr. Ministro da Educação, designou o Presidente da Academia Brasileira os srs. Fernando Magalhães, Cláudio de Souza e Clementino Fraga, para integrarem a comissão de seis membros encarregada de examinar o Vocabulário Ortográfico Oficial, elaborado pelo prof. Antenor Nascentes, por incumbência do mesmo Ministro.

— Em sessões da Academia, realizadas até junho deste ano, foram lidos trabalhos dos srs. Afrânio Peixoto, Levi Carneiro, Múcio Leão, Cassiano Ricardo, Antônio Austregésilo, Rodolfo Garcia e Cláudio de Souza.

— A Diretoria organizou uma série de conferências, sob a denominação — “Panorama da literatura contemporânea (1914-18 a 1941)”. A primeira conferência, pelo sr. Fortunato Strowsky, do Instituto de França, sobre a literatura francesa do período indicado, realizou-se aos 17 de junho, no salão nobre da Academia, com a assistência de membros do Corpo Diplomático, escritores nacionais e estrangeiros, e numerosíssimas pessoas de alta distinção social. A segunda conferência, no dia 24 de junho, do poeta, filósofo e crítico polonês sr. Jan Lechon, abrange o estudo da literatura da Polônia. A seguir, estão designados os dias 1 e 8 de julho para as conferências do sr. Fidelino de Figueiredo sobre a literatura de Portugal, e do sr. Paul Frischauer sobre a da Áustria. Além dessas, porém, a série abrangerá oito ou dez conferências, realizadas por escritores dos países a que se referem.

— No dia 30 de junho dêste ano, foi conferido pela primeira vez, juntamente com os demais prêmios da Academia, o Grande Prêmio “Academia Brasileira”, de 1940, no valor de 10:000\$000 (dez contos de réis) ao sr. Jorge de Lima, autor do livro de versos *Túnica inconsútil*.

— No 1.º semestre dêste ano publicou a Academia os seguintes volumes:

Estudos e Orações (trabalhos da Presidência de 1940), pelo sr. Celso Vieira;

Geórgicas Brasileiras (cantos latinos sôbre coisas rústicas do Brasil) — de Prudêncio do Amaral e José Rodrigues de Melo, tradução de João Gualberto Ferreira dos Santos Reis, biografias e notas de Regina Pirajá da Silva;

Revista da Academia Brasileira, n. 60 (julho a dezembro de 1940); e

Anuário de 1941.

